

EDITAL DO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0025/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO “e-PAL” Nº 0020/2026-e
REGISTRO DE PREÇOS

O **Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32 e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. André Luiz de Oliveira, no uso de suas atribuições, na condição de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, comunica aos interessados que realizará **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** auxiliada pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado do objeto abaixo indicado para os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** desta licitação, observado as condições do edital que rege esta licitação, aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem e nos anexos deste edital, as disposições da legislação e das normativas de regência desta licitação – consideradas parte integrante do edital –, Lei Federal nº 14.133/2021, Resolução nº 400/2025 e o Código de Conduta e Ética do CINCATARINA (Resolução nº 226/2023).

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS PARA USO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DOS ENTES CONSORCIADOS, CONSORCIÁVEIS E COOPERADOS AO CINCATARINA.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão, na forma eletrônica.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por ITEM.

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Até o dia 13/05/2026, na forma descrita na cláusula quinta deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 00:01 do dia 07/05/2026 até às 09:00 horas do dia 19/05/2026.

ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: No mesmo período do recebimento das propostas. Encerrada a fase de lances, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá complementar ou substituir a documentação apresentada, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro, não inferior a 2 (duas) horas.

ENVIO DE PROPOSTA EM QUANTITATIVO INFERIOR AO PREVISTO NO ITEM: Não haverá essa possibilidade.

ATRIBUTOS DAS PROPOSTAS: Validade não inferior a 90 (noventa) dias e preço com unidade mínima de centavo (R\$ 0,01), considerando até 2 (dois) dígitos após a vírgula.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 19/05/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: às 09:31 horas do dia 19/05/2026.

MODO DE DISPUTA: Aberto, conforme item 9.12 desde Edital.

INTERVALO MÍNIMO DE LANCES: R\$ 0,01 (um centavo).

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br “Acesso Identificado”.

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS, PROTÓTIPO OU PROVA DE CONCEITO: Haverá apresentação de amostras em formato digital, após a disputa de lances, conforme cláusula décima primeira deste Edital, dos itens indicados em Termo de Referência.

ITENS RESTRITOS A MARCA/MODELO PRÉ-QUALIFICADO: Não há.

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO: Permitida conforme item 6.5.1.

LEGISLAÇÃO E NORMAS DE REGÊNCIA: Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA

BENEFÍCIOS DE ME/EPP (LC 123/2006): Nos termos do item 6.5.4 deste Edital, serão aplicados apenas os benefícios previstos nos arts. 42 a 46 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 – referentes à documentação de regularidade e ao desempate –, não havendo licitação ou cota exclusiva para ME/EPP.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

LOCAL: Sede do CINCATARINA

ENDEREÇO: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, Florianópolis, SC. CEP 88.070-800

Pregoeiro 1: Júlia Emily Vier

Pregoeiro 2 (Pregoeiro Substituto): Letícia Scopel Beher

Ato de nomeação dos pregoeiros e equipe de apoio: Resolução nº 53/2026 do CINCATARINA

E-mail: selecao@cincatarina.sc.gov.br ou pregoeiro@cincatarina.sc.gov.br

Telefone: (48) 3380-1620

2 – DO OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado do objeto acima indicado para uso dos órgãos e entidades da administração direta e indireta dos entes consorciados, consorciáveis ou cooperados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, na condição de Órgãos Participantes desta licitação, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.1.1 – A lista de itens e lotes que compõe a licitação encontra-se com seus quantitativos e valores no Termo de Referência anexo a este edital completa e, apenas com as descrições, a seguir:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	UNIDADE	CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CÁLCIO E CARBOXIMETILCELULOSE. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29033)
2	UNIDADE	CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CÁLCIO E CARBOXIMETILCELULOSE. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29034)
3	UNIDADE	CURATIVO EM PLACA COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29035)
4	UNIDADE	CURATIVO EM PLACA COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. Tamanho 10cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29036)
5	UNIDADE	CURATIVO ANTIMICROBIANO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29037)
6	UNIDADE	MALHA ANTIMICROBIANA. Tamanho 7cm x 9cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29038)
7	UNIDADE	CURATIVO ANTIMICROBIANO EM POMADA À BASE DE CADEXÔMERO IODADO. Tubo com no mínimo 40g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33248)
8	BISNAGA	CREME DE BARREIRA. Bisnaga com no mínimo 60g ou 60ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29039)
9	BISNAGA	CREME DE BARREIRA DE LONGA DURAÇÃO. Bisnaga com no mínimo 90g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29206)
10	FRASCO	PROTETOR CUTÂNEO. Frasco spray com no mínimo 28ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29040)
11	FRASCO	PROTETOR CUTÂNEO. Frasco spray com no mínimo 50ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29041)
12	UNIDADE	BANDAGEM BOTA DE UNNA COM POLIAMINOPROPIL BIGUANIDA (PHMB). Tamanho mínimo 10cm (L) x 9m (C) e tamanho máximo 11cm (L) x 9,5m (C). Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29042)
13	UNIDADE	BANDAGEM BOTA DE UNNA. Tamanho mínimo 10cm (L) x 9m (C) e tamanho máximo 11cm (L) x 9,5m (C). Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29043)
14	UNIDADE	BANDAGEM EXTENSÍVEL DE MÉDIA/ALTA COMPRESSÃO. Tamanho mínimo 10 cm (L) x 3 m (C) e máximo 12 cm (L) x 4 m (C). Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33452)
15	UNIDADE	CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, NÃO RECORTÁVEL. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29044)
16	UNIDADE	CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, RECORTÁVEL. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29045)
17	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29046)
18	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. Tamanho 18cm x 18cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29047)
19	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA, MODELO CALCÂNEO. Tamanho mínimo de 14cm x 18cm e máximo 19cm x 20cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29048)
20	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA, MODELO SACRAL. Tamanho mínimo de 15cm x 19cm e máximo 23cm x 23cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29049)
21	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29050)
22	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. Tamanho 17,5cm x 17,5cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29051)
23	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA E CARBONO ATIVADO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29052)

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO
24	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA E CARBONO ATIVADO. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29053)
25	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO, MODELO CALCÂNEO. Tamanho mínimo de 18cm x 18cm e máximo 25,5 cm x 25,5cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29054)
26	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO, MODELO CALCÂNEO. Tamanho mínimo 22 cm x 23 cm e máximo 24 cm x 26 cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33453)
27	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO, MODELO SACRAL. Tamanho mínimo de 20cm x 20cm e máximo 25cm x 25cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29055)
28	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29056)
29	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29057)
30	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO, MODELO SACRAL. Tamanho mínimo 16,5cm x 20cm e máximo 17,5 cm x 22cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29058)
31	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO, MODELO SACRAL. Tamanho mínimo 21cm x 21cm e máximo 25cm x 25cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29059)
32	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA ÁREAS DE ARTICULAÇÕES, COM ESTRUTURA E BORDAS FLEXÍVEIS. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33240)
33	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA ÁREAS DE ARTICULAÇÕES, COM ESTRUTURA E BORDAS FLEXÍVEIS. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33241)
34	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA ÁREAS DE ARTICULAÇÕES, COM ESTRUTURA E BORDAS FLEXÍVEIS. Tamanho 15cm x 20cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33242)
35	UNIDADE	CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CLORETO DE DIALQUIL CARBAMOIL (DACC). Tamanho 12,5cm x 12,5cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29062)
36	UNIDADE	CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. Tamanho 6,5cm X 6,5cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29064)
37	UNIDADE	CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. Tamanho 6cm X 7cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29065)
38	UNIDADE	CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. Tamanho 8cm X 8cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29066)
39	UNIDADE	CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. Tamanho 9cm X 9cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29067)
40	UNIDADE	CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29068)
41	UNIDADE	CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM IBUPROFENO. Tamanho 10 cm x 10 cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29069)
42	UNIDADE	CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29070)
43	UNIDADE	CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29071)
44	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO ANTIMICROBIANO DE TRANSFERÊNCIA DE EXSUDATO. Tamanho 15cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29072)
45	UNIDADE	COBERTURA NÃO ADERENTE ANTIMICROBIANA DE HIDROALGINATO COM PRATA. Tamanho 11cm x 11cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29207)
46	UNIDADE	COBERTURA NÃO ADERENTE ANTIMICROBIANA DE HIDROALGINATO COM PRATA. Tamanho 10cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29208)
47	UNIDADE	CURATIVO ABSORVENTE COM COLÁGENO E ALGINATO DE CÁLCIO. Tamanho 5cm x 5cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29209)
48	UNIDADE	CURATIVO ABSORVENTE COM COLÁGENO E ALGINATO DE CÁLCIO. Tamanho 10cm x 11cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29210)

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO
49	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29073)
50	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29074)
51	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, PRATA IÔNICA E AGENTES ANTI-BIOFILME. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29075)
52	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, PRATA IÔNICA E AGENTES ANTI-BIOFILME. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29076)
53	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, ALGINATO DE CÁLCIO E PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29077)
54	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, ALGINATO DE CÁLCIO E PRATA IÔNICA. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29080)
55	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM FIBRAS DE ÁLCOOL POLIVINÍLICO E PRATA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29078)
56	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM FIBRAS DE ÁLCOOL POLIVINÍLICO E PRATA. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29079)
57	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA USO PÓS-OPERATÓRIO. Tamanho 9cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33245)
58	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA USO PÓS-OPERATÓRIO. Tamanho 10cm x 15cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33246)
59	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA USO PÓS-OPERATÓRIO. Tamanho 10cm x 20cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33247)
60	UNIDADE	FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO EM ROLO PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS. Tamanho 10cm x 10m. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33243)
61	UNIDADE	COMPRESSA DE NÃO TECIDO, COMPOSTA DE ALGODÃO E FIBRAS DE POLIÉSTER. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29082)
62	UNIDADE	COBERTURA DE NÃO TECIDO IMPREGNADA COM CLORETO DE SÓDIO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29083)
63	UNIDADE	GAZE NÃO ADERENTE CONFECCIONADA EM ACETATO DE CELULOSE, OU RAYON OU MALHA. Tamanho 7cm x 7cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29085)
64	UNIDADE	GAZE NÃO ADERENTE CONFECCIONADA EM ACETATO DE CELULOSE OU RAYON OU MALHA. Tamanho mínimo 7cm x 10cm e máximo 8cm x 15cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29084)
65	UNIDADE	GAZE NÃO ADERENTE, CONFECCIONADA EM RAYON. Tamanho 7cm x 7cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29086)
66	UNIDADE	GAZE NÃO ADERENTE, CONFECCIONADA EM RAYON. Tamanho mínimo 7cm x 10cm e máximo 8cm x 15cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29087)
67	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE COM EMULSÃO DE PETROLATUM. Tamanho 7cm x 7cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29089)
68	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE COM EMULSÃO DE PETROLATUM. Tamanho 7cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29088)
69	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE DE ACETATO DE CELULOSE IMPREGNADA COM EMULSÃO DE PETROLATO. Tamanho 7,5cm x 7,5cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29211)
70	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE DE ACETATO DE CELULOSE IMPREGNADA COM EMULSÃO DE PETROLATO. Tamanho 7cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29212)
71	UNIDADE	MALHA DE ALGODÃO IMPREGNADA COM PARAFINA E SOLUÇÃO DE ACETATO DE CLOREXIDINA BP A 0,5%. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29090)
72	UNIDADE	CURATIVO HIDROCOLÓIDE EM PLACA, EXTRAFINO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29091)
73	UNIDADE	CURATIVO HIDROCOLÓIDE EM PLACA, REGULAR. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29092)
74	UNIDADE	CURATIVO HIDROCOLÓIDE EM PLACA, REGULAR. Tamanho 20cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29093)



ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO
75	BISNAGA	CURATIVO DEBRIDADOR EM GEL. Bisnaga com no mínimo 08g e máximo 15g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29094)
76	BISNAGA	CURATIVO DEBRIDADOR EM GEL. Bisnaga com no mínimo 15g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29095)
77	BISNAGA	CURATIVO DEBRIDADOR EM GEL. Bisnaga com no mínimo 25g e no máximo 30g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29096)
78	BISNAGA	HIDROGEL COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. Bisnaga com no mínimo 80g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29097)
79	BISNAGA	HIDROGEL COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CARBOXIMETILCELULOSE. Bisnaga com no mínimo 80g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29098)
80	BISNAGA	HIDROGEL AMORFO, NÃO CITOTÓXICO, SEM ALGINATO. Bisnaga com no mínimo 80g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29213)
81	FRASCO	LOÇÃO OU CREME HIDRATANTE COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E VITAMINAS A e E, SEM PERFUME. Frasco com no mínimo 200ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29099)
82	FRASCO	LOÇÃO OU CREME HIDRATANTE COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E VITAMINAS A e E. Frasco com no mínimo 200ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33244)
83	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE DE SILICONE. Tamanho 5cm x 7,5cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29214)
84	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE DE SILICONE. Tamanho 7,5cm x 11cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29215)
85	UNIDADE	CURATIVO POROSO REVESTIDO COM SILICONE. Tamanho 10cm x 18cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29101)
86	UNIDADE	MEMBRANA POROSA DE CELULOSE. Tamanho 7,5cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29102)
87	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E VITAMINAS A e E. Frasco com 100ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29103)
88	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E VITAMINAS A e E. Frasco com no mínimo 200ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29104)
89	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COPAÍBA, MELALEUCA E VITAMINAS A e E. Frasco com no mínimo 100ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29105)
90	UNIDADE	LENÇO REMOVEDOR DE ADESIVOS. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29106)
91	FRASCO	SPRAY REMOVEDOR DE ADESIVOS. Frasco spray com no mínimo 50ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29108)
92	UNIDADE	SOLUÇÃO DE IRRIGAÇÃO DE FERIDAS À BASE DE ÁCIDO HIPOCLOROSO. Frasco com 250ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29109)
93	FRASCO	SOLUÇÃO PARA HIGIENIZAÇÃO DA ÁREA PERISTOMAL E PERI FÍSTULAS. Frasco com no mínimo 180ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29107)
94	FRASCO	SABONETE ANTISSEPTICO COM CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA (PHMB). Frasco com 500ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29110)
95	FRASCO	GEL A BASE CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA (PHMB) 0,1%. Frasco com no mínimo 50g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29111)
96	FRASCO	SOLUÇÃO DE IRRIGAÇÃO DE FERIDAS. Frasco com no mínimo 100ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29112)
97	FRASCO	SOLUÇÃO DE IRRIGAÇÃO DE FERIDAS. Frasco com no mínimo 350ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29113)
98	UNIDADE	ADAPTIC, TAMANHO 7,6CM X 7,6CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29114) AÇÃO JUDICIAL
99	UNIDADE	AQUACEL AG+ EXTRA, TAMANHO 10CM X 10CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29117) AÇÃO JUDICIAL
100	UNIDADE	AQUACEL EXTRA, TAMANHO 10CM X 10CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29115) AÇÃO JUDICIAL
101	FRASCO	AQUASEPT PLUS, FRASCO SPRAY COM 250ML. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29118) AÇÃO JUDICIAL
102	TUBO	DUODERM GEL HIDROATIVO, TUBO COM 15G. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29116) AÇÃO JUDICIAL
103	UNIDADE	INTRASITE GEL, APLICADOR COM 25G. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29119) AÇÃO JUDICIAL
104	UNIDADE	MEMBRACEL, TAMANHO 12CM X 18CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29120) AÇÃO JUDICIAL
105	UNIDADE	MEPILEX TRANSFER, TAMANHO 20CM X 50CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29121) AÇÃO JUDICIAL
106	FRASCO	PRONTOSAN, FRASCO COM 350ML. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29122) AÇÃO JUDICIAL
107	UNIDADE	URGOTUL AG, TAMANHO 10CM X 12CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29123) AÇÃO JUDICIAL



* O texto "(CIN????)", ao final de cada descritivo dos itens, refere-se ao cadastro de bens e serviços do CINCATARINA, trata-se de um controle de uso interno que não deverá ser considerado na especificação do item.

2.2 – Encontram-se no corpo do Termo de Referência (Anexo I) a definição detalhada do objeto da licitação e os quantitativos a serem licitados e registrados de cada item, incluindo também disposições acerca da vigência da ata de registro de preços e da duração dos contratos dela decorrentes, do regime de fornecimento dos bens, da fiscalização e gestão do contrato, da entrega do objeto e condições de recebimento, das condições de pagamento, do índice de reajustamento de preço, dentre outros.

2.2.1 – Caso haja folhas de dados dos bens licitados anexas a este edital, informações mais detalhadas acerca dos requisitos de cada item poderão ser nelas encontradas.

2.2.2 – Todas as características dos produtos fornecidos, inclusive quanto à validade, garantia, certificações, entre outros, deverão estar de acordo com o disposto no Termo de Referência, nas folhas de dados correspondentes e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Instrumento de Contrato em anexo.

2.2.3 – Detalhes não citados, mas que a boa técnica e as normas aplicáveis conduzam à sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

2.3 – Os quantitativos previstos na presente licitação foram estimados através de procedimento público de intenção de registro de preços, realizado na fase preparatória nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos arts. 148 a 150 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

2.3.1 – Esses quantitativos não vinculam qualquer obrigação de consumo do CINCATARINA ou dos órgãos participantes e não geram qualquer direito subjetivo ao licitante vencedor, na forma descrita no item 3.1.5.

2.3.2 – Alterações na distribuição dos quantitativos dos itens poderão ser realizadas através do remanejamento interno entre os órgãos participantes, a qual não poderá causar acréscimo ou decréscimo nos valores dos itens iniciais previstas no processo licitatório, cabendo ao órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização desse remanejamento.

3 – DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Conforme exposto no item 2.1, a presente licitação tem como objetivo o registro de preços dos itens descritos em Termo de Referência, na forma de registro formal de preços para contratações futuras através de ata de registro de preços, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, especialmente de seus arts. 144 a 158 e 206 a 230.

3.1.1 – A ata de registro de preços é documento vinculativo e obrigacional decorrente da licitação, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas neste edital da licitação, no termo de referência e nas propostas apresentadas.

3.1.1.1 – Todas as informações relativas às atas de registro de preços a serem formalizadas estão contidas nas suas minutas anexas a este edital (Anexos VI e VII), ressalvadas aquelas variáveis decorrentes do resultado na licitação, nos termos do inciso III do *caput* do art. 152 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

3.1.1.2 – As disposições previstas nas minutas das atas de registro de preços e de outras a elas relacionadas (Anexos VI a IX) vincularam o licitante vencedor durante a vigência da ata de registro de preços e para a execução das contratações dela decorrentes, constituindo parte integrante deste edital e não podendo ter seu cumprimento recusado após a licitação.

3.1.2 – A ata de registro de preços terá vigência pelo prazo e nos termos estabelecidos no Termo de Referência, podendo ser prorrogada nas condições nele previstas.

3.1.3 – Homologada a licitação, o órgão gerenciador procederá à formalização das atas de registro de preços através de certificação digital e as consolidará, conforme minutas anexas a este edital.

3.1.3.1 – Após a homologação da licitação, o licitante classificado em 1º (primeiro) lugar será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços, no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio Público, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação.

3.1.3.2 – A recusa injustificada de licitante melhor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, podendo o CINCATARINA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação do cadastro reserva, para assiná-la no mesmo prazo.

3.1.3.3 – Será formalizada apenas uma ata de registro de preços entre o órgão gerenciador e cada licitante vencedor, denominada ata individual (Anexo VIII), na qual constará todos os itens no qual se sagrou vencedor e todos os órgãos participantes.

3.1.3.4 – Cada órgão participante deverá assinar, como condição para a utilização da ata, sua manifestação de órgão participante (Anexo IX), na qual demonstrará concordância com todo o processo realizado, inclusive com a solução encontrada no estudo técnico preliminar, descrita no termo de referência, licitada e registrada na ata de registro de preços, e aprovará os seus termos, passando a integrá-la.

3.1.3.5 – As informações das atas individuais e das manifestações de órgão participante serão reunidas na ata de registro de preços consolidada (Anexo VII), a qual será mantida atualizada pelo órgão gerenciador.

3.1.4 – Será dada publicidade às atas individuais e às manifestações de órgão participantes, assim como aos preços registrados com indicação do fornecedor, na forma prevista no art. 208 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

3.1.5 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento pelo licitante vencedor nas condições estabelecidas, mas não obriga o órgão gerenciador ou os órgãos participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que motivada, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.1.6 – A contratação com os fornecedores registrados será realizada pelo órgão participante na forma e através dos instrumentos previstos na ata de registro de preços, os quais deverão ser formalizados durante o prazo de vigência dela.

3.1.6.1 – Caso o instrumento de contrato não seja necessário, as contratações serão formalizadas através do envio de autorizações de fornecimento ao fornecedor registrado, o qual deverá confirmar o seu recebimento nos termos e prazos previstos em ata.

3.1.6.2 – Nas eventuais contratações para as quais o instrumento de contrato seja necessário, utilizar-se-á da minuta anexa a este edital (Anexo X), a qual será assinada nos termos e prazos previstos em ata.

3.1.7 – As despesas decorrentes das contratações que se originarem do registro de preços desta licitação correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada órgão participante, referente ao exercício corrente e seguintes.

3.1.7.1 – A indicação de dotação orçamentária somente será realizada para fins de assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento hábil decorrente da ata de registro de preços desta licitação, previamente à realização do empenho e formalização do instrumento.

3.1.8 – Nos termos do § 3º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, será vedado ao fornecedor registrado realizar a subcontratação da execução do objeto a pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.1.8.1 – Havendo contratos de prestação de serviços decorrentes do registro de preços, durante a sua vigência, também será vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.9 – Ainda que seja registrado apenas um fornecedor por item, observados os critérios e condições estabelecidas pelo órgão gerenciador e observados os preços, o órgão participante poderá eventualmente comprar de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação no cadastro reserva de fornecedores, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo órgão participante.

3.2 – O CINCATARINA é Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços desta licitação compartilhada, cabendo-lhe a prática de todos os atos de disponibilização, operacionalização, controle e administração do sistema de registro de preços e, especialmente:

I – realizar a fase preparatória das licitações e contratações diretas para registro de preços, realizando a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos participantes, promovendo todos os atos e elaborando todos os documentos necessários à instrução do procedimento, incluindo a elaboração de estudo técnico preliminar, pesquisa de preços, termo de referência, projetos, edital, entre outros, dispensada a elaboração dos mesmos artefatos pelos órgãos participantes para contratações decorrentes da ata de registro de preços celebrada após esta licitação;

II – realizar o procedimento público de intenção de registro de preços, consolidando todas as informações relativas às estimativas individuais e totais de consumo, realizando os ajustes necessários e promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos ao quantitativo estimado, registrando manifestações para atendimento de demandas internas e externas;

III – realizar a fase competitiva da licitação ou, na hipótese de contratação direta, a escolha do contratado, desde a publicação do edital até a adjudicação e homologação, podendo realizar todas as ações inerentes à condução do certame;

IV – realizar, através de sua Assessoria Jurídica, o controle prévio de legalidade mediante análise jurídica dos documentos do procedimento auxiliar de registro de preço, incluindo aqueles elaborados na fase preparatória e durante a licitação ou escolha do fornecedor e as minutas das atas de registro de preços e dos instrumentos contratuais, dispensada a análise pelos órgãos de assessoramento jurídicos dos órgãos participantes;

V – expedir as atas de registro de preços para cada fornecedor e as manifestações de órgão participante para estes e consolidar estas informações na ata de registro de preços consolidada;

VI – gerenciar a ata de registro de preços, incluindo, entre outros:

a) realizar, de ofício ou mediante provocação, as modificações na ata;

b) receber, analisar e decidir os pedidos ou iniciar de ofício alteração e revisão de preços e alteração nas marcas e modelos registrados;

c) realizar, mediante provocação ou de ofício, nas hipóteses previstas em lei, na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA ou na ata, o cancelamento dos preços registrados;

d) prorrogar a vigência da ata mediante anuência do fornecedor registrado.

VII – realizar a gestão administrativa das contratações compartilhadas, acompanhando e gerenciando a execução das contratações, podendo realizar todos os atos gerenciais necessários para garantir a plena execução do objeto contratual, incluindo, entre outros:

a) receber, processar e gerar os respectivos instrumentos referentes aos contratos, às autorizações de fornecimento ou ordens de prestação de serviço;

b) intermediar o contato entre o órgão participante e o contratado, inclusive em relação a irregularidades na execução do objeto e a prestação de suporte e garantia;

c) extinguir o instrumento contratual nas hipóteses previstas em lei, em regulamento, na ata de registro de preços e no instrumento contratual.

VIII – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, em relação à licitação, à ata de registro de preços, às suas contratações e às contratações dos órgãos participantes, as penalidades decorrentes de:

a) infrações no procedimento licitatório ou de contratação direta;

b) descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;

c) descumprimento das obrigações contratuais e da execução contratual;

d) outras infrações previstas na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e na Lei Federal nº 14.133/2021 relacionadas à gestão da ata de registro de preços.

3.2.1 – O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das suas atividades previstas.

3.2.2 – A ata de registro de preços poderá dispor acerca das competências do órgão gerenciador de modo diverso, inclusive assumindo as funções de gestão e fiscalização da contratação decorrente, desde que justificada a sua necessidade junto à fase preparatória.

3.3 – São Órgãos Participantes do presente processo licitatório o CINCATARINA e os demais órgãos e entidades consorciados, consorciáveis, não consorciáveis e cooperados previstos nas alíneas abaixo, inclusive os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos entes da federação, e que, independentemente de manifestação no procedimento público de intenção de registro de preços, participam dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e, após assinatura da manifestação de órgão participante, integram a ata de registro de preços, podendo ser:

I – consorciado: órgãos e entidades dos entes da federação que ratificaram por lei o Protocolo de Intenções do CINCATARINA;

II – consorciável: os órgãos e entidades dos entes da federação identificados no Protocolo de Intenções que ainda não ratificaram por lei o Protocolo de Intenções, mas poderão a qualquer momento ingressar no CINCATARINA;

III – não consorciável: órgãos e entidades dos entes da federação que não podem ingressar no CINCATARINA por não estarem previstos como possíveis consorciados no Protocolo de Intenções, mas que tenham firmado convênio ou outro instrumento congênere com o CINCATARINA devidamente homologado por lei para a participação nos seus registros de preços;

IV – cooperado: os demais órgãos e entidades dos entes da federação, incluindo suas autarquias, associações, fundações públicas em geral e outras entidades da administração indireta, inclusive de direito privado, e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública, como os consórcios públicos, a Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), a Escola de Gestão Pública Municipal (EGEM), as Associações de Municípios de Santa Catarina – e, quando utilizarem de recursos públicos com controle da Administração, as entidades privadas sem fins lucrativos, desde que, em qualquer dos casos previstos nesta alínea, tenham assinado convênio ou termo de cooperação técnica com o CINCATARINA para a participação nos seus registros de preços.

3.3.1 – Estão identificados no Protocolo de Intenções os seguintes entes da federação (órgãos participantes consorciados ou consorciáveis, observadas as demais exigências necessárias para os consorciáveis): União, Estado de Santa Catarina e todos os Municípios de Santa Catarina: Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Anitápolis, Antônio Carlos, Apiúna, Arabutã, Araquari, Araranguá, Armazém, Arroio Trinta, Arvoredo, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Bandeirante, Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brunópolis, Brusque, Caçador, Caibi, Calmon, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campo Erê, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Capão Alto, Capinzal, Capivari de Baixo, Catanduvas, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Corupá, Criciúma, Cunha Porã, Cunhataí, Curitiba, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Entre Rios, Ermo, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Florianópolis, Formosa do Sul, Forquilha, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Gravatal, Guabiruba, Guaraciaba, Guaramirim, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiara, Ibiracaré, Ibirama, Içara, Ilhota, Imarú, Imbituba, Imbuia, Indaial, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuçu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Itapoá, Ituporanga, Jaborá, Jacinto Machado, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Jardinópolis, Joaçaba, Joinville, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Laurentino, Lauro Muller, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lindóia do Sul, Lontras, Luiz Alves, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maracá, Maravilha, Marema, Massaranduba, Matos Costa, Meleiro, Mirim Doce, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Monte Castelo, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Nova Veneza, Novo Horizonte, Orleans, Otacílio Costa, Ouro, Ouro Verde, Paial, Painel, Palhoça, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Pescaria Brava, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Princesa, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das Antas, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Rio Rufino, Riqueza, Rodeio, Romelândia, Salet, Saltinho, Salto Veloso, Sangão, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bernardino, São Bonifácio, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São Francisco do Sul, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São João do Sul, São Joaquim, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Saudades, Schroeder, Seara, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Sul Brasil, Taió, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbó do Sul, Timbó, Timbó Grande, Três Barras, Treviso, Treze de Maio, Treze Tilias, Trombudo

Central, Tubarão, Tunápolis, Turvo, União do Oeste, Urubici, Urupema, Urussanga, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Vidal Ramos, Videira, Vitor Meireles, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina, Xaxim e Zortéa.

3.3.2 – O órgão participante e, no que couber, o CINCATARINA quando agir na condição de órgão participante, será responsável por:

- I – realizar seu cadastro no sistema informatizado disponibilizado pelo CINCATARINA;
- II – manter as suas informações atualizadas junto ao órgão gerenciador;
- III – encaminhar ao órgão gerenciador suas demandas para subsidiar a realização de futuros registros de preços;
- IV – acompanhar e participar dos procedimentos públicos de intenção de registro de preços, encaminhando sua estimativa de consumo e outras informações necessárias;
- V – assinar, ao final da licitação, a manifestação de órgão participante, manifestando sua concordância com todo o processo realizado, para que possa participar da ata de registro de preços consolidada;
- VI – manter-se atualizado acerca de eventuais retificações e alterações na ata de registro de preços consolidada;
- VII – solicitar, através do sistema informatizado, o fornecimento dos bens ou a prestação do serviço, encaminhando todas as informações necessárias à contratação, inclusive a dotação orçamentária e o local de entrega;
- VIII – nomear e indicar responsável pela fiscalização e gestão da execução das contratações;
- IX – realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado e informá-lo ao órgão gerenciador;
- X – informar ao órgão gerenciador todas as eventualidades que ocorrerem relacionadas à execução do objeto, inclusive atrasos e irregularidades na entrega ou na prestação e necessidade de prestação de garantia;
- XI – realizar o empenho, a liquidação e o pagamento pela contratação, nos termos do edital e da ata de registro de preços;
- XII – encaminhar ao órgão gerenciador todas as informações por ele solicitadas e necessárias para a gestão da ata de registro de preços; e
- XIII – responsabilizar-se por todos os atos decorrentes da contratação objeto desta licitação que não sejam de competência do órgão gerenciador.

3.3.3 – É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

3.3.3.1 – Não se considera mesmo objeto, para fins deste item 3.3.3, quando as especificações, prazos, inclusive de pagamento, fornecimentos ou outras especificidades forem diferentes das previstas na ata de registro de preços anterior.

3.3.3.2 – Excepciona-se da vedação prevista neste item 3.3.3 a situação em que tenha se esgotado o quantitativo estimado de determinado item na ata vigente, cancelado o registro de preço do item ou outro fato devidamente justificado que inviabilize a aquisição da quantidade necessária dos itens pelo órgão ou entidade

3.4 – São Órgãos Não Participantes os demais órgãos e entidades dos entes da federação que, não sendo consorciados ou consorciáveis, e não tendo firmado instrumento para participação na condição de não consorciável ou cooperado, não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços.

3.4.1 – É facultado aos demais órgãos e entidades dos entes da federação que não estejam previstos como órgãos participantes no edital de licitação e não sejam consorciados, consorciáveis, não consorciáveis ou cooperados, a adesão à ata de registro de preços do CINCATARINA na condição de órgão não participante, mediante aceitação do órgão gerenciador, do fornecedor registrado e observadas as disposições da ata de registro de preços, do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos arts. 156 e 157 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

3.4.2 – Após a autorização do órgão gerenciador da utilização da ata de registro de preços, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, comunicando-a ao órgão gerenciador.

3.4.3 – Compete ao órgão não participante os atos relativos a tratativas e formalização da contratação, o acompanhamento de toda a execução, incluindo, entre outros, fiscalização, gestão, apuração de eventuais inexecuções ou irregularidades, aplicação de penalidades, observada a ampla defesa e o contraditório, recebimento do objeto e pagamento, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, além de outras obrigações previstas no art. 157 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

3.5 – Os licitantes que não se sagrarem vencedores ao final da fase competitiva comporão o cadastro de reserva de fornecedores, o qual configura lista sequencial dos licitantes classificados após o licitante vencedor da licitação e que,

nas hipóteses previstas na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, poderão ser convocados pelo órgão gerenciador para assinar a ata de registro de preços

3.5.1 – Excetuado o licitante vencedor, todos os demais licitantes não inabilitados ou desclassificados formarão o cadastro de reserva de fornecedores, sequenciados segundo a ordem da última proposta que tiverem apresentado durante a fase competitiva, observado o seguinte:

I – será excluído o percentual referente à margem de preferência;

II – na ocorrência de empate entre duas ou mais propostas, elas serão sequenciadas conforme a ordem cronológica de apresentação.

3.5.2 – O cadastro reserva de fornecedores poderá ser, a critério do pregoeiro e condições de operacionalização do sistema, dividido em dois grupos:

I – de preço igual do licitante vencedor: formado pelos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência de sua classificação no certame; e

II – de preço pela ordem da última proposta: será formado pelos demais licitantes que não aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor e mantiverem suas propostas originais, sequenciados segundo a ordem da última proposta que tiverem apresentado durante a fase competitiva.

3.5.3 – Não havendo oportunidade de redução de preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, o cadastro reserva de fornecedores será composto apenas pelos preços da última proposta, na forma do item 3.5.2.II.

3.5.4 – A habilitação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva será efetuada somente previamente a eventual assinatura da ata de registro de preços.

3.5.5 – O fornecedor poderá renunciar da participação do cadastro de reserva de fornecedores.

4 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 – O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Públicas.

4.2 – A Sessão eletrônica e todos os demais Atos Administrativos serão conduzidos pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, por intermédio de seu pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.3 – O processamento e arquivo de eventuais documentos desta Licitação será realizado na Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, 650, 1º andar, sala 102, Centro, Fraiburgo, SC. – CEP 89.580-005, sem prejuízo dos endereços constantes neste edital para realização de atos físicos.

4.4 – O acompanhamento do Sistema Eletrônico é responsabilidade do licitante para todas as fases do presente Procedimento Administrativo.

4.5 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

4.6 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro1, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

I – coordenar o processo licitatório;

II – receber, examinar e decidir as impugnações e pedidos de esclarecimento ao edital, apoiado pela equipe de planejamento e pela Assessoria Jurídica;

III – conduzir a sessão pública na internet;

IV – verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

V – dirigir a etapa de lances;

VI – verificar e julgar as condições de habilitação;

VII – apreciar o recurso apresentado e, se for o caso, exercer o juízo de retratação no prazo previsto;

VIII – encaminhar, devidamente instruído, o recurso no qual não houver exercido o juízo de retratação à deliberação da autoridade superior;

IX – indicar o vencedor do certame;

- X – conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- XI – sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- XII – encaminhar à equipe de apoio os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica; e
- XIII – encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação, homologação e confecções de atas ou contratos administrativos.

4.6.1 – O pregoeiro poderá, entre outros:

- I – solicitar parecer ou manifestação técnica da Assessoria Jurídica, da equipe de planejamento, da equipe de apoio ou de outros agentes públicos, de setores da entidade ou dos entes da federação consorciados, não consorciáveis ou cooperados, a fim de subsidiar sua decisão; e
- II – em sede de diligência, realizar, de ofício, consultas junto aos sítios eletrônicos e às bases de dados para verificação do atendimento de condições de habilitação do licitante e de requisitos do objeto licitado.

4.6.2 – O pregoeiro 2 (pregoeiro substituto) suprirá as faltas, impedimentos e/ou afastamentos, permanentes, temporários ou eventuais, do pregoeiro 1, com as mesmas atribuições.

4.7 – Será vedado o desempenho de funções essenciais desta licitação e das contratações dela decorrentes por agentes públicos que possuam relação com licitantes ou contratados habituais da Administração, nos termos do inciso III do caput do art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021.

5 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

5.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou solicitar esclarecimento sobre os termos do edital de licitação, devendo protocolar o pedido até a data prevista na cláusula primeira deste edital, na forma prevista nesta cláusula e nos termos do art. 85 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

5.1.1 – Serão admitidas exclusivamente as seguintes formas de protocolo:

- I – Por intermédio de meio eletrônico, exclusivamente, através da PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br “Acesso Identificado”, sendo aceita até às 23:59h da data limite estipulada na cláusula primeira deste edital; ou
- II – Através de peça original protocolada em meio físico, junto a Sede do CINCATARINA (Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, Florianópolis, SC., CEP 88.070-800), observando-se o horário de expediente, até às 17:30h da data limite estipulada na cláusula primeira deste edital.

5.1.2 – Consultas, impugnações ou esclarecimentos solicitados fora dos parâmetros descritos acima (como, por exemplo, através de “e-mail”), não serão respondidas.

5.1.3 – Excepcionalmente o pregoeiro e a equipe de apoio poderão, a seu critério, dirimir simples dúvidas procedimentais suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, através dos telefones (48) 3380-1620, ou pessoalmente na Sede do CINCATARINA, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, Florianópolis, SC, CEP 88.070-800.

5.1.4 – A previsão do item 5.1.3 não diz respeito a eventuais inconformismos, discordâncias ou pedidos de reconsideração, dentre outros requerimentos com relação a atos praticados nesta licitação, os quais deverão ser combatidos através de impugnação ou do adequado recurso, respeitando os procedimentos previstos neste edital.

5.2 – A ausência de impugnação administrativa da cláusula editalícia, em tempo e modo oportuno e apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que julga existir, conduz à decadência do direito impugnatório e à aceitação de seus respectivos termos pelos interessados, à preclusão administrativa e à estabilidade do procedimento licitatório, não sendo possível posterior a sua posterior impugnação.

5.3 – Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação e responder ao pedido de esclarecimento até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, podendo ser auxiliado pela equipe técnica no que tange a avaliações dos produtos, normas e outros temas que não sejam de seu conhecimento técnico ou especializado.

5.3.1 – Verificando-se que, da análise das impugnações ou dos pedidos de esclarecimento, poderá ser necessária a republicação do edital, o pregoeiro poderá determinar a suspensão do edital através de comunicação no sistema eletrônico em que será realizada a licitação.

5.3.2 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados, realizando-se nova divulgação na mesma forma da divulgação inicial do edital, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, designando-se nova data, se necessário, para a realização do certame.

5.3.2.1 – A republicação do edital não será necessária quando as suas alterações não comprometerem a formulação das propostas e a competitividade do certame ou quando se restringirem à remoção de parcela dos itens do certame.

5.4 – Após a abertura da sessão, eventuais dúvidas existentes e esclarecimentos necessários deverão ser manifestados através da plataforma eletrônica em que ocorrer a licitação.

6 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 – Poderão participar desta licitação todas e quaisquer pessoas, empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital, seus anexos e demais regramentos e normativas existentes e aplicáveis sobre a área de fornecimento, observadas as disposições desta cláusula.

6.1.1 – A participação requer a apresentação de toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas.

6.1.2 – Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

6.1.3 – O licitante, podendo participar do certame, deverá ter feito a adesão ao Portal de Compras Públicas, sendo sua a responsabilidade pela tramitação prévia neste sentido.

6.2 – Não poderá participar da licitação, observado o disposto no art. 59 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, os licitantes que sejam:

I – agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, conforme legislação que disciplina a matéria, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, nos termos do inciso I do *caput* do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

IV – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, nos termos do inciso II do *caput* do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

V – pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, nos termos do inciso III do *caput* do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VI – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do *caput* do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VII – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, nos termos do inciso V do *caput* do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VIII – pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a

condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do inciso VI do *caput* do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
IX – empresas em falência, liquidação ou dissolução e de pessoas em insolvência civil;
X – pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social.

6.2.1 – No âmbito do CINCATARINA, para fins da vedação expressa no inciso I do item 6.2, considerar-se-á como conflito de interesse a participação de agente público da alta administração do CINCATARINA:

- I – em licitação cujo processo administrativo licitatório tenha sido iniciado ou o edital publicado durante o período em que atuava junto à alta administração;
- II – em contratação cujo instrumento fora firmado durante o período em que atuava junto à alta administração;
- III – em qualquer outra licitação ou contratação no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão, rescisão, aposentadoria ou outro ato congênere.

6.2.2 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.2.3 – Para fins da vedação expressa no inciso V do item 6.2, aquele que houver sido penalizado com:

I – declaração de inidoneidade aplicada pelo CINCATARINA ou por qualquer órgão ou entidade dos entes da federação:

- a) não poderá participar de licitação ou de procedimento de contratação direta realizada pelo CINCATARINA nas modalidades compartilhada, conjunta e individual;
- b) não poderá realizar qualquer contratação com o CINCATARINA ou com qualquer órgão ou entidade dos entes da federação.

II – suspensão ou impedimento aplicado pelo CINCATARINA:

- a) não poderá participar de licitação ou de procedimento de contratação direta realizada pelo CINCATARINA nas modalidades compartilhada, conjunta e individual;
- b) não poderá realizar qualquer contratação com o CINCATARINA ou com qualquer órgão ou entidade dos entes da federação consorciados ao CINCATARINA.

III – suspensão ou impedimento aplicado por qualquer outro órgão ou entidade dos entes da federação consorciados ao CINCATARINA:

- a) não poderá participar de licitação ou de procedimento de contratação direta realizada pelo CINCATARINA nas modalidades conjunta e individual;
- b) poderá participar de licitação e de procedimento de contratação direta realizada pelo CINCATARINA na modalidade compartilhada;
- c) não poderá realizar qualquer contratação com o CINCATARINA ou com os órgãos e entidades do ente da federação que aplicou a sanção;
- d) poderá realizar contratação com os demais órgãos e entidades dos entes da federação que não aplicaram a sanção.

IV – suspensão ou impedimento aplicado por qualquer órgão ou entidade dos entes da federação que não sejam consorciados ao CINCATARINA:

- a) poderá participar de licitação ou de procedimento de contratação direta realizada pelo CINCATARINA nas modalidades compartilhada, conjunta e individual;
- b) não poderá realizar qualquer contratação com os órgãos ou entidades do ente da federação que aplicou a sanção, ainda que decorrente de participação ou adesão a ata de registro de preços gerenciada pelo CINCATARINA.
- c) poderá realizar contratação com o CINCATARINA e com os demais órgãos e entidades dos entes da federação que não aplicaram a sanção.

6.2.3.1 – O impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.2.3.2 – Para as sanções de suspensão temporária de participação em licitação aplicadas com base na Lei Federal nº 8.666/1993, aplicam-se as disposições do item 6.2.3, ressalvada disposição em contrário do procedimento que originou a pena.

6.2.4 – A vedação à participação e à contratação do cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau prevista no inciso VI do item 6.2 diz respeito apenas àqueles dos membros da alta administração do CINCATARINA, dos dirigentes dos órgãos ou entidades contratantes ou do agente público que desempenhe função na licitação, realize a fiscalização ou a gestão do contrato ou atue na Controladoria Interna na Central de Compras, não havendo vedação geral àqueles dos demais agentes públicos do CINCATARINA.

6.2.4.1 – Para fins da vedação expressa neste item, serão considerados como parentes de terceiro grau por afinidade os bisavôs, os bisnetos, os tios e os sobrinhos do cônjuge ou companheiro, os concunhados, os enteados de irmão ou irmã e outros que se equiparem por simetria a esse mesmo grau de parentesco.

6.2.5 – Para fins da vedação expressa no inciso VII do item 6.2, a existência de paridade parcial ou de relação de parentesco, afinidade ou amizade entre sócios de empresas diversas não será, por si só, motivo para vedação de participação no mesmo certame licitatório ou configuração de fraude à licitação, devendo-se verificar a confluência de indícios de que sua participação será utilizada para a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação.

6.3 – Os licitantes deverão comprovar, mediante declaração, que não se encontram nas situações descritas nos incisos do item 6.2, podendo ser utilizado o modelo anexo a este edital (Anexo IV).

6.4 – Havendo a possibilidade de configurar conflito de interesses, os agentes públicos e os particulares têm o dever de informar à autoridade competente para adoção das providências cabíveis quanto ao reconhecimento do impedimento da participação da licitante na licitação ou sua contratação.

6.5 – A participação na licitação de consórcios de empresas, de pessoas físicas, de microempresas e empresas de pequeno porte, de entidades privadas sem fins lucrativos, de profissionais organizados sob a forma de cooperativa e de empresas em recuperação judicial deverá observar o disposto nos arts. 60 a 65 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e nos itens a seguir.

6.5.1 – É permitida a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas, devendo-se observar o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 60 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e o seguinte:

- I – comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II – indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- III – admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado, caso exigido;
- IV – impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- V – responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- VI – obrigação do licitante vencedor de promover, antes da celebração da ata de registro preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item I acima, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a homologação, bem como deverá, dentro do mesmo prazo, encaminhar os dados bancários relativos ao pagamento;
- VII – necessidade de expressa autorização do Órgão Gerenciador para substituição de consorciado, a qual será condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório que originou o contrato, quando exigido.

6.5.2 – A empresa em recuperação judicial poderá participar da licitação nas mesmas condições que as demais licitantes, observado o seguinte:

- I – a apresentação das certidões negativas para aferição dos requisitos previstos nos incisos II a V do *caput* do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 será dispensada mediante o envio de cópia da decisão judicial deferindo o processamento da recuperação judicial e dispensando a apresentação de certidões negativas para o exercício das atividades;
- II – a empresa em recuperação judicial não estará isenta de demonstrar a regularidade relativa ao sistema de seguridade social, nos termos do § 3º do art. 195 da Constituição Federal;
- III – havendo exigência de documento de habilitação econômico-financeira, a empresa em recuperação judicial deverá demonstrar sua viabilidade econômica, na forma prevista no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital.

6.5.3 – A participação dos profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderá ocorrer mediante:

- I – demonstração de que a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 5.764/1971, a Lei Federal nº 12.690/2012 e a Lei Complementar Federal nº 130/2009;

II – a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III – demonstração que qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas; e

IV – o objeto da licitação se referir, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei Federal nº 12.690/2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

6.5.3.1 – Não será permitida a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa nesta licitação, nos termos do art. 64 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, quando se verificar, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, que a organização, o regime e o funcionamento da cooperativa são incompatíveis com o objeto da contratação.

6.5.4 – Os benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte constantes nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 serão aplicados na forma e nas condições dispostas a seguir.

6.5.4.1 – As disposições a que se refere este item 6.5.4 não são aplicadas ao lote ou item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme indicado na cláusula primeira deste edital, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5.4.1.1 – Caso, conforme indicado na cláusula primeira deste edital, todos seus lotes e itens não agrupados possuam valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, não serão aplicados os benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte constantes nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 a esta licitação nos termos do § 1º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021 e do § 1º do art. 62 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

6.5.4.2 – A obtenção de benefícios a que se refere este item 6.5.4 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo-se exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

6.5.4.3 – Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos itens 6.5.4.1 e 6.5.4.2.

6.5.4.4 – As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar na licitação, se for igualmente exigido dos demais licitantes:

I – toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, hipótese na qual observar-se-á o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006; e

II – balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, ainda que dispensadas de sua elaboração pelo § 2º do art. 1.179 do Código Civil.

6.5.4.5 – Ocorrendo o empate ficto previsto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, aplicar-se-ão as disposições do art. 45 do mesmo diploma legal, observado o seguinte:

I – não havendo a apresentação, pelas microempresas e empresas de pequeno porte, de proposta de preço inferior àquela melhor classificada, na forma disposta neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta melhor classificada;

II – após o cumprimento do disposto neste item, caso ocorra ou mantenha-se o empate em valores absolutos entre a proposta melhor classificada e a nova proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte, aplicar-se-á as disposições gerais de empate deste edital para o empate entre as propostas empatadas em valores absolutos.

6.5.4.6 – A preferência legal prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não se aplica quando as propostas apresentadas atingem o valor mínimo permitido em edital, impossibilitando a apresentação de proposta mais vantajosa por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, devendo-se aplicar as disposições gerais de empate deste edital para o empate entre as propostas empatadas em valores absolutos.

6.5.4.7 – A falsa declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte configura fraude à licitação e importará a aplicação das sanções cabíveis e a desclassificação do licitante, salvo se demonstrado tratar-se de mero equívoco e, cumulativamente, a ausência de:

I – dolo na declaração;

II – mácula ao certame; e

III – utilização de benefício na licitação concedido na forma deste artigo e da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

6.5.4.8 – Não se aplicam a esta licitação compartilhada, nos termos do inciso III do *caput* do art. 49, os benefícios previstos nos arts. 47 e 48, todos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em virtude da incompatibilidade com a atuação de uma Central de Compras Públicas, para fins de manutenção do ganho de escala, da economicidade e da capacidade de fornecimento dos bens ou serviços em toda a região geográfica de atuação do CINCATARINA.

6.5.5 – Não será permitida a participação de pessoas físicas nesta licitação, em razão do elevado montante do objeto e da amplitude territorial da execução, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

7 – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de responsabilidade única do Usuário, obtidas junto ao Portal de Compras Públicas.

7.2 – A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer licitação, salvo quando canceladas por solicitação do Usuário ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas.

7.3 – É de exclusiva responsabilidade do Usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas ou ao CINCATARINA a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4 – O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados, a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, bem como a aceitabilidade no que se refere as regras dos editais eletrônicos que escolher participar.

7.5 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos no Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.6 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7 – A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entrega dos itens nas condições, locais e prazos definidos.

7.8 – O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.

8 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 – O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

8.2 – As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br), podendo ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora previstas para recebimento da proposta.

8.2.1 – O encaminhamento de proposta e os documentos de habilitação exigidos no Edital, para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do objeto previstas no Edital e em seus anexos.

8.3 – A proposta escrita deverá conter, conforme modelo anexo a este edital (Anexo II):

I – nome do proponente, endereço, identificação do subscritor, o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;

II – datação e assinatura do subscritor, podendo ser de forma digital, desde que atendidos os requisitos legais;

III – preços unitários e totais propostos nos quais deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, nos termos do item 8.13;

IV – o prazo de validade da proposta de preços, que não poderá ser inferior ao previsto na cláusula primeira deste edital, contado da abertura das propostas virtuais;

V – discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens, limitados à unidade e número de casas decimais previsto na cláusula primeira deste edital;

VI – discriminado o prazo de validade da ata de registro de preços, aquele previsto no Termo de Referência, podendo ser prorrogado nas condições nele previstas;

VII – discriminado o prazo de entrega dos itens conforme indicado no Termo de Referência, contado do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo Órgão Gerenciador ou, se for o caso, da assinatura do instrumento de contrato;

VIII – especificação marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no Termo de Referência anexo a este Edital;

IX – quantidade estimada conforme unidade de medida estabelecida em Termo de Referência ou outro anexo do edital;

X – dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico e declaração de assinatura por certificação digital, conforme modelo (Anexo III).

8.4 – No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações, marcas/modelos, preços unitários e totais de todos os itens ofertados.

8.5 – O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas para os itens do Edital.

8.6 – Fica vetada a identificação da empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc., o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da empresa licitante.

8.6.1 – A prática da conduta prevista neste item 8.6 importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

8.6.2 – Não se aplica a vedação prevista neste item 8.6 para fins de identificação da marca ou modelo proposto, quando necessário ou exigido pelo edital.

8.7 – O licitante deverá encaminhar proposta, para um ou mais itens do objeto deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.8 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

8.9 – A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, sob pena de decair seu Direito de Pequena Empresa, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos em lei e que, se concedidos, sê-lo-ão na forma prevista neste edital, em especial na sua cláusula primeira.

8.10 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

8.11 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.12 – Até a data limite para a apresentação da proposta, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhada. Após a data limite, não poderá haver desistência da proposta, salvo aceitação de justificativa pelo CINCATARINA, e poderá ocorrer o complemento ou a substituição dos documentos de habilitação e regularidade fiscal após a fase de lances, se for declarado vencedor, no prazo estipulado pelo pregoeiro, não inferior a 2 (duas) horas.

8.13 – Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas aos órgãos participantes descritos no edital, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

8.13.1 – Não haverá possibilidade de cotação de preços diferentes em razão do local de entrega dos bens, da forma e local de acondicionamento ou, ainda, em razão do tamanho do pedido autorizado.

8.14 – Para composição do preço unitário e total do item, os licitantes deverão considerar a quantidade de dígitos prevista na cláusula primeira deste edital. Na contratação posterior à licitação, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula. Se houve algum dígito a mais, não importa a quantidade, será desconsiderado.

8.15 – A apresentação de proposta importa no compromisso, pelo licitante, com o cumprimento dos respectivos métodos de controle de qualidade e da sistemática de certificação de conformidade de cada item.

9 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO MODO DE DISPUTA

9.1 – A partir do horário previsto no Edital e no site www.portaldecompraspublicas.com.br, terá início a sessão pública com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.2 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, especialmente por:

- I – apresentação de marca ou modelo não pré-qualificado em item que esteja restrita a tais marcas ou modelos, se houver;
- II – evidente inexecuibilidade do preço da proposta;
- III – evidente vício insanável ou latente desconformidade da proposta com as especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- IV – inexistência de valor ou de informações para especificação da marca e modelo da proposta (quando necessário); e
- V – outras situações excepcionais em que a manutenção da proposta possa comprometer, restringir ou frustrar a competitividade do processo licitatório.

9.3 – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9.4 – Todas as propostas classificadas serão consideradas na fase de disputas e ordenadas por valor.

9.5 – Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, mantendo-se em sigilo a identificação de todos os demais ofertantes.

9.6 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.7 – O envio de lances poderá ocorrer, simultaneamente, para todos ou apenas para parcela dos itens agrupados, conforme critério do agente de contratação, de modo a agilizar a disputa de lances sem prejudicar a participação dos licitantes.

9.7.1 – Em razão do volume de itens e dos agrupamentos, a disputa de lances poderá ser interrompida para intervalo e estender para outros dias, se necessário, devendo o pregoeiro comunicar previamente, através do campo para troca de mensagens, a suspensão e a data e o horário previstos de reabertura da sessão.

Inovação e Modernização na Gestão Pública

9.8 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou percentual superior de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.9 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais do mesmo licitante, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.10 – O pregoeiro, a seu critério, poderá excluir o lance que, durante a disputa:

- I – for assim solicitado pelo licitante, desde que digitado de forma equivocada, causando prejuízo ao certame; ou
- II – for manifestamente inexecutível e possa, durante a disputa, comprometer, restringir ou frustrar a competitividade do processo licitatório.

9.11 – No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1 – Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação, salvo verificação de inexistência de qualquer prejuízo à isonomia, à competitividade e ao interesse público.

9.11.2 – Caso verificado pelo pregoeiro que a instabilidade técnica do sistema tenha impactado de forma significativa a formulação das propostas e a apresentação de lances na licitação, ele comunicará para análise da autoridade competente, a qual caberá decidir pela necessidade ou não de revogação e, se for o caso, determinará a republicação e reabertura do edital, de modo a garantir a transparência e a competitividade do processo licitatório e a isonomia entre os licitantes.

9.12 – Caso assim previsto na cláusula primeira do edital, será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

9.12.2 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12.3 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.12.4 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução da proposta mais vantajosa, mediante justificativa.

9.13 – Caso assim previsto na cláusula primeira do edital, será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com abertura de prazo para apresentação de lance final fechado.

9.13.1 – A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

9.13.2 – Encerrado o prazo previsto no item 9.13.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.13.3 – Encerrado o prazo de que trata o item 9.13.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.13.4 – Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 9.13.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.13.5 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 9.13.3 e 9.13.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

9.13.6 – Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 9.13.3 e 9.13.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 9.13.5.

9.13.7 – Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 9.13.6.

9.14 – O modo de disputa utilizado deverá ser aquele previsto na cláusula primeira deste Edital.

9.15 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.16 – Quando for constatado o empate, conforme estabelece os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP nos itens/lotos que sejam passíveis de aplicação dos benefícios de ME/EPP conforme indicado na cláusula primeira deste edital, desde que tenha o licitante declarado esta opção no Cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas.

9.16.1 – A realização do desempate ficto e os demais benefícios às ME/EPP observará o disposto no item 6.5.4 deste edital

9.17 – Caso ocorra empate, não sendo caso de aplicação do disposto no item 9.16 ou ele não surtindo efeito, serão utilizados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.17.1 – A disputa final prevista não será cabível quando impossível a apresentação de lance em valor inferior ou desconto superior àquele das propostas empatadas.

9.17.2 – O agente de contratação poderá dispensar a utilização dos critérios previstos no *caput* do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021 caso verifique a inexistência de regulamentação ou operacionalização suficiente para a aferição de cumprimento dos seus requisitos, nos termos do § 1º do art. 95 da Resolução nº 400/2025.

9.17.3 – Persistindo o empate após utilização, se possível, dos critérios possíveis de aplicação previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, será utilizado o sorteio como critério de desempate final.

10 – DO JULGAMENTO E DA HABILITAÇÃO DA PROPOSTA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

10.1 – Encerrada a disputa, o pregoeiro examinará a conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar às especificações requeridas e à compatibilidade e à exequibilidade do preço e verificará a habilitação do licitante, conforme disposições das demais cláusulas deste edital.

10.1.1 – O julgamento das propostas e a verificação de habilitação serão feitos exclusivamente em relação ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar ou outro que subsequentemente assumir essa posição.

10.1.2 – Caso não tenham sido apresentados lances, será verificada a proposta de menor preço apresentada previamente à abertura da disputa.

10.1.3 – Não será desclassificada a proposta mais vantajosa à Administração por erros formais ou vícios sanáveis sem que haja a prévia diligência prevista nos itens e a seguir, em especial no item 10.4 e observada a ressalva nele contida.

10.2 – A licitante provisoriamente vencedora deverá enviar ao pregoeiro, via sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo definido pelo pregoeiro, não inferior a 2 (duas) horas, acompanhada, se for

o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2.1 – O prazo previsto para apresentação da proposta final poderá ser dilatado, devidamente justificado e a critério do pregoeiro.

10.2.2 – Poderá ser admitida a juntada de documentos, durante as fases de julgamento e de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

10.3 – Em caso de dúvida quanto à veracidade das informações apresentadas, o pregoeiro poderá promover as diligências necessárias para esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive, pela pesquisa, de ofício, em sítios eletrônicos para verificar a veracidade de informações.

10.4 – A promoção das diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo é ato discricionário do pregoeiro, que poderá ser dispensado quando não sobrevieram dúvidas capazes de desacreditar as informações contidas nos autos.

10.4.1 – Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro como complementares, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta, bem como complementação dos documentos de habilitação, inclusive subsídios para confirmação de atestados técnicos ou certidões, como contratos ou notas fiscais, após a etapa de lances.

10.4.2 – O pregoeiro indicará de forma clara e objetiva as inconsistências que devem ser corrigidas na proposta mais vantajosa, não se limitando a indicar a necessidade de correção sem especificar o que está errado, possibilitando o seu aproveitamento pela Administração.

10.4.3 – O prazo mínimo a ser disponibilizado para apresentação das informações e documentos requeridos deverá ser de 2 (duas) horas, salvo situação excepcional justificada pelo pregoeiro, podendo ser prorrogado mediante aceite do pregoeiro de solicitação justificada e formalizada pelo licitante previamente ao término do prazo.

10.4.4 – Persistindo-se as inconsistências mesmo após a oportunizada a sua correção pelo pregoeiro, o licitante será desclassificado ou inabilitado, salvo a critério do pregoeiro em vista da obtenção da proposta mais vantajosa, conforme o caso.

10.5 – Não haverá irregularidade na alteração da proposta mais vantajosa após encerramento de lances quando a alteração, atendendo os demais requisitos, não implicar aumento do valor global da proposta, mas uma redução de custos para a Administração.

10.6 – O pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, assim como de seus próprios atos, mediante ato registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7 – Se a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceitável, conforme ou exequível ou se o licitante não atender às exigências de habilitação e qualificação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todos os requisitos necessários.

10.8 – Além da verificação de conformidade da proposta e da habilitação, o pregoeiro verificará a sua exequibilidade e eventual sobrepreço, subsidiado no valor de referência da licitação e, se houver, da reanálise de preços, podendo realizar negociação com o licitante com objetivo de alcançar um melhor preço.

11 – DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA E DAS AMOSTRAS

11.1 – O pregoeiro verificará a conformidade das propostas e desclassificará as que:

- I – contiverem vícios insanáveis;
- II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III – apresentarem desconformidade com qualquer outra exigência do edital, desde que insanável.

11.1.1 – A análise e a avaliação da conformidade da proposta serão realizadas mediante conferência e comparação entre as propostas e os requisitos técnicos, além de diligência e dos demais testes diversos de interesse do CINCATARINA estabelecidos neste edital, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas nos descritivos, folhas de dados, termo de referência ou projeto.

11.1.2 – O agente de contratação poderá realizar diligências ou solicitar informações e documentos para a análise da conformidade da proposta e, se for o caso, solução de vícios sanáveis.

11.1.3 – O pregoeiro não estará obrigado a aceitar propostas cujos itens possuam atributos quantitativamente ou qualitativamente superiores ao previsto no descritivo, na folha de dados ou no termo de referência, os quais são, salvo disposição em contrário, presumidos como descrições exatas, devendo-se considerar para a sua eventual aceitação, entre outros, as demandas que se buscam atender com a descrição do item e a prevenção de duplicidade de itens como a mesma marca e modelo vencedor.

11.2 – Caso a cláusula primeira deste edital indique haver apresentação de amostras, nos termos do art. 98 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e art. 17, § 3º, do art. 41, inciso II, e do art. 42, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigido do licitante detentor do menor lance classificado provisoriamente em primeiro lugar, previamente à adjudicação do objeto, o envio de amostra dos itens assim indicados no Termo de Referência, a fim de que seja possível assegurar-se que o bem proposto pelo licitante se conforma, de fato, às exigências estabelecidas nos descritivos, nas folhas de dados, no Termo de Referência e no Edital.

11.2.1 – O envio da amostra ocorrerá no formato indicado na cláusula primeira deste edital.

11.2.1.1 – Caso a cláusula primeira deste edital indique não haver apresentação de amostras, a etapa prevista neste item 11.2 não ocorrerá.

11.2.2 – O prazo para envio das amostras, contado a partir da comunicação do pregoeiro no sistema eletrônico, será aquele definido no Termo de Referência conforme a complexidade do objeto, considerando-se cumprido:

I – pelo envio da amostra através do sistema eletrônico em que se realiza o certame (Portal de Compras Públicas), no caso de amostra no formato eletrônico;

II – pelo encaminhamento do comprovante de postagem ou outro documento que comprove o envio, no prazo, da amostra por transportadora ao endereço previsto neste edital, no caso de amostra no formato físico, podendo o agente de contratação exigir o código para rastreamento do produto.

11.2.3 – Caso sejam solicitadas amostras físicas, elas deverão ser enviadas para a Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102 – Centro – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-005.

11.2.3.1 – Após analisadas, as amostras físicas poderão ser retiradas no mesmo endereço, conforme disposto no Termo de Referência.

11.2.3.2 – Caso as amostras físicas sejam itens de vestuário, elas somente poderão ser retiradas no mesmo endereço apenas após o final do prazo de vigência da ata de registro de preços.

11.2.4 – Quando se exigir apenas a amostra no formato eletrônico, ela poderá ser realizada através de catálogo, prospecto, ficha técnica ou outro documento que demonstre com precisão as especificações técnicas, o prazo de garantia e as instruções de uso do produto, devendo ser disponibilizado no idioma português (Brasil) e com informações que permitam a perfeita identificação e qualificação do objeto cotado.

11.2.4.1 – A amostra deverá conter descrição detalhada do modelo, marca, fabricante, dimensões, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação do item pela Equipe do CINCATARINA, não sendo admitida a mera transcrição do descritivo técnico da folha de dados, sem a descrição do item a ser ofertado, a qual deverá ser a sua realidade.

11.2.4.2 – A amostra também deve ser apresentada por imagens (fotografia, ilustração, desenho, figura e outras formas) que permitam a identificação visual do objeto ofertado.

11.2.4.3 – Quando o catálogo for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita declaração descrevendo a especificação ausente no prospecto, contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do item na forma declarada.

11.2.4.4 – Cada amostra deverá estar identificada com o respectivo número do item deste Edital, a marca e o modelo do objeto proposto.

11.2.5 – A amostra será analisada e, caso atenda às características exigidas, será emitido o Laudo de Aceitabilidade.

11.2.5.1 – Caso as amostras nos formatos digitais, através de catálogo ou prospecto ou ficha técnica, não sejam suficientes para sanar todas as dúvidas quanto ao atendimento às exigências dos descritivos, das folhas de dados, do Termo de Referência e do Edital, poderá ser exigida também amostra física dos itens, devendo o licitante fazer o envio da mesma no mesmo prazo anteriormente concedido para envio da amostra eletrônica, condicionada à comprovação do envio mediante apresentação de código para rastreamento do produto, na forma do item 11.2.2.

11.2.6 – Não havendo a apresentação das amostras no prazo estabelecido ou não sendo as apresentadas aprovadas, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será desclassificado do certame, sendo então solicitadas e examinadas as amostras dos licitantes subsequentes, observada rigorosamente a ordem de classificação, nos termos supracitados.

12 – DA HABILITAÇÃO

12.1 – Toda a documentação necessária à habilitação do licitante encontra-se prevista no Termo de Referência, anexo a este edital.

12.2 – Os licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação, deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes, de modo a comprovar a dispensa.

12.2.1 – As empresas em recuperação judicial deverão observar o disposto no item 6.5.2 deste edital acerca do envio de sua documentação, sob pena de inabilitação.

12.2.2 – As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar na licitação a documentação exigida dos demais licitantes, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, observado o disposto no item 6.5.4.4 deste edital.

12.2.2.1 – A condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito de tratamento diferenciado, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

I - Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21>;

II - Não sendo a licitante optante pelo sistema Simples de Tributação ou desejando substituir esta comprovação por outro documento, deverá, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa vigente, expedida pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI. Esta certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

III – Declaração de Enquadramento na Condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo V), declarando qual tipo de empresa sua receita bruta equivale, não ter nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e não ter celebrado, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores (anuais) somados extrapolaram a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

12.2.2.1.1 – A mera juntada da declaração disposta no item III não comprova a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.2.2.2 – As microempresas e as empresas de pequeno porte que possuírem alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deverão fazer constar tal ressalva e a sua condição de ME/EPP.

12.2.2.3 – Será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte vencedores que possuam alguma restrição na habilitação prevista acima o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da comunicação do pregoeiro após a verificação dos demais documentos e requisitos necessários à declaração do licitante como

vencedor do certame, prorrogável por igual período a pedido e conforme critério do pregoeiro, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.2.2.4 – A regularização prevista no item 12.2.2.3 é condição para assinatura dos instrumentos decorrentes desta licitação.

12.2.2.5 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os demais licitantes, na ordem de classificação, para verificação dos documentos e assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

12.2.2.6 – O disposto neste item 12.2.2 e em seus subitens não será aplicado:

I – às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do item 6.5.4.2 deste edital; e

II – ao lote ou item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme indicado na cláusula primeira deste edital, ou à licitação como um todo, caso assim esteja indicado, nos termos do item 6.5.4.1. deste edital.

12.3 – A documentação de habilitação deverá ser encaminhada concomitantemente com a proposta e, encerrada a fase de lances, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá complementar ou substituir a documentação exigida, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas

12.3.1 – A documentação referida nesta cláusula poderá ser apresentada em original, por cópia, eletrônico ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

12.3.1.1 – A complementação e substituição dar-se-á na forma prevista neste edital, exclusivamente em formato digital e por meio do sistema.

12.3.2 – Os documentos devem apresentar prazo de validade.

12.3.2.1 – Em nenhuma hipótese referida neste edital será aceito documento com prazo de validade vencido.

12.3.2.2 – Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 120 (cento e vinte) dias após a sua expedição, exceto para aqueles documentos cuja validade, pela sua natureza, tenha caráter permanente.

12.3.3 – Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

12.3.4 – Não será aceito, em nenhuma hipótese, apenas o “protocolo” de documento necessário à habilitação.

12.4 – O pregoeiro, para verificação da habilitação e qualificação do licitante, poderá utilizar-se, quando existente, de:

I – pré-qualificações de licitantes;

II – registro cadastral do CINCATARINA ou do PNCP;

III – ferramentas para consultas centralizadas e integradas de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e social das empresas, em especial, o IntegriGOV.

12.4.1 – Prevalecerá a informação obtida diretamente na base de dados do órgão emissor em detrimento à prazo de validade expresso em qualquer certidão.

12.4.2 – O pregoeiro poderá verificar a autenticidade das informações fornecidas nos documentos de habilitação através da consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores das certidões, constituindo meio legal de prova, inclusive para fins de inabilitação e, se for o caso, abertura de processo para aplicação de sanções.

12.5 – O pregoeiro poderá admitir a juntada posterior de documentos de habilitação, após a concessão do prazo previsto no item 12.3, desde que:

I – sejam referentes às declarações emitidas unilateralmente pelo licitante;

II – estejam sob a guarda do CINCATARINA, quando suscitada a questão pelo interessado;

- III – atestem condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame;
- IV – consista em simples compromisso firmado pelo licitante;
- V – sejam necessários ao esclarecimento, à retificação ou à complementação da documentação efetivamente já apresentada pelo licitante;
- VI – atualize documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; ou
- VII – refiram-se a outras situações devidamente analisadas pelo pregoeiro em vista da obtenção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso, desde que assegurado o tratamento isonômico a todos os licitantes.

12.6 – Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá utilizar das prerrogativas previstas na cláusula décima deste edital, inclusive para diligências e saneamento.

12.7 – O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação no prazo fixado neste edital e o desatendimento das diligências e oportunidades de saneamento acarretará a inabilitação do licitante e nas sanções previstas neste edital e na Lei Federal nº 14.133/2021, podendo o pregoeiro convocar para análise da habilitação o licitante que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

13 – DA REANÁLISE DE PREÇOS, DA INEXEQUIBILIDADE E SOBREPREÇO E DA NEGOCIAÇÃO

13.1 – Para fins de evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis, o pregoeiro poderá, após a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar quanto ao seu objeto, realizar reanálise de preços através de nova pesquisa de preços utilizando-se da marca e do modelo do item da proposta.

13.1.1 – O valor resultante da reanálise de preço será utilizado como valor estimado da contratação, inclusive para fins de aferição de valor máximo aceitável e de exequibilidade da proposta.

13.1.2 – A pesquisa para fins de reanálise de preços deverá utilizar preferencialmente 3 (três) valores obtidos na forma prevista nos incisos II e III do caput do art. 77 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, referentes à marca e ao modelo do item da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

13.1.3 – Caso a pesquisa de preços realizada junto à fase preparatória contiver cotações relativas à marca e ao modelo do item da proposta suficientes para cumprimento do disposto no item 13.1.2, o pregoeiro poderá utilizar-se delas para a reanálise de preços, ressalvada a eventual variação das condições de mercado que inviabilize o seu aproveitamento.

13.1.4 – Não serão utilizados para reanálise os valores obtidos caso a pesquisa não atenda ao quantitativo mínimo de 2 (dois) valores.

13.1.5 – Caso o valor da proposta e o valor obtido pela reanálise de preços sejam superiores ao valor estimado junto à fase preparatória, o pregoeiro deverá verificar se o item da proposta provisoriamente em primeiro lugar caracteriza-se como de luxo, nos termos do art. 42 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

13.1.6 – Os valores obtidos pela reanálise de preços poderão ser excepcionalmente desconsiderados, mediante justificativa escrita do pregoeiro que demonstre a ausência de prejuízos ao CINCATARINA, nas seguintes hipóteses:

- I – relevante discrepância em relação aos valores da pesquisa de preços realizada junto à fase preparatória que possa indicar situações excepcionais ou temporárias de mercado;
- II – ausência de outros licitantes aptos a fornecer o objeto; ou
- III – demais hipóteses em que se demonstre a sua imperatividade para a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração.

13.1.7 – Os resultados da reanálise de preço serão comunicados junto ao sistema eletrônico em que se realizar a licitação, junto a íntegra dos dados utilizados para a obtenção dos valores.

13.1.8 – Caso exista adjudicação por lote de itens, nos termos do § 3º do art. 151 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, a realização de reanálise do preço dos itens individuais constantes em grupo de itens durante o julgamento das propostas cumpre os requisitos para a contratação de item pertencente a lote previstos no § 2º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 – Verificada a conformidade da proposta, habilitado o licitante e, se for o caso, realizada a reanálise de preços, serão desclassificadas as propostas que:

- I – permanecerem com os preços acima do orçamento estimado da contratação;
- II – apresentarem preços inexequíveis;
- III – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

13.2.1 – Nas licitações cujo critério de julgamento seja de menor preço global ou por lote, as propostas para lote que apresentarem preços unitários superiores aos valores de referência previamente fixados ou que descumprirem critérios de aceitabilidade alternativos fixados em termo de referência deverão ser desclassificadas nos termos do inciso I do item 13.2.

13.2.2 – Independentemente de o julgamento ser por lote ou individual, a desclassificação em razão de os preços permanecerem acima do orçamento estimado da contratação será sempre precedida da negociação com o licitante prevista no item 13.3 deste edital.

13.2.3 – Será considerado como forte indício de inexequibilidade da proposta a existência de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, no caso de fornecimento de bens e prestação de serviços.

13.2.3.1 – A presença dos indícios previstos neste item conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade, devendo o pregoeiro dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, nos termos do item 13.2.4, incumbindo a este o ônus da prova.

13.2.4 – O pregoeiro, preferencialmente, realizará diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigirá dos licitantes que ela seja demonstrada, podendo utilizar critérios técnicos auxiliares para triagem de propostas de risco, ainda que não estejam previstos neste edital, desde que não interfira no julgamento ou acarrete desclassificação automática e que seja aplicado de forma isonômica e documentada, inclusive solicitando a apresentação pelo licitante das notas fiscais de seus fornecedores, resguardado o sigilo comercial dessas informações, as quais não serão divulgadas aos demais licitantes quando assim for necessário.

13.2.4.1 – Caso não haja controvérsia sobre a inexequibilidade da proposta, que assim se afigure inquestionável à luz do conhecimento técnico e das condições de mercado, amparada por termos objetivos do edital e pelo entendimento da Administração, o pregoeiro poderá, motivadamente, considerar a proposta inexequível, dispensada as diligências previstas neste item 13.2.4.

13.3 – Habilitado o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e verificada a conformidade do objeto e a exequibilidade do valor de sua proposta, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

13.3.1 – A negociação prevista neste item será obrigatória caso o valor da proposta esteja acima do valor resultante da reanálise de preços ou, se ela não for realizada ou seu valor for desconsiderado, da estimativa do valor da contratação.

13.3.2 – A negociação será realizada pelo sistema eletrônico, podendo ser acompanhado pelos demais licitantes.

13.3.3 – O pregoeiro conduzirá a negociação em vistas de obter a proposta mais vantajosa, podendo apresentar ou solicitar contraproposta ao licitante e, inclusive, utilizar como referência os preços ofertados por licitante inabilitado no certame cuja proposta seria exequível.

13.3.4 – Não se admitirá negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

13.3.5 – Caso a negociação se encerre e a proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar permaneça acima do valor resultante da reanálise de preços ou, se ela não for realizada ou seu valor for desconsiderado, da estimativa do valor da contratação, o pregoeiro procederá à sua desclassificação.

13.3.6 – Ocorrendo a desclassificação nos termos do item 13.3.5, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, observado os critérios deste item 13.3, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

13.3.7 – Concluída a negociação, o seu resultado será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório e o licitante deverá encaminhar proposta readequada aos termos da negociação no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

14 – DOS RECURSOS, DAS RESPONSABILIDADES E DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 – Dos atos praticados nesta licitação caberá recurso hierárquico ou pedido de reconsideração, conforme o caso, observadas as disposições do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos arts. 106 a 107 e 237 a 241 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

14.1.1 – Não comportará conhecimento o recurso hierárquico e o pedido de reconsideração, ou a parcela deles, cuja motivação se fundamente, de forma direta ou indireta, apenas na alegação de irregularidade de cláusula do edital, em razão de ser matéria preclusa, suscetível de apreciação na impugnação do edital.

14.1.2 – Será assegurado ao licitante e ao contratado vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.1.3 – O recurso hierárquico e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, exceto sobre medida cautelar aplicada no curso do processo e não revogada pela decisão.

14.1.4 – A retratação do ato ou decisão pela autoridade que o proferiu ou o acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.1.5 – A decisão da autoridade a qual for dirigido o recurso e, se for o caso, da autoridade superior deverá ter registrada sua motivação, para permitir a sua compreensão pelos interessados, podendo-se utilizar, dentre outros, de:

- I – decisões anteriores proferidas pelo CINCATARINA sobre o mesmo tema;
- II – circular, instrução, súmula administrativa, resposta a consulta ou outros instrumentos congêneres;
- III – orientações normativas emitidas pela Assessoria Jurídica.

14.1.5.1 – É facultado à autoridade utilizar a técnica de fundamentação *per relationem*, em que, se concordar com pareceres, jurídicos ou técnicos, de escalões inferiores, poderá apenas encampar o posicionamento, sendo obrigatório o acréscimo de argumentos próprios apenas no caso de seguir outra visão.

14.1.5.2 – A autoridade, antes de decidir, poderá determinar a realização de diligências ou a juntada de documentos que julgar pertinentes.

14.1.5.3 – Na elaboração de suas decisões, a autoridade será auxiliada, conforme solicitado, pela Assessoria Jurídica na Central de Compras Públicas, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

14.1.6 – A autoridade a qual for dirigido o recurso poderá agrupar, para sua análise e, se for caso, posterior julgamento por autoridade superior, os recursos que versarem sobre o mesmo objeto ou sobre objetos conexos e possuírem similaridade de razões que permitam a sua apreciação conjunta sem prejuízo à análise de seus fundamentos.

14.1.7 – A não interposição do recurso no prazo e na forma previstos nesta cláusula opera a preclusão do direito recursal da parte, o que não impede o CINCATARINA de, independentemente de provocação, anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

14.2 – Caberá recurso hierárquico, previsto no inciso I do *caput* do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, dos seguintes atos e decisões na licitação:

- I – julgamento das propostas;
- II – habilitação ou inabilitação de licitante;
- III – anulação ou revogação da licitação;

14.2.1 – O recurso hierárquico interposto contra julgamento das propostas e habilitação ou inabilitação de licitante observará, além das normas gerais do recurso hierárquico previstas nos itens 14.2.3 e seguintes, o disposto a seguir.

14.2.1.1 – Qualquer licitante poderá declarar sua intenção de recorrer através do recurso hierárquico em campo próprio do sistema e no prazo previsto, sob pena de preclusão do direito de recurso pelo licitante, podendo o pregoeiro abrir o prazo para manifestação de recurso em dois blocos: após o julgamento de todos as propostas e, posteriormente, após a realização de todos os atos de habilitação ou inabilitação de licitantes.

14.2.1.2 – Salvo disposição em contrário do pregoeiro, o prazo para declaração da intenção de recurso será de 30 (trinta) minutos, podendo ser, a critério do pregoeiro, reduzido para prazo não inferior a 10 (dez) minutos.

14.2.1.3 – A manifestação de intenção de recurso, indicando o seu objeto, não exige motivação pelo licitante.

14.2.1.4 – Manifestada a intenção de recorrer, o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, iniciado:

I – na data estabelecida previamente pelo pregoeiro, desde que após o término do prazo de manifestação da intenção de recorrer;

II – se inexistente data estabelecida previamente pelo pregoeiro e desde que inexistente a abertura da intenção em lote prevista no item 14.2.1.1, na data de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

14.2.1.5 – O recurso somente será considerado interposto com a apresentação das razões recursais, sendo dispensada ao CINCATARINA a manifestação sobre a mera intenção de recurso quando as razões recursais não forem apresentadas no prazo previsto.

14.2.1.6 – O recurso será dirigido ao pregoeiro, salvo edição do ato recorrido por agente público diverso.

14.2.1.7 – A apreciação dos recursos previstos neste artigo se dará em fase única, após a realização do julgamento e habilitação e antes da adjudicação e homologação.

14.2.2 – O prazo para interposição do recurso, não sendo o caso de prévia manifestação de intenção de recorrer, será de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou, se não for o caso, de publicação do ato no diário oficial ou de lavratura da ata.

14.2.3 – Independente do objeto, o prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início:

I – na data estabelecida previamente pela autoridade que editou o ato, desde que após o término do prazo de interposição do recurso;

II – se inexistente data estabelecida previamente pela autoridade que editou o ato, na data de intimação pessoal; ou

III – caso não haja intimação pessoal, na data de publicização da interposição do recurso.

14.2.4 – O recurso hierárquico será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá exercer o seu direito de retratação do ato ou decisão no prazo máximo, contado do término do prazo para apresentação das contrarrazões, de 3 (três) dias úteis.

14.2.5 – Não havendo retratação, o recurso será encaminhado com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo, contado do recebimento dos autos, de 10 (dez) dias úteis.

14.2.6 – O recurso interposto como hierárquico que não versar sobre ato previsto no item 14.2 será recebido e analisado como pedido de reconsideração, em única instância.

14.3 – Dos atos e decisões da licitação não elencados no item 14.2 e dos quais não caiba recurso hierárquico, caberá apresentação de pedido de reconsideração.

14.3.1 – O prazo para interposição do pedido de reconsideração, contado da data de intimação ou, se não for o caso, de publicação do ato no diário oficial ou de lavratura da ata, será de 3 (três) dias úteis.

14.3.2 – O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início:

I – na data estabelecida previamente pela autoridade que editou o ato, desde que após o término do prazo de interposição do recurso;

II – se inexistente data estabelecida previamente pela autoridade que editou o ato, na data de intimação pessoal; ou

III – caso não haja intimação pessoal, na data de publicização da interposição do recurso.

14.3.3 – O pedido de reconsideração será dirigido e decidido em única instância pela autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida no prazo máximo, contado do término do prazo para apresentação das contrarrazões, de 10 (dez) dias úteis.

14.3.4 – A interposição de pedido de reconsideração meramente protelatório contra decisão que julgar recurso hierárquico ou pedido de reconsideração será considerado abuso do direito, resultando na inadmissão de novos pedidos de reconsideração contra a mesma decisão e, conforme o caso, abertura do processo administrativo sancionador por comportamento inidôneo e perturbação da realização de ato do procedimento licitatório.

14.3.5 – Considerar-se-á meramente protelatório, entre outras hipóteses verificadas no caso concreto:

I – a sucessiva reiteração de pedido de reconsideração contra a mesma decisão;

II – o pedido de reconsideração que, interposto contra decisão de recurso hierárquico ou pedido de reconsideração, se limitar a repetir as alegações trazidas nas razões do recurso original.

14.4 – O recurso hierárquico ou pedido de reconsideração deverá ser interposto da seguinte forma:

I – por intermédio de meio eletrônico, exclusivamente, através da PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br “Acesso Identificado”, sendo aceito até às 23:59h da data limite estipulada pelo pregoeiro (a); ou

II – através de peça original protocolada em meio físico, junto a Sede do CINCATARINA (Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, Florianópolis, SC., CEP 88.070-800), observando-se o horário de expediente, até às 17:30h da data limite estipulada pelo pregoeiro.

14.5 – O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, independentemente de sagrar-se vencedor da licitação.

14.5.1 – O licitante também será responsabilizado administrativamente pelos atos lesivos à administração pública previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 e por outras infrações previstas em legislações extravagantes.

14.5.2 – A aplicação das sanções ao responsável por infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos arts. 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos arts. 244 a 276 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e na eventual legislação de regência de outras infrações e atos lesivos.

14.5.3 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

14.5.4 – A aplicação das penalidades administrativas não afasta eventual responsabilização nas esferas cíveis e penais.

15 – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, realizadas as tratativas referentes à exequibilidade do preço e ausência de sobrepreço, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto nos arts. 109 e 110 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2 – A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta mais vantajosa conforme critério de julgamento previsto na cláusula primeira deste edital, desde que atendidas às demais exigências deste edital.

15.3 – Após a adjudicação e homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo definido no item 3.1.3.1, observadas as disposições do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 162 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

15.4 – Verificadas irregularidades na licitação, a autoridade competente, de ofício ou mediante provocação de terceiros, poderá:

I – quando configurarem vícios sanáveis, determinar o retorno dos autos para saneamento das irregularidades;

II – quando configurarem ilegalidades insanáveis, proceder à anulação da licitação.

15.4.1 – A anulação da licitação poderá ocorrer a qualquer momento, mesmo antes ou após as fases de adjudicação e homologação.

16.3 – Não cabe ao Portal de Compras Públicas ou ao CINCATARINA qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo licitante com o CINCATARINA e os Órgãos Participantes, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

16.4 – Em se tratando de contratação com transferências de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União – OFSS, através de convênio e/ou contrato de repasse, incorpora-se ao presente edital o regramento constante da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, modificada pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 29/2024, ou outra que vier a lhe substituir ou alterar.

16.5 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de proposta;
- c) ANEXO III – Declaração de dados bancários, representante, domicílio eletrônico e assinatura;
- d) ANEXO IV – Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios e ausência de vedações à participação na licitação;
- e) ANEXO V – Declaração de enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- f) ANEXO VI – Declaração de Assistência Profissional;
- g) ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços Consolidada;
- h) ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- i) ANEXO IX – Manifestação do Órgão Participante;
- j) ANEXO X – Minuta do Instrumento de Contrato;
- k) ANEXO XI – Folha de Dados.

Florianópolis (SC), 27 de abril de 2026.

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Assinado eletronicamente por ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h
CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-005
Telefone: (48) 3380 1621



**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

PARA REALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO NA MODALIDADE PREGÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO, DE CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS PARA USO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DOS ENTES CONSORCIADOS, CONSORCIÁVEIS E COOPERADOS AO CINCATARINA.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>
Cincatarina SC, Assinatura: 42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



2.3.2 – As decisões judiciais que fundamentam encontram-se acostadas aos autos deste processo licitatório

3.1. DO OBJETO

3.3.1 – Destaca-se que, sendo licitação para o Sistema de Registro de Preços, os quantitativos discriminados a seguir não obrigam a contratação pela administração pública, nos termos do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021.

3.3.2 – Todas as manifestações de intenção de registro de preços encaminhadas pelos órgãos e entidades dos entes da federação constam nos autos do processo licitatório eletrônico, cujos quantitativos encontram-se discriminados nas páginas seguintes.

3.3.4 – Os quantitativos encontram-se discriminados a seguir.

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	39460	UNIDADE	CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CÁLCIO E CARBOXIMETILCELULOSE. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29033)
2	27048	UNIDADE	CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CÁLCIO E CARBOXIMETILCELULOSE. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29034)
3	49980	UNIDADE	CURATIVO EM PLACA COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29035)
4	38350	UNIDADE	CURATIVO EM PLACA COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. Tamanho 10cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29036)
5	11257	UNIDADE	CURATIVO ANTIMICROBIANO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29037)
6	28602	UNIDADE	MALHA ANTIMICROBIANA. Tamanho 7cm x 9cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29038)
7	2167	UNIDADE	CURATIVO ANTIMICROBIANO EM POMADA À BASE DE CADEXÔMERO IODADO. Tubo com no mínimo 40g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33248)
8	28787	BISNAGA	CREME DE BARREIRA. Bisnaga com no mínimo 60g ou 60ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29039)
9	11940	BISNAGA	CREME DE BARREIRA DE LONGA DURAÇÃO. Bisnaga com no mínimo 90g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29206)
10	7140	FRASCO	PROTETOR CUTÂNEO. Frasco spray com no mínimo 28ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29040)
11	7720	FRASCO	PROTETOR CUTÂNEO. Frasco spray com no mínimo 50ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29041)
12	12556	UNIDADE	BANDAGEM BOTA DE UNNA COM POLIAMINOPROPIL BIGUANIDA (PHMB). Tamanho mínimo 10cm (L) x 9m (C) e tamanho máximo 11cm (L) x 9,5m (C). Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29042)
13	30072	UNIDADE	BANDAGEM BOTA DE UNNA. Tamanho mínimo 10cm (L) x 9m (C) e tamanho máximo 11cm (L) x 9,5m (C). Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29043)
14	822	UNIDADE	BANDAGEM EXTENSÍVEL DE MÉDIA/ALTA COMPRESSÃO. Tamanho mínimo 10 cm (L) x 3 m (C) e máximo 12 cm (L) x 4 m (C). Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33452)
15	16156	UNIDADE	CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, NÃO RECORTÁVEL. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29044)
16	24211	UNIDADE	CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA, RECORTÁVEL. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29045)
17	27142	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29046)
18	12472	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. Tamanho 18cm x 18cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29047)
19	5421	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA, MODELO CALCÂNEO. Tamanho mínimo de 14cm x 18cm e máximo 19cm x 20cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29048)
20	8518	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA, MODELO SACRAL. Tamanho mínimo de 15cm x 19cm e máximo 23cm x 23cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29049)
21	16021	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29050)
22	6280	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. Tamanho 17,5cm x 17,5cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29051)



23	5872	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA E CARBONO ATIVADO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29052)
24	4201	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA E CARBONO ATIVADO. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29053)
25	9417	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO, MODELO CALCÂNEO. Tamanho mínimo de 18cm x 18cm e máximo 25,5 cm x 25,5cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29054)
26	322	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO, MODELO CALCÂNEO. Tamanho mínimo 22 cm x 23 cm e máximo 24 cm x 26 cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33453)
27	15398	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO, MODELO SACRAL. Tamanho mínimo de 20cm x 20cm e máximo 25cm x 25cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29055)
28	17755	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29056)
29	14065	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29057)
30	4409	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO, MODELO SACRAL. Tamanho mínimo 16,5cm x 20cm e máximo 17,5 cm x 22cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29058)
31	6009	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO, MODELO SACRAL. Tamanho mínimo 21cm x 21cm e máximo 25cm x 25cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29059)
32	4898	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA ÁREAS DE ARTICULAÇÕES, COM ESTRUTURA E BORDAS FLEXÍVEIS. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33240)
33	4370	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA ÁREAS DE ARTICULAÇÕES, COM ESTRUTURA E BORDAS FLEXÍVEIS. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33241)
34	2122	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA ÁREAS DE ARTICULAÇÕES, COM ESTRUTURA E BORDAS FLEXÍVEIS. Tamanho 15cm x 20cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33242)
35	4629	UNIDADE	CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CLORETO DE DIALQUIL CARBAMOIL (DACC). Tamanho 12,5cm x 12,5cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29062)
36	4465	UNIDADE	CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. Tamanho 6,5cm X 6,5cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29064)
37	5275	UNIDADE	CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. Tamanho 6cm X 7cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29065)
38	4930	UNIDADE	CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. Tamanho 8cm X 8cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29066)
39	4198	UNIDADE	CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. Tamanho 9cm X 9cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29067)
40	16933	UNIDADE	CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMETILCELOULOSE E PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29068)
41	8299	UNIDADE	CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM IBUPROFENO. Tamanho 10 cm x 10 cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29069)
42	15431	UNIDADE	CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29070)
43	12889	UNIDADE	CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29071)
44	3987	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO ANTIMICROBIANO DE TRANSFERÊNCIA DE EXSUDATO. Tamanho 15cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29072)
45	12102	UNIDADE	COBERTURA NÃO ADERENTE ANTIMICROBIANA DE HIDROALGINATO COM PRATA. Tamanho 11cm x 11cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29207)



46	5676	UNIDADE	COBERTURA NÃO ADERENTE ANTIMICROBIANA DE HIDROALGINATO COM PRATA. Tamanho 10cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29208)
47	6080	UNIDADE	CURATIVO ABSORVENTE COM COLÁGENO E ALGINATO DE CÁLCIO. Tamanho 5cm x 5cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29209)
48	6403	UNIDADE	CURATIVO ABSORVENTE COM COLÁGENO E ALGINATO DE CÁLCIO. Tamanho 10cm x 11cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29210)
49	21069	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29073)
50	14713	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29074)
51	31921	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, PRATA IÔNICA E AGENTES ANTI-BIOFILME. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29075)
52	13793	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, PRATA IÔNICA E AGENTES ANTI-BIOFILME. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29076)
53	20134	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, ALGINATO DE CÁLCIO E PRATA IÔNICA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29077)
54	18209	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, ALGINATO DE CÁLCIO E PRATA IÔNICA. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29080)
55	4294	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM FIBRAS DE ÁLCOOL POLIVINÍLICO E PRATA. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29078)
56	3456	UNIDADE	CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM FIBRAS DE ÁLCOOL POLIVINÍLICO E PRATA. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29079)
57	4718	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA USO PÓS-OPERATÓRIO. Tamanho 9cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33245)
58	4297	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA USO PÓS-OPERATÓRIO. Tamanho 10cm x 15cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33246)
59	3633	UNIDADE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA USO PÓS-OPERATÓRIO. Tamanho 10cm x 20cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33247)
60	7735	UNIDADE	FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO EM ROLO PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS. Tamanho 10cm x 10m. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33243)
61	90595	UNIDADE	COMPRESSA DE NÃO TECIDO, COMPOSTA DE ALGODÃO E FIBRAS DE POLIÉSTER. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29082)
62	12758	UNIDADE	COBERTURA DE NÃO TECIDO IMPREGNADA COM CLORETO DE SÓDIO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29083)
63	32345	UNIDADE	GAZE NÃO ADERENTE CONFECCIONADA EM ACETATO DE CELULOSE, OU RAYON OU MALHA. Tamanho 7cm x 7cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29085)
64	30970	UNIDADE	GAZE NÃO ADERENTE CONFECCIONADA EM ACETATO DE CELULOSE OU RAYON OU MALHA. Tamanho mínimo 7cm x 10cm e máximo 8cm x 15cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29084)
65	163366	UNIDADE	GAZE NÃO ADERENTE, CONFECCIONADA EM RAYON. Tamanho 7cm x 7cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29086)
66	176107	UNIDADE	GAZE NÃO ADERENTE, CONFECCIONADA EM RAYON. Tamanho mínimo 7cm x 10cm e máximo 8cm x 15cm. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29087)
67	40140	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE COM EMULSÃO DE PETROLATUM. Tamanho 7cm x 7cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29089)
68	41270	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE COM EMULSÃO DE PETROLATUM. Tamanho 7cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29088)



69	26390	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE DE ACETATO DE CELULOSE IMPREGNADA COM EMULSÃO DE PETROLATO. Tamanho 7,5cm x 7,5cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29211)
70	14671	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE DE ACETATO DE CELULOSE IMPREGNADA COM EMULSÃO DE PETROLATO. Tamanho 7cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29212)
71	12891	UNIDADE	MALHA DE ALGODÃO IMPREGNADA COM PARAFINA E SOLUÇÃO DE ACETATO DE CLOREXIDINA BP A 0,5%. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29090)
72	24980	UNIDADE	CURATIVO HIDROCOLÓIDE EM PLACA, EXTRAFINO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29091)
73	28975	UNIDADE	CURATIVO HIDROCOLÓIDE EM PLACA, REGULAR. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29092)
74	15336	UNIDADE	CURATIVO HIDROCOLÓIDE EM PLACA, REGULAR. Tamanho 20cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29093)
75	8616	BISNAGA	CURATIVO DEBRIDADOR EM GEL. Bisnaga com no mínimo 08g e máximo 15g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29094)
76	7349	BISNAGA	CURATIVO DEBRIDADOR EM GEL. Bisnaga com no mínimo 15g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29095)
77	8523	BISNAGA	CURATIVO DEBRIDADOR EM GEL. Bisnaga com no mínimo 25g e no máximo 30g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29096)
78	30636	BISNAGA	HIDROGEL COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. Bisnaga com no mínimo 80g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29097)
79	24927	BISNAGA	HIDROGEL COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CARBOXIMETILCELULOSE. Bisnaga com no mínimo 80g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29098)
80	10315	BISNAGA	HIDROGEL AMORFO, NÃO CITOTÓXICO, SEM ALGINATO. Bisnaga com no mínimo 80g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29213)
81	18939	FRASCO	LOÇÃO OU CREME HIDRATANTE COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAS E VITAMINAS A e E, SEM PERFUME. Frasco com no mínimo 200ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29099)
82	18167	FRASCO	LOÇÃO OU CREME HIDRATANTE COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAS E VITAMINAS A e E. Frasco com no mínimo 200ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN33244)
83	4228	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE DE SILICONE. Tamanho 5cm x 7,5cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29214)
84	4963	UNIDADE	MALHA NÃO ADERENTE DE SILICONE. Tamanho 7,5cm x 11cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29215)
85	6835	UNIDADE	CURATIVO POROSO REVESTIDO COM SILICONE. Tamanho 10cm x 18cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29101)
86	10896	UNIDADE	MEMBRANA POROSA DE CELULOSE. Tamanho 7,5cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29102)
87	49186	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E VITAMINAS A e E. Frasco com 100ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29103)
88	81208	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E VITAMINAS A e E. Frasco com no mínimo 200ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29104)
89	27878	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COPAÍBA, MELALEUCA E VITAMINAS A e E. Frasco com no mínimo 100ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29105)
90	11287	UNIDADE	LENÇO REMOVEDOR DE ADESIVOS. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29106)
91	8317	FRASCO	SPRAY REMOVEDOR DE ADESIVOS. Frasco spray com no mínimo 50ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29108)
92	7120	UNIDADE	SOLUÇÃO DE IRRIGAÇÃO DE FERIDAS À BASE DE ÁCIDO HIPOCLOROSO. Frasco com 250ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29109)
93	3606	FRASCO	SOLUÇÃO PARA HIGIENIZAÇÃO DA ÁREA PERISTOMAL E PERI FÍSTULAS. Frasco com no mínimo 180ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29107)
94	11559	FRASCO	SABONETE ANTISSEPTICO COM CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA (PHMB). Frasco com 500ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29110)
95	12042	FRASCO	GEL A BASE CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA (PHMB) 0,1%. Frasco com no mínimo 50g. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29111)
96	11717	FRASCO	SOLUÇÃO DE IRRIGAÇÃO DE FERIDAS. Frasco com no mínimo 100ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29112)

97	24835	FRASCO	SOLUÇÃO DE IRRIGAÇÃO DE FERIDAS. Frasco com no mínimo 350ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29113)
98	15	UNIDADE	ADAPTIC, TAMANHO 7,6CM X 7,6CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29114) AÇÃO JUDICIAL
99	15	UNIDADE	AQUACEL AG+ EXTRA, TAMANHO 10CM X 10CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29117) AÇÃO JUDICIAL
100	15	UNIDADE	AQUACEL EXTRA, TAMANHO 10CM X 10CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29115) AÇÃO JUDICIAL
101	24	FRASCO	AQUASEPT PLUS, FRASCO SPRAY COM 250ML. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29118) AÇÃO JUDICIAL
102	84	TUBO	DUODERM GEL HIDROATIVO, TUBO COM 15G. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29116) AÇÃO JUDICIAL
103	84	UNIDADE	INTRASITE GEL, APLICADOR COM 25G. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29119) AÇÃO JUDICIAL
104	60	UNIDADE	MEMBRACEL, TAMANHO 12CM X 18CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29120) AÇÃO JUDICIAL
105	735	UNIDADE	MÉPILEX TRANSFER, TAMANHO 20CM X 50CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29121) AÇÃO JUDICIAL
106	24	FRASCO	PRONTOSAN, FRASCO COM 350ML. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29122) AÇÃO JUDICIAL
107	120	UNIDADE	URGOTUL AG, TAMANHO 10CM X 12CM. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29123) AÇÃO JUDICIAL

* O texto "(CIN????)", ao final de cada descritivo dos itens, refere-se ao cadastro de bens e serviços do CINCATARINA, trata-se de um controle de uso interno que não deverá ser considerado na especificação do item.

3.3.5 – Vale ressaltar que os itens nn. 14 (CIN33452) e 26 (CIN33453) foram adicionados ao escopo deste processo licitatório após a realização do Estudo Técnico Preliminar.

3.3.5.1 – Isso ocorreu, pois, alguns órgãos participantes mostraram interesse em registrar sua intenção de quantitativo quanto a outros curativos para atendimento de suas demandas específicas para as quais não havia plena compatibilidade nenhum outro item do Estudo Técnico Preliminar (Anexo III do Termo de Referência).

3.3.5.2 – Por esta razão, muito embora não tenham sido contemplados no Estudo Técnico Preliminar, mas atuando o CINCATARINA para atender as demandas manifestadas pelos entes consorciados (os quais bem conhecem as suas realidades e necessidades ao realizarem este pedido), foram adicionados os itens supracitados.

3.4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.4 – Conforme já exposto, a presente licitação tem como objetivo o registro de preços dos itens descritos neste Termo de Referência, na forma de registro formal de preços para contratações futuras através de ata de registro de preços, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, especialmente de seus arts. 144 a 158 e 206 a 230.

3.4.1 – O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que celebrado o aditivo dentro do prazo de sua vigência e comprovada a manutenção do preço vantajoso, nos termos do art. 84, *caput*, da Lei Federal n. 14.133/2021 e observadas as disposições do art. 211 da Resolução n. 400/2025 do CINCATARINA.

3.4.1.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, desde que previsto na ata ou no edital de licitação, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas, conforme §§ 2 e 3º do art. 211 da Resolução n. 400/2025 do CINCATARINA.

3.4.1.2 – Excepcionalmente, nos casos de esgotamento do quantitativo registrado, será admitida a antecipação da prorrogação, pelo prazo de 1 (um) ano, com a renovação das quantidades.

3.4.2 – Nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 214 da Resolução n. 400/2025 do CINCATARINA, o prazo de vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços não se confunde com aquele da ata de registro de preços, mas deverá ser assinado durante a vigência da ata e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

3.4.2.1 – Além do disposto na ata de registro de preços, tratando-se de contratação por escopo para entrega de bens, o contrato poderá valer-se de prazo fixo, a ser definido pelo órgão gerenciador, no qual todas as obrigações contratuais possam ser cumpridas adequadamente, ou do próprio prazo de entrega, podendo-se acrescentar prazo compatível com o cumprimento das demais obrigações contratuais, observando-se as demais disposições do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 167 desta Resolução.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. DA HABILITAÇÃO

4.1 – Conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar, poderão participar desta licitação todas e quaisquer pessoas, empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas nos documentos deste processo licitatório – em especial neste Termo de Referência e no Edital e nos seus anexos – e demais regramentos e normativas existentes e aplicáveis sobre a área de fornecimento, observadas as demais disposições acerca de vedações e permissões a serem incluídas no edital.

4.1.1 – A participação na licitação e posterior assinatura do instrumento dela decorrente pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do objeto a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados e nas folhas de dados presentes nos autos deste processo licitatório e que também estarão anexas ao edital.

4.1.2 – Para habilitação na presente licitação, será exigida do licitante a comprovação das habilitações jurídica e fiscal, social e trabalhista.

4.1.2.1 – A seguinte documentação será exigida no certame para comprovar sua habilitação:

Declarações exigidas por lei:

- a) DECLARAÇÃO de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (ANEXO IV do Edital);
- b) DECLARAÇÃO, junto à proposta, de que seu conteúdo compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação (ANEXO II do Edital);
- c) DECLARAÇÃO de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (ANEXO IV do Edital);
- d) DECLARAÇÃO de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o que estabelece o Decreto Federal nº 4.358/2002 (ANEXO IV do Edital);

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual. As empresas sediadas em Estados que façam a divisão entre certidões negativas de débitos inscritos e não inscritos na dívida ativa, para fins de comprovação de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, somente serão consideradas habilitados e regulares aquelas que juntarem ambas as certidões;
- h) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- i) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- j) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS);
- k) Prova regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011;

Habilitação Jurídica:

l) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

m) Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante ou outro meio de autenticação reconhecido, inclusive eletrônico, cópias dos respectivos RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, do Outorgante e do Outorgado;

Para os itens cuja **Folha de Dados** exigir a apresentação de **registro/notificação na ANVISA**, será exigido da licitante vencedora a apresentação de:

n) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) da empresa licitante, expedida pela ANVISA, em situação ativa e compatível com o produto ofertado.

o) Cópia do Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual e ou Municipal (válido e vigente).

4.1.2.2 – A forma de apresentação dos documentos de habilitação encontrar-se-á disposta em edital.

4.1.2.3 – Os documentos referentes à habilitação fiscal, social e trabalhista poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

4.1.2.4 – Os documentos referidos nos itens “n” e “o”, serão obrigatórios para os itens em que é necessário apresentação dos certificados de registro na ANVISA, quando exigidos na folha de dados.

4.1.3 – As condições de habilitação exigidas durante a licitação deverão ser regularmente mantidas e comprovadas junto ao Órgão Gerenciador através do sistema ou plataforma por ele indicado durante a vigência dos instrumentos decorrentes da licitação, a exemplo do IntegriGov.

4.1.4 – A dispensa da exigência da qualificação técnica é intrínseca ao objeto licitado – fornecimento de bens sobre os quais as documentações facultativas dos incisos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 não possuem correlação – e a dispensa da exigência da habilitação econômico-financeira encontra-se justificada junto ao Estudo Técnico Preliminar.

4.1.5 – Para fins de avaliação da conformidade da Proposta com o objeto descrito, em especial à prestação de assistência aos profissionais que realizarão o atendimento aos usuários desses produtos, a documentação abaixo deverá ser encaminhada pela empresa vencedora:

a) Declaração formal através do seu Representante Legal, que disponibilizará um profissional, enfermeiro estomaterapeuta habilitado a prestar assistência aos profissionais que atendem os pacientes usuários destes produtos, incluindo informações de contato (nome, telefone e e-mail) do responsável para fins de agendamento do treinamento e suporte técnico, conforme anexo específico do edital.

a.1) Estarão dispensados de apresentar esta Declaração os fornecedores dos itens: 8, 9, 10, 11, 14, 60, 81, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101 e 106.

4.1.5.1 – O fornecedor deverá realizar até 05 (cinco) capacitações por órgão participante, por meio de profissional enfermeiro estomaterapeuta habilitado, as quais poderão ser realizadas de forma presencial ou virtual, conforme a necessidade e solicitação do órgão participante.

4.1.5.2 – O agendamento das referidas capacitações ficará sob responsabilidade do órgão participante, devendo ser realizado previamente junto ao fornecedor, por meio dos contatos por este disponibilizados.

4.2. DO ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS

4.2 – Como requisito para a contratação, os itens licitados devem atender às legislações e normas técnicas que estabelecem os requisitos de dimensões, material, uso, manutenção, descarte, entre outros. As normas a serem atendidas, a depender do bem em específico e sem exclusão de outras que vierem a ser aplicáveis, são:

I. **Manual para regularização de equipamento médico e software como dispositivo médico na ANVISA, publicado em 2025 – versão 1.3 e RDCs nele elencadas** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: traz instruções normativas e orientações acerca da regularização dos equipamentos médicos e softwares usados com fins médicos no Brasil;

II. **Lei n. 6.360/1976** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;

III. **Lei Nº 12.305, de 2 de agosto 2010** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;

IV. **Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências;

V. **RDC nº 222, de 28 de março de 2018** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências;

VI. **RDC nº 16, de 1 de abril de 2014** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas;

VII. **RDC nº 153, de 26 de abril de 2017** ou outra(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: dispõe sobre a Classificação do Grau de Risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências;

VIII. **RDC nº 751, de 15 de setembro de 2022** ou outras(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas - Dispõe sobre a classificação de risco, os regimes de notificação e de registro, e os requisitos de rotulagem e instruções de uso de dispositivos médicos;

IX. **RDC nº 907, de 19 de setembro de 2024** ou outras(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas - Dispõe sobre a definição, a classificação, os requisitos técnicos para rotulagem e embalagem, os parâmetros para controle microbiológico, bem como os requisitos técnicos e procedimentos para a regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes;

X. **Resolução COFEN nº 787 de 21 de agosto de 2025** ou outras(s) que vier(em) a substituir e suas referências normativas: regulamenta a atuação da equipe de enfermagem na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação de pessoas com Lesões Cutâneas.

4.3. OUTROS REQUISITOS RELATIVOS AO OBJETO

4.3.1 – Da justificativa técnica para inclusão de tecnologias específicas:

4.3.1.1 - Considerando os benefícios clínicos e econômicos, alguns itens solicitados pelos órgãos participantes foram incluídos ao processo e podem ser tecnicamente justificados como estratégia eficaz e custo-efetivas para o manejo avançado de feridas de difícil tratamento, promovendo melhores desfechos clínicos, com aceleração da cicatrização e redução de complicações; diminuição do tempo de internamento e necessidade de intervenções complexas, como antibioticoterapia prolongada ou procedimentos cirúrgicos; melhoria da qualidade de vida dos pacientes, por meio da redução da dor, controle da infecção local, prevenção de recorrências e menor impacto funcional. Sob a perspectiva da gestão pública, sua adoção favorece o uso racional de recursos públicos, ao reduzir custos indiretos com transporte, novos tratamentos e ocupação de leitos hospitalares. Dessa forma, a incorporação desses insumos justifica-se tanto sob a perspectiva clínica quanto sob a ótica da gestão pública eficiente, alinhando-se às diretrizes de cuidado centrado no paciente, segurança assistencial e sustentabilidade dos serviços de saúde. A seguir será detalhada as particularidades e a importância do uso de cada cobertura:

4.3.1.2 - Os benefícios decorrentes do uso de um **creme de barreira de longa duração**, se devem ao fato de ter um tempo de ação de no mínimo 72 horas. Isso na prática requer menos manipulação da área lesionada ou exposição de peles com risco elevado de lesão. Seu uso protege a pele seca, com assaduras, vermelha ou irritada, através da manutenção da hidratação e manutenção do PH adequado, protege áreas de exposição de fluidos corporais, incontinência fecal e/ou urinária, exposição a suco gástrico e exsudato de feridas. Diferentemente dos produtos convencionais, esse insumo apresenta, conforme já mencionado, tecnologia de longa duração, comprovadamente eficaz na manutenção da integridade cutânea por períodos estendidos, reduzindo a necessidade de reaplicações frequentes e manipulação contínua da área afetada – o que apresenta um diferencial técnico relevante para pacientes críticos ou com alta dependência de cuidados.

4.3.1.3 - A utilização de um curativo de **malha flexível revestida com prata nano cristalina** proporciona ação antimicrobiana de amplo espectro, com liberação sustentada de íons prata por até 3 dias. Essa característica contribui para a rápida redução da carga microbiana, incluindo microrganismos multirresistentes (incluindo Pseudomonas, MRSA e VR), auxiliando no controle de infecções locais e na prevenção de complicações sistêmicas. Consequentemente, há diminuição do risco de agravamento do quadro clínico, redução do tempo de internação e menor necessidade de antibioticoterapia sistêmica. Sua estrutura em malha altamente flexível permite excelente conformabilidade aos contornos anatômicos, inclusive em áreas de difícil fixação ou grande mobilidade, garantindo melhor adaptação ao leito da ferida. Além disso, apresenta baixa aderência, o que reduz o trauma e a dor durante as trocas, promovendo maior conforto ao paciente e preservação do tecido de granulação.

4.3.1.4 - A utilização de **curativo antimicrobiano não medicamentoso** em feridas agudas e crônicas com presença ou risco de colonização crítica e infecção, oferece ao profissional de saúde uma alternativa terapêutica segura e eficaz. Por não liberar substâncias antimicrobianas ativas no leito da lesão, reduz de forma significativa os riscos de citotoxicidade, reações adversas locais e desenvolvimento de resistência microbiana. Sua tecnologia é baseada no **Cloreto de Dialquil Carbamoil (DACC)**, substância hidrofóbica que promove a ligação irreversível de bactérias e fungos à superfície do curativo por mecanismo exclusivamente físico. Esse processo possibilita a captura e remoção dos microrganismos do leito da ferida sem a liberação de agentes químicos ou farmacológicos, preservando o tecido viável e favorecendo condições adequadas para a cicatrização. Tal característica assume especial relevância no contexto atual de uso racional de antimicrobianos e no fortalecimento das estratégias de prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde. Ademais, a redução eficaz da carga microbiana contribui diretamente para o controle da infecção, promovendo ambiente propício à reparação tecidual. Como consequência, observa-se diminuição de complicações, redução do tempo de tratamento e menor necessidade de antibioticoterapia sistêmica, refletindo em melhores desfechos clínicos, maior segurança ao paciente e maior eficiência na utilização dos recursos assistenciais.

4.3.1.5 - A utilização de curativo de **espuma de poliuretano com prata e carbono ativado**, associa a eficácia antimicrobiana da prata e controle de odor proporcionado pelo carvão ativado, promovendo melhor qualidade de vida ao paciente, controle da infecção local e aceleração do processo de cicatrização. Essa escolha representa uma solução tecnicamente segura e eficaz em casos complexos que exigem controle simultâneo de infecção, odor e exsudato.

4.3.1.6 - O **curativo de espuma com liberação controlada de ibuprofeno**, representa importante alternativa terapêutica para o tratamento de feridas exsudativas associadas à dor, oferecendo ao profissional de saúde uma abordagem integrada para manejo simultâneo do exsudato e da dor local. Sua tecnologia possibilita a liberação contínua e em baixa concentração de ibuprofeno diretamente no leito da ferida, promovendo redução eficaz da dor inflamatória local. Esse mecanismo permite controle analgésico sustentado sem necessidade imediata de intensificação da analgesia sistêmica, proporcionando maior conforto ao paciente, inclusive durante as trocas de curativo, momento frequentemente associado a exacerbação dolorosa. O ibuprofeno atua na inibição de mediadores inflamatórios, contribuindo para a redução de edema, hiperemia e desconforto, o que favorece condições mais adequadas ao processo de cicatrização. Paralelamente, a estrutura em espuma de poliuretano apresenta elevada capacidade de absorção e retenção de exsudato, mantendo ambiente úmido ideal e minimizando o risco de maceração da pele perilesional. A adequada redução da dor impacta diretamente na qualidade de vida do paciente e na adesão ao tratamento, especialmente em casos de feridas crônicas dolorosas, como úlceras venosas e lesões oncológicas. Dessa forma, o uso desse tipo de curativo contribui não apenas para o conforto e segurança do paciente, mas também para a efetividade do cuidado e otimização dos resultados clínicos.

4.3.1.7 - Em determinadas especificações técnicas de **espumas para tratamento de feridas**, solicita-se que o produto possua **capacidade de absorção vertical**, exigência que se justifica por representar um avanço tecnológico relevante no manejo moderno de lesões, especialmente aquelas com exsudato moderado a elevado. A absorção vertical consiste na capacidade do curativo de captar o exsudato diretamente do leito da ferida e direcioná-lo para as camadas internas do material absorvente, afastando a umidade da superfície da lesão e da pele perilesional. Diferentemente da absorção lateral, na qual o fluido se dispersa horizontalmente e pode alcançar as bordas da ferida, esse mecanismo reduz significativamente o risco de maceração, prevenindo o comprometimento da pele adjacente e a ampliação da área lesionada. Ao conduzir e reter o exsudato em seu interior, o curativo mantém um ambiente úmido equilibrado, condição essencial para o adequado processo de cicatrização, ao mesmo tempo em que evita o excesso de umidade superficial. Esse controle contribui para maior estabilidade do leito da ferida e melhores condições para formação de tecido de granulação. Adicionalmente, a retenção segura do exsudato nas camadas internas auxilia na redução da carga microbiana local, considerando que o fluido pode conter microrganismos, enzimas proteolíticas e mediadores inflamatórios capazes de retardar a cicatrização. Dessa forma, há potencial diminuição de complicações infecciosas e inflamatórias. Sob o ponto de vista assistencial e econômico, a utilização de curativos com tecnologia de absorção vertical promove maior eficiência terapêutica, podendo reduzir a frequência de trocas, minimizar intercorrências relacionadas à maceração e contribuir para a diminuição do tempo de tratamento. Trata-se, portanto, de recurso

tecnológico que qualifica o cuidado, aumenta a segurança do paciente e otimiza os resultados clínicos no manejo de feridas agudas e crônicas.

4.3.1.8 - O **curativo adesivo multicamadas para áreas de articulações, com estrutura e bordas flexíveis**, constitui uma opção tecnicamente avançada para o tratamento de feridas agudas e crônicas com exsudação de leve a intensa, especialmente em áreas de difícil mobilidade ou articulação. Sua estrutura flexível permite adaptação eficaz aos contornos corporais e aos movimentos constantes de áreas como joelhos, cotovelos e região sacral, mantendo aderência segura tanto em pacientes ativos quanto naqueles com mobilidade reduzida. Essa capacidade de conformação reduz o risco de descolamento precoce e aumenta a estabilidade do curativo ao longo do período de uso. A possibilidade de a cobertura estender-se em até 360° constitui um diferencial essencial no tratamento de feridas localizadas em extremidades, articulações e superfícies irregulares. A cobertura circunferencial permite envolver completamente a área afetada, promovendo vedação eficiente e proteção integral do leito da ferida contra agentes externos, como microrganismos, sujidades e umidade excessiva. Além disso, a extensão em 360° favorece a adaptação homogênea aos contornos anatômicos, acompanhando os movimentos naturais do paciente sem comprometer a fixação. Essa característica minimiza a formação de dobras, pontos de tensão ou áreas de atrito que podem causar desconforto, dor ou lesões na pele perilesional. Em regiões articulares, onde o movimento é constante, essa flexibilidade é ainda mais relevante, pois curativos menos adaptáveis tendem a perder a aderência ou gerar microtraumas repetitivos. Outro aspecto fundamental é a contribuição da cobertura circunferencial para a manutenção de um ambiente terapêutico ideal, com equilíbrio adequado da umidade e controle do exsudato, favorecendo o processo fisiológico de cicatrização. O contato uniforme com a superfície cutânea potencializa a função protetora e terapêutica do curativo, promovendo maior segurança clínica e eficácia no tratamento. Sua tecnologia avançada proporciona benefícios clínicos significativos, como maior conforto ao paciente, segurança durante o uso prolongado, redução do risco de complicações e racionalização de recursos, decorrente de trocas menos frequentes. O intervalo estendido entre as substituições também diminui a manipulação da ferida, reduzindo o risco de infecção e de lesões cutâneas associadas ao manejo, além de contribuir para uma experiência terapêutica mais confortável e segura.

4.3.1.9 - A utilização de **curativo primário antimicrobiano com tecnologia de transferência de exsudato** justifica-se por oferecer abordagem terapêutica mais eficiente no manejo de feridas com exsudato leve a moderado, associadas a sinais de infecção ou risco de infecção. Diferentemente de coberturas convencionais que apenas absorvem o exsudato localmente, esse tipo de curativo permite a transferência controlada do fluido para um curativo secundário absorvente, preservando o leito da ferida, evitando maceração e mantendo condições ideais para cicatrização. A presença de prata com liberação contínua confere ação antimicrobiana eficaz e sustentada, com efeito prolongado por até 14 dias, promovendo redução da carga microbiana local. Essa liberação controlada contribui para o controle da infecção sem necessidade de trocas frequentes, favorecendo estabilidade do ambiente da ferida e maior conforto ao paciente. Outro diferencial relevante é a camada adesiva de silicone, que adere suavemente à pele perilesional sem fixar-se ao leito da lesão. Essa característica reduz trauma tecidual, dor e sangramento durante as trocas, preservando o tecido de granulação e contribuindo para melhor evolução cicatricial. Sua flexibilidade e adaptabilidade permitem moldagem a áreas irregulares ou cavitárias, garantindo contato uniforme com o leito da ferida, inclusive em regiões anatômicas de difícil manejo. Essa conformabilidade amplia sua aplicabilidade clínica e melhora a eficácia terapêutica. A associação entre barreira antimicrobiana, manutenção do ambiente úmido e transferência eficiente do exsudato contribui para o controle local da infecção, podendo reduzir a necessidade de intervenções sistêmicas, como antibioticoterapia prolongada ou procedimentos cirúrgicos. Dessa forma, trata-se de tecnologia que alia eficácia clínica, segurança ao paciente e potencial racionalização de recursos assistenciais quando comparada a curativos convencionais.

4.3.1.10 - A utilização de um **curativo não aderente** e altamente absorvente composto por uma almofada de algodão/poliéster entre duas camadas de filme de poliéster perfurada se justifica por ser amplamente utilizado no tratamento de feridas agudas, feridas cirúrgicas, lacerações, abrasões e queimaduras superficiais. Quando comparado a tecnologias mais complexas, apresenta benefícios específicos que o tornam uma opção eficiente e custo-efetiva em determinadas indicações clínicas. Um dos principais diferenciais é a sua camada perfurada de contato com a ferida, desenvolvida para minimizar a aderência ao leito da lesão. Essa característica reduz o trauma tecidual e a dor durante a remoção, protegendo o tecido de granulação recém-formado e favorecendo a continuidade do processo cicatricial. O curativo também possui uma camada interna altamente absorvente, capaz de manejar exsudato em volume leve a moderado, contribuindo para a manutenção de ambiente úmido controlado — condição essencial para a cicatrização adequada. Ao mesmo tempo, sua estrutura simples permite troca fácil e rápida, otimizando o tempo da equipe assistencial. Do ponto de vista assistencial, sua utilização é especialmente adequada em feridas cirúrgicas primárias, áreas doadoras de enxerto e lesões superficiais, nas quais não há indicação de terapias antimicrobianas avançadas ou alto controle de exsudato. Nesses casos, o uso de tecnologias mais complexas pode representar custo adicional sem benefício clínico proporcional.

4.3.1.11 - A utilização de **hidrogel** cuja formulação contenha carboximetilcelulose sódica, alginato de cálcio e sódio, hidantoína DMDM, sorbato de potássio, trietanolamina, ácido bórico, carbômero 940 e água purificada justifica-se por se tratar de composição que assegura hidratação eficaz do leito da ferida, adequada estabilidade físico-química e segurança microbiológica do produto durante o uso. A carboximetilcelulose sódica, o alginato e o carbômero 940 são responsáveis pela formação e estabilidade da estrutura do gel, conferindo viscosidade adequada e permitindo permanência do produto no leito da lesão. A água purificada promove a hidratação necessária para manutenção de ambiente úmido favorável à cicatrização. Já a hidantoína DMDM e o sorbato de potássio atuam como conservantes, prevenindo contaminação bacteriana e fúngica após a abertura, enquanto a trietanolamina e o ácido bórico auxiliam no controle do pH e na estabilidade da formulação. Assim, a combinação desses componentes assegura eficácia clínica, estabilidade do produto e segurança durante o uso. Uma das características desse hidrogel é a capacidade de permanecer aberto e estável por até 28 dias, quando armazenado conforme as orientações do fabricante. Essa durabilidade reduz desperdícios, evita descarte precoce e melhora a eficiência do estoque, especialmente em tratamentos que utilizam pequenas quantidades por aplicação. Além disso, facilita o planejamento de curativos seriados, garantindo continuidade terapêutica com segurança, desde que mantidas as condições adequadas de armazenamento e manuseio asséptico.

4.3.1.12 - A **cobertura não aderente antimicrobiana de hidroalginato** com prata representa tecnologia avançada para o manejo de feridas com exsudato moderado a elevado, associadas à presença ou risco de infecção. Trata-se de curativo não tecido composto por alginato, fibras de carboximetilcelulose (CMC) e fibras de nylon revestidas com prata, laminado por camada de contato não aderente com o leito da ferida. Sua composição alia alta capacidade de absorção ao controle antimicrobiano sustentado, uma vez que a prata é liberada de forma contínua por até 7 dias, promovendo redução eficaz da carga microbiana local. Diferentemente de coberturas absorventes sem agente antimicrobiano, oferece proteção adicional contra proliferação bacteriana; em comparação com curativos de prata de ação curta, apresenta efeito prolongado, reduzindo a necessidade de trocas frequentes e proporcionando maior estabilidade ao leito da ferida. A presença combinada de alginato e CMC favorece a formação de gel em contato com o exsudato, o que contribui para manutenção de ambiente úmido ideal ao reparo tecidual, além de auxiliar no sequestro de microrganismos e detritos. Essa característica torna o produto especialmente indicado em feridas altamente exsudativas, nas quais tecnologias de baixa absorção poderiam resultar em maceração e atraso cicatricial. Outro diferencial relevante é sua estrutura coesa, que permite remoção íntegra e atraumática, minimizando o risco de desprendimento de fibras no leito da lesão. Em comparação com alguns curativos de alginato convencionais, essa propriedade reduz a necessidade de irrigação intensa para remoção de resíduos e protege o tecido de granulação recém-formado. A camada de contato não aderente reforça a segurança do uso, reduzindo dor e trauma nas trocas, aspecto especialmente importante em feridas complexas ou dolorosas. Assim, quando comparada a outras tecnologias, essa cobertura oferece combinação equilibrada de absorção eficiente, ação antimicrobiana sustentada e proteção do tecido viável, atendendo de forma abrangente às necessidades clínicas de feridas com exsudato e risco infeccioso. Dessa forma, trata-se de solução terapêutica que agrega eficácia clínica, segurança ao paciente e potencial otimização de recursos assistenciais, sobretudo em cenários em que o controle da infecção, a preservação do tecido recém-formado e o conforto do paciente são prioridades no plano de cuidado.

4.3.1.13 - O **curativo absorvente com colágeno e alginato de cálcio** constitui tecnologia diferenciada para o tratamento de feridas agudas e crônicas com exsudação leve a moderada, especialmente na presença de tecido de granulação ou em fase de formação. Sua relevância clínica, quando comparado a outras coberturas convencionais, está na associação de bioestimulação tecidual com controle adequado da umidade, atuando não apenas como cobertura passiva, mas como elemento ativo no processo de cicatrização. A presença do colágeno confere importante vantagem terapêutica, pois atua como matriz extracelular temporária, favorecendo a migração de fibroblastos, estimulando a deposição de colágeno endógeno e promovendo a reepitelização. Esse mecanismo é particularmente benéfico em feridas crônicas que apresentam estagnação no processo cicatricial, condição em que curativos meramente absorventes não são suficientes para reativar a dinâmica de reparo tecidual. O alginato de cálcio, por sua vez, proporciona capacidade de absorção controlada, formando gel ao entrar em contato com o exsudato. Essa transformação contribui para a manutenção de ambiente úmido ideal, condição essencial para a regeneração celular, além de auxiliar no desbridamento autolítico quando necessário. Diferentemente de tecnologias que apenas absorvem o exsudato de forma passiva, o gel formado adapta-se ao leito da ferida, reduzindo risco de maceração da pele perilesional. Dessa forma, trata-se de tecnologia que agrega valor terapêutico ao cuidado de feridas, sendo especialmente indicada em situações nas quais se busca não apenas controlar o exsudato, mas também reativar e otimizar o processo cicatricial, promovendo melhores desfechos clínicos e maior eficiência assistencial.

4.3.1.14 - O curativo primário não aderente composto por **carboximetilcelulose (CMC), prata iônica e agentes anti-biofilme (EDTA e cloreto de benzetônio)** representa tecnologia avançada para o manejo de feridas críticas e/ou crônicas com exsudato moderado a elevado, especialmente na presença de sinais de infecção ou biofilme estabelecido. Diferentemente de curativos convencionais que atuam apenas no controle da umidade ou exclusivamente na ação antimicrobiana, essa tecnologia associa controle eficaz do exsudato, ação antimicrobiana sustentada e ruptura

de biofilme, oferecendo abordagem terapêutica mais abrangente e direcionada às complexidades das feridas de difícil cicatrização. A Combinação de prata iônica com agentes surfactantes e quelantes desestabilizam e removem o biofilme, permitindo a ação mais eficaz da prata sobre as bactérias. O biofilme é amplamente reconhecido como um dos maiores fatores que dificultam a cicatrização de feridas, pois fornece proteção às bactérias contra tratamentos convencionais. O gel coeso e transparente formado pela CMC cria um contato íntimo com o leito da ferida, tanto em lesões cavitárias quanto superficiais, garantindo o controle eficaz do microambiente favorecendo a cicatrização bem como o desbridamento autolítico. Curativos compostos por 100% de carboximetilcelulose sódica (CMC) apresentam alta capacidade de absorver e reter o exsudato verticalmente de forma eficaz, evitando a drenagem lateral do exsudato e, assim, prevenindo danos nas bordas da ferida, como a maceração. Além disso, essas fibras demonstram alta capacidade de retenção mesmo sob compressão – seja pelo peso do paciente ou por terapias compressivas, como aquelas aplicadas em membros inferiores. A absorção vertical eficiente é essencial para proteger as margens da ferida, promovendo uma cicatrização mais rápida e reduzindo o risco de formação de tecido inviável e aumento da carga microbiana. Os Curativos compostos por 100% de carboximetilcelulose sódica (CMC) apreseem costuras de celulose regenerada dispostas nos sentidos horizontal e vertical, aumentando a resistência estrutural durante a gelificação e facilitando a remoção integral em uma única. Essa característica é crucial durante as trocas das coberturas, pois a permanência de resíduos no leito da ferida pode gerar um ambiente pró-inflamatório, comprometendo a cicatrização e aumentando o risco de infecção. Conclui-se que o uso dessa tecnologia com mecanismo de ação específico contra biofilme e resistência bacteriana, favorece uma evolução clínica mais rápida, melhora a resposta inflamatória local e reduz complicações, promovendo maior segurança ao paciente e melhor custo-benefício terapêutico.

4.3.1.15 - O curativo primário não aderente composto por fibras de álcool polivinílico (PVA) associadas à prata representa tecnologia diferenciada para o manejo de feridas infectadas com exsudato médio a elevado, oferecendo desempenho superior quando comparado a coberturas absorventes convencionais. Sua estrutura em trama dupla de fibras de PVA proporciona capacidade de absorção aproximadamente 23% maior que hidrofibras à base de carboximetilcelulose, permitindo retenção eficiente do exsudato mesmo em situações de maior carga líquida. Esse diferencial reduz o risco de saturação precoce do curativo e mantém controle mais estável da umidade local. Ao mesmo tempo, promove ambiente úmido controlado, condição essencial para o processo fisiológico de cicatrização. Outro aspecto relevante é a capacidade de retenção vertical do exsudato, impedindo seu retorno ao leito da ferida, inclusive quando submetido à compressão terapêutica. Essa característica minimiza hiper-hidratação e maceração da pele perilesional, complicações frequentemente observadas com tecnologias de menor capacidade de retenção. A presença de prata confere ação antimicrobiana eficaz, contribuindo para a redução da carga bacteriana e para o controle da infecção local. Em comparação com curativos absorventes sem agente antimicrobiano, oferece proteção adicional contra proliferação microbiana, especialmente em feridas críticas. Sua remoção é atraumática e indolor, sendo o curativo retirado de forma íntegra, sem desprendimento de fibras ou resíduos no leito da lesão. Essa característica é particularmente importante em feridas cavitárias ou com túneis, nas quais resíduos podem atuar como corpo estranho, favorecer reinfecção, prolongar o tratamento e gerar aumento de custos assistenciais. Em comparação com outras tecnologias absorventes, o desempenho do curativo com fibras de PVA e prata contribui para maior estabilidade do ambiente da ferida, redução do número de trocas, prevenção de complicações infecciosas e potencial aceleração do processo cicatricial. Dessa forma, configura-se como alternativa tecnicamente superior no manejo avançado de feridas complexas, associando alta absorção, controle antimicrobiano e segurança na remoção.

4.3.1.16 - A cobertura não tecido impregnada com cloreto de sódio consiste em material macio de visco/poliéster que, ao entrar em contato com o exsudato, libera cloreto de sódio e cria um meio hipertônico no leito da ferida. Esse mecanismo osmótico favorece a atração e retenção de exsudato, bactérias e detritos celulares para o interior do curativo, contribuindo de forma ativa para a limpeza da lesão. Diferentemente de coberturas absorventes convencionais, que apenas captam o exsudato de maneira passiva, essa tecnologia associa absorção e ação osmótica, promovendo limpeza autolítica mais eficiente. Ao tornar o meio local hipertônico, auxilia na remoção de tecido necrótico úmido, esfacelo e secreção purulenta, sendo especialmente indicada para feridas cavitárias ou superficiais com exsudato moderado a alto e sinais de infecção. Seu mecanismo favorece o controle do excesso de umidade sem maceração da pele adjacente, além de contribuir para redução da carga bacteriana local. Em comparação com tecnologias que exigem desbridamento mecânico mais agressivo, oferece alternativa menos traumática, promovendo remoção progressiva de tecidos desvitalizados e auxiliando inclusive no controle de hipergranulação. Outro diferencial relevante é que o produto não deixa resíduos no leito da ferida e apresenta remoção atraumática e indolor, reduzindo risco de reinfecção e desconforto ao paciente. Essa característica é particularmente importante em lesões cavitárias, nas quais a permanência de fragmentos pode comprometer a evolução clínica. Assim, trata-se de opção terapêutica assertiva para lesões úmidas com tecido inviável, pois sua ação osmótica auxilia no desbridamento úmido não traumático, no controle do exsudato contaminado e na preparação adequada do leito da ferida para terapias subsequentes. Quando comparada a outras tecnologias exclusivamente absorventes ou apenas antimicrobianas, oferece abordagem integrada de limpeza, controle de umidade e suporte à cicatrização, contribuindo para evolução mais rápida da lesão e otimização dos recursos assistenciais.

4.3.1.17 - A **malha não aderente de acetato de celulose impregnada com emulsão de petrolato** configura-se como curativo primário estratégico no manejo de feridas com tecido sensível, risco elevado de aderência, presença de dor ou possibilidade de trauma durante as trocas. Sua indicação é particularmente relevante em enxertos cutâneos, queimaduras, feridas cirúrgicas recentes e áreas com tecido de granulação frágil. Diferentemente de coberturas que podem aderir ao leito da ferida à medida que o exsudato seca, essa tecnologia atua como camada de contato protetora, minimizando o trauma mecânico e preservando o tecido recém-formado. A estrutura da malha de acetato de celulose, material sintético derivado da celulose tratada, apresenta baixa absorção e maior estabilidade estrutural, o que impede sua incorporação ao leito da lesão e reduz o risco de sangramento e dor na remoção. A impregnação com petrolato mantém o leito da ferida protegido contra o ressecamento, contribuindo para a manutenção de ambiente úmido controlado, condição essencial para a cicatrização por segunda intenção. Ao mesmo tempo, sua permeabilidade permite a passagem do exsudato para um curativo secundário absorvente, possibilitando associação com diferentes tecnologias conforme o nível de exsudação. Sua alta conformabilidade favorece adaptação a diferentes formatos e profundidades de feridas, inclusive em áreas anatômicas irregulares, garantindo cobertura homogênea sem comprometer a mobilidade local. Além disso, a remoção atraumática contribui para maior adesão ao tratamento, redução da dor e menor risco de complicações secundárias. Dessa forma, trata-se de tecnologia essencial no arsenal terapêutico, complementando outras coberturas absorventes ou antimicrobianas, ao oferecer proteção eficaz do leito da ferida, preservação do tecido viável e melhora da experiência do paciente durante o tratamento.

4.3.1.18 - A **malha de algodão impregnada com parafina e solução de acetato de clorexidina BP a 0,5%** constitui um curativo primário indicado para feridas com risco de infecção, colonização bacteriana ou necessidade de proteção do leito contra trauma mecânico e aderência. Sua relevância clínica está na associação de ação antimicrobiana tópica eficaz com proteção não aderente do tecido viável, reunindo dois objetivos terapêuticos em uma única cobertura. Diferentemente de malhas apenas parafinadas, que oferecem proteção mecânica, mas não atuam no controle microbiano, esta tecnologia incorpora a clorexidina (antisséptico de amplo espectro, com atividade contra bactérias gram-positivas e gram-negativas) contribuindo para a redução da carga bacteriana local e auxiliando na prevenção da progressão para infecção estabelecida. Em comparação com coberturas com prata ou outras tecnologias antimicrobianas de maior complexidade e custo, apresenta alternativa eficaz e economicamente viável para feridas com risco de contaminação, mas que não demandam terapias avançadas. A base de parafina garante característica não aderente, evitando a incorporação da malha ao tecido de granulação, reduzindo dor, sangramento e trauma durante as trocas. Esse diferencial é particularmente importante em feridas cirúrgicas recentes, áreas doadoras, lacerações e lesões superficiais, nas quais a preservação do tecido recém-formado é essencial para adequada evolução cicatricial. Outro aspecto relevante é sua flexibilidade operacional: a possibilidade de recorte e adaptação ao tamanho da ferida minimiza desperdícios, permite melhor aproveitamento do material e favorece racionalização de custos, especialmente em serviços com alta demanda assistencial. Pode ainda ser associada a curativos secundários absorventes, conforme o nível de exsudação, ampliando sua versatilidade terapêutica. Ao aliar controle microbiano local, proteção do tecido viável, conforto ao paciente e custo-benefício favorável, essa cobertura se posiciona como opção estratégica no manejo de feridas agudas ou crônicas com risco de infecção, contribuindo para evolução clínica adequada, redução de complicações e otimização dos recursos assistenciais.

4.3.1.19 - O **hidrogel amorfo, não citotóxico, sem alginato** destaca-se por reunir segurança, eficácia clínica e excelente custo-benefício, características que o tornam uma opção superior em comparação a muitos produtos similares disponíveis. Diferentemente de diversos hidrogéis que contêm alginato em sua formulação, este produto é livre de alginato, o que proporciona maior estabilidade da estrutura amorfa e melhor controle da umidade no leito da ferida, sem formar resíduos ou exigir remoções mecânicas mais agressivas. Além disso, trata-se de um produto não citotóxico, garantindo maior segurança para o tecido viável e reduzindo o risco de atraso no processo cicatricial, fator essencial no tratamento de feridas crônicas e de difícil cicatrização. Sua principal indicação é a promoção do ambiente úmido ideal, condição amplamente reconhecida como fundamental para a cicatrização adequada. Enquanto muitos produtos do mercado atuam apenas na hidratação superficial, este hidrogel favorece efetivamente o debridamento autolítico, estimulando a remoção natural de tecidos desvitalizados (necrose e esfacelo) sem causar trauma adicional. Como resultado, promove de forma eficiente a formação de tecido de granulação e acelera a epitelização. A composição de água deionizada, glicerina, carboximetilcelulose sódica, alantoína, álcool benzílico e conservantes (metilparabeno e propilparabeno), proporciona hidratação prolongada, viscosidade adequada e ação calmante, além de contribuir para a estabilidade microbiológica do produto. A presença de conservantes permite uma durabilidade de até 3 meses após aberto, desde que armazenado corretamente. Comparado a outros hidrogéis que exigem descarte em curto prazo após a abertura, este produto reduz perdas, evita desperdícios e otimiza recursos, um aspecto especialmente importante em serviços públicos de saúde e instituições com alto volume de atendimentos.

4.3.1.20 - A **malha não aderente de silicone**, é um curativo de última geração, composto por uma malha ultrafina de polietileno revestida com silicone suave. Foi desenvolvido para proteger o leito da ferida, minimizando o trauma e a dor durante as trocas, especialmente em feridas com tecidos frágeis ou dolorosas. A camada de silicone permite que o curativo seja facilmente removido, reduzindo dor e lesão ao tecido na troca. Possui alta conformabilidade,

4.3.1.21 - A **solução de irrigação de feridas à base de ácido hipocloroso** representa um avanço significativo no manejo de feridas quando comparada a soluções tradicionais, como soro fisiológico isolado, clorexidina ou povidona-iodo. Indicada para limpeza, irrigação e hidratação de feridas agudas e crônicas — inclusive infectadas, cavitárias e com presença de biofilme, essa solução associa eficácia antimicrobiana de amplo espectro com baixa citotoxicidade, característica fundamental que a diferencia de muitos antissépticos convencionais. Enquanto produtos como iodóforos e biguanidas podem apresentar potencial irritativo ou citotóxico ao tecido viável, o ácido hipocloroso atua de forma seletiva sobre microrganismos, preservando células essenciais ao processo cicatricial, como fibroblastos e queratinócitos. A combinação de hipoclorito e ácido hipocloroso promove ação antisséptica eficaz contra bactérias, fungos e vírus, com rápida redução da carga microbiana. Um de seus principais diferenciais em relação às soluções comuns é a capacidade de romper e remover biofilme bacteriano, estrutura protetora que dificulta a ação de antimicrobianos e retarda a cicatrização. Ao atuar diretamente sobre o biofilme, o produto contribui para a resolução de infecções crônicas e melhora a resposta ao tratamento. Outro aspecto que reforça sua superioridade é a biocompatibilidade com tecidos sensíveis, como cartilagem hialina, tendões e ossos, algo particularmente relevante em feridas profundas ou cavitárias. Diferentemente de soluções mais agressivas, não causa dano adicional ao tecido exposto, reduzindo o risco de atraso na cicatrização. O pH neutro e a excelente tolerabilidade permitem uso frequente, tanto em ambiente hospitalar quanto ambulatorial, sem provocar dor ou ardor significativo. Além disso, não requer enxágue após a aplicação, o que simplifica protocolos assistenciais, reduz tempo de procedimento e aumenta a praticidade para a equipe de saúde.

4.3.1.22 - A utilização de um **curativo multicamada para uso pós cirúrgico** apresenta vantagens relevantes em comparação aos curativos pós-cirúrgicos tradicionais (como gaze com fita adesiva ou curativos simples absorventes), especialmente em termos de segurança, conforto e desempenho clínico. O produto incorpora tecnologia de silicone macio que promove adesão segura à pele íntegra sem aderir ao leito úmido da ferida, possibilitando remoção atraumática. Essa característica reduz significativamente a dor durante as trocas, minimiza o risco de sangramento e preserva o tecido de granulação, favorecendo o processo fisiológico de cicatrização. Em contraste, curativos tradicionais podem aderir ao leito da ferida após a secagem do exsudato, ocasionando trauma local e desconforto ao paciente. A estrutura multicamadas apresenta elevada capacidade de absorção e retenção de exsudato, contribuindo para o controle da umidade e prevenindo a maceração da pele perilesional. Essa propriedade permite maior tempo de permanência no local, conforme avaliação clínica, reduzindo a necessidade de trocas frequentes. A menor manipulação da incisão cirúrgica está associada à diminuição do risco de contaminação externa e, consequentemente, à redução potencial de complicações infecciosas. Destaca-se ainda a redução do risco de lesões cutâneas associadas a adesivos médicos (MARSIs), evento frequentemente relacionado ao uso repetido de fitas adesivas convencionais, especialmente em pacientes idosos ou com fragilidade cutânea. Sob a perspectiva assistencial e econômica, a possibilidade de permanência prolongada, associada à menor necessidade de trocas, resulta em otimização do tempo da equipe de enfermagem, racionalização de insumos e potencial redução de custos indiretos relacionados a complicações e retrabalho.

4.3.1.23 - A utilização de um **curativo antimicrobiano em pomada** à base de cadexômero iodado confere vantagens clínicas relevantes quando comparada a outras abordagens terapêuticas, devido ao seu perfil biomecânico e bioquímico diferenciado, sobretudo em feridas crônicas complexas, como úlceras venosas, úlceras do pé diabético, úlceras por pressão e feridas infectadas ou de difícil cicatrização. A tecnologia de cadexômero iodado libera iodo de forma controlada no leito da ferida, proporcionando ação bactericida eficaz contra uma ampla gama de microrganismos, incluindo bactérias Gram-positivas e Gram-negativas, fungos e biofilmes microbianos. Tal mecanismo contribui para a redução da carga microbiana local e para o restabelecimento de um ambiente favorável à cicatrização. O cadexômero confere à pomada elevada capacidade de absorção de exsudato, detritos e tecido desvitalizado, favorecendo a remoção suave de biofilme e detritos teciduais. Essa função é distintiva quando comparada a curativos que apenas absorvem exsudato sem promover essa ação de limpeza ativa (ex.: alginatos ou espumas convencionais). Comparativamente a outros antimicrobianos tópicos, o iodo apresenta vantagens específicas em feridas com alto volume de exsudato, presença de tecido desvitalizado, suspeita de biofilme espesso e necessidade de desbridamento químico leve. Sua liberação gradual também contribui para o controle de odores frequentemente associados a feridas infectadas ou altamente exsudativas, proporcionando benefício adicional ao conforto do paciente e à sua qualidade de vida. Adicionalmente, a combinação entre elevada capacidade de absorção e controle antimicrobiano sustentado pode possibilitar maior intervalo entre trocas de curativo, reduzindo a frequência de manipulação da lesão, o desconforto do paciente e os custos operacionais relacionados ao cuidado. Diante dessas características, justifica-se a indicação

preferencial do curativo em pomada à base de cadexômero iodado em situações de feridas crônicas complexas ou de difícil cicatrização, quando comparado a tecnologias convencionais ou com menor atividade terapêutica integrada.

4.3.1.24 - A utilização de um **filme de poliuretano em rolo** com taxa de transmissão de vapor de umidade (MVTR – *Moisture Vapor Transmission Rate*) $\geq 800 \text{ g/m}^2/24 \text{ h}$ é importante, pois esse parâmetro influencia diretamente o processo de cicatrização, o conforto do paciente e a integridade da pele. A MVTR é considerada um parâmetro crítico para filmes de poliuretano utilizados na fixação de curativos e dispositivos médicos, pois determina a capacidade do material de permitir a difusão do vapor de água proveniente da pele e do leito da ferida para o ambiente externo. Dessa forma, o filme atua como uma barreira contra líquidos e microrganismos, ao mesmo tempo em que permite a respiração da pele por meio da passagem controlada de vapor de umidade. A cicatrização de feridas ocorre de forma mais eficiente em um ambiente úmido controlado, condição que favorece processos celulares como migração epitelial, formação de tecido de granulação e atividade enzimática envolvida na reparação tecidual. No entanto, quando o filme apresenta baixa taxa de transmissão de vapor, a umidade tende a se acumular sob o curativo, o que pode resultar em maceração da pele perilesional, caracterizada pelo amolecimento e esbranquiçamento da pele, tornando-a mais frágil e suscetível a lesões. Assim, é fundamental que o filme permita a evaporação adequada do vapor de água, mantendo o equilíbrio entre retenção de umidade necessária para a cicatrização e a prevenção do excesso de umidade na interface pele-curativo. Além disso, o acúmulo de umidade sob o filme pode comprometer o desempenho do sistema adesivo, reduzindo a adesão do curativo à pele e favorecendo o descolamento precoce do material, o que pode levar à necessidade de trocas mais frequentes. Esse fenômeno também aumenta o risco de irritação cutânea e desconforto para o paciente. Dessa forma, a especificação de filmes de poliuretano com $\text{MVTR} \geq 800 \text{ g/m}^2/24 \text{ h}$ contribui para garantir adequado gerenciamento da umidade, melhor manutenção da adesão do curativo e maior segurança para a pele, favorecendo o desempenho clínico do produto.

4.3.1.25 - O uso da **bandagem extensível de média/alta compressão** apresenta elevada relevância clínica por sua capacidade de melhorar o retorno venoso, reduzindo o acúmulo de líquidos nos membros inferiores e contribuindo diretamente para a diminuição do edema. Esse mecanismo favorece a cicatrização de feridas, minimiza o risco de complicações e proporciona maior conforto ao paciente. Como diferencial, destaca-se a capacidade de oferecer compressão graduada e consistente, mantendo níveis terapêuticos adequados por períodos mais prolongados. Sua elasticidade calibrada possibilita adaptação adequada ao membro, sem comprometer o conforto, reduzindo o risco de intercorrências como garroteamento ou pressão excessiva em pontos específicos. Adicionalmente, evidencia-se a durabilidade e a estabilidade da compressão ao longo do tempo, fatores que contribuem para melhores desfechos clínicos e para a otimização dos recursos, ao reduzir a necessidade de trocas frequentes. Soma-se a isso a facilidade de uso e aplicação, que permite maior padronização pela equipe de saúde, reduz a variabilidade técnica entre profissionais e torna o procedimento mais ágil e seguro, contribuindo para a eficiência do cuidado prestado.

4.3.2 - Diante da análise técnica realizada, verifica-se que os insumos em questão consistem em diversos tipos de coberturas, curativos e soluções voltadas ao manejo avançado de feridas, incorporando tecnologias modernas e comprovadamente eficazes no tratamento de feridas agudas e crônicas. Tais produtos oferecem benefícios amplos e significativos, não apenas no âmbito assistencial, mas também sob a perspectiva da gestão da saúde pública, uma vez que contribuem para a aceleração do processo de cicatrização, controle eficaz de infecções, redução da dor e desconforto do paciente, prevenção de complicações secundárias, além da diminuição do tempo de internação e da consequente redução de recursos hospitalares.

4.3.2.1 – Destaca-se que, embora existam outros produtos disponíveis no mercado, grande parte deles não apresenta desempenho clínico equivalente em termos de eficácia, durabilidade da ação, segurança e impacto no processo de cicatrização, especialmente em casos complexos e de difícil resolução. Muitos desses produtos convencionais demandam reaplicações frequentes, promovem menor adesividade ou proteção insuficiente frente a fluidos corporais, o que aumenta o risco de infecções e de deterioração do tecido. A tecnologia presente nos insumos ora especificados diferencia-se por oferecer maior resistência, menor manipulação da área afetada, propriedades de absorção e controle da umidade otimizadas, além de comprovação científica quanto à sua superioridade terapêutica.

4.3.2.2 - A inclusão dos referidos insumos no presente processo licitatório revela-se medida tecnicamente justificável e necessária, visando à garantia da qualidade da assistência prestada, à segurança do paciente, ao uso racional dos recursos públicos e à maior eficiência dos serviços de saúde. Ademais, a inclusão desses itens atende aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da eficiência, da economicidade, da legalidade e do interesse público, contribuindo para a adequada consecução dos objetivos institucionais e para a observância dos princípios basilares que norteiam os processos licitatórios.

4.3.2 – Da disponibilização de assessoramento profissional especializado:

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-005
Telefone: (48) 3380 1621

4.3.2.1 - Alguns dos itens presentes no processo, por apresentarem prática de uso normalmente mais simples - como loção oleosa à base de ácidos graxos essenciais e vitaminas A e E; creme de barreira; protetor cutâneo; curativo filme de poliuretano em rolo; loção ou creme hidratante com ácidos graxos essenciais; solução de irrigação de feridas; solução para higienização da área peristomal e peri fístulas; sabonete antisséptico para higienização; gel de limpeza de feridas; spray e lenço removedor de adesivos – não demandam suporte técnico especializado.

4.3.2.2 - Para os demais itens, que envolvem maior complexidade de uso, tecnologias mais recentes e, portanto, maior necessidade de saneamento de dúvidas e esclarecimentos técnicos sobre o uso e a composição dos produtos, deverá ser disponibilizado profissional para assessoramento aos profissionais da saúde, promovendo o uso adequado dos curativos e contribuindo para uma melhor eficácia terapêutica. Em razão disso, foi solicitada a documentação prevista no item 4.1.5 do presente Termo de Referência.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 – O valor da contratação fora estimado a partir dos quantitativos já expostos no corpo deste Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 – Importante salientar, contudo, que o valor estimado ou valor máximo da contratação, conforme já exposto no Estudo Técnico Preliminar, será sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 80 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

5.2.1 – Dessa forma, compete ao agente de contratação e à equipe de apoio a observância de tais dispositivos, para fins de julgamento e aceitação das propostas, sendo as estimativas dos valores apenas divulgadas após o encerramento do envio de lances.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes das contratações que se originarem do registro de preços desta licitação correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada órgão participante, referente ao exercício corrente e seguintes.

6.1.1 – A indicação de dotação orçamentária somente será realizada para fins de assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento hábil decorrente da ata de registro de preços desta licitação, previamente à realização do empenho e formalização do instrumento.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 – Através da licitação compartilhada a ser realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, e auxiliada pelo Sistema de Registro de Preços, devidamente regulamentado pela Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, será selecionado como fornecedor de cada item aquele que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que atendidas às exigências e disposições das folhas de dados, deste Termo de Referência e do Edital a ser publicado.

7.2. EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

7.2 – Nos termos do art. 98 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e art. 17, § 3º, do art. 41, inciso II, e do art. 42, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigido do licitante detentor do menor lance classificado provisoriamente em primeiro lugar, previamente à adjudicação do objeto, o envio de amostra dos itens, a fim de que seja possível assegurar-se que o bem proposto pelo licitante se conforma, de fato, às exigências estabelecidas nas folhas de dados, no Termo de Referência e no Edital.

7.2.1 – Será exigida apresentação de **amostra no formato eletrônico** de todos os itens listados neste Termo de Referência.

7.2.1.1 – As amostras no formato eletrônico deverão ser enviadas através do sistema eletrônico em que se realizar o certame, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas – consideradas apenas em dias úteis – definido pelo agente de contratação, através dos documentos definidos no edital de licitação.

7.2.1.2 – Os documentos aceitos para amostragem eletrônica encontram-se descritos no edital.

7.2.1.3 – Poderá ser exigida, nos termos do edital, o envio de amostras físicas caso as amostras nos formatos digitais não sejam suficientes para sanar todas as dúvidas quanto ao atendimento às exigências apresentadas.

8. MODELO DE GESTÃO

8.1 – Homologada a licitação, o órgão gerenciador procederá à formalização das atas de registro de preços através de certificação digital e as consolidará.

8.1.1 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento pelo licitante vencedor nas condições estabelecidas, mas não obriga o órgão gerenciador ou os órgãos participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que motivada, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8.1.2 – Será de responsabilidade do órgão gerenciador a prática de todos os atos de disponibilização, operacionalização, controle e administração da ata de registro de preços, especialmente aqueles previstos no art. 146 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, inclusive a aplicação de penalidade e realização de extinção de instrumentos, nos termos previstos em ata.

8.1.2.1 – Na contratação do órgão participante decorrente desta ata de registro de preços, o órgão gerenciador, acompanhará as contratações e mediará os procedimentos e a comunicação em relação ao fornecedor, podendo realizar todos os atos gerenciais necessários para garantir a plena execução do objeto contratual, nos termos da ata de registro de preços.

8.1.3 – O fornecedor deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante a vigência da ata de registro de preços, comprovando-a regularmente ao órgão gerenciador na forma prevista na ata.

8.2 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento pelo fornecedor nas condições estabelecidas, mas não obriga o órgão gerenciador ou os órgãos participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que motivada, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8.2.1 – A contratação com os fornecedores registrados será realizada pelo órgão participante na forma e através dos instrumentos previstos na ata de registro de preços, os quais deverão ser formalizados durante o prazo de vigência dela.

8.2.1.1 – Caso o instrumento de contrato não seja necessário, as contratações serão formalizadas através do envio de autorizações de fornecimento ao fornecedor registrado, o qual deverá confirmar o seu recebimento nos termos e prazos previstos em ata.

8.2.1.2 – Nas eventuais contratações para as quais o instrumento de contrato seja necessário, utilizar-se-á da minuta anexa ao edital, a qual será assinada nos termos e prazos previstos em ata.

8.2.2 – A contratação decorrente da ata de registro de preços deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratação com o fornecedor será formalizada pelo órgão participante por intermédio de instrumento de contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 161 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

9.1.1 – As contratações decorrentes da ata de registro de preços serão formalizadas, preferencialmente, através de autorização de fornecimento, observadas as disposições previstas na ata e a eventual necessidade de formalização de instrumento de contrato.

9.1.2 – A contratação, para fornecimento parcelado dos bens, deverá ser formalizada, conforme a necessidade de cada órgão participante, dentro do prazo de vigência desta ata de registro de preços, devendo nela especificar a classificação orçamentária.

9.1.3 – É de total autonomia e responsabilidade do órgão participante o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do órgão gerenciador na decisão de contratação.

9.1.4 – Os recebimentos provisório e definitivo do objeto ficarão a cargo do órgão participante, o qual indicará gestor e fiscal para a contratação, conforme regulamento próprio.

9.1.4.1 – Salvo designação prévia, especialmente na intenção de registro de preço, a vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da solicitação de fornecimento e será consignada no instrumento contratual com a sua respectiva ciência.

9.1.4.2 – Salvo distribuição diversas de atribuições em regulamentação do órgão participante, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

9.2. ENTREGA DO OBJETO

9.2 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) que será enviada por meio eletrônico, no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, e deverá ser enviado o arquivo XML para o e-mail indicado na Autorização de Fornecimento, devendo o fornecedor ficar ciente da área territorial de atuação do CINCATARINA, que é o Estado de Santa Catarina e seus 295 municípios.

9.2.1 – Ficará sob total responsabilidade da contratada a realização do adequado transporte e a manutenção em perfeitas condições de armazenamento de todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

9.2.2 – Todas as despesas relacionadas às entregas no endereço indicado pela contratante correrão por conta exclusiva da contratada, incluídos os custos de transporte, troca de peças, horas técnicas e deslocamento de pessoal.

9.3. GARANTIA DO OBJETO

9.3 – O prazo de garantia dos itens a serem fornecidos não será inferior àquele previsto na folha de dados, se superior, na proposta do licitante que venceu a licitação, sem exclusão da garantia legal.

9.3.1 – Na ausência de disposição em folha de dados, o prazo de garantia não será inferior a 30 dias.

9.3.2 – O prazo de garantia será contado a partir da efetiva entrega dos bens à contratante, mesmo que as folhas de dados estabeleçam uma data inicial em contrário.

9.3.3 – O prazo para que o produto com defeito seja consertado ou, sendo o caso, substituído, será de 30 (trinta) dias, contados a partir do registro de ocorrência no sistema Gescon ou do aviso do defeito do produto à contratada ou fabricante, podendo-se, caso justificativo, deferir eventual pedido de prorrogação deste prazo.

9.3.3.1 – Ficará sob total responsabilidade da contratada a prestação da garantia e o saneamento de eventuais vícios na entrega dos bens.

9.3.3.2 – Todas as despesas relacionadas à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva da contratada, incluídos os custos de transporte, troca de peças, horas técnicas e deslocamento de pessoal.

9.3.3.3 – Salvo disposição em contrário referente a algum dos itens, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor à forma de prestação da garantia.

9.3.3.4 – Para o eventual conserto/manutenção/reparo do bem defeituoso ou viciado, exige-se a utilização de peças/componentes/itens originais e novos, conforme dispõe o art. 21 do CDC.

9.3.3.4.1 – Após o conserto ou a substituição, o bem terá mais 90 dias de garantia legal, nos termos do art. 26, do CDC, não se excluindo eventual prazo em aberto referente à garantia contratual ou a outra garantia disponibilizada pelo fornecedor.

9.3.4 – No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados, se superior, na proposta do licitante que venceu a licitação.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

10.1 – Por se tratar de simples aquisição de bens comuns, inexistem critérios de medição a serem fixados.

10.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.2 – A realização do empenho, da liquidação e do pagamento pela contratação é de responsabilidade exclusiva do órgão participante que realizar a contratação decorrente da ata, podendo o órgão gerenciador executar as medidas que julgar necessárias junto ao sistema informatizado para evitar a realização de contratações sem o processo adequado de aplicação de despesa.

10.2.1 – o pagamento pelas contratações decorrentes desta ata de registro de preços será feito pelo órgão participante em favor do fornecedor, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento do objeto contratual, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica e arquivo XML, mediante prévios recebimento e liquidação.

10.2.1.1 – Não serão realizados pagamentos sem os prévios recebimentos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e liquidação, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

10.2.2 – O pagamento será realizado mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens objeto da contratação, acompanhados da respectiva nota fiscal.

10.2.2.1 – As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto.

10.2.2.2 – Ressalvas situações descritas na ata de registro de preços, somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade do fornecedor manter a identidade de informação no momento do cadastro, durante a vigência da ata de registro de preços e durante a execução contratual.

10.2.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

10.2.4 – Outros detalhes do procedimento para pagamento serão descritos junto à ata de registro de preços.

10.3. ALTERAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E REAJUSTE/REVISÃO DOS CONTRATOS

10.3 – Os preços registrados em ata poderão ser alterados e atualizados e os valores dos contratos dela decorrentes poderão ser reajustados e revisados, observado o disposto a seguir e na ata de registro de preços.

10.3.1 – Os preços registrados poderão ser alterados e atualizados periodicamente pelo órgão gerenciador, conforme disposto na ata de registro de preços e nos arts. 225 a 228 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

10.3.1.1 – As atualizações e alterações buscam a manutenção das condições efetivas da proposta registrada, considerando as variações, respectivamente, naturais e extraordinárias do mercado.

10.3.1.2 – A alteração e a atualização de preços registrados não se confundem com os instrumentos de reajuste, repactuação ou revisão contratuais, podendo, contudo, utilizar-se subsidiariamente de mecanismos previstos para esses instrumentos.

10.3.1.3 – O índice a ser aplicado para a atualização dos preços será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

10.3.2 – Os valores dos contratos decorrentes da ata de registro de preços poderão ser reajustados e revistos

10.3.2.1 – Exclusivamente caso o contrato, em razão de eventuais prorrogações, alcance vigência superior a 12 (doze) meses, os preços contratuais serão reajustados, para mais ou para menos, obedecendo-se a periodicidade determinada pela legislação vigente, com o mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com os critérios utilizados por cada contratante, utilizando-se, na sua ausência, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo necessário pedido do interessado, sob pena de preclusão lógica, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.2.2 – A revisão, também denominada restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito, será o instrumento utilizado para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato por acordo entre as partes frente a variações extraordinárias da economia, provocadas por fatos extracontratuais, supervenientes à apresentação da proposta e, em geral, que se mostrem imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

11.1. INTRODUÇÃO

11.1 – A Lei Federal nº 14.133/2021 traz ainda em seu texto legal, como um de seus objetivos, a análise de solução/contratação mais vantajosa para compras públicas, de modo particular na fase preparatória do processo licitatório, considerando o ciclo de vida do objeto, conforme dispõem o art. 11, inciso I, e o art. 18, inciso VIII, ambos do referido texto legal. Reforça-se que a legislação licitatória traz que este tema é conteúdo a ser acrescido ao Termo de Referência, apresentando a descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto.

11.1.1 – Assim, para fins de definição das etapas exigidas para a análise do ciclo de vida do objeto, extrai-se do art. 34, § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, “entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida”, estão a “manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado”. Da mesma forma, ao dispor sobre a descrição da solução como um todo em seu art. 18, § 1º, inciso VII, a legislação incluiu as “exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso”.

11.1.2 – Buscando uma integração da legislação licitatória com as demais normativas existentes, cumpre mencionar ainda que a Lei Federal n. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu art. 3º, inciso IV, define o ciclo de vida como a “série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final”. Por fim, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Consultoria-Geral da União, em sua 5ª edição, de agosto de 2022, busca realizar uma divisão mais objetiva do ciclo de vida, fazendo-a em quatro etapas essenciais: produção, distribuição, uso e disposição/destinação final.

11.1.3 – Com fundamento nos pontos supracitados, observa-se que a descrição do ciclo de vida deve considerar tanto as características intrínsecas ao uso dos bens quanto as etapas que ocorrem desde a sua produção até a sua disposição final, com a análise, conforme a necessidade, do impacto ambiental em cada uma dessas etapas.

11.1.4 – Para fins do presente processo licitatório, adotou-se como base a divisão feita pela Consultoria-Geral da União em seu Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, subsídio recentíssimo e que já considerou, em sua elaboração, tanto as disposições da legislação licitatória quanto aquelas da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Analisando, contudo, o singular destaque dado pela Lei Federal n. 14.133/2021 às questões relativas à manutenção do bem ao descrever o seu ciclo de vida (art. 18, § 1º, inciso VII, e art. 34, § 1º), optou-se por abordá-las em uma etapa à parte do uso, estando, assim, dividido o ciclo de vida em: produção, distribuição, uso, manutenção e disposição final.

- I. **Produção:** É a primeira fase do ciclo de vida de um objeto. Nessa etapa, são realizados todos os processos necessários para criar o produto, incluindo o seu planejamento, a obtenção de matérias-primas, a fabricação, a montagem e os testes.
- II. **Distribuição:** É a fase seguinte, na qual o produto é transportado e disponibilizado ao consumidor final. Essa etapa inclui o armazenamento, o transporte, a embalagem e a entrega do produto pelo fornecedor.
- III. **Uso:** É a fase principal, em que o consumidor utiliza o produto por um período ou o consome, se for o caso. Considera-se aqui a sua função, facilidade e instruções de uso, quem o utilizará, vida útil e segurança.
- IV. **Manutenção:** É a fase em que ocorrem as atividades de reparo, armazenagem, limpeza e conservação do produto para mantê-lo funcionando adequadamente e prolongar sua vida útil. Ocorre tanto por parte do usuário do produto, através das informações e suporte técnico a serem fornecidos pelo fabricante/fornecedor, quanto diretamente por este, ao realizar a assistência técnica, o conserto ou mesmo a substituição.
- V. **Disposição final:** É a última fase do ciclo de vida de um bem, que se refere à forma como o produto é descartado após o fim de sua vida útil. Deve dispor sobre as possibilidades para tal, os meios de realizá-las e os impactos ambientais de cada uma.

11.2. PRODUÇÃO

As coberturas especiais constituem tecnologias terapêuticas desenvolvidas para proporcionar ambiente úmido controlado, favorecer o desbridamento autolítico, promover a absorção de exsudato, reduzir a carga microbiana e estimular o processo de reparo tecidual. Diferenciam-se dos curativos convencionais por apresentarem propriedades específicas, como ação antimicrobiana, controle de odor, manutenção da temperatura adequada da lesão e estímulo à formação de tecido de granulação.

A produção dessas coberturas requer a seleção criteriosa de matérias-primas biocompatíveis, atóxicas e com eficácia comprovada. Entre os principais exemplos destacam-se: alginato de cálcio e sódio (derivado de algas marinhas), hidrofibras de carboximetilcelulose, espumas de poliuretano, hidrogéis à base de polímeros sintéticos ou naturais, filmes de poliuretano, hidrocolóides compostos por gelatina, pectina e carboximetilcelulose, além de agentes antimicrobianos incorporados, como prata iônica, polihexametileno biguanida (PHMB) e iodo povidona. Também podem ser utilizados biopolímeros como o colágeno, que auxiliam no processo de cicatrização.

O processo produtivo deve observar normas sanitárias e regulatórias vigentes, assegurando padronização, controle de qualidade, rastreabilidade, esterilidade e segurança do produto final.

A fase de fabricação deve ocorrer em ambiente controlado, obedecendo às Boas Práticas de Fabricação (BPF). Dependendo do tipo de cobertura, o processo pode incluir etapas como mistura de polímeros, incorporação de agentes terapêuticos, moldagem, extrusão, liofilização, corte em dimensões padronizadas e laminação. É fundamental o controle rigoroso de variáveis como temperatura, umidade, tempo de processamento e condições assépticas.

Após a produção, as coberturas passam por controle de qualidade, com ensaios físicos, químicos e microbiológicos. São realizados alguns testes como esterilidade (quando aplicável), endotoxinas (quando aplicável), resistência estrutural, capacidade de absorção e integridade da embalagem. A validação do processo produtivo deve assegurar reprodutibilidade e rastreabilidade dos lotes.

A etapa de esterilização, quando necessária, pode ser realizada por métodos como óxido de etileno, radiação gama ou vapor saturado, conforme a compatibilidade do material.

Posteriormente, os produtos devem ser embalados em sistemas que garantam barreira microbiana e manutenção da esterilidade (quando aplicável) até o momento do uso.

11.3. DISTRIBUIÇÃO

A distribuição deve obedecer a uma cadeia contínua de cuidados, desde a saída da unidade fabril até o seu efetivo uso no ambiente assistencial, assegurando a preservação da integridade da embalagem, da esterilidade (quando aplicável) e das características físico-químicas do produto.

A logística de armazenamento, por sua vez, deve estar em conformidade com as recomendações do fabricante e com as normas sanitárias vigentes, garantindo condições adequadas de higiene, controle de temperatura e umidade, organização por lote, rastreabilidade e monitoramento sistemático dos prazos de validade, a fim de manter a qualidade, segurança e eficácia dos curativos até sua utilização.

No que se refere ao transporte, este pode ser realizado por meios convencionais, como o rodoviário e/ou aéreo, desde que sejam asseguradas a integridade, a qualidade e a segurança dos produtos até sua entrega nas unidades assistenciais.

Durante o deslocamento, é imprescindível garantir condições adequadas de acondicionamento, em conformidade com as orientações do fabricante, especialmente no que diz respeito ao controle de temperatura e umidade, à proteção contra incidência direta de luz solar, à prevenção de impactos mecânicos e ao risco de contaminação.

No caso de produtos estéreis, deve-se assegurar que sejam transportados em embalagens íntegras e invioladas, preservando a barreira microbiana e evitando quaisquer danos que possam comprometer a esterilidade e, consequentemente, a segurança do paciente.

É fundamental destacar que o cliente final tem o direito de receber o produto em perfeitas condições, apto para uso imediato e sem quaisquer avarias que comprometam sua integridade ou eficácia. Para tanto, as embalagens devem observar rigorosamente o limite máximo de empilhamento recomendado pelo fabricante, a fim de evitar deformações ou danos estruturais.

11.4. USO

Curativo a base de alginato de cálcio e carboximetilcelulose: é um tipo de curativo usado para o tratamento de feridas. Alginato de cálcio é um composto derivado de algas marinhas e a carboximetilcelulose é um polímero sintético. Juntos, eles formam uma substância que tem a capacidade de absorver exsudato (líquido da ferida), promover um ambiente úmido e proteger a ferida de infecções. O alginato de cálcio e a carboximetilcelulose são capazes de absorver uma grande quantidade de exsudato da ferida, mantendo-a seca e limpa. Manter a ferida úmida é importante para a cicatrização adequada, pois ajuda a estimular o crescimento celular e facilita a migração de células de reparo. Quando em contato com o exsudato, o curativo forma um gel que ajuda a manter o ambiente úmido e promove a cicatrização. O alginato de cálcio pode ajudar a controlar o sangramento em algumas feridas. Este tipo de curativo é versátil e pode ser usado em uma variedade de feridas, incluindo úlceras de pressão, úlceras venosas, queimaduras superficiais e feridas cirúrgicas.

Curativo em placa com alginato de cálcio e sódio: Curativos de alginato são frequentemente usados para feridas exsudativas (que produzem uma quantidade excessiva de fluido). O alginato é capaz de absorver grandes quantidades de exsudato, mantendo o ambiente da ferida úmido, o que é considerado benéfico para o processo de cicatrização. Além disso, os curativos de alginato formam um gel quando entram em contato com o exsudato da ferida, o que pode ajudar a manter um ambiente de cura favorável. Redução do risco de infecção, sendo que mantém a ferida limpa e úmida, os curativos de alginato podem ajudar a reduzir o risco de infecção.

Curativo adesivo de espuma de poliuretano com prata iônica: esses tipos de curativos são uma opção comum para o tratamento de feridas, especialmente aquelas que estão em áreas de difícil conformação, como o calcanhar. Este tipo de curativo oferece uma série de benefícios para o processo de cicatrização da ferida. A prata iônica tem propriedades antimicrobianas, o que significa que pode ajudar a prevenir ou tratar infecções bacterianas na ferida. A espuma de poliuretano é altamente absorvente e pode absorver quantidades significativas de exsudato da ferida, mantendo-a limpa e úmida, o que é importante para a cicatrização. Os curativos de espuma de poliuretano são flexíveis e podem ser cortados ou moldados para se adaptarem à forma da área afetada, como o calcanhar, garantindo um ajuste confortável e adequado.

Curativo adesivo multicamada com espuma central de poliuretano (modelo sacral e para área de articulações): Os curativos adesivos multicamada com espuma central de poliuretano são uma opção versátil e eficaz para o tratamento de uma variedade de feridas. Esses curativos geralmente consistem em várias camadas, cada uma com uma função específica.

- **Camada superior:** Geralmente é uma camada semipermeável que permite a passagem de vapor de água, mas impede a entrada de bactérias e água, ajudando a manter a ferida protegida contra contaminantes externos.
- **Camada de espuma de poliuretano:** Esta é a camada central do curativo e é feita de espuma de poliuretano altamente absorvente. Esta camada absorve o exsudato da ferida, mantendo-a úmida e promovendo um ambiente de cicatrização ideal.
- **Camada adesiva:** Localizada na parte inferior do curativo, esta camada é o que permite que o curativo adira à pele, mantendo-o no lugar durante o uso.

Curativo não adesivo de espuma de poliuretano com carboximetilcelulose e prata iônica: é uma opção de tratamento para feridas que oferece uma série de benefícios específicos. A espuma de poliuretano tem alta capacidade de absorção de fluidos, enquanto a carboximetilcelulose (CMC) contribui para a formação de um gel que

retém o exsudato da ferida, isso ajuda a manter a ferida úmida, promovendo um ambiente propício para a cicatrização. A prata iônica presente no curativo possui propriedades antimicrobianas, o que significa que pode ajudar a prevenir ou tratar infecções bacterianas na ferida, contribuindo para um processo de cicatrização mais rápido e seguro. Por ser não adesivo, este tipo de curativo é especialmente útil em feridas sensíveis ou áreas de pele delicada, onde o uso de curativos adesivos pode causar irritação ou danos adicionais à pele.

Curativo não adesivo de espuma de poliuretano com ibuprofeno: espuma de poliuretano com ibuprofeno. Este curativo é projetado para fornecer alívio da dor em feridas crônicas e agudas durante o processo de cicatrização. O ibuprofeno é um medicamento anti-inflamatório não esteroide (AINE) conhecido por sua capacidade de reduzir a dor e a inflamação.

Curativo primário não aderente com carboximetilcelulose e prata iônica: é uma opção eficaz para o tratamento de feridas que oferece uma série de benefícios específicos. Este tipo de curativo é projetado para não aderir à ferida, o que minimiza o trauma durante a troca do curativo e reduz o risco de danos adicionais à pele ao redor da ferida. A carboximetilcelulose é uma substância que forma um gel quando entra em contato com o exsudato da ferida. Esse gel ajuda a manter a ferida úmida e promove a cicatrização, além de criar uma barreira protetora contra bactérias e outros contaminantes. A prata iônica tem propriedades antimicrobianas, o que significa que pode ajudar a prevenir ou tratar infecções bacterianas na ferida. Isso é particularmente útil em feridas que apresentam risco aumentado de infecção. O curativo é capaz de absorver uma quantidade significativa de exsudato da ferida, ajudando a mantê-la limpa e promovendo um ambiente propício para a cicatrização.

Curativo primário não aderente com Carboximetilcelulose, prata iônica e agentes anti-biofilme: é uma opção eficaz para o tratamento de feridas crônicas e agudas com grande quantidade de exsudato, infectadas ou com risco de infecção. Este tipo de curativo é projetado para não aderir à ferida, o que minimiza o trauma durante a troca do curativo e reduz o risco de danos adicionais à pele ao redor da ferida. A carboximetilcelulose é uma substância que forma um gel quando entra em contato com o exsudato da ferida. Esse gel ajuda a manter a ferida úmida e promove a cicatrização, além de criar uma barreira protetora contra bactérias e outros contaminantes. A prata iônica tem propriedades antimicrobianas, o que significa que pode ajudar a prevenir ou tratar infecções bacterianas na ferida. Isso é particularmente útil em feridas que apresentam risco aumentado de infecção. Além da prata a combinação de agentes anti-biofilme, interrompem e quebram a barreira do biofilme para expor as bactérias e impedem a sua reformulação. O curativo é capaz de absorver uma quantidade significativa de exsudato da ferida, ajudando a mantê-la limpa e promovendo um ambiente propício para a cicatrização.

Malha antimicrobiana: é um tipo de curativo utilizado para o tratamento de feridas infectadas ou com alto risco de infecção. Ela é fabricada com materiais que possuem propriedades antimicrobianas, que ajudam a prevenir ou reduzir a colonização bacteriana na ferida. Essas malhas geralmente são feitas de materiais como prata, iodo ou outros agentes antimicrobianos. A principal finalidade da malha antimicrobiana é prevenir ou tratar infecções bacterianas em feridas. Os agentes antimicrobianos incorporados na malha ajudam a eliminar ou inibir o crescimento de bactérias na ferida, reduzindo assim o risco de infecção.

Curativo antimicrobiano em pomada à base de cadexômero iodado: utilizado principalmente no tratamento de feridas crônicas ou infectadas. Atua por meio da liberação lenta de iodo, que combate bactérias, fungos e outros microrganismos. Além disso, absorve as secreções da ferida, contribuindo para manter um ambiente adequado para a cicatrização. Também auxilia na remoção de tecido desvitalizado (desbridamento), favorecendo a formação de tecido saudável.

Curativo de carvão ativado com prata, recortável e não recortável: é uma opção de tratamento para feridas que combina os benefícios do carvão ativado e da prata iônica. O carvão ativado é conhecido por suas propriedades de absorção de odores, toxinas e exsudato da ferida. Ele pode ajudar a manter a ferida limpa e seca, o que é importante para o processo de cicatrização. A prata iônica é um agente antimicrobiano eficaz que ajuda a prevenir ou tratar infecções bacterianas na ferida. Sua presença no curativo ajuda a reduzir o risco de infecção e promove um ambiente de cicatrização mais saudável. Além de suas propriedades antimicrobianas, o curativo de carvão ativado com prata também é capaz de absorver o exsudato da ferida, mantendo-a limpa e promovendo a cicatrização. O carvão ativado é conhecido por sua capacidade de neutralizar odores desagradáveis, o que pode ser especialmente útil em feridas com exsudato de odor forte. Este tipo de curativo pode ser usado em uma variedade de feridas, incluindo úlceras de pressão, úlceras venosas, úlceras diabéticas, queimaduras e feridas cirúrgicas.

Gaze não aderente confeccionada em acetato de celulose, rayon ou malha: A gaze não aderente confeccionada em acetato de celulose, rayon ou malha é um tipo de curativo usado para proteger feridas durante o processo de cicatrização. A principal vantagem desse tipo de gaze é que ela é projetada para não aderir à ferida. Isso

minimiza o trauma e a dor durante a troca do curativo, reduzindo o risco de danos à pele nova que está se formando durante o processo de cicatrização. O acetato de celulose, rayon ou malha são materiais que não aderem à ferida e são geralmente seguros para uso em uma variedade de feridas, incluindo queimaduras, abrasões, cortes e escoriações. Embora esses materiais não sejam tão absorventes quanto outras opções de curativos, eles ainda podem absorver uma quantidade limitada de exsudato da ferida, ajudando a manter a área limpa e seca. A gaze não aderente proporciona uma barreira protetora entre a ferida e o ambiente externo, reduzindo o risco de contaminação e ajudando a prevenir infecções. Esse tipo de gaze é geralmente flexível e pode ser facilmente cortado ou moldado para se adaptar à forma da ferida, garantindo um ajuste confortável e adequado.

Compressa de não tecido, composta de algodão e fibras de poliéster: são frequentemente utilizadas em procedimentos médicos e cuidados com feridas. As compressas de não tecido são altamente absorventes e podem ser usadas para absorver o exsudato (fluido) de feridas. A combinação de algodão e fibras de poliéster proporciona uma capacidade de absorção eficaz, ajudando a manter a ferida limpa e seca. O algodão é conhecido por sua maciez, enquanto as fibras de poliéster podem adicionar durabilidade ao material. Isso torna as compressas confortáveis para uso em feridas, minimizando o desconforto para o paciente.

Malha não aderente com emulsão de petrolatum: é um tipo de curativo usado para cobrir feridas que é projetado para não aderir à pele ou ao leito da ferida. Emulsão de petrolato é uma substância à base de óleo mineral que é usada para proteger a pele e promover a cicatrização de feridas. Quando combinados, o curativo de malha não aderente pode ser impregnado com emulsão de petrolato para fornecer um ambiente úmido que promove a cicatrização da ferida, ao mesmo tempo em que protege a pele ao redor da ferida de danos adicionais.

Malha não aderente de acetato de celulose impregnada com emulsão de petrolato: curativo indicado para feridas secas a altamente exsudativas. É uma camada única de contato com a ferida feita de malha de acetato de celulose com uma estrutura de malha tecida e impregnada com uma emulsão à base de Petrolato. Emulsão de petrolato é uma substância à base de óleo mineral que é usada para proteger a pele e promover a cicatrização de feridas. Sua estrutura garante uma cobertura não aderente, macia, suave e que ajuda a evitar o acúmulo de exsudato no leito da ferida, pois passa facilmente para a cobertura secundária absorvente.

Curativo hidrocoloide em placa: O curativo hidrocoloide em placa é uma forma comum de curativo usado para cobrir feridas. Ele é composto por uma camada adesiva externa que é colocada sobre a ferida, e uma camada interna de gel hidrocoloide que absorve o exsudato da ferida e promove a cicatrização.

Curativo debridador em gel: é uma opção terapêutica utilizada para auxiliar no processo de remoção de tecido necrótico, fibrina e outros detritos de uma ferida, facilitando assim a cicatrização. O curativo em gel debridador atua por meio do processo de debridamento autolítico, que envolve a utilização de enzimas ou substâncias hidratantes presentes no gel para amolecer e separar o tecido necrótico da ferida. Isso permite que o corpo elimine naturalmente esse tecido durante o processo de cicatrização. Ao remover o tecido necrótico e os detritos da ferida, o curativo debridador em gel promove um ambiente mais propício para a cicatrização, permitindo que o tecido de granulação saudável se desenvolva e a ferida se feche mais rapidamente.

Hidrogel com alginato de cálcio e sódio/ hidrogel com alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose: indicado para o desbridamento autolítico e a manutenção de um ambiente úmido em feridas secas ou com pouco exsudato. Utilizado como curativo primário, diretamente sobre a ferida, especialmente quando há tecido necrótico ou esfacelo, ajudando a amolecer e remover esse tecido de forma natural e indolor. O hidrogel é conhecido por sua capacidade de manter a umidade na ferida, criando um ambiente propício para a cicatrização. O alginato de cálcio e sódio e a carboximetilcelulose presentes no curativo podem absorver o excesso de exsudato da ferida, ajudando a mantê-la limpa e promovendo a cicatrização.

Bandagem bota de unna: é uma técnica de curativo comumente usada para tratar úlceras venosas nas pernas. Consiste em uma bandagem impregnada com uma mistura de óxido de zinco, glicerina e gelatina, que é enrolada ao redor da perna afetada, fornecendo compressão suave e proteção à úlcera. A bandagem proporciona compressão suave na área afetada, o que ajuda a melhorar o retorno venoso, reduzindo o inchaço e promovendo a cicatrização da úlcera. A mistura impregnada na bandagem cria um ambiente úmido na superfície da úlcera, o que é benéfico para a cicatrização de feridas. A bandagem protege a úlcera contra danos externos, reduzindo o risco de infecção e ajudando a prevenir a contaminação.

Bandagem bota de unna com Poliaminopropil Biguanida (PHMB): é uma técnica de curativo comumente usada para tratar úlceras venosas nas pernas. Consiste em uma bandagem impregnada com creme hidratante a base de Ácidos Graxos Essenciais e Poliaminopropil Biguanida (PHMB) que é enrolada ao redor da perna afetada, fornecendo compressão suave e proteção à úlcera. A bandagem proporciona compressão suave na área afetada, o que

ajuda a melhorar o retorno venoso, reduzindo o inchaço e promovendo a cicatrização da úlcera. A mistura impregnada na bandagem cria um ambiente úmido e hidratante na superfície da úlcera, o que é benéfico para a cicatrização de feridas. A bandagem protege a úlcera contra danos externos, reduzindo o risco de infecção e ajudando a prevenir a contaminação.

Filme transparente de poliuretano em rolo para fixação de curativos: é uma opção versátil e conveniente para o tratamento de feridas. Esse tipo de curativo é composto por uma camada de poliuretano flexível e transparente, revestida com um adesivo suave à base de acrílico que permite a fixação segura do curativo à pele ao redor da ferida. O curativo adesivo de poliuretano forma uma barreira protetora que ajuda a proteger a ferida contra contaminantes externos, como bactérias e sujeira, reduzindo o risco de infecção. O poliuretano é um material semipermeável que permite a troca de gases, mas retém a umidade na ferida, criando um ambiente úmido que é favorável para a cicatrização. A transparência do curativo permite a visualização da ferida sem a necessidade de removê-lo, o que facilita a monitorização do progresso da cicatrização sem interrupções desnecessárias. O curativo de poliuretano é flexível e se adapta aos contornos do corpo, proporcionando conforto ao paciente e permitindo a movimentação sem causar desconforto. Por ser fornecido em rolo, o curativo adesivo de poliuretano pode ser cortado no tamanho desejado, o que facilita sua aplicação em diferentes tipos e tamanho de feridas.

Loção oleosa à base de ácidos graxos essenciais e vitaminas (com ou sem perfume): é uma formulação que combina os benefícios hidratantes dos ácidos graxos essenciais com as propriedades nutritivas das vitaminas para promover a saúde da pele. Os ácidos graxos essenciais presentes na loção ajudam a hidratar profundamente a pele, enquanto as vitaminas podem auxiliar na manutenção da integridade da barreira cutânea, reduzindo a perda de água transepidérmica e mantendo a pele macia e flexível. As vitaminas presentes na loção, como a vitamina E (um antioxidante) pode fornecer nutrientes essenciais para a pele, ajudando a fortalecê-la e a protegê-la dos danos causados pelos radicais livres. As vitaminas presentes na loção podem ter propriedades antioxidantes, que ajudam a proteger a pele contra os danos causados pelos radicais livres, reduzindo assim os sinais de envelhecimento precoce, como rugas e linhas finas.

Loção oleosa à base de ácidos graxos essenciais, copaíba, melaleuca e vitaminas: indicada para hidratar e manter a integridade da pele e prevenir úlceras por pressão. Os ácidos graxos essenciais somados às vitaminas A e E tem a propriedade de acelerar a cicatrização de feridas quando usados em aplicação tópica. Os ácidos graxos essenciais são necessários para muitos processos fisiológicos, como a manutenção da integridade da pele, mantendo a impermeabilização. A Copaíba atua como germicida para prevenção de infecções, contribuindo com a sua ação anti-inflamatória. A Melaleuca possui alto espectro anti-microbiano, é anti-séptico e analgésico local suave.

Creme de barreira: O creme de barreira é um tipo de produto utilizado para proteger a pele de irritações e danos externos. Ele cria uma camada protetora na superfície da pele, ajudando a prevenir a penetração de substâncias irritantes, como urina, fezes, produtos químicos e fricção. O principal objetivo do creme de barreira é proteger a pele contra irritações e danos causados por fatores externos. Isso é particularmente importante em áreas propensas a irritações, como a região da fralda em bebês, ou em áreas sujeitas a atrito constante, como a região entre as pernas ou sob os seios em adultos. O creme de barreira é frequentemente usado para prevenir o desenvolvimento de assaduras, especialmente em bebês e pessoas acamadas que podem estar expostas a longos períodos de umidade, como fraldas molhadas.

Protetor cutâneo: é um tipo de produto usado para proteger a pele de fatores irritantes ou danosos, como umidade excessiva, fricção, urina, fezes, produtos químicos ou atrito constante. Ele é aplicado topicamente na pele para criar uma barreira protetora que ajuda a prevenir irritações, assaduras, lesões cutâneas e outras complicações. O protetor cutâneo é frequentemente utilizado para prevenir o desenvolvimento de assaduras, especialmente em áreas propensas a irritações, como a região da fralda em bebês ou em áreas sujeitas a atrito constante, como as axilas e entre as pernas. Ele cria uma barreira entre a pele e substâncias irritantes, como urina, fezes ou produtos químicos, ajudando a prevenir danos à pele e reduzindo o risco de desenvolver dermatites de contato ou outras reações alérgicas. Alguns protetores cutâneos contêm ingredientes hidratantes, como *aloe vera* ou óleos naturais, que ajudam a manter a pele macia e hidratada. Isso é especialmente benéfico para pessoas com pele seca ou sensível. O protetor cutâneo pode ajudar a reduzir o atrito entre a pele e outros materiais, como fraldas, roupas ou equipamentos médicos, ajudando a prevenir feridas por pressão ou lesões cutâneas.

Curativo poroso revestido com silicone: é um tipo de curativo utilizado para cobrir e proteger feridas. Ele é composto por um material poroso que permite a passagem de ar e fluidos, revestido com uma camada de silicone na superfície que entra em contato com a pele. O silicone forma uma barreira protetora ao redor da ferida, ajudando a prevenir a contaminação por bactérias e outros patógenos, enquanto permite que a ferida respire e se cure adequadamente. O revestimento de silicone é suave e não adere à pele ao redor da ferida, o que ajuda a minimizar a dor e o trauma durante a troca de curativos. Isso é especialmente útil em feridas delicadas ou sensíveis. O curativo poroso permite a troca de ar e vapor de água, ajudando a manter um ambiente adequado para a cicatrização da ferida. Isso contribui para o conforto do paciente, reduzindo a sensação de umidade e irritação na área da ferida.

Inovação e Modernização na Gestão Pública

Membrana porosa de celulose: é um tipo de curativo utilizado para cobrir feridas. Ela é feita de celulose, um composto natural encontrado em plantas, e é projetada para criar uma barreira protetora sobre a ferida enquanto permite a passagem de ar e fluidos. A membrana de celulose cria uma barreira física que protege a ferida contra contaminação por bactérias, sujeira e outros agentes externos que podem interferir no processo de cicatrização. A porosidade da membrana permite a troca de ar e vapor de água entre a ferida e o ambiente externo. Isso ajuda a manter um ambiente úmido e propício para a cicatrização, ao mesmo tempo em que evita o acúmulo de umidade que pode causar maceração da pele. As membranas de celulose são projetadas para serem removidas com facilidade e sem causar danos à pele circundante ou à própria ferida. Isso reduz o trauma durante a troca de curativos, minimizando a dor e o desconforto para o paciente. A membrana porosa de celulose pode ajudar a promover a cicatrização da ferida, fornecendo um ambiente adequado para o crescimento de tecido de granulação e epitelização.

Solução de irrigação de feridas: é uma substância líquida utilizada para limpar e irrigar feridas. Ela é frequentemente composta por água estéril ou uma solução salina balanceada, podendo incluir outros componentes, como agentes antimicrobianos ou enzimas de limpeza. A solução de irrigação é utilizada para limpar a ferida, removendo detritos, bactérias e outros contaminantes que possam estar presentes no local da lesão. Isso ajuda a prevenir infecções e promove a cicatrização. A solução de irrigação pode ajudar a remover o excesso de exsudato (fluido da ferida), ajudando a manter um ambiente úmido e propício para a cicatrização. Algumas soluções de irrigação de feridas podem conter agentes antimicrobianos, como clorexidina, ácido hipocloroso ou iodopovidona, que ajudam a reduzir a carga bacteriana na ferida, minimizando o risco de infecção.

Solução para higienização da área peristomal e peri fístulas: é uma substância líquida especialmente formulada para limpar e cuidar da pele ao redor de estomas (como colostomias, ileostomias ou urostomias) e fístulas. Essas áreas são sensíveis e requerem cuidados especiais para prevenir infecções, irritações e outros problemas de pele. A solução é projetada para limpar delicadamente a área peristomal e peri fístulas, removendo resíduos, secreções e bactérias sem causar irritação adicional à pele sensível. Mantendo a área limpa e livre de bactérias, a solução ajuda a prevenir infecções, que são uma preocupação comum em torno de estomas e fístulas. Alguns produtos podem conter agentes neutralizantes de odor que ajudam a reduzir o odor associado a estomas e fístulas, proporcionando conforto ao paciente.

Spray e lenço removedor de adesivos: é um produto utilizado para facilitar a remoção de adesivos médicos, curativos ou outros materiais aderentes à pele. Ele é especialmente formulado para dissolver o adesivo e ajudar a soltar o material de maneira suave e eficaz, minimizando o desconforto e o trauma para a pele. O spray e o lenço agem dissolvendo o adesivo, o que facilita a remoção do curativo ou material aderente sem puxar ou causar dor à pele. Isso é especialmente útil em áreas sensíveis, como a face, pescoço ou em pacientes com pele sensível. Ao facilitar a remoção do adesivo, o spray e o lenço ajudam a minimizar o trauma cutâneo, reduzindo o risco de irritação, abrasões ou lesões na pele causadas pela retirada do material aderente. O spray e o lenço removedor de adesivos são geralmente rápidos e eficazes, ajudando a reduzir o tempo necessário para a remoção do curativo ou do material aderente, tanto para profissionais de saúde quanto para pacientes.

Curativo antimicrobiano: os curativos antimicrobianos são utilizados para tratar feridas que apresentam infecção ou estão em risco de infecção. Eles são projetados para prevenir a proliferação de bactérias e outros microrganismos, ajudando assim a promover a cicatrização da ferida. Ao controlar a infecção, os curativos antimicrobianos ajudam a criar um ambiente propício para a cicatrização da ferida reduzindo a presença de microrganismos patogênicos. Ajudam a estimular o processo de cicatrização e promovem a formação de tecido de granulação e epitelização. Alguns curativos antimicrobianos têm propriedades de neutralização de odor, ajudando a reduzir o mau cheiro associado a feridas infectadas ou com exsudato excessivo. Muitos curativos antimicrobianos são projetados para absorver o exsudato da ferida, ajudando a manter um ambiente úmido e propício para a cicatrização. Isso pode ajudar a reduzir o risco de maceração da pele e promover uma cicatrização mais rápida. Os curativos antimicrobianos ajudam a prevenir a contaminação cruzada, reduzindo o risco de propagação de infecções de uma ferida para outra ou para áreas circundantes da pele.

Curativo de espuma de poliuretano com cloreto de dialquil carbamoil (DACC): também conhecida como espuma de poliuretano impregnada com DACC, é um material utilizado em curativos para feridas. Essa espuma é especialmente projetada para ajudar no processo de cicatrização de feridas e tem várias propriedades benéficas. O cloreto de dialquil carbamoil é um composto com propriedades antimicrobianas, o que significa que pode ajudar a prevenir ou controlar a infecção bacteriana em feridas. A presença desse composto na espuma impregnada pode reduzir a carga bacteriana na ferida, promovendo assim um ambiente mais favorável para a cicatrização. A espuma de poliuretano tem a capacidade de absorver o excesso de exsudato (líquido proveniente da ferida), mantendo a ferida úmida sem permitir que fique muito úmida. Isso cria um ambiente de cicatrização ideal, ajudando a promover o crescimento de novos tecidos. A espuma de poliuretano com DACC é macia e flexível, o que a torna confortável para o paciente. Além disso, ela também fornece uma camada protetora sobre a ferida, ajudando a evitar danos externos e

minimizar o desconforto. A estrutura porosa da espuma de poliuretano permite a troca de gases entre a ferida e o ambiente externo, ajudando a manter um nível adequado de oxigênio na área da ferida. Isso é importante para a cicatrização adequada, pois o oxigênio é essencial para o metabolismo celular.

Sabonete antisséptico com cloridrato de polihexametileno biguanida (PHMB): é utilizado para limpeza e desinfecção da pele, especialmente em ambientes hospitalares, clínicas, ou para o uso doméstico em situações em que a higiene é especialmente importante. O cloridrato de polihexametileno biguanida é um agente antisséptico eficaz contra uma variedade de microrganismos, incluindo bactérias, fungos e vírus. Ele atua interrompendo a membrana celular dos microrganismos, levando à sua destruição. Em ambientes hospitalares, o sabonete antisséptico com PHMB também pode ser usado para preparar a pele antes de procedimentos cirúrgicos ou antes de aplicar curativos em feridas, ajudando a reduzir o risco de infecção. O PHMB é geralmente considerado seguro para uso na pele quando usado conforme as instruções. No entanto, algumas pessoas podem ser sensíveis a esse composto, então é importante estar ciente de qualquer reação alérgica ou irritação e interromper o uso se ocorrerem sintomas adversos.

Gel a base cloridrato de polihexametileno biguanida (PHMB) 0,1%: é utilizado em várias aplicações médicas e de cuidados com a pele devido às suas propriedades antissépticas e antimicrobianas. O gel de PHMB pode ser aplicado topicamente em feridas para ajudar a prevenir infecções e promover a cicatrização. Ele atua matando ou inibindo o crescimento de microrganismos, como bactérias e fungos, que podem causar infecções secundárias em feridas. O gel de PHMB pode ser aplicado na pele ao redor de cateteres, sondas ou outros dispositivos médicos para reduzir o risco de infecções relacionadas ao uso desses dispositivos. Em algumas situações, o gel de PHMB pode ser prescrito para o tratamento de infecções cutâneas causadas por microrganismos sensíveis ao PHMB. Ele pode ser aplicado diretamente na área afetada para ajudar a eliminar a infecção. O gel de PHMB pode ser usado para limpar e proteger lesões cutâneas, queimaduras ou áreas de pele danificadas para reduzir o risco de infecções e promover a cicatrização.

Curativo de espuma poliuretano para traqueostomia: é uma opção comum para cuidados de feridas em torno do local da traqueostomia. O curativo de espuma de poliuretano é utilizado para proteger a área ao redor da traqueostomia, ajudando a prevenir a contaminação e a irritação da pele, tem propriedades de absorção de líquidos, o que é útil para absorver o exsudato (líquido corporal) que pode se acumular ao redor da traqueostomia, ajudando a manter uma umidade ideal na área da traqueostomia, o que pode promover a cicatrização e prevenir a pele seca ou irritada. É importante trocar regularmente o curativo, de acordo com as orientações do médico ou enfermeiro. Isso ajuda a manter a área limpa e minimizar o risco de infecção.

Curativo adesivo de espuma de poliuretano: curativo indicado em lesões sem infecção e com exsudato moderado a intenso. A espuma de poliuretano absorve exsudato (fluido da ferida), mantendo o local seco na medida certa, evitando o acúmulo que pode levar à infecção e ajuda a manter a umidade ideal na ferida, o que acelera a cicatrização e reduz a dor. Possui uma camada de contato com a ferida adesiva de silicone que proporciona o ajuste seguro, mantém o curativo no lugar e assegura uma remoção sem dor. Possui também uma película superior semipermeável, resistente à água e a bactérias.

Curativo adesivo de espuma de poliuretano com prata e carbono ativado: O curativo adesivo de espuma de poliuretano com prata e carbono ativado é um tipo avançado de curativo que combina absorção eficiente, controle de infecção e controle de odor. Ele é indicado especialmente para feridas exsudativas, infectadas ou com alto risco de infecção e mau odor. A espuma de poliuretano absorve exsudato (fluido da ferida), mantendo a umidade ideal e protege contra traumas externos. A prata tem ação antimicrobiana, que ajuda a tratar as feridas infectadas ou com risco de infecção. O carvão ativado atua eliminando odores causados por microrganismos na ferida.

Curativo primário antimicrobiano de transferência de exsudato: indicado para feridas complexas que apresentam exsudato moderado a abundante e risco ou presença de infecção. Projetado para transportar o exsudato para um curativo secundário absorvente, mantendo a ferida em ambiente úmido ideal para cicatrização. Evita o acúmulo de fluido e minimiza o risco de maceração da pele ao redor. A prata iônica atua reduzindo a carga bacteriana diretamente no leito da ferida.

Cobertura não aderente antimicrobiana de Hidroalginato com prata: é um curativo antimicrobiano de alta absorção com prata, desenvolvido para o controle de infecção e exsudato em feridas moderada a altamente exsudativas, com o diferencial de não aderir ao leito da ferida, o que reduz dor e trauma nas trocas. A prata reduz rapidamente a carga bacteriana, prevenindo e auxiliando no tratamento de infecções. O alginato, a carboximetilcelulose (CMC) e algodão reforçado com fibras de nylon, permitem a absorção de grande volume de fluido sem perder integridade. A camada não aderente evita que o curativo grude no tecido de granulação, isso facilita a troca do curativo com menos dor e trauma, protegendo o tecido em cicatrização.

Curativo absorvente com Colágeno e Alginato de cálcio: curativo primário indicado para feridas crônicas ou agudas com exsudato leve a moderado e tecido necrótico ou de granulação. Ele atua diretamente no processo de cicatrização, estimulando a regeneração tecidual. O colágeno fornece uma matriz estrutural que atrai células reparadoras (fibroblastos, queratinócitos) para o leito da ferida, estimula a formação de tecido de granulação saudável, essencial na cicatrização e modula enzimas destrutivas (MMPs), que em feridas crônicas estão em excesso e degradam tecido novo. O Alginato de Cálcio ajuda a absorver o exsudato da ferida, mantendo o ambiente úmido ideal para a cicatrização.

Curativo primário não aderente com Carboximetilcelulose, Alginato de cálcio e Prata iônica: curativo antimicrobiano altamente absorvente à base de carboximetilcelulose, e alginato de cálcio com prata, indicado para feridas moderada a altamente exsudativas com sinais de infecção ou risco elevado de infecção. Ele combina controle de infecção, controle eficaz de exsudato e suporte à cicatrização. A prata iônica reduz rapidamente a carga bacteriana, ajudando a prevenir ou controlar infecções locais. O Alginato de cálcio e a carboximetilcelulose (CMC), formam um gel macio ao absorver fluido, este gel mantém o ambiente úmido ideal para a cicatrização e evita a maceração da pele ao redor da ferida.

Curativo primário não aderente com fibras de álcool polivinílico e prata: é um curativo antimicrobiano de alta performance, indicado para feridas com exsudato moderado a intenso e com infecção presente ou risco elevado de infecção. A prata incorporada nas fibras do curativo, é liberada de forma constante ao entrar em contato com o exsudato, ajuda a prevenir e tratar infecções locais e a combater biofilmes bacterianos, comuns em feridas crônicas. As fibras de álcool polivinílico gelificam ao absorver o fluido da ferida, formando um gel coeso e estável, isso mantém o ambiente úmido ideal para cicatrização e previne a maceração da pele ao redor.

Curativo adesivo multicamadas para uso pós-operatório: curativo estéril de espuma com borda adesiva, indicado para cobertura e proteção de feridas cirúrgicas no período pós-operatório. Apresenta elevada capacidade de absorção de exsudato, auxiliando no controle da umidade no leito da ferida e proporcionando um ambiente favorável ao processo de cicatrização. Entre suas principais vantagens, destaca-se a camada de contato com silicone, que permite remoção atraumática do curativo, reduzindo a dor e minimizando o risco de danos à pele perilesional durante as trocas. Além disso, a espuma absorvente contribui para o manejo adequado das secreções, reduzindo o risco de maceração da pele ao redor da ferida. A borda adesiva proporciona fixação segura e prática, dispensando o uso de materiais adicionais para fixação, o que otimiza o tempo de cuidado e aumenta o conforto do paciente. O curativo também atua como barreira protetora contra contaminantes externos, auxiliando na prevenção de infecções e favorecendo uma recuperação mais segura no período pós-operatório.

Cobertura de não tecido impregnada com Cloreto de Sódio: curativo primário de não tecido de viscosa e poliéster impregnado com cloreto de sódio (sal), desenvolvido para feridas moderadamente a altamente exsudativas, especialmente aquelas com tecido necrótico, fibrina, secreção espessa ou sinais de infecção. Ele atua promovendo a limpeza autolítica da ferida ao estimular o movimento do exsudato e remover resíduos e bactérias. O cloreto de sódio hipertônico puxa o fluido da ferida por osmose, facilitando a remoção natural de tecido desvitalizado (autólise). Ajuda a soltar crostas, fibrina e secreções espessas, tornando a ferida mais limpa e pronta para cicatrizar.

Malha de algodão impregnada com parafina e solução de Acetato de Clorexidina BP a 0,5%: curativo antisséptico composto por tela de malha de algodão impregnada com parafina e solução de acetato de clorexidina BP a 0,5%. É um curativo primário, que permite a passagem do exsudato para o curativo secundário absorvente. Indicado para uso em uma grande variedade de feridas onde existe risco de infecção, ou em feridas já infectadas, em conjunto com agentes antibacterianos sistêmicos. A clorexidina é um antisséptico de amplo espectro eficaz contra bactérias gram-positivas e algumas gram-negativas, previne a infecção em feridas limpas, cirúrgicas ou traumáticas e reduz a colonização bacteriana. A malha parafínica proporciona contato suave com a ferida, troca com menos dor e menor risco de remoção de tecido de granulação. A parafina ajuda a manter o leito da ferida úmido, condição ideal para a cicatrização fisiológica.

Hidrogel amorfo, não citotóxico, sem alginato: É indicado para o desbridamento autolítico de áreas necrosadas e/ou com esfacelo e na estimulação do crescimento do tecido de granulação, lesões superficiais ou profundas. É um Hidrogel amorfo, transparente, composto por água deionizada, glicerina, carboximetilcelulose sódica, alantoína, álcool benzílico, metilparabeno, propilparabeno e preservativos antimicrobianos. O gel mantém um ambiente úmido que ativa as enzimas naturais da ferida, que quebram e dissolvem o tecido desvitalizado.

Malha não aderente de silicone: é um curativo de contato não aderente utilizado como camada primária em feridas abertas, com o objetivo de proteger o leito da ferida, reduzir o trauma nas trocas e manter o ambiente úmido, favorecendo a cicatrização. A malha de celulose revestida com silicone permite que o exsudato passe para o curativo

secundário e evita que o curativo grude na ferida, reduzindo a dor e o trauma na hora da troca. Permite o controle da umidade sem ressecar a ferida.

Solução de irrigação de feridas à base de ácido hipocloroso: utilizada para limpeza, descontaminação e auxílio no tratamento de feridas agudas ou crônicas. Apresenta ação antimicrobiana de amplo espectro, auxiliando na redução da carga microbiana e na remoção de resíduos, secreções e possíveis biofilmes presentes na lesão. Além disso, a solução contribui para o preparo adequado do leito da ferida, favorecendo um ambiente propício ao processo de cicatrização. Por possuir baixa citotoxicidade, permite a limpeza eficaz sem causar danos significativos ao tecido viável, preservando as estruturas saudáveis e reduzindo o risco de irritação local. Dessa forma, sua utilização durante a realização do curativo auxilia no controle da contaminação, na manutenção da higiene da ferida e na otimização das condições necessárias para a evolução do processo cicatricial.

11.5. MANUTENÇÃO

Os materiais destinados à realização de curativos exigem manutenção preventiva relacionada principalmente às condições adequadas de guarda e conservação. Para garantir sua integridade e eficácia, é fundamental manter boas condições de higiene, organização e armazenamento.

Esses produtos devem ser acondicionados em local limpo, seco e arejado, protegido da umidade, da exposição solar direta e da presença de insetos ou outros animais que possam comprometer a integridade das embalagens. Recomenda-se que sejam armazenados em armários fechados ou prateleiras elevadas do chão, evitando contato com paredes úmidas ou superfícies contaminadas. Além disso, deve-se respeitar as orientações do fabricante quanto à temperatura e ao prazo de validade, realizando inspeções periódicas para verificar possíveis danos, violação de embalagem ou sinais de deterioração.

Em situações em que houver necessidade de substituição de algum item, a reposição deve ser realizada por empresa autorizada ou fornecedor qualificado, garantindo a conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.

11.6. DISPOSIÇÃO FINAL

Lixo biológico:

Os materiais utilizados em curativos, quando expostos à presença de sangue, secreções ou quaisquer fluidos corporais, bem como após sua utilização, passam a ser classificados como resíduos infectantes, em razão do potencial risco biológico que apresentam. Nessa condição, devem atender às disposições específicas estabelecidas na Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 222, de 28 de março de 2018, ou outra(s) que vier(em) a substituir, a qual regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e define critérios para segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final. Enquadram-se nessa classificação, após o uso, materiais como curativo adesivo de espuma de poliuretano com prata iônica, curativo primário não aderente com carboximetilcelulose e prata iônica, curativo de carvão ativado com prata, curativo poroso revestido com silicone, curativo antimicrobiano, entre outros produtos que tenham tido contato com material biológico.

Lixo reciclável e comum:

Os itens que se caracterizam como lixo reciclável devem atender ao disposto no art. 40 da Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 222, de 28 de março de 2018, ou outra(s) que vier(em) a substituir, bem como às diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, ou outra(s) que vier(em) a substituir, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esses dispositivos legais definem critérios para a correta segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos que, por suas características, não apresentam risco biológico, químico ou perfurocortante.

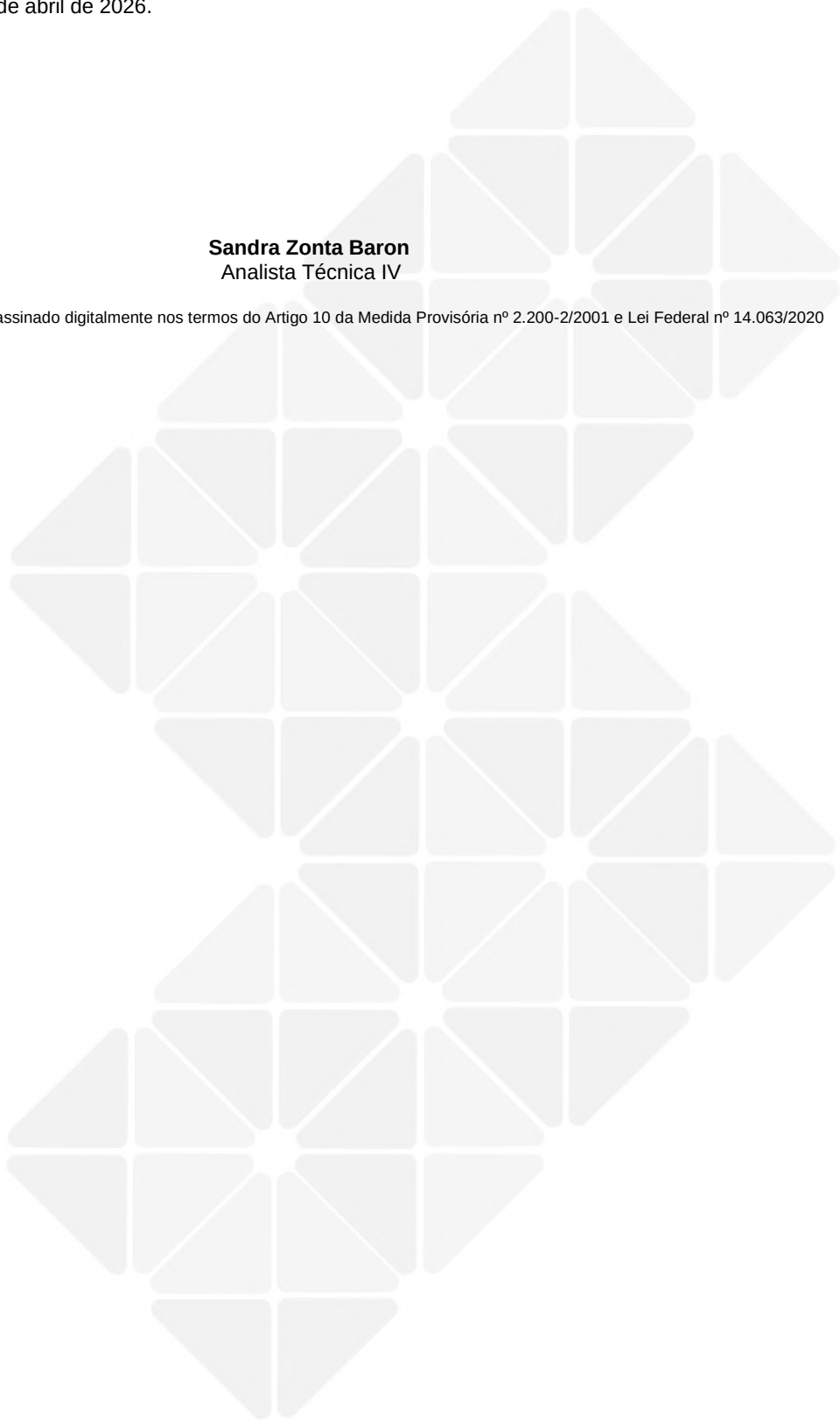
Nesses casos, o descarte deve ser realizado de forma segregada, conforme o tipo de material, como papel, plástico, papelão ou outros recicláveis, em recipientes específicos e devidamente identificados. Após o acondicionamento adequado, os resíduos devem ser encaminhados para coleta seletiva e destinados a processos de reciclagem ou reaproveitamento, conforme o sistema de gerenciamento adotado pela instituição ou pelo serviço público local.

Enquadram-se nessa categoria, por exemplo, embalagens externas de papel, papelão e plástico que não tenham tido contato com sangue, secreções ou outros fluidos corporais.

Florianópolis, 24 de abril de 2026.

Sandra Zonta Baron
Analista Técnica IV

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020



Inovação e Modernização na Gestão Pública



MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FENDRECO COMERCIAL :

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDERECO e TELEFONE:

2 – PRECO

Deverá ser cotado, preço unitário e total

PROPOSTA FINAL: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, inclusive do seu Termo de Referência, dos descritivos, das folhas de dados e dos demais anexos.

LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E GARANTIA

De acordo com o descrito no Termo de Referência e conforme estipulações específicas de cada descritivo ou folha de dados.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De, no mínimo, **90 (noventa) dias** contados a partir da data da abertura das propostas (da sessão pública).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período.

Obs.: Nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas aos órgãos participantes descritos no edital, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

4 - DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

O proponente declara, sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

_____**<CIDADE>**_____(UF),_____**< DATA>**_____

Assinatura do representante da empresa

5 - OBJETO DA PROPOSTA: (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	EMBALAGEM	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	39460	UNIDADE	CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CÁLCIO E CARBOXIMETILCELULOSE. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm$ 2cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29033)				
2	27048	UNIDADE	CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CÁLCIO E CARBOXIMETILCELULOSE. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo uma variação de $\pm$ 2cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29034)				
3	49980	UNIDADE	CURATIVO EM PLACA COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm$ 2cm em cada medida. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN29035)				
...	...	...	...				
TOTAL – R\$							

Local e Data

Assinatura do representante da Empresa



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS, REPRESENTANTE, DOMICÍLIO ELETRÔNICO E ASSINATURA

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:
NOME DA CONTA CORRENTE:
CHAVE PIX:
CNPJ DE VINCULAÇÃO DA CONTA PARA PAGAMENTO:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DAS ATAS

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:
TELEFONE PARA CONTATO:

3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento das autorizações de fornecimento, eventuais instrumentos de contrato para assinatura, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:
E-MAIL:

Obs.: Informar apenas 1 (um) e-mail como domicílio eletrônico da empresa. Havendo mais de um e-mail informado, será considerado somente o primeiro da lista.

4. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da "Ata de Registro de Preço" e do instrumento de contrato, caso existente, o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, caso assim solicitado, bem como somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da habilitação e proposta vinculada, na licitação, salvo em caso de participação em consórcio de empresas.

Local e Data
Nome e Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS
E AUSÊNCIA DE VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF nº _____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que:

I. Cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório, nos termos do inciso I do *caput* do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo, se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte com problema de habilitação, fazer constar tal ressalva.

II. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do inciso VI do *caput* do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

III. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do *caput* do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do *caput* do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Observação: Os licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensados do cumprimento da reserva de cargos descrito nesta declaração, deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

V. Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal), nos termos do inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (Assinar em caso afirmativo)

VI. Não se encontra em outras situações descritas no item 6.2 do edital e que vedam sua a sua participação na licitação.

____ <CIDADE> _____ (UF), ____ <DATA> _____

Assinatura do representante da empresa

Assinado eletronicamente por ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



**ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO DE
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal ou procurador, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei Federal nº 14.133/2021 que:

- I. Em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, tem a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte).
- II. Não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- III. Não celebrou, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolaram a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme previsto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Obs: Nos contratos celebrados com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no item III.

____ <CIDADE> _____ (UF), ____ <DATA> _____

Assinatura do representante da empresa

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE ASSISTÊNCIA PROFISSIONAL

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que disponibilizará Enfermeiro (a) Estomaterapeuta habilitado (a) a prestar assistência aos profissionais dos órgãos participantes quando solicitado.

Informa-se abaixo os dados de contato do responsável para agendamento do treinamento e suporte técnico:

- **Nome completo:** [NOME DO RESPONSÁVEL]
- **Telefone:** [TELEFONE COM DDD]
- **E-mail:** [E-MAIL DO RESPONSÁVEL]

____<CIDADE>_____ (UF), ____< DATA> _____

Diretor ou representante legal

CPF nº:

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



**ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO “e-PAL” Nº 0020/2026 - e
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0025/2026 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA Nº ATC..../....**

Aos ... dias do mês de do ano de, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32 e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr., doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e, mediante assinatura da manifestação de órgão participante, os órgãos e entidades consorciados ou consorciáveis ao CINCATARINA – a União, o Estado de Santa Catarina e todos os Municípios de Santa Catarina: Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Anitápolis, Antônio Carlos, Apiúna, Arabutã, Araquari, Araranguá, Armazém, Arroio Trinta, Arvoredo, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Bandeirante, Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brunópolis, Brusque, Caçador, Caibi, Calmon, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campo Erê, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Capão Alto, Capinzal, Capivari de Baixo, Catanduvas, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Corupá, Criciúma, Cunha Porã, Cunhataí, Curitibanos, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Entre Rios, Ermo, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Florianópolis, Formosa do Sul, Forquilha, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Gravatal, Guabiruba, Guaraciaba, Guarimir, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Ibirama, Içara, Ilhota, Imaruá, Imbituba, Imbuia, Indaial, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuaçu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itaipópolis, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Itapoá, Ituporanga, Jaborá, Jacinto Machado, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Jardinópolis, Joaçaba, Joinville, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Laurentino, Lauro Muller, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lindóia do Sul, Lontras, Luiz Alves, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maracajá, Maravilha, Marema, Massaranduba, Matos Costa, Meleiro, Mirim Doce, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Monte Castelo, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Nova Veneza, Novo Horizonte, Orleans, Otacílio Costa, Ouro, Ouro Verde, Paial, Paineira, Palhoça, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Pescaria Brava, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Princesa, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das Antas, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Rio Rufino, Riqueza, Rodeio, Romelândia, Salete, Saltinho, Salto Veloso, Sangão, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bernardino, São Bonifácio, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São Francisco do Sul, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São João do Sul, São Joaquim, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Saudades, Schroeder, Seara, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Sul Brasil, Taió, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbé do Sul, Timbó, Timbó Grande, Três Barras, Treviso, Treze de Maio, Treze Tilias, Trombudo Central, Tubarão, Tunápolis, Turvo, União do Oeste, Urubici, Urupema, Urussanga, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Vidal Ramos, Videira, Vitor Meireles, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina, Xaxim e Zortéa, incluindo seus órgãos e entidades da administração direta e indireta e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário –, os órgãos e entidades cooperados através de convênio ou termo de cooperação técnica os órgãos e entidades não consorciáveis através de convênio ou outro instrumento congênera devidamente homologado por lei, doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** do Sistema de Registro de Preços, que passam a integrar esta Ata de Registro de Preços após a manifestação de órgão participante, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS** das empresas: pessoa jurídica de direito privado, situada em, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, Sr.; doravante denominados **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei Federal nº 14.133/2021 e das Resoluções nº 226/2023 e 400/2025 do CINCATARINA, especialmente em eventuais casos omissos.

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS**, para uso dos órgãos e entidades da administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, consorciáveis, cooperados ou não consorciáveis ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, na condição de ÓRGÃO PARTICIPANTE desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima sétima.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS AO REGISTRO DE PREÇOS E À GESTÃO DA ATA

2.1 – As disposições relativas à licitação prévia à esta ata registro de preços e à sua formalização encontram-se na cláusula terceira do edital da licitação que a originou.

2.2 – O presente documento configura a ata de registro de preços consolidada, elaborada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e que reúne as informações das atas de registro de preços formalizadas individualmente com os licitantes vencedores, sendo mantida atualizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.2.1 – Cada ÓRGÃO PARTICIPANTE, inclusive se previsto no preâmbulo desta ata de registro de preços, deverá assinar, como condição para a utilização da ata, sua manifestação de órgão participante, na qual demonstrará concordância com todo o processo realizado, inclusive com a solução encontrada no estudo técnico preliminar, descrita no termo de referência, licitada e registrada nesta ata de registro de preços, e aprovará os seus termos, passando a integrá-la.

2.3 – Adota-se a definição de órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante prevista no art. 146 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e manifestada no preâmbulo desta ata de registro de preços e na cláusula terceira do edital da licitação que a originou.

2.4 – A gestão desta ata de registro de preços será realizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e observará o disposto nesta ata e nos arts. 206 a 230 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

2.5 – Não será permitida a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de vigência desta, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.5.1 – Não se considera mesmo objeto, para fins deste item 2.5, quando as especificações, prazos, inclusive de pagamento, fornecimentos ou outras especificidades forem diferentes das previstas na ata de registro de preços anterior.

2.5.2 – Excepciona-se da vedação prevista neste item 2.5 a situação em que tenha se esgotado o quantitativo estimado de determinado item na ata vigente, cancelado o registro de preço do item ou outro fato devidamente justificado que inviabilize a aquisição da quantidade necessária dos itens pelo órgão ou entidade

2.6 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento pelo FORNECEDOR nas condições estabelecidas, mas não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR ou os ÓRGÃOS PARTICIPANTES a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que motivada, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.7 – A contratação com o FORNECEDOR será realizada pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE na forma, no prazo e através dos instrumentos previstos nas cláusulas nona a décima segunda desta ata de registro de preços.

2.8 – O FORNECEDOR deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante a vigência desta ata de registro de preços, comprovando-a regularmente ao ÓRGÃO GERENCIADOR na forma prevista nesta ata.

2.8.1 – Verificada a irregularidade na manutenção das condições do FORNECEDOR, este deverá ser notificado para regularizar a situação em prazo determinado, sob pena de cancelamento do registro e aplicação de penalidades.

2.8.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá suspender cautelarmente a celebração de novas contratações decorrentes da ata de registro de preços enquanto pendente de regularização a habilitação e qualificação do fornecedor.

2.9 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, através da sua Controladoria Interna, instituir rotina de acompanhamento das contratações realizadas através de suas atas de registro de preços pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS E DO REMANEJAMENTO

3.1 – Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, os quantitativos registrados para eventual consumo serão de acordo com a tabela da cláusula décima oitava.

3.1.1 – A existência de quantitativos e preços registrados implicará compromisso de fornecimento pelo licitante vencedor nas condições estabelecida, mas não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR ou os ÓRGÃOS PARTICIPANTES a firmar as contratações que deles poderão advir.

3.1.2 – Os quantitativos não vinculam qualquer obrigação de consumo do ÓRGÃO GERENCIADOR ou dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES e não geram qualquer direito subjetivo ao FORNECEDOR.

3.2 – Os quantitativos dos itens previstos nesta ata de registro de preços poderão ser remanejados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre si e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES ou entre estes.

3.2.1 – O remanejamento será realizado entre quaisquer órgãos, com ou sem a manifestação formal, registrado no sistema em que ocorrer o gerenciamento da ata, não causando acréscimo ou decréscimo no valor do item.

3.2.2 – Para efeito do disposto neste item 3.2, caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR controlar, autorizar e operar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

3.2.2.1 – A prévia anuência prevista neste item 3.2.2 poderá ser formalizada em momento anterior, devidamente assinado pela autoridade competente do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

3.3 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, unilateralmente, realizar o aumento nos quantitativos totais registrados em até 25% (vinte e cinco por cento).

3.3.1 – Excepcionalmente, mediante aceitação expressa do fornecedor registrado, o aumento nos quantitativos totais registrados poderá ser realizado até uma vez a quantidade registrada inicialmente, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes que indiquem que as estimativas inicialmente previstas em edital serão muito insuficientes para atender a demanda existente durante o prazo de vigência.

3.3.1.1 – Sempre que possível e não causar prejuízos, será priorizada, em relação ao aumento previsto neste item 3.3.1, a realização da antecipação da prorrogação prevista no item 4.2.3 desta ata.

3.3.2 – Os quantitativos decorrentes do aumento previsto neste item 3.3 poderão ser diretamente remanejados, na forma no item 3.2 desta ata, no mesmo ato que realizar a alteração quantitativa na ata.

3.4 – O FORNECEDOR é obrigado a fornecer ou prestar os quantitativos registrados, observadas as condições e a área de atuação definidas no instrumento convocatório, em qualquer dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ainda que haja remanejamento entre eles, não lhe sendo possível, nos limites quantitativos registrados, escolher quais órgãos atender.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será do dia de de ao dia de de

4.2 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por 1 (um) ano, mediante manutenção da vantajosidade do preço registrado.

4.2.1 – A prorrogação da vigência deverá ser formalizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR mediante concordância do FORNECEDOR e através de termo aditivo celebrado dentro do prazo de vigência original da ata.

4.2.2 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

4.2.2.1 – A renovação dos quantitativos prevista neste item 4.2.2 não constitui acréscimo na ata, mas extensão da relação originalmente pactuada, devendo o ÓRGÃO GERENCIADOR verificar:

- I – se os quantitativos a serem renovados são proporcionais e adequados à estimativa de demanda atual em função de consumo e utilização prováveis;
- II – a vantajosidade da manutenção da ata, assim considerada se os preços e demais condições permanecem favoráveis à Administração, podendo-se utilizar da reanálise de preços prevista no art. 102 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA ou de outros instrumentos para aferir a atual realidade de mercado do objeto registrado em ata.

4.2.3 – Excepcionalmente, nos casos de esgotamento do quantitativo registrado, será admitida a antecipação da prorrogação, pelo prazo de 1 (um) ano, com a renovação das quantidades.

4.2.4 – Com a prorrogação da ata de registro de preço, prorroga-se também o cadastro de reserva de fornecedores, nos exatos termos da homologação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 – A ata de registro de preços poderá sofrer alterações pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, obedecidas às disposições contidas nesta ata e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, em especial de seus arts. 221 a 230.

5.1.1 – Salvo disposição em contrário e observado o art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 quanto à possibilidade de simples apostilamento, se houver, as alterações serão realizadas mediante celebração de termo aditivo ou formalização de novo instrumento.

5.1.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá suspender, conforme análise de riscos, a celebração de novas contratações decorrentes da ata de registro de preços na pendência de análise de pedido de alteração da ata.

5.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, durante a vigência da ata de registro de preços, autorizar a mudança de marca ou modelo do item registrado na hipótese de impossibilidade de entrega da marca ou do modelo anteriormente consignado.

5.2.1 – O pedido de mudança de marca ou modelo será formulado pelo FORNECEDOR, no qual deverá demonstrar, cumulativamente:

- I – impossibilidade de entrega da marca ou do modelo anteriormente consignado;
- II – atendimento dos requisitos previstos em edital pelo novo produto;
- III – qualidade similar, igual ou superior do novo produto ao anteriormente cotado;
- IV – preço do novo produto igual ou menor que o valor da proposta original, sem dispêndios adicionais ao erário, salvo demonstração de inexistência de produto que cumpra os requisitos do inciso III deste item em preço não superior ao original.

5.2.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR analisará a justificativa apresentada pelo FORNECEDOR, ponderando a sua plausibilidade e a sua razoabilidade, podendo, entre outros:

- I – exigir amostra ou prova de conceito do novo produto;
- II – exigir declaração ou laudo técnico acerca da qualidade do novo produto comparada ao anterior;
- III – realizar prévia consulta ao cadastro reserva de fornecedores para analisar a vantajosidade de convocação de fornecedor diverso apto a disponibilizar o produto originalmente registrado.

5.2.3 – Na hipótese de mudança por um novo produto com preço de mercado:

- I – inferior ao inicialmente registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR condicionará a alteração ao aceite pelo FORNECEDOR de redução do preço registrado;
- II – superior ao inicialmente registrado, o FORNECEDOR deverá demonstrar o preço de mercado do novo produto, o qual será analisado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que definirá o novo preço registrado, podendo realizar pesquisa para definição de valor diverso do proposto.

5.2.4 – A mudança de marca ou modelo é medida excepcional, não estando o ÓRGÃO GERENCIADOR obrigado a autorizá-la, mesmo na hipótese de preenchimento dos requisitos previstos no item 5.2.1, o qual considerará os princípios licitatórios, o interesse público e a melhor decisão possível dentro do ordenamento jurídico, garantindo-se segurança jurídica e continuidade do fornecimento.

5.2.5 – A alteração da forma de acondicionamento do produto, desde que não afete a essência do item e sem variação de preço, pode ser autorizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e formalizada por simples apostilamento, sem necessidade de observância de todo o procedimento previsto neste item 5.2.

5.2.6 – A entrega, pelo fornecedor, de marca ou modelo diverso do item registrado sem a observância ao procedimento previsto neste item 5.2 configura infração administrativa de inexecução, total ou parcial, conforme o caso, do contrato, prevista nos incisos I a III do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 – Os preços registrados poderão ser alterados e atualizados periodicamente pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme disposto nesta ata de registro de preços e nos arts. 225 a 228 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

5.3.1 – As atualizações e alterações buscam a manutenção das condições efetivas da proposta registrada, considerando as variações, naturais ou extraordinárias, do mercado.

5.3.2 – A alteração e a atualização de preços registrados não se confundem com os instrumentos de reajuste, repactuação ou revisão contratuais, podendo, contudo, utilizar-se subsidiariamente de mecanismos previstos para esses instrumentos.

5.4 – A alteração dos preços registrados visa a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços nos seguintes casos que inviabilizariam a execução dos contratos dela decorrentes:

- I – força maior;
- II – caso fortuito;
- III – fato do príncipe;
- IV – fatos imprevisíveis; ou
- V – fatos previsíveis de consequências incalculáveis.

5.4.1 – A alteração dos preços consiste em modificação, de ofício ou mediante provocação, da ata para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial frente aos fatos citados no item 5.4, independentemente de expressa previsão em edital ou ata.

5.4.2 – Será vedada:

- I – a alteração dos preços registrados em razão de mera variação macroeconômica natural do mercado, resultante de fatos previsíveis de consequências calculáveis, a qual é coberta pela atualização periódica de preços; e
- II – o desrespeito à eventual repartição objetiva de risco estabelecida no edital ou nesta ata de registro de preços.

5.4.3 – Recebida solicitação do FORNECEDOR registrado para alteração de preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR realizará a admissibilidade do pedido, verificando a subsunção a alguma das hipóteses previstas no item 5.4 e o respeito às vedações previstas no item 5.4.2.

5.4.4 – Para fins de análise do pedido de alteração, o ÓRGÃO GERENCIADOR, visando a manutenção das condições efetivas da proposta registrada, em especial a marca e o modelo do produto registrado, realizará:

- I – análise do mercado para verificar o valor atualizado do produto atualmente registrado;
- II – consulta ao cadastro reserva de fornecedores para verificar se existem fornecedores aptos a fornecer o produto atualmente registrado em condições mais vantajosas à Administração.

5.4.5 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá utilizar-se das propostas resultantes da consulta ao cadastro reserva de fornecedores para fins de aferição dos preços praticados no mercado.

5.4.6 – Subsidiariamente, caso a solicitação do FORNECEDOR e as propostas apresentadas na consulta ao cadastro reserva estejam acima do valor resultante da análise dos preços do produto atualmente registrado, poderá ser admitida a apresentação de novas propostas das marcas e modelos originalmente ofertados pelos fornecedores do cadastro reserva.

5.4.7 – Sendo negado o pedido de alteração dos preços registrados, o FORNECEDOR será notificado para que manifeste interesse na manutenção do registro nas condições originais ou solicite o seu cancelamento, salvo prévio pedido subsidiário ou alternativo do fornecedor nesse sentido, e, caso exista oferta de proposta mais vantajosa por fornecedor do cadastro reserva, o registro inicial será cancelado e a proposta do novo fornecedor será registrada em seu lugar.

5.4.8 – O FORNECEDOR deverá cumprir todas as contratações decorrentes da ata já celebradas no momento do pedido de alteração dos preços, resguardado o seu direito de solicitar reequilíbrio econômico-financeiro dessas contratações em procedimento próprio.

5.5 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá instaurar de ofício o procedimento para alteração do preço registrado quando verificar que este se encontra superior aos praticados no momento, aplicando-se, naquilo que lhe for compatível, o disposto no item 5.4.

5.5.1 – O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades.

5.6 – A atualização periódica dos preços registrados visa a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços frente variações macroeconômicas naturais do mercado, resultantes de fatos previsíveis de consequências calculáveis.

5.6.1 – A atualização dos preços consiste na aplicação do índice de correção monetária à ata de registro de preços, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

5.6.2 – O índice a ser aplicado para a atualização dos preços será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

5.6.3 – A atualização periódica somente ocorrerá após o decurso de 1 (um) ano de vigência da ata de registro de preços, sendo vedada a produção de efeitos financeiros equivalentes aos de atualização de periodicidade inferior à anual, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei Federal nº 10.192/2001.

5.6.4 – No momento de eventual prorrogação da vigência da ata de registro de preços, será oportunizado ao fornecedor manifestar-se sobre o interesse na atualização dos preços registrados pela aplicação de índice de atualização monetária.

5.6.4.1 – A atualização periódica dos preços, cujo direito não preclui ao FORNECEDOR, depende de sua solicitação.

5.6.4.2 – A prorrogação poderá ser realizada sem a atualização dos valores, desde que com anuência do FORNECEDOR quanto aos termos da prorrogação.

5.6.5 – Para a realização da atualização, a aplicação do índice será considerada deste a data do encerramento da pesquisa de preços da licitação até a data término da vigência da ata, salvo prévio deferimento de alteração do preço registrado, hipótese na qual a aplicação do índice será a partir da data da alteração.

5.6.6 – A atualização dos preços poderá ocorrer mediante simples apostila quando seguir o índice previsto.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR:

I – de ofício ou mediante provocação, quando o FORNECEDOR:

- a) não assinar o termo de contrato ou não aceitar, retirar ou declarar recebido o instrumento equivalente no prazo fixado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- b) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR para a operacionalização e automatização dos procedimentos de controle dos preços registrados e das contratações decorrentes;
- c) não manter as condições de habilitação necessárias para a execução das contratações decorrentes dos preços registrados;
- d) sofrer sanção que o impeça de formalizar novas contratações com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES;
- e) descumprir outras condições previstas no edital ou nesta ata de registro de preços que justifiquem o cancelamento.

II – a pedido do FORNECEDOR;

III – de ofício, quando o FORNECEDOR não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de alteração em razão dele se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV – de ofício, por razão de interesse público, devidamente justificadas.

6.2 – Será assegurada a prévia manifestação do FORNECEDOR ao cancelamento do preço registrado, exceto quando decorrente de:

- I – processo no qual tenha sido informado ao FORNECEDOR acerca da possibilidade de cancelamento do registro e oportunizado o seu contraditório;
- II – solicitação do FORNECEDOR pelo cancelamento.

6.3 – O cancelamento realizado nas hipóteses dos incisos I e II do item 6.1 sujeitará o FORNECEDOR às penalidades previstas na legislação, no edital e nesta ata de registro de preços, assim como a eventual responsabilização da esfera cível, salvo ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que inviabilize o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado.

6.4 – A determinação do cancelamento do registro de preço a pedido do FORNECEDOR possui apenas efeitos *ex nunc*, não atingindo eventuais contratações ou autorizações de fornecimento já recebidas, salvo solicitação e expresse deferimento pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.5 – Da decisão que determinar o cancelamento do registro de preço, caberá a interposição do pedido de reconsideração previsto no art. 239 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e no inciso II do *caput* do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

7.1. – O cadastro reserva de fornecedores constitui lista sequencial dos licitantes classificados após o licitante vencedor da licitação e que, nas hipóteses previstas nesta ata e na Resolução nº 400/2025, poderão ser convocados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR para assinar a ata de registro de preços.

7.2 – Excetuado o licitante vencedor, todos os demais licitantes não inabilitados ou desclassificados da licitação que originou esta ata de registro de preços formarão o seu cadastro reserva, sequenciados segundo a ordem da última proposta que tiverem apresentado durante a fase competitiva, observado o seguinte:

- I – será excluído o percentual referente à margem de preferência;
- II – na ocorrência de empate entre duas ou mais propostas, elas serão sequenciadas conforme a ordem cronológica de apresentação.

7.2.1 – Caso tenha sido oportunizado pelo pregoeiro a oferta posterior de cotação em preços iguais ao do licitante vencedor, o cadastro reserva de fornecedores será dividido em dois grupos:

- I – de preço igual do licitante vencedor: formado pelos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência de sua classificação no certame; e
- II – de preço pela ordem da última proposta: será formado pelos demais licitantes que não aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor e mantiverem suas propostas originais, sequenciados segundo a ordem da última proposta que tiverem apresentado durante a fase competitiva.

7.2.1.1 – A apresentação de novas propostas na forma do inciso I deste item 7.2.1 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado ou a ordem inicial entre aqueles que apresentarem novas propostas de igual valor.

7.2.2 – Excetuado o licitante vencedor, todos os demais licitantes não inabilitados ou desclassificados formarão o cadastro de reserva de fornecedores.

7.2.2.1 – O fornecedor poderá renunciar da participação do cadastro de reserva de fornecedores.

7.3 – O cadastro reserva de fornecedores poderá ser utilizado em qualquer hipótese de cancelamento de registro ou impossibilidade de atendimento pelo FORNECEDOR ou, ainda, para fins de consulta prévia ou concomitante a processos que visem realizar alterações no registro.

7.3.1 – A consulta ao cadastro reserva de fornecedores não configura nova fase competitiva da licitação.

7.3.2 – Ocorrendo o decurso do prazo de manifestação da consulta sem que haja manifestação do fornecedor do cadastro reserva, a negociação será considerada frustrada, não sendo o ÓRGÃO GERENCIADOR obrigado a considerar as propostas apresentadas intempestivamente.

7.4.3 – As novas atas de registro de preço que forem formalizadas com fornecedores pertencentes ao cadastro de reserva terão sua vigência limitada ao prazo remanescente da ata de registro de preços anteriormente formalizada com o outro licitante.

8.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- I – lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento ou outro instrumento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCATARINA, disponibilizado no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br, ou outro indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- II – acusar o recebimento das autorizações de fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;
- III – assinar, se for o caso, o instrumento de contrato no prazo indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas e deverá ser prorrogado ao próximo dia útil se o seu final recair em final de semana ou feriado;
- IV – fornecer o objeto desta ata, de acordo com as especificações exigidas na licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados no edital, no termo de referência e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- V – responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- VI – emitir nota fiscal dos produtos ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos. A nota fiscal emitida deverá conter destacado o valor de todos os tributos passível de retenção pelo ÓRGÃO PARTICIPANTES, nos termos da legislação em vigor, especialmente, se for o caso, o IRRF, nos termos da IN RFB 1.234/2012;
- VII – enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- VIII – prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- IX – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR através do IntegriGov ou outro sistema que venha a lhe ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR para tal durante toda a vigência desta ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes;
- X – cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XI – cumprir as demais obrigações previstas no edital de licitação, nesta ata de registro de preços, nos instrumentos contratuais dela decorrentes, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, exigindo o seu cumprimento também pelas demais partes

8.1.1 – O descumprimento de qualquer das obrigações previstas nesta ata de registro de preços pelo FORNECEDOR configurará a infração de inexecução parcial prevista nos incisos I ou II do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, salvo subsunção a tipificação infracional diversa, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 245 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

8.1.2 – O FORNECEDOR signatário desta ata de registro de preços declara estar ciente das suas obrigações para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, nos termos do edital de licitação que a originou, de sua proposta vencedora, desta ata de registro de preços, dos instrumentos contratuais dela decorrentes, da legislação pertinente e da sua regulamentação, os quais regem as relações entre as partes, para todos os fins.

8.2 – Será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a partir da assinatura da manifestação de órgão participante, especialmente quanto à execução desta ata de registro de preços e de suas contratações decorrentes:

- I – realizar seu cadastro no sistema informatizado disponibilizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- II – manter as suas informações atualizadas junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- III – manter-se atualizado acerca de eventuais retificações e alterações na ata de registro de preços consolidada;
- IV – solicitar, através do sistema informatizado, o fornecimento dos bens ou a prestação do serviço, encaminhando todas as informações necessárias à contratação, inclusive a dotação orçamentária e o local de entrega;
- V – nomear e indicar responsável pela fiscalização e gestão da execução das contratações e realizá-las;
- VI – realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado e informá-lo ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- VII – informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR todas as eventualidades que ocorrerem relacionadas à execução do objeto, inclusive atrasos e irregularidades na entrega ou na prestação e necessidade de prestação de garantia;
- VIII – realizar o empenho, a liquidação e o pagamento pela contratação, nos termos do edital e desta ata de registro de preços;
- IX – encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR todas as informações por ele solicitadas e necessárias para a gestão da ata de registro de preços; e
- X – responsabilizar-se por todos os atos decorrentes da contratação que não sejam de competência do ÓRGÃO GERENCIADOR
- XI – cumprir as demais obrigações previstas no edital de licitação, nesta ata de registro de preços, nos instrumentos contratuais dela decorrentes, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, exigindo o seu cumprimento também pelas demais partes.

8.2.1 – O disposto neste item 8.2 aplica-se, no que couber, ao ÓRGÃO GERENCIADOR, quando agir na condição de ÓRGÃO PARTICIPANTE, mesmo que concomitantemente à de ÓRGÃO GERENCIADOR.

8.3 – Será de responsabilidade do ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de disponibilização, operacionalização, controle e administração desta ata de registro de preços e, especialmente quanto à sua execução:

- I – expedir as atas de registro de preços para cada fornecedor e as manifestações de órgão participante para estes e consolidar estas informações na ata de registro de preços consolidada;
- II – gerenciar esta ata de registro de preços, incluindo, entre outros:
 - a) realizar, de ofício ou mediante provocação, as modificações nesta ata;
 - b) receber, analisar e decidir os pedidos ou iniciar de ofício alteração e revisão de preços e alteração nas marcas e modelos registrados;
 - c) realizar, mediante provocação ou de ofício, nas hipóteses previstas em lei, na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA ou nesta ata, o cancelamento dos preços registrados;
 - d) prorrogar a vigência desta ata mediante anuência do fornecedor registrado.
- III – realizar a gestão administrativa das contratações compartilhadas, acompanhando e gerenciando a execução das contratações, podendo realizar todos os atos gerenciais necessários para garantir a plena execução do objeto contratual, incluindo, entre outros:
 - a) receber, processar e gerar os respectivos instrumentos referentes aos contratos, às autorizações de fornecimento ou ordens de prestação de serviço;
 - b) intermediar o contato entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o FORNECEDOR, inclusive em relação a irregularidades na execução do objeto e a prestação de suporte e garantia;
 - c) extinguir o instrumento contratual nas hipóteses previstas em lei, em regulamento, nesta ata de registro de preços e no instrumento contratual.
- IV – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, especialmente em relação à ata de registro de preços, às suas contratações e às contratações dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, as penalidades decorrentes de:
 - a) descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;
 - b) descumprimento das obrigações contratuais e da execução contratual;
 - c) outras infrações previstas na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e na Lei Federal nº 14.133/2021 relacionadas à gestão da ata de registro de preços e às contratações dela decorrentes.
- V – cumprir as demais obrigações previstas no edital de licitação, nesta ata de registro de preços, nos instrumentos contratuais dela decorrentes, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, exigindo o seu cumprimento também pelas demais partes.

8.3.1 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar auxílio técnico aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES para execução das atividades previstas neste item 8.3.

8.4 – As obrigações previstas nesta cláusula dizem respeito especialmente à execução desta ata e não excluem outras previstas no edital de licitação, nesta ata de registro de preços, nos instrumentos contratuais dela decorrentes, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

8.4.1 – Todas as partes deverão respeitar as normas do Código de Conduta e Ética do CINCATARINA (Resolução nº 226/2023).

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A contratação com o FORNECEDOR será formalizada pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE por intermédio de instrumento de contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 161 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

9.1.1 – Sempre que o uso do instrumento de contrato não for obrigatório, utilizar-se-á, se possível, a autorização de fornecimento como instrumento hábil, em conjunto com a nota de empenho de despesa.

9.1.1.1 – A autorização de fornecimento poderá majoritariamente referenciar as disposições da ata de registro de preços, desde que especifiquem a parcela do objeto que será executada e as partes.

9.1.1.2 – Os instrumentos emitidos unilateralmente deverão ser remetidos ou ter seu teor comunicado ao contratado para fins de produção de efeitos.

9.1.2 – A contratação deverá ser formalizada, conforme a necessidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE, dentro do prazo de vigência desta ata de registro de preços, devendo nela especificar a classificação orçamentária.

9.1.2.1 – Considera-se formalizada a contratação que utilizar termo de contrato com a sua assinatura.

9.1.2.2 – Considera-se formalizada a contratação que utilizar nota de empenho ou de autorização de fornecimento como instrumento hábil quando realizado o empenho, ainda que seus efeitos e vigência subordinem-se à sua comunicação ao fornecedor registrado.

9.2 – A contratação decorrente desta ata de registro de preços deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br, ou outro que vier a ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

9.2.1 – Todos os atos relativos à execução contratual serão realizados através de sistema informatizado disponibilizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, cabendo ao ÓRGÃO PARTICIPANTE e ao FORNECEDOR realizar o cadastro, apresentar todas as informações necessárias e observar os procedimentos definidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

9.2.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá excepcionar determinados atos da realização interna ao sistema informatizado.

9.2.3 – Na contratação do ÓRGÃO PARTICIPANTE decorrente desta ata de registro de preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR, acompanhará as contratações e mediará os procedimentos e a comunicação em relação ao FORNECEDOR, podendo realizar todos os atos gerenciais necessários para garantir a plena execução do objeto contratual, incluindo, entre outros:

- I – receber, processar e gerar os respectivos instrumentos referentes aos contratos, às autorizações de fornecimento ou ordens de prestação de serviço;
- II – intermediar o contato entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o FORNECEDOR, inclusive em relação a irregularidades na execução do objeto e a prestação de suporte e garantia;
- III – extinguir o instrumento contratual nas hipóteses previstas em lei, em regulamento, nesta ata de registro de preços e no instrumento contratual.

9.2.4 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, unilateralmente, estabelecer valor mínimo para cada contratação pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, como forma de prestigiar a economia de escala e minimizar os custos de transporte.

9.3 – Observados os critérios e condições estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e observados os preços, o ÓRGÃO PARTICIPANTE poderá comprar de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação no cadastro reserva de fornecedores, desde que razões de interesse público justifiquem e que o FORNECEDOR não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.3.1 – Existindo mais de um fornecedor registrado para o mesmo item ou lote, a ordem de classificação e do cadastro deverá ser respeitada nas contratações.

9.4 – É de total autonomia e responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do ÓRGÃO GERENCIADOR na decisão de contratação.

9.4.1 – Os recebimentos provisório e definitivo do objeto ficarão a cargo do ÓRGÃO PARTICIPANTE, o qual indicará gestor e fiscal para a contratação, conforme regulamento próprio.

9.4.1.1 – Salvo designação prévia, especialmente na intenção de registro de preço, a vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da solicitação de fornecimento e será consignada no instrumento contratual com a sua respectiva ciência.

9.4.1.2 – Salvo distribuição diversas de atribuições em regulamentação do ÓRGÃO PARTICIPANTE, caberá ao gestor do contrato, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, realizar a gestão da execução do contrato e, em especial, constituir relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

9.5 – Nos termos do art. 49 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, modificada pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 29/2024, ou outra que vier a lhe substituir ou alterar, o FORNECEDOR estará obrigado perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO GERENCIADOR a permitir acesso livre aos documentos e registros contábeis relacionados ao objeto contratado, durante toda a vigência da contratação, com o intuito de assegurar a regular e frequente fiscalização quanto ao cumprimento da contratação firmada com a Administração.

9.5.1 O acesso aos documentos e registros será permitido apenas para fins de fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos, da execução do objeto do contrato e do cumprimento das cláusulas contratuais.

9.5.2 O FORNECEDOR é responsável pela manutenção, organização e atualização dos documentos e registros, assegurando que estejam em conformidade com a legislação aplicável.

9.5.3 O não cumprimento das obrigações previstas neste item 9.5, incluindo a recusa em fornecer o acesso aos documentos ou informações solicitadas, poderá acarretar a aplicação de penalidades previstas nesta ata, incluindo a possibilidade de rescisão contratual e cancelamento do registro.

9.6 – Nos termos do § 3º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, será vedado ao FORNECEDOR realizar a subcontratação da execução do objeto a pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

9.6.1 – Havendo contratações de prestação de serviços decorrentes desta ata de registro de preços, durante a sua vigência, também será vedado ao FORNECEDOR contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-005
Telefone: (48) 3380 1621

10.1 – As contratações decorrentes desta ata de registro de preços serão formalizadas, preferencialmente, através de autorização de fornecimento, observadas as disposições da cláusula anterior, em especial de seu item 9.1, e o exposto a seguir.

10.2 – Quando se utilizar das autorizações de fornecimento, elas serão geradas e enviadas ao FORNECEDOR após a solicitação do bem e realização de empenho pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

10.2.1 – O FORNECEDOR deverá acusar o recebimento da autorização de fornecimento, bem como de quaisquer outras notificações enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogado para o próximo dia útil se recair em final de semana ou feriado.

10.3 – Caso não seja possível a utilização da autorização de fornecimento, o instrumento de contrato deverá ser assinado pelo FORNECEDOR no prazo indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas e deverá ser prorrogado ao próximo dia útil se o seu final recair em final de semana ou feriado.

10.3.1 – Ainda que formalizado instrumento de contrato, poderá ser utilizada a autorização de fornecimento para fins de complementação de informações e marco inicial dos prazos obrigacionais relativos à execução do objeto, hipótese na qual considerar-se-á, para esta, as disposições relativas ao recebimento da autorização de fornecimento.

10.4 – Recebida a autorização de fornecimento ou assinado o contrato, o FORNECEDOR deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, com a respectiva nota fiscal, e enviar o arquivo XML para o endereço eletrônico informado na autorização ou no contrato.

10.4.1 – O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias e começará a contar a partir do dia de confirmação de recebimento da autorização de fornecimento ou da assinatura do contrato, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

10.4.1.1 – A forma e os demais requisitos relacionados à entrega deverão observar as disposições do Termo de Referência da licitação que originou esta ata de registro de preços, prevista na cláusula décima quinta

10.5 – O FORNECEDOR deverá executar as contratações decorrentes desta ata de registro de preços conforme as disposições nela registradas, apresentadas na proposta e previstas no edital e seus anexos, durante toda a vigência da ata.

10.5.1 – Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR a realização do adequado transporte e a manutenção em perfeitas condições de armazenamento de todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade, assim como a prestação da garantia e o saneamento de eventuais vícios na entrega dos bens.

10.5.2 – Todas as despesas relacionadas às entregas em cada ÓRGÃO PARTICIPANTE e à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do FORNECEDOR, incluídos os custos de transporte, troca de peças, horas técnicas e deslocamento de pessoal.

10.5.3 – A forma, prazos e os demais requisitos e características relacionados à prestação da garantia deverão observar as disposições do Termo de Referência da licitação que originou esta ata de registro de preços, prevista na cláusula décima quinta.

10.5.3.1 – Salvo disposição em contrário no termo de referência, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor à forma de prestação da garantia das contratações para fornecimento de bens decorrentes desta ata de registro de preços.

10.5.3.2 – O prazo de garantia dos itens a serem fornecidos não será inferior àquele previsto na folha de dados ou descritivo de cada item durante a licitação que originou esta ata de registro de preços ou, se superior, na proposta do então licitante, agora FORNECEDOR, sem exclusão da garantia legal.

10.5.3.2.1 – Na ausência de disposição em folha de dados ou descritivo, o prazo de garantia não será inferior a 30 (trinta) dias.

10.5.3.2.2 – O prazo de garantia será contado a partir da efetiva entrega dos bens ao ÓRGÃO PARTICIPANTE.

10.5.3.3 – O prazo para que o produto com defeito seja consertado ou, sendo o caso, substituído, será de 30 (trinta) dias, contados a partir do registro de ocorrência no sistema Gescon ou do aviso do defeito do produto ao FORNECEDOR ou fabricante, podendo-se, caso justificativo, deferir eventual pedido de prorrogação deste prazo.

10.5.4 – No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados ou descritivo de cada item durante a licitação que originou esta ata de registro de preços ou, se superior, na proposta do então licitante, agora FORNECEDOR.

10.6 – Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE, o qual deverá informá-los ao ÓRGÃO GERENCIADOR, aplicando-se o regulamento próprio de cada órgão acerca dos procedimentos para sua realização.

10.6.1 – O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do edital, do termo de referência, da folha de dados e descritivo, desta ata de registro de preços ou do instrumento contratual.

10.7 – O FORNECEDOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE deverão informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR todas as eventualidades que ocorrerem relacionadas à execução do objeto, inclusive atrasos e irregularidades na entrega ou na prestação, a realização de troca de produtos ou qualquer outra modificação do objeto contratual e a eventual necessidade de prestação de garantia.

10.8 – Existindo indícios de execuções contratuais em desconformidade com o previsto nesta ata de registro de preços e nos instrumentos contratuais dela decorrentes, o ÓRGÃO GERENCIADOR instaurará processo para apurar o descumprimento dos termos pactuados, podendo, em caso de risco iminente para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES ou para a gestão da ata, suspender cautelarmente a celebração de novas contratações.

10.8.1 – A suspensão cautelar prevista neste item 10.8 não acarreta o cancelamento do registro do FORNECEDOR, tampouco autoriza a imediata contratação através dos fornecedores subsequentes no cadastro reserva.

10.8.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem ou serviço no período de vigência da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação a apresentação de amostras ou prova de conceito e justificada a necessidade de sua apresentação, para fins de verificação da conformidade do bem registrado, contratado e fornecido às especificações previstas em edital.

10.8.3 – O FORNECEDOR que, comprovadamente, realizar entregas ou prestações de serviços em desconformidade com o disposto nesta ata de registro de preços e nos instrumentos contratuais dela decorrentes estará sujeito à aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, além do cancelamento do registro, conforme o caso.

10.9 – Decorrido o prazo definido na autorização de fornecimento ou no instrumento de contrato sem a entrega dos bens, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo previsto, comprovar a realização da entrega dos bens ou justificar o atraso ou a inexecução, podendo solicitar, conforme o caso, prorrogação do prazo para entrega.

10.9.1 – O atraso na entrega constituirá o FORNECEDOR em mora, nos termos previstos nesta ata de registro de preços, aplicando-se, acerca da vigência contratual, o disposto para as contratações por escopo na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

10.9.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá sustar a formalização de novas contratações e a realização de entregas em autorizações já emitidas e contratos assinados em razão de reiteradas inexecuções das últimas contratações pelo FORNECEDOR que permitam inferir que não serão adequadamente executadas futuras contratações.

10.9.3 – O processo para penalização em razão de atraso ou inexecução poderá ocorrer em conjunto e nos mesmos autos do processo descrito neste item 10.9 ou em autos apartados após a rescisão contratual e eventual cancelamento de ata, observados, na primeira hipótese, os prazos e procedimentos da penalização.

10.9.4 – Após notificação do FORNECEDOR e decisão do ÓRGÃO GERENCIADOR, a inexecução contratual acarretará a rescisão do contrato e, conforme o caso, o cancelamento do registro do fornecedor, independentemente da aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 246 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, que poderá ser realizada posteriormente, nos termos do item 10.9.3.

10.9.5 – Caso o descumprimento contratual gere prejuízos ao ÓRGÃO PARTICIPANTE ou ao ÓRGÃO GERENCIADOR, poderá ser requerido do FORNECEDOR o valor de perdas e danos, conforme o caso, após processo administrativo em que haja reconhecimento da responsabilidade.

10.9.6 – As disposições deste item 10.9 não afastam a aplicação de multa e juros de mora em razão do atraso injustificado, quando previstos, observadas as disposições do § 4º do art. 187 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO PELAS CONTRATAÇÕES E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – A realização do empenho, da liquidação e do pagamento pela contratação é de responsabilidade exclusiva do ÓRGÃO PARTICIPANTE que realizar a contratação decorrente da ata, podendo o ÓRGÃO GERENCIADOR executar as medidas que julgar necessárias junto ao sistema informatizado para evitar a realização de contratações sem o processo adequado de aplicação de despesa.

11.2 – As despesas decorrentes das contratações que se originarem desta ata de registro de preços correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE, referente ao exercício corrente e seguintes.

11.2.1 – A indicação de dotação orçamentária somente será realizada para fins de assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento hábil decorrente desta ata de registro de preços, previamente à realização do empenho e formalização do instrumento.

11.3 – O ÓRGÃO PARTICIPANTE poderá utilizar, para as contratações decorrentes desta ata de registro de preços, recursos de transferências legais ou voluntárias da União e ou do Estado, vinculados a processos, programas ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas.

11.3.1 – Na hipótese de contratação com transferências de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União – OFSS, através de convênio e/ou contrato de repasse, incorpora-se à presente ata de registro de preços o regramento constante da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, modificada pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 29/2024, ou outra que vier a lhe substituir ou alterar.

11.3.2 – Compete ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, quando executar recursos de outro ente federativo decorrentes de transferências voluntárias, verificar a existência de eventuais vedações ou normativas exaradas pelo ente cuja observância esteja disposta como obrigatória.

11.4 – O pagamento pelas contratações decorrentes desta ata de registro de preços será feito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE em favor do FORNECEDOR, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento do objeto contratual, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica e arquivo XML, mediante prévios recebimento e liquidação.

11.4.1 – Não serão realizados pagamentos sem os prévios recebimentos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e liquidação, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

11.5 – O pagamento será realizado mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do FORNECEDOR ou boleto, após as entregas dos bens objeto da contratação, acompanhados da respectiva nota fiscal.

11.5.1 – As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto.

11.5.2 – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade do FORNECEDOR manter a identidade de informação no momento do cadastro, durante a vigência da ata de registro de preços e durante a execução contratual.

11.5.2.1 – O número do CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório ao qual está vinculada esta ata de registro de preços, salvo nos casos citados a seguir de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.

11.5.2.2 – Se o FORNECEDOR for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ter sido ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços e manutenção de seu registro.

11.5.2.3 – Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação da licitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

11.5.3 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

11.6 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

11.7 – Caso o ÓRGÃO PARTICIPANTE não efetue o pagamento no prazo previsto nesta ata de registro de preços e tendo o FORNECEDOR, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias.

11.7.1 – A cobrança de valores inadimplidos pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE deverá ser realizada diretamente pelo FORNECEDOR, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR o fornecimento das informações requeridas pelas partes e o eventual bloqueio da realização de novas solicitações.

11.7.2 – O FORNECEDOR não estará obrigado a formalizar novas contratações ou receber novas autorizações de fornecimento de ÓRGÃO PARTICIPANTE que esteja inadimplente perante o FORNECEDOR na forma do § 4º do art. 218 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

12.1 – O instrumento contratual decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições contidas nesta ata.

12.1.1 – O prazo de vigência do instrumento contratual não se confundirá com o da ata de registro de preços, podendo seu objeto ser executado e concluído após o término da vigência da ata, desde que previamente formalizado.

12.1.1.1 – Tratando-se de contratação por escopo para entrega de bens, será preferencialmente utilizado eventual prazo de entrega como vigência do instrumento, podendo-se acrescentar prazo compatível com o cumprimento das demais obrigações contratuais, observando-se as demais disposições do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 167 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

12.1.1.2 – O contrato poderá valer-se de prazo fixo, a ser definido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, no qual todas as obrigações contratuais possam ser cumpridas adequadamente, respeitando-se, especialmente, o prazo de entrega.

12.1.2 – O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo de entrega.

12.1.2.1 – O aceite de recebimento posterior dos itens não se configura como novo prazo de entrega.

12.1.2.2 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do FORNECEDOR, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas e o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2 – Os instrumentos das contratações decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA referentes ao tema.

12.3 – Além das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras eventualmente previstas no edital, nesta ata de registro de preços e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, a contratação ou autorização de fornecimento será extinta:

I – a pedido do ÓRGÃO PARTICIPANTE:

- a) independentemente de aceitação do FORNECEDOR, se realizado antes da confirmação de recebimento da autorização de fornecimento ou da assinatura do contrato;
- b) mediante aceitação do FORNECEDOR, se realizado após confirmação de recebimento da autorização de fornecimento ou da assinatura do contrato.

II – a pedido do FORNECEDOR, a qualquer tempo, mediante aceitação do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

12.3.1 – A extinção consensual da contratação não exige o FORNECEDOR da aplicação das penalidades decorrentes das infrações que já houver praticado, ressalvadas aquelas relacionadas exclusivamente a atraso na execução contratual.

12.3.2 – A extinção, consensual ou não, será realizada de acordo com as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

13.1 – São ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES os demais órgãos e entidades dos entes da federação que, não sendo consorciados ou consorciáveis, e não tendo firmado instrumento para participação na condição de não consorciável ou cooperado, não integra esta ata de registro de preços.

13.2 – Mediante solicitação e após a aceitação do ÓRGÃO GERENCIADOR, do FORNECEDOR e observadas as disposições pertinentes, é facultado aos órgãos e entidades não estejam previstos como órgãos participantes no edital de licitação e não sejam consorciados, consorciáveis, não consorciáveis ou cooperados, estes últimos dois salvo inexistência do instrumento necessário para figurar na condição de órgão participante, a adesão a esta ata de registro de preços na condição de ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE.

13.2.1 – O processo para utilização da ata por ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES poderá ser denominado “Carona”.

13.3 – O processo de carona observará as disposições desta ata de registro de preços, do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos arts. 156 e 157 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

13.3.1 – O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá consultar previamente o ÓRGÃO GERENCIADOR acerca da possibilidade de adesão à ata, individualizando os itens que deseja contratar, apresentando:

I – justificativa da vantagem da adesão, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a Administração e a adequação do objeto à necessidade que pretende suprir, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – decreto ou outro ato normativo regulamentar do órgão não participante que permita a sua adesão a atas de registro de preços;

IV – declaração de cumprimento das exigências previstas nos incisos deste item e outras que vierem a ser exigidas ou recomendadas pelos órgãos de controle que o ÓRGÃO GERENCIADOR julgue necessárias, como, conforme o caso, a abertura de processo administrativo, a elaboração de documentos preparatórios, a pesquisa em outras atas de registro de preços vigentes no PNCP, a análise do órgão de assessoramento jurídico, entre outras.

13.3.2 – Desde que observados os requisitos deste item 13.3, não haverá óbice à adesão a esta ata de registro de preços por parte de órgão ou entidade que gerencie ou participe de ata de registro de preços com o mesmo objeto, independentemente do quantitativo.

13.3.3 – Solicitada a adesão à ata de registro de preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR consultará o FORNECEDOR acerca da possibilidade da adesão sem prejudicar o fornecimento ou a prestação de serviços ao ÓRGÃO GERENCIADOR e aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

13.3.4 – A ausência de manifestação do FORNECEDOR no prazo indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR será interpretada como recusa.

13.3.5 – Manifestando-se o FORNECEDOR pela possibilidade de adesão, a autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR decidirá, de modo definitivo e não vinculado à manifestação ou à consulta realizada, pela autorização ou não da adesão à ata de registro de preços.

13.3.6 – À decisão que autorizar a adesão será dada a publicidade prevista no art. 156 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

13.3.7 – O ÓRGÃO GERENCIADOR não autorizará aquisições ou contratações adicionais através do procedimento previsto nesta cláusula que excederem:

I – por ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE que realizar a adesão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o ÓRGÃO GERENCIADOR e para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES; e

II – na totalidade de adesões realizadas, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado na ata de registro de preços para o ÓRGÃO GERENCIADOR e para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, independentemente do número de ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES que aderirem.

13.3.8 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, a qualquer momento, sustar totalmente ou limitar a adesão à ata, inclusive a apenas determinados órgãos e entidades, tendo como justificativa a proximidade de atuação entre esses, o custo de transação, o impacto da gestão das adesões sobre a atividade administrativa ou outros fatores de interesse público.

13.4 – A contratação decorrente de adesão a ata de registro de preços não se submete às disposições desta ata de registro de preços e da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA referentes à sua formalização, execução, fiscalização, gestão e pagamento, devendo o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE observar o seguinte:

I – a contratação será realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da autorização de adesão pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, respeitada a vigência da ata de registro de preços;

II – as tratativas e a formalização da contratação deverão ser realizadas diretamente entre o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE e o FORNECEDOR;

III – o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo de 90 (noventa) dias da autorização de adesão, se efetivou ou não a contratação;

IV – competirá ao ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE o acompanhamento de toda a execução, incluindo, entre outros:

- a) fiscalização;
- b) gestão;
- c) apuração de eventuais inexecuções ou irregularidades;
- d) aplicação de penalidades, observada a ampla defesa e o contraditório;
- e) recebimento do objeto;
- f) pagamento.

V – o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá informar a ocorrência de eventuais descumprimentos contratuais e penalização ao ÓRGÃO GERENCIADOR, ao qual não caberá a realização de qualquer medida sancionatória;

VI – após a conclusão da contratação, caso o FORNECEDOR não o tenha feito, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá enviar a nota fiscal ou outro documento capaz de comprovar a realização da contratação decorrente da adesão ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

13.4.1 – O ÓRGÃO GERENCIADOR, subsidiado pelas informações disponibilizadas pelo ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, dará publicidade às contratações decorrentes da adesão à ata de registro de preços na forma prevista no art. 157 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 – O FORNECEDOR será responsabilizado pela prática, na execução desta ata de registro de preços ou das contratações dela decorrentes, de infração administrativa prevista no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.1.1 – O FORNECEDOR e as demais partes também serão responsabilizados administrativamente pelos atos lesivos à administração pública previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 e por outras infrações previstas em legislações extravagantes.

14.2 – A aplicação das sanções ao responsável por infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos arts. 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos arts. 244 a 276 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e na eventual legislação de regência de outras infrações e atos lesivos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DA LEI ANTICORRUPÇÃO

16.1 – As partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência desta ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o seu caráter público.

16.1.1 – As partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução desta ata e das contratações, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.1.2 – Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

16.1.3 – O FORNECEDOR declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

16.1.4 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, a qualquer momento, realizar diligências para aferir o cumprimento da LGPD pelo FORNECEDOR.

16.2 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e os seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução desta ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes nenhuma das partes poderá praticar atos lesivos à administração pública previstos na legislação, entre os quais encontram-se oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro desta ata e das contratações dela decorrentes, seja de forma direta ou indireta quanto ao seu objeto, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – Tabela de itens e preços registrados:

Item	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Qtde	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
....						
....						
....						
Total Global (R\$):						

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

18.1 – Estimativa de consumo de cada item por fornecedor:

Fornecedor	Itens	Valor Total (R\$)
....		
....		
....		
Total Global (R\$)		

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 – É competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas e questões oriundas da presente ata de registro de preços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

20.1 – Aplicam-se à execução desta ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes, inclusive nos casos omissos, as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, as disposições da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, os preceitos do direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

20.1.1 – A disposição desta ata de registro de preços que fundar-se em dispositivo de norma citada nesta cláusula que vier a ser alterado observará a sua redação atualizada.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



**ANEXO VIII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO “e-PAL” Nº 0020/2026 - e
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0025/2026 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ARP....CIN....**

Aos ... dias do mês de do ano de, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32 e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr., doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e, mediante assinatura da manifestação de órgão participante, os órgãos e entidades consorciados ou consorciáveis ao CINCATARINA – a União, o Estado de Santa Catarina e todos os Municípios de Santa Catarina: Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Anitápolis, Antônio Carlos, Apiúna, Arabutã, Araquari, Araranguá, Armazém, Arroio Trinta, Arvoredo, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Bandeirante, Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brunópolis, Brusque, Caçador, Caibi, Calmon, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campo Erê, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Capão Alto, Capinzal, Capivari de Baixo, Catanduvas, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Corupá, Criciúma, Cunha Porã, Cunhataí, Curitiba, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Entre Rios, Ermo, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Florianópolis, Formosa do Sul, Forquilha, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Gravatal, Guabiruba, Guaraciaba, Guarany, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Ibirama, Içara, Ilhota, Imaruá, Imbituba, Imbuia, Indaial, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuacu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itaipópolis, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Itapoá, Ituporanga, Jaborá, Jacinto Machado, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Jardinópolis, Joaçaba, Joinville, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Laurentino, Lauro Muller, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lindóia do Sul, Lontras, Luiz Alves, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maracajá, Maravilha, Marema, Massaranduba, Matos Costa, Meleiro, Mirim Doce, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Monte Castelo, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Nova Veneza, Novo Horizonte, Orleans, Otacílio Costa, Ouro, Ouro Verde, Paial, Painel, Palhoça, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Pescaria Brava, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Princesa, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das Antas, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Rio Rufino, Riqueza, Rodeio, Romelândia, Salete, Saltinho, Salto Veloso, Sangão, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bernardino, São Bonifácio, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São Francisco do Sul, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São João do Sul, São Joaquim, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Saudades, Schroeder, Seara, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Sul Brasil, Taió, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbé do Sul, Timbó, Timbó Grande, Três Barras, Treviso, Treze de Maio, Treze Tílias, Trombudo Central, Tubarão, Tunápolis, Turvo, União do Oeste, Urubici, Urupema, Urussanga, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Vidal Ramos, Videira, Vitor Meireles, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina, Xaxim e Zortéa, incluindo seus órgãos e entidades da administração direta e indireta e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário –, os órgãos e entidades cooperados através de convênio ou termo de cooperação técnica os órgãos e entidades não consorciáveis através de convênio ou outro instrumento congênera devidamente homologado por lei, doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** do Sistema de Registro de Preços, que passam a integrar esta Ata de Registro de Preços após a manifestação de órgão participante, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS** das empresas: pessoa jurídica de direito privado, situada em, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, Sr.; doravante denominados **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei Federal nº 14.133/2021 e das Resoluções nº 226/2023 e 400/2025 do CINCATARINA, especialmente em eventuais casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS**, para uso dos órgãos e entidades da administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, consorciáveis, cooperados ou não consorciáveis ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, na condição de ÓRGÃO PARTICIPANTE desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima sétima.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS AO REGISTRO DE PREÇOS E À GESTÃO DA ATA

2.1 – As disposições relativas à licitação prévia à esta ata registro de preços e à sua formalização encontram-se na cláusula terceira do edital da licitação que a originou.

2.2 – O presente documento configura a ata de registro de preços individual, formalizada individualmente com cada licitante vencedor, na qual consta todos os itens no qual se sagrou vencedor e todos os órgãos participantes.

2.2.1 – Cada ÓRGÃO PARTICIPANTE, inclusive se previsto no preâmbulo desta ata de registro de preços, deverá assinar, como condição para a utilização da ata, sua manifestação de órgão participante, na qual demonstrará concordância com todo o processo realizado, inclusive com a solução encontrada no estudo técnico preliminar, descrita no termo de referência, licitada e registrada nesta ata de registro de preços, e aprovará os seus termos, passando a integrá-la.

2.3 – Adota-se a definição de órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante prevista no art. 146 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e manifestada no preâmbulo desta ata de registro de preços e na cláusula terceira do edital da licitação que a originou.

2.4 – A gestão desta ata de registro de preços será realizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e observará o disposto nesta ata e nos arts. 206 a 230 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

2.5 – Não será permitida a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de vigência desta, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.5.1 – Não se considera mesmo objeto, para fins deste item 2.5, quando as especificações, prazos, inclusive de pagamento, fornecimentos ou outras especificidades forem diferentes das previstas na ata de registro de preços anterior.

2.5.2 – Excepciona-se da vedação prevista neste item 2.5 a situação em que tenha se esgotado o quantitativo estimado de determinado item na ata vigente, cancelado o registro de preço do item ou outro fato devidamente justificado que inviabilize a aquisição da quantidade necessária dos itens pelo órgão ou entidade

2.6 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento pelo FORNECEDOR nas condições estabelecidas, mas não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR ou os ÓRGÃOS PARTICIPANTES a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que motivada, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.7 – A contratação com o FORNECEDOR será realizada pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE na forma, no prazo e através dos instrumentos previstos nas cláusulas nona a décima segunda desta ata de registro de preços.

2.8 – O FORNECEDOR deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante a vigência desta ata de registro de preços, comprovando-a regularmente ao ÓRGÃO GERENCIADOR na forma prevista nesta ata.

2.8.1 – Verificada a irregularidade na manutenção das condições do FORNECEDOR, este deverá ser notificado para regularizar a situação em prazo determinado, sob pena de cancelamento do registro e aplicação de penalidades.

2.8.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá suspender cautelarmente a celebração de novas contratações decorrentes da ata de registro de preços enquanto pendente de regularização a habilitação e qualificação do fornecedor.

2.9 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, através da sua Controladoria Interna, instituir rotina de acompanhamento das contratações realizadas através de suas atas de registro de preços pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS E DO REMANEJAMENTO

3.1 – Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, os quantitativos registrados para eventual consumo serão de acordo com a tabela da cláusula décima oitava.

3.1.1 – A existência de quantitativos e preços registrados implicará compromisso de fornecimento pelo licitante vencedor nas condições estabelecida, mas não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR ou os ÓRGÃOS PARTICIPANTES a firmar as contratações que deles poderão advir.

3.1.2 – Os quantitativos não vinculam qualquer obrigação de consumo do ÓRGÃO GERENCIADOR ou dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES e não geram qualquer direito subjetivo ao FORNECEDOR.

3.2 – Os quantitativos dos itens previstos nesta ata de registro de preços poderão ser remanejados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre si e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES ou entre estes.

3.2.1 – O remanejamento será realizado entre quaisquer órgãos, com ou sem a manifestação formal, registrado no sistema em que ocorrer o gerenciamento da ata, não causando acréscimo ou decréscimo no valor do item.

3.2.2 – Para efeito do disposto neste item 3.2, caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR controlar, autorizar e operar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

3.2.2.1 – A prévia anuência prevista neste item 3.2.2 poderá ser formalizada em momento anterior, devidamente assinado pela autoridade competente do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

3.3 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, unilateralmente, realizar o aumento nos quantitativos totais registrados em até 25% (vinte e cinco por cento).

3.3.1 – Excepcionalmente, mediante aceitação expressa do fornecedor registrado, o aumento nos quantitativos totais registrados poderá ser realizado até uma vez a quantidade registrada inicialmente, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes que indiquem que as estimativas inicialmente previstas em edital serão muito insuficientes para atender a demanda existente durante o prazo de vigência.

3.3.1.1 – Sempre que possível e não causar prejuízos, será priorizada, em relação ao aumento previsto neste item 3.3.1, a realização da antecipação da prorrogação prevista no item 4.2.3 desta ata.

3.3.2 – Os quantitativos decorrentes do aumento previsto neste item 3.3 poderão ser diretamente remanejados, na forma no item 3.2 desta ata, no mesmo ato que realizar a alteração quantitativa na ata.

3.4 – O FORNECEDOR é obrigado a fornecer ou prestar os quantitativos registrados, observadas as condições e a área de atuação definidas no instrumento convocatório, em qualquer dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ainda que haja remanejamento entre eles, não lhe sendo possível, nos limites quantitativos registrados, escolher quais órgãos atender.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será do dia de de ao dia de de

4.2 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por 1 (um) ano, mediante manutenção da vantajosidade do preço registrado.

4.2.1 – A prorrogação da vigência deverá ser formalizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR mediante concordância do FORNECEDOR e através de termo aditivo celebrado dentro do prazo de vigência original da ata.

4.2.2 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

4.2.2.1 – A renovação dos quantitativos prevista neste item 4.2.2 não constitui acréscimo na ata, mas extensão da relação originalmente pactuada, devendo o ÓRGÃO GERENCIADOR verificar:

- I – se os quantitativos a serem renovados são proporcionais e adequados à estimativa de demanda atual em função de consumo e utilização prováveis;
- II – a vantajosidade da manutenção da ata, assim considerada se os preços e demais condições permanecem favoráveis à Administração, podendo-se utilizar da reanálise de preços prevista no art. 102 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA ou de outros instrumentos para aferir a atual realidade de mercado do objeto registrado em ata.

4.2.3 – Excepcionalmente, nos casos de esgotamento do quantitativo registrado, será admitida a antecipação da prorrogação, pelo prazo de 1 (um) ano, com a renovação das quantidades.

4.2.4 – Com a prorrogação da ata de registro de preço, prorroga-se também o cadastro de reserva de fornecedores, nos exatos termos da homologação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 – A ata de registro de preços poderá sofrer alterações pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, obedecidas às disposições contidas nesta ata e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, em especial de seus arts. 221 a 230.

5.1.1 – Salvo disposição em contrário e observado o art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 quanto à possibilidade de simples apostilamento, se houver, as alterações serão realizadas mediante celebração de termo aditivo ou formalização de novo instrumento.

5.1.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá suspender, conforme análise de riscos, a celebração de novas contratações decorrentes da ata de registro de preços na pendência de análise de pedido de alteração da ata.

5.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, durante a vigência da ata de registro de preços, autorizar a mudança de marca ou modelo do item registrado na hipótese de impossibilidade de entrega da marca ou do modelo anteriormente consignado.

5.2.1 – O pedido de mudança de marca ou modelo será formulado pelo FORNECEDOR, no qual deverá demonstrar, cumulativamente:

- I – impossibilidade de entrega da marca ou do modelo anteriormente consignado;
- II – atendimento dos requisitos previstos em edital pelo novo produto;
- III – qualidade similar, igual ou superior do novo produto ao anteriormente cotado;
- IV – preço do novo produto igual ou menor que o valor da proposta original, sem dispêndios adicionais ao erário, salvo demonstração de inexistência de produto que cumpra os requisitos do inciso III deste item em preço não superior ao original.

5.2.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR analisará a justificativa apresentada pelo FORNECEDOR, ponderando a sua plausibilidade e a sua razoabilidade, podendo, entre outros:

- I – exigir amostra ou prova de conceito do novo produto;
- II – exigir declaração ou laudo técnico acerca da qualidade do novo produto comparada ao anterior;
- III – realizar prévia consulta ao cadastro reserva de fornecedores para analisar a vantajosidade de convocação de fornecedor diverso apto a disponibilizar o produto originalmente registrado.

5.2.3 – Na hipótese de mudança por um novo produto com preço de mercado:

- I – inferior ao inicialmente registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR condicionará a alteração ao aceite pelo FORNECEDOR de redução do preço registrado;
- II – superior ao inicialmente registrado, o FORNECEDOR deverá demonstrar o preço de mercado do novo produto, o qual será analisado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que definirá o novo preço registrado, podendo realizar pesquisa para definição de valor diverso do proposto.

5.2.4 – A mudança de marca ou modelo é medida excepcional, não estando o ÓRGÃO GERENCIADOR obrigado a autorizá-la, mesmo na hipótese de preenchimento dos requisitos previstos no item 5.2.1, o qual considerará os princípios licitatórios, o interesse público e a melhor decisão possível dentro do ordenamento jurídico, garantindo-se segurança jurídica e continuidade do fornecimento.

5.2.5 – A alteração da forma de acondicionamento do produto, desde que não afete a essência do item e sem variação de preço, pode ser autorizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e formalizada por simples apostilamento, sem necessidade de observância de todo o procedimento previsto neste item 5.2.

5.2.6 – A entrega, pelo fornecedor, de marca ou modelo diverso do item registrado sem a observância ao procedimento previsto neste item 5.2 configura infração administrativa de inexecução, total ou parcial, conforme o caso, do contrato, prevista nos incisos I a III do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 – Os preços registrados poderão ser alterados e atualizados periodicamente pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme disposto nesta ata de registro de preços e nos arts. 225 a 228 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

5.3.1 – As atualizações e alterações buscam a manutenção das condições efetivas da proposta registrada, considerando as variações, naturais ou extraordinárias, do mercado.

5.3.2 – A alteração e a atualização de preços registrados não se confundem com os instrumentos de reajuste, repactuação ou revisão contratuais, podendo, contudo, utilizar-se subsidiariamente de mecanismos previstos para esses instrumentos.

5.4 – A alteração dos preços registrados visa a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços nos seguintes casos que inviabilizariam a execução dos contratos dela decorrentes:

- I – força maior;
- II – caso fortuito;
- III – fato do príncipe;
- IV – fatos imprevisíveis; ou
- V – fatos previsíveis de consequências incalculáveis.

5.4.1 – A alteração dos preços consiste em modificação, de ofício ou mediante provocação, da ata para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial frente aos fatos citados no item 5.4, independentemente de expressa previsão em edital ou ata.

5.4.2 – Será vedada:

- I – a alteração dos preços registrados em razão de mera variação macroeconômica natural do mercado, resultante de fatos previsíveis de consequências calculáveis, a qual é coberta pela atualização periódica de preços; e
- II – o desrespeito à eventual repartição objetiva de risco estabelecida no edital ou nesta ata de registro de preços.

5.4.3 – Recebida solicitação do FORNECEDOR registrado para alteração de preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR realizará a admissibilidade do pedido, verificando a subsunção a alguma das hipóteses previstas no item 5.4 e o respeito às vedações previstas no item 5.4.2.

5.4.4 – Para fins de análise do pedido de alteração, o ÓRGÃO GERENCIADOR, visando a manutenção das condições efetivas da proposta registrada, em especial a marca e o modelo do produto registrado, realizará:

- I – análise do mercado para verificar o valor atualizado do produto atualmente registrado;
- II – consulta ao cadastro reserva de fornecedores para verificar se existem fornecedores aptos a fornecer o produto atualmente registrado em condições mais vantajosas à Administração.

5.4.5 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá utilizar-se das propostas resultantes da consulta ao cadastro reserva de fornecedores para fins de aferição dos preços praticados no mercado.

5.4.6 – Subsidiariamente, caso a solicitação do FORNECEDOR e as propostas apresentadas na consulta ao cadastro reserva estejam acima do valor resultante da análise dos preços do produto atualmente registrado, poderá ser admitida a apresentação de novas propostas das marcas e modelos originalmente ofertados pelos fornecedores do cadastro reserva.

5.4.7 – Sendo negado o pedido de alteração dos preços registrados, o FORNECEDOR será notificado para que manifeste interesse na manutenção do registro nas condições originais ou solicite o seu cancelamento, salvo prévio pedido subsidiário ou alternativo do fornecedor nesse sentido, e, caso exista oferta de proposta mais vantajosa por fornecedor do cadastro reserva, o registro inicial será cancelado e a proposta do novo fornecedor será registrada em seu lugar.

5.4.8 – O FORNECEDOR deverá cumprir todas as contratações decorrentes da ata já celebradas no momento do pedido de alteração dos preços, resguardado o seu direito de solicitar reequilíbrio econômico-financeiro dessas contratações em procedimento próprio.

5.5 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá instaurar de ofício o procedimento para alteração do preço registrado quando verificar que este se encontra superior aos praticados no momento, aplicando-se, naquilo que lhe for compatível, o disposto no item 5.4.

5.5.1 – O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades.

5.6 – A atualização periódica dos preços registrados visa a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços frente variações macroeconômicas naturais do mercado, resultantes de fatos previsíveis de consequências calculáveis.

5.6.1 – A atualização dos preços consiste na aplicação do índice de correção monetária à ata de registro de preços, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

5.6.2 – O índice a ser aplicado para a atualização dos preços será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

5.6.3 – A atualização periódica somente ocorrerá após o decurso de 1 (um) ano de vigência da ata de registro de preços, sendo vedada a produção de efeitos financeiros equivalentes aos de atualização de periodicidade inferior à anual, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei Federal nº 10.192/2001.

5.6.4 – No momento de eventual prorrogação da vigência da ata de registro de preços, será oportunizado ao fornecedor manifestar-se sobre o interesse na atualização dos preços registrados pela aplicação de índice de atualização monetária.

5.6.4.1 – A atualização periódica dos preços, cujo direito não preclui ao FORNECEDOR, depende de sua solicitação.

5.6.4.2 – A prorrogação poderá ser realizada sem a atualização dos valores, desde que com anuência do FORNECEDOR quanto aos termos da prorrogação.

5.6.5 – Para a realização da atualização, a aplicação do índice será considerada deste a data do encerramento da pesquisa de preços da licitação até a data término da vigência da ata, salvo prévio deferimento de alteração do preço registrado, hipótese na qual a aplicação do índice será a partir da data da alteração.

5.6.6 – A atualização dos preços poderá ocorrer mediante simples apostila quando seguir o índice previsto.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR:

I – de ofício ou mediante provocação, quando o FORNECEDOR:

- a) não assinar o termo de contrato ou não aceitar, retirar ou declarar recebido o instrumento equivalente no prazo fixado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- b) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR para a operacionalização e automatização dos procedimentos de controle dos preços registrados e das contratações decorrentes;
- c) não manter as condições de habilitação necessárias para a execução das contratações decorrentes dos preços registrados;
- d) sofrer sanção que o impeça de formalizar novas contratações com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES;
- e) descumprir outras condições previstas no edital ou nesta ata de registro de preços que justifiquem o cancelamento.

II – a pedido do FORNECEDOR;

III – de ofício, quando o FORNECEDOR não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de alteração em razão dele se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV – de ofício, por razão de interesse público, devidamente justificadas.

6.2 – Será assegurada a prévia manifestação do FORNECEDOR ao cancelamento do preço registrado, exceto quando decorrente de:

- I – processo no qual tenha sido informado ao FORNECEDOR acerca da possibilidade de cancelamento do registro e oportunizado o seu contraditório;
- II – solicitação do FORNECEDOR pelo cancelamento.

6.3 – O cancelamento realizado nas hipóteses dos incisos I e II do item 6.1 sujeitará o FORNECEDOR às penalidades previstas na legislação, no edital e nesta ata de registro de preços, assim como a eventual responsabilização da esfera cível, salvo ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que inviabilize o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado.

6.4 – A determinação do cancelamento do registro de preço a pedido do FORNECEDOR possui apenas efeitos *ex nunc*, não atingindo eventuais contratações ou autorizações de fornecimento já recebidas, salvo solicitação e expresse deferimento pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.5 – Da decisão que determinar o cancelamento do registro de preço, caberá a interposição do pedido de reconsideração previsto no art. 239 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e no inciso II do *caput* do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

7.1. – O cadastro reserva de fornecedores constitui lista sequencial dos licitantes classificados após o licitante vencedor da licitação e que, nas hipóteses previstas nesta ata e na Resolução nº 400/2025, poderão ser convocados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR para assinar a ata de registro de preços.

7.2 – Excetuado o licitante vencedor, todos os demais licitantes não inabilitados ou desclassificados da licitação que originou esta ata de registro de preços formarão o seu cadastro reserva, sequenciados segundo a ordem da última proposta que tiverem apresentado durante a fase competitiva, observado o seguinte:

- I – será excluído o percentual referente à margem de preferência;
- II – na ocorrência de empate entre duas ou mais propostas, elas serão sequenciadas conforme a ordem cronológica de apresentação.

7.2.1 – Caso tenha sido oportunizado pelo pregoeiro a oferta posterior de cotação em preços iguais ao do licitante vencedor, o cadastro reserva de fornecedores será dividido em dois grupos:

- I – de preço igual do licitante vencedor: formado pelos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência de sua classificação no certame; e
- II – de preço pela ordem da última proposta: será formado pelos demais licitantes que não aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor e mantiverem suas propostas originais, sequenciados segundo a ordem da última proposta que tiverem apresentado durante a fase competitiva.

7.2.1.1 – A apresentação de novas propostas na forma do inciso I deste item 7.2.1 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado ou a ordem inicial entre aqueles que apresentarem novas propostas de igual valor.

7.2.2 – Excetuado o licitante vencedor, todos os demais licitantes não inabilitados ou desclassificados formarão o cadastro de reserva de fornecedores.

7.2.2.1 – O fornecedor poderá renunciar da participação do cadastro de reserva de fornecedores.

7.3 – O cadastro reserva de fornecedores poderá ser utilizado em qualquer hipótese de cancelamento de registro ou impossibilidade de atendimento pelo FORNECEDOR ou, ainda, para fins de consulta prévia ou concomitante a processos que visem realizar alterações no registro.

7.3.1 – A consulta ao cadastro reserva de fornecedores não configura nova fase competitiva da licitação.

7.3.2 – Ocorrendo o decurso do prazo de manifestação da consulta sem que haja manifestação do fornecedor do cadastro reserva, a negociação será considerada frustrada, não sendo o ÓRGÃO GERENCIADOR obrigado a considerar as propostas apresentadas intempestivamente.

7.3.3 – O ÓRGÃO GERENCIADOR, ao consultar os fornecedores do cadastro reserva, poderá autorizar a apresentação de novo preço, inferior ou superior ao originalmente cotado, para fins de reclassificação na consulta.

7.3.4 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá consultar os licitantes constantes no cadastro reserva de fornecedores acerca da possibilidade de fornecimento nos preços cadastrados ou novos preços previamente à realização de alterações na ata de registro de preços, para fins de análise de pedidos de alterações.

7.4 – A convocação dos fornecedores do cadastro de reserva será realizada na sequência de sua classificação no certame, observada eventual reclassificação realizada nos termos do item 7.3.3.

7.4.1 – Na convocação de fornecedor do cadastro reserva para assinatura da ata de registro de preços, será verificada a compatibilidade do preço apresentado pelo fornecedor do cadastro com o praticado no mercado.

7.4.2 – A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada somente imediatamente antes da assinatura da ata de registro de preços.

7.4.3 – As novas atas de registro de preço que forem formalizadas com fornecedores pertencentes ao cadastro de reserva terão sua vigência limitada ao prazo remanescente da ata de registro de preços anteriormente formalizada com o outro licitante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

I – lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento ou outro instrumento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCATARINA, disponibilizado no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br, ou outro indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

II – acusar o recebimento das autorizações de fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;

III – assinar, se for o caso, o instrumento de contrato no prazo indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas e deverá ser prorrogado ao próximo dia útil se o seu final recair em final de semana ou feriado;

IV – fornecer o objeto desta ata, de acordo com as especificações exigidas na licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados no edital, no termo de referência e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

V – responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;

VI – emitir nota fiscal dos produtos ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos. A nota fiscal emitida deverá conter destacado o valor de todos os tributos passível de retenção pelo ÓRGÃO PARTICIPANTES, nos termos da legislação em vigor, especialmente, se for o caso, o IRRF, nos termos da IN RFB 1.234/2012;

VII – enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE;

VIII – prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;

IX – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR através do IntegriGov ou outro sistema que venha a lhe ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR para tal durante toda a vigência desta ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes;

X – cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XI – cumprir as demais obrigações previstas no edital de licitação, nesta ata de registro de preços, nos instrumentos contratuais dela decorrentes, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, exigindo o seu cumprimento também pelas demais partes

8.1.1 – O descumprimento de qualquer das obrigações previstas nesta ata de registro de preços pelo FORNECEDOR configurará a infração de inexecução parcial prevista nos incisos I ou II do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, salvo subsunção a tipificação infracional diversa, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 245 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

8.1.2 – O FORNECEDOR signatário desta ata de registro de preços declara estar ciente das suas obrigações para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, nos termos do edital de licitação que a originou, de sua proposta vencedora, desta ata de registro de preços, dos instrumentos contratuais dela decorrentes, da legislação pertinente e da sua regulamentação, os quais regem as relações entre as partes, para todos os fins.

8.2 – Será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a partir da assinatura da manifestação de órgão participante, especialmente quanto à execução desta ata de registro de preços e de suas contratações decorrentes:

- I – realizar seu cadastro no sistema informatizado disponibilizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- II – manter as suas informações atualizadas junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- III – manter-se atualizado acerca de eventuais retificações e alterações na ata de registro de preços consolidada;
- IV – solicitar, através do sistema informatizado, o fornecimento dos bens ou a prestação do serviço, encaminhando todas as informações necessárias à contratação, inclusive a dotação orçamentária e o local de entrega;
- V – nomear e indicar responsável pela fiscalização e gestão da execução das contratações e realizá-las;
- VI – realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado e informá-lo ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- VII – informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR todas as eventualidades que ocorrerem relacionadas à execução do objeto, inclusive atrasos e irregularidades na entrega ou na prestação e necessidade de prestação de garantia;
- VIII – realizar o empenho, a liquidação e o pagamento pela contratação, nos termos do edital e desta ata de registro de preços;
- IX – encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR todas as informações por ele solicitadas e necessárias para a gestão da ata de registro de preços; e
- X – responsabilizar-se por todos os atos decorrentes da contratação que não sejam de competência do ÓRGÃO GERENCIADOR
- XI – cumprir as demais obrigações previstas no edital de licitação, nesta ata de registro de preços, nos instrumentos contratuais dela decorrentes, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, exigindo o seu cumprimento também pelas demais partes.

8.2.1 – O disposto neste item 8.2 aplica-se, no que couber, ao ÓRGÃO GERENCIADOR, quando agir na condição de ÓRGÃO PARTICIPANTE, mesmo que concomitantemente à de ÓRGÃO GERENCIADOR.

8.3 – Será de responsabilidade do ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de disponibilização, operacionalização, controle e administração desta ata de registro de preços e, especialmente quanto à sua execução:

- I – expedir as atas de registro de preços para cada fornecedor e as manifestações de órgão participante para estes e consolidar estas informações na ata de registro de preços consolidada;
- II – gerenciar esta ata de registro de preços, incluindo, entre outros:
 - a) realizar, de ofício ou mediante provocação, as modificações nesta ata;
 - b) receber, analisar e decidir os pedidos ou iniciar de ofício alteração e revisão de preços e alteração nas marcas e modelos registrados;
 - c) realizar, mediante provocação ou de ofício, nas hipóteses previstas em lei, na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA ou nesta ata, o cancelamento dos preços registrados;
 - d) prorrogar a vigência desta ata mediante anuência do fornecedor registrado.
- III – realizar a gestão administrativa das contratações compartilhadas, acompanhando e gerenciando a execução das contratações, podendo realizar todos os atos gerenciais necessários para garantir a plena execução do objeto contratual, incluindo, entre outros:
 - a) receber, processar e gerar os respectivos instrumentos referentes aos contratos, às autorizações de fornecimento ou ordens de prestação de serviço;
 - b) intermediar o contato entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o FORNECEDOR, inclusive em relação a irregularidades na execução do objeto e a prestação de suporte e garantia;
 - c) extinguir o instrumento contratual nas hipóteses previstas em lei, em regulamento, nesta ata de registro de preços e no instrumento contratual.
- IV – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, especialmente em relação à ata de registro de preços, às suas contratações e às contratações dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, as penalidades decorrentes de:
 - a) descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;
 - b) descumprimento das obrigações contratuais e da execução contratual;
 - c) outras infrações previstas na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e na Lei Federal nº 14.133/2021 relacionadas à gestão da ata de registro de preços e às contratações dela decorrentes.
- V – cumprir as demais obrigações previstas no edital de licitação, nesta ata de registro de preços, nos instrumentos contratuais dela decorrentes, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, exigindo o seu cumprimento também pelas demais partes.

8.3.1 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar auxílio técnico aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES para execução das atividades previstas neste item 8.3.

8.4 – As obrigações previstas nesta cláusula dizem respeito especialmente à execução desta ata e não excluem outras previstas no edital de licitação, nesta ata de registro de preços, nos instrumentos contratuais dela decorrentes, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

8.4.1 – Todas as partes deverão respeitar as normas do Código de Conduta e Ética do CINCATARINA (Resolução nº 226/2023).

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A contratação com o FORNECEDOR será formalizada pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE por intermédio de instrumento de contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 161 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

9.1.1 – Sempre que o uso do instrumento de contrato não for obrigatório, utilizar-se-á, se possível, a autorização de fornecimento como instrumento hábil, em conjunto com a nota de empenho de despesa.

9.1.1.1 – A autorização de fornecimento poderá majoritariamente referenciar as disposições da ata de registro de preços, desde que especifiquem a parcela do objeto que será executada e as partes.

9.1.1.2 – Os instrumentos emitidos unilateralmente deverão ser remetidos ou ter seu teor comunicado ao contratado para fins de produção de efeitos.

9.1.2 – A contratação deverá ser formalizada, conforme a necessidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE, dentro do prazo de vigência desta ata de registro de preços, devendo nela especificar a classificação orçamentária.

9.1.2.1 – Considera-se formalizada a contratação que utilizar termo de contrato com a sua assinatura.

9.1.2.2 – Considera-se formalizada a contratação que utilizar nota de empenho ou de autorização de fornecimento como instrumento hábil quando realizado o empenho, ainda que seus efeitos e vigência subordinem-se à sua comunicação ao fornecedor registrado.

9.2 – A contratação decorrente desta ata de registro de preços deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br, ou outro que vier a ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

9.2.1 – Todos os atos relativos à execução contratual serão realizados através de sistema informatizado disponibilizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, cabendo ao ÓRGÃO PARTICIPANTE e ao FORNECEDOR realizar o cadastro, apresentar todas as informações necessárias e observar os procedimentos definidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

9.2.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá excepcionar determinados atos da realização interna ao sistema informatizado.

9.2.3 – Na contratação do ÓRGÃO PARTICIPANTE decorrente desta ata de registro de preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR, acompanhará as contratações e mediará os procedimentos e a comunicação em relação ao FORNECEDOR, podendo realizar todos os atos gerenciais necessários para garantir a plena execução do objeto contratual, incluindo, entre outros:

I – receber, processar e gerar os respectivos instrumentos referentes aos contratos, às autorizações de fornecimento ou ordens de prestação de serviço;

II – intermediar o contato entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o FORNECEDOR, inclusive em relação a irregularidades na execução do objeto e a prestação de suporte e garantia;

III – extinguir o instrumento contratual nas hipóteses previstas em lei, em regulamento, nesta ata de registro de preços e no instrumento contratual.

9.2.4 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, unilateralmente, estabelecer valor mínimo para cada contratação pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, como forma de prestigiar a economia de escala e minimizar os custos de transporte.

9.3 – Observados os critérios e condições estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e observados os preços, o ÓRGÃO PARTICIPANTE poderá comprar de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação no cadastro reserva de fornecedores, desde que razões de interesse público justifiquem e que o FORNECEDOR não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.3.1 – Existindo mais de um fornecedor registrado para o mesmo item ou lote, a ordem de classificação e do cadastro deverá ser respeitada nas contratações.

9.4 – É de total autonomia e responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do ÓRGÃO GERENCIADOR na decisão de contratação.

9.4.1 – Os recebimentos provisório e definitivo do objeto ficarão a cargo do ÓRGÃO PARTICIPANTE, o qual indicará gestor e fiscal para a contratação, conforme regulamento próprio.

9.4.1.1 – Salvo designação prévia, especialmente na intenção de registro de preço, a vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da solicitação de fornecimento e será consignada no instrumento contratual com a sua respectiva ciência.

9.4.1.2 – Salvo distribuição diversas de atribuições em regulamentação do ÓRGÃO PARTICIPANTE, caberá ao gestor do contrato, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, realizar a gestão da execução do contrato e, em especial, constituir relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

9.5 – Nos termos do art. 49 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, modificada pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 29/2024, ou outra que vier a lhe substituir ou alterar, o FORNECEDOR estará obrigado perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO GERENCIADOR a permitir acesso livre aos documentos e registros contábeis relacionados ao objeto contratado, durante toda a vigência da contratação, com o intuito de assegurar a regular e frequente fiscalização quanto ao cumprimento da contratação firmada com a Administração.

9.5.1 O acesso aos documentos e registros será permitido apenas para fins de fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos, da execução do objeto do contrato e do cumprimento das cláusulas contratuais.

9.5.2 O FORNECEDOR é responsável pela manutenção, organização e atualização dos documentos e registros, assegurando que estejam em conformidade com a legislação aplicável.

9.5.3 O não cumprimento das obrigações previstas neste item 9.5, incluindo a recusa em fornecer o acesso aos documentos ou informações solicitadas, poderá acarretar a aplicação de penalidades previstas nesta ata, incluindo a possibilidade de rescisão contratual e cancelamento do registro.

9.6 – Nos termos do § 3º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, será vedado ao FORNECEDOR realizar a subcontratação da execução do objeto a pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

9.6.1 – Havendo contratações de prestação de serviços decorrentes desta ata de registro de preços, durante a sua vigência, também será vedado ao FORNECEDOR contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-005
Telefone: (48) 3380 1621

10.1 – As contratações decorrentes desta ata de registro de preços serão formalizadas, preferencialmente, através de autorização de fornecimento, observadas as disposições da cláusula anterior, em especial de seu item 9.1, e o exposto a seguir.

10.2 – Quando se utilizar das autorizações de fornecimento, elas serão geradas e enviadas ao FORNECEDOR após a solicitação do bem e realização de empenho pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

10.2.1 – O FORNECEDOR deverá acusar o recebimento da autorização de fornecimento, bem como de quaisquer outras notificações enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogado para o próximo dia útil se recair em final de semana ou feriado.

10.3 – Caso não seja possível a utilização da autorização de fornecimento, o instrumento de contrato deverá ser assinado pelo FORNECEDOR no prazo indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas e deverá ser prorrogado ao próximo dia útil se o seu final recair em final de semana ou feriado.

10.3.1 – Ainda que formalizado instrumento de contrato, poderá ser utilizada a autorização de fornecimento para fins de complementação de informações e marco inicial dos prazos obrigacionais relativos à execução do objeto, hipótese na qual considerar-se-á, para esta, as disposições relativas ao recebimento da autorização de fornecimento.

10.4 – Recebida a autorização de fornecimento ou assinado o contrato, o FORNECEDOR deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, com a respectiva nota fiscal, e enviar o arquivo XML para o endereço eletrônico informado na autorização ou no contrato.

10.4.1 – O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias e começará a contar a partir do dia de confirmação de recebimento da autorização de fornecimento ou da assinatura do contrato, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

10.4.1.1 – A forma e os demais requisitos relacionados à entrega deverão observar as disposições do Termo de Referência da licitação que originou esta ata de registro de preços, prevista na cláusula décima quinta

10.5 – O FORNECEDOR deverá executar as contratações decorrentes desta ata de registro de preços conforme as disposições nela registradas, apresentadas na proposta e previstas no edital e seus anexos, durante toda a vigência da ata.

10.5.1 – Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR a realização do adequado transporte e a manutenção em perfeitas condições de armazenamento de todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade, assim como a prestação da garantia e o saneamento de eventuais vícios na entrega dos bens.

10.5.2 – Todas as despesas relacionadas às entregas em cada ÓRGÃO PARTICIPANTE e à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do FORNECEDOR, incluídos os custos de transporte, troca de peças, horas técnicas e deslocamento de pessoal.

10.5.3 – A forma, prazos e os demais requisitos e características relacionados à prestação da garantia deverão observar as disposições do Termo de Referência da licitação que originou esta ata de registro de preços, prevista na cláusula décima quinta.

10.5.3.1 – Salvo disposição em contrário no termo de referência, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor à forma de prestação da garantia das contratações para fornecimento de bens decorrentes desta ata de registro de preços.

10.5.3.2 – O prazo de garantia dos itens a serem fornecidos não será inferior àquele previsto na folha de dados ou descritivo de cada item durante a licitação que originou esta ata de registro de preços ou, se superior, na proposta do então licitante, agora FORNECEDOR, sem exclusão da garantia legal.

10.5.3.2.1 – Na ausência de disposição em folha de dados ou descritivo, o prazo de garantia não será inferior a 30 (trinta) dias.

10.5.3.2.2 – O prazo de garantia será contado a partir da efetiva entrega dos bens ao ÓRGÃO PARTICIPANTE.

10.9.4 – Após notificação do FORNECEDOR e decisão do ÓRGÃO GERENCIADOR, a inexecução contratual acarretará a rescisão do contrato e, conforme o caso, o cancelamento do registro do fornecedor, independentemente da aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 246 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, que poderá ser realizada posteriormente, nos termos do item 10.9.3.

10.9.5 – Caso o descumprimento contratual gere prejuízos ao ÓRGÃO PARTICIPANTE ou ao ÓRGÃO GERENCIADOR, poderá ser requerido do FORNECEDOR o valor de perdas e danos, conforme o caso, após processo administrativo em que haja reconhecimento da responsabilidade.

10.9.6 – As disposições deste item 10.9 não afastam a aplicação de multa e juros de mora em razão do atraso injustificado, quando previstos, observadas as disposições do § 4º do art. 187 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO PELAS CONTRATAÇÕES E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – A realização do empenho, da liquidação e do pagamento pela contratação é de responsabilidade exclusiva do ÓRGÃO PARTICIPANTE que realizar a contratação decorrente da ata, podendo o ÓRGÃO GERENCIADOR executar as medidas que julgar necessárias junto ao sistema informatizado para evitar a realização de contratações sem o processo adequado de aplicação de despesa.

11.2 – As despesas decorrentes das contratações que se originarem desta ata de registro de preços correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE, referente ao exercício corrente e seguintes.

11.2.1 – A indicação de dotação orçamentária somente será realizada para fins de assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento hábil decorrente desta ata de registro de preços, previamente à realização do empenho e formalização do instrumento.

11.3 – O ÓRGÃO PARTICIPANTE poderá utilizar, para as contratações decorrentes desta ata de registro de preços, recursos de transferências legais ou voluntárias da União e ou do Estado, vinculados a processos, programas ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas.

11.3.1 – Na hipótese de contratação com transferências de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União – OFSS, através de convênio e/ou contrato de repasse, incorpora-se à presente ata de registro de preços o regramento constante da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, modificada pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 29/2024, ou outra que vier a lhe substituir ou alterar.

11.3.2 – Compete ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, quando executar recursos de outro ente federativo decorrentes de transferências voluntárias, verificar a existência de eventuais vedações ou normativas exaradas pelo ente cuja observância esteja disposta como obrigatória.

11.4 – O pagamento pelas contratações decorrentes desta ata de registro de preços será feito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE em favor do FORNECEDOR, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento do objeto contratual, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica e arquivo XML, mediante prévios recebimento e liquidação.

11.4.1 – Não serão realizados pagamentos sem os prévios recebimentos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e liquidação, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

11.5 – O pagamento será realizado mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do FORNECEDOR ou boleto, após as entregas dos bens objeto da contratação, acompanhados da respectiva nota fiscal.

11.5.1 – As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto.

11.5.2 – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade do FORNECEDOR manter a identidade de informação no momento do cadastro, durante a vigência da ata de registro de preços e durante a execução contratual.

11.5.2.1 – O número do CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório ao qual está vinculada esta ata de registro de preços, salvo nos casos citados a seguir de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.

11.5.2.2 – Se o FORNECEDOR for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ter sido ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços e manutenção de seu registro.

11.5.2.3 – Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação da licitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

11.5.3 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

11.6 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

11.7 – Caso o ÓRGÃO PARTICIPANTE não efetue o pagamento no prazo previsto nesta ata de registro de preços e tendo o FORNECEDOR, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias.

11.7.1 – A cobrança de valores inadimplidos pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE deverá ser realizada diretamente pelo FORNECEDOR, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR o fornecimento das informações requeridas pelas partes e o eventual bloqueio da realização de novas solicitações.

11.7.2 – O FORNECEDOR não estará obrigado a formalizar novas contratações ou receber novas autorizações de fornecimento de ÓRGÃO PARTICIPANTE que esteja inadimplente perante o FORNECEDOR na forma do § 4º do art. 218 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

12.1 – O instrumento contratual decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições contidas nesta ata.

12.1.1 – O prazo de vigência do instrumento contratual não se confundirá com o da ata de registro de preços, podendo seu objeto ser executado e concluído após o término da vigência da ata, desde que previamente formalizado.

12.1.1.1 – Tratando-se de contratação por escopo para entrega de bens, será preferencialmente utilizado eventual prazo de entrega como vigência do instrumento, podendo-se acrescentar prazo compatível com o cumprimento das demais obrigações contratuais, observando-se as demais disposições do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 167 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

12.1.1.2 – O contrato poderá valer-se de prazo fixo, a ser definido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, no qual todas as obrigações contratuais possam ser cumpridas adequadamente, respeitando-se, especialmente, o prazo de entrega.

12.1.2 – O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo de entrega.

12.1.2.1 – O aceite de recebimento posterior dos itens não se configura como novo prazo de entrega.

12.1.2.2 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do FORNECEDOR, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas e o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2 – Os instrumentos das contratações decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA referentes ao tema.

12.3 – Além das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras eventualmente previstas no edital, nesta ata de registro de preços e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, a contratação ou autorização de fornecimento será extinta:

I – a pedido do ÓRGÃO PARTICIPANTE:

- a) independentemente de aceitação do FORNECEDOR, se realizado antes da confirmação de recebimento da autorização de fornecimento ou da assinatura do contrato;
- b) mediante aceitação do FORNECEDOR, se realizado após confirmação de recebimento da autorização de fornecimento ou da assinatura do contrato.

II – a pedido do FORNECEDOR, a qualquer tempo, mediante aceitação do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

12.3.1 – A extinção consensual da contratação não exige o FORNECEDOR da aplicação das penalidades decorrentes das infrações que já houver praticado, ressalvadas aquelas relacionadas exclusivamente a atraso na execução contratual.

12.3.2 – A extinção, consensual ou não, será realizada de acordo com as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

13.1 – São ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES os demais órgãos e entidades dos entes da federação que, não sendo consorciados ou consorciáveis, e não tendo firmado instrumento para participação na condição de não consorciável ou cooperado, não integra esta ata de registro de preços.

13.2 – Mediante solicitação e após a aceitação do ÓRGÃO GERENCIADOR, do FORNECEDOR e observadas as disposições pertinentes, é facultado aos órgãos e entidades não estejam previstos como órgãos participantes no edital de licitação e não sejam consorciados, consorciáveis, não consorciáveis ou cooperados, estes últimos dois salvo inexistência do instrumento necessário para figurar na condição de órgão participante, a adesão a esta ata de registro de preços na condição de ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE.

13.2.1 – O processo para utilização da ata por ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES poderá ser denominado “Carona”.

13.3 – O processo de carona observará as disposições desta ata de registro de preços, do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos arts. 156 e 157 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

13.3.1 – O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá consultar previamente o ÓRGÃO GERENCIADOR acerca da possibilidade de adesão à ata, individualizando os itens que deseja contratar, apresentando:

I – justificativa da vantagem da adesão, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a Administração e a adequação do objeto à necessidade que pretende suprir, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – decreto ou outro ato normativo regulamentar do órgão não participante que permita a sua adesão a atas de registro de preços;

IV – declaração de cumprimento das exigências previstas nos incisos deste item e outras que vierem a ser exigidas ou recomendadas pelos órgãos de controle que o ÓRGÃO GERENCIADOR julgue necessárias, como, conforme o caso, a abertura de processo administrativo, a elaboração de documentos preparatórios, a pesquisa em outras atas de registro de preços vigentes no PNCP, a análise do órgão de assessoramento jurídico, entre outras.

13.3.2 – Desde que observados os requisitos deste item 13.3, não haverá óbice à adesão a esta ata de registro de preços por parte de órgão ou entidade que gerencie ou participe de ata de registro de preços com o mesmo objeto, independentemente do quantitativo.

13.3.3 – Solicitada a adesão à ata de registro de preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR consultará o FORNECEDOR acerca da possibilidade da adesão sem prejudicar o fornecimento ou a prestação de serviços ao ÓRGÃO GERENCIADOR e aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

13.3.4 – A ausência de manifestação do FORNECEDOR no prazo indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR será interpretada como recusa.

13.3.5 – Manifestando-se o FORNECEDOR pela possibilidade de adesão, a autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR decidirá, de modo definitivo e não vinculado à manifestação ou à consulta realizada, pela autorização ou não da adesão à ata de registro de preços.

13.3.6 – À decisão que autorizar a adesão será dada a publicidade prevista no art. 156 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

13.3.7 – O ÓRGÃO GERENCIADOR não autorizará aquisições ou contratações adicionais através do procedimento previsto nesta cláusula que excederem:

I – por ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE que realizar a adesão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o ÓRGÃO GERENCIADOR e para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES; e

II – na totalidade de adesões realizadas, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado na ata de registro de preços para o ÓRGÃO GERENCIADOR e para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, independentemente do número de ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES que aderirem.

13.3.8 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, a qualquer momento, sustar totalmente ou limitar a adesão à ata, inclusive a apenas determinados órgãos e entidades, tendo como justificativa a proximidade de atuação entre esses, o custo de transação, o impacto da gestão das adesões sobre a atividade administrativa ou outros fatores de interesse público.

13.4 – A contratação decorrente de adesão a ata de registro de preços não se submete às disposições desta ata de registro de preços e da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA referentes à sua formalização, execução, fiscalização, gestão e pagamento, devendo o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE observar o seguinte:

I – a contratação será realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da autorização de adesão pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, respeitada a vigência da ata de registro de preços;

II – as tratativas e a formalização da contratação deverão ser realizadas diretamente entre o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE e o FORNECEDOR;

III – o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo de 90 (noventa) dias da autorização de adesão, se efetivou ou não a contratação;

IV – competirá ao ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE o acompanhamento de toda a execução, incluindo, entre outros:

- a) fiscalização;
- b) gestão;
- c) apuração de eventuais inexecuções ou irregularidades;
- d) aplicação de penalidades, observada a ampla defesa e o contraditório;
- e) recebimento do objeto;
- f) pagamento.

V – o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá informar a ocorrência de eventuais descumprimentos contratuais e penalização ao ÓRGÃO GERENCIADOR, ao qual não caberá a realização de qualquer medida sancionatória;

VI – após a conclusão da contratação, caso o FORNECEDOR não o tenha feito, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá enviar a nota fiscal ou outro documento capaz de comprovar a realização da contratação decorrente da adesão ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

13.4.1 – O ÓRGÃO GERENCIADOR, subsidiado pelas informações disponibilizadas pelo ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, dará publicidade às contratações decorrentes da adesão à ata de registro de preços na forma prevista no art. 157 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 – O FORNECEDOR será responsabilizado pela prática, na execução desta ata de registro de preços ou das contratações dela decorrentes, de infração administrativa prevista no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.1.1 – O FORNECEDOR e as demais partes também serão responsabilizados administrativamente pelos atos lesivos à administração pública previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 e por outras infrações previstas em legislações extravagantes.

14.2 – A aplicação das sanções ao responsável por infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos arts. 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos arts. 244 a 276 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e na eventual legislação de regência de outras infrações e atos lesivos.

16.1 – As partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência desta ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o seu caráter público.

16.1.2 – Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

16.1.4 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, a qualquer momento, realizar diligências para aferir o cumprimento da LGPD pelo FORNECEDOR.

16.2 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e os seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução desta ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes nenhuma das partes poderá praticar atos lesivos à administração pública previstos na legislação, entre os quais encontram-se oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro desta ata e das contratações dela decorrentes, seja de forma direta ou indireta quanto ao seu objeto, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

17.1 – Tabela de itens e preços registrados:

Item	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
....				

18.1 – Estimativa de consumo de cada item:

[illegible]

19.1 – É competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas e questões oriundas da presente ata de registro de preços.

20.1 – Aplicam-se à execução desta ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes, inclusive nos casos omissos, as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, as disposições da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, os preceitos do direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços.

.....(DIRETOR EXECUTIVO DO CINCATARINA).....
Diretor Executivo do CINCATARINA
Órgão Gerenciador

.....(REPRESENTANTE DO FORNECEDOR).....
(FORNECEDOR).....
 Fornecedor

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.

Carla Maria de Souza, 50, Avenida 14, 4223-7a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404.
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/cp86319b491fd>



Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse [http://www.trf4.jus.br](#)

ANEXO IX

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE Nº
ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT.....CIN.....**

ÓRGÃO GERENCIADOR:
ÓRGÃO PARTICIPANTE:
FORNECEDOR:
CNPJ DO FORNECEDOR:
OBJETO:
VIGÊNCIA:
PRAZO DE ENTREGA:
VINCULAÇÃO:

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, ..., pessoa jurídica de direito, com sede administrativa no endereço, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo (a), Sr.(a), concorda, através desta manifestação, com o processo administrativo licitatório vinculado – inclusive com a solução encontrada no estudo técnico preliminar, descrita no termo de referência e registrada na ata de registro de preços –, aprova os termos da Ata de Registro de Preços acima e passa a integrá-la, sendo permitida a utilização do registro de preços, a partir da sua assinatura, servindo o presente documento como comprovação para os fins legais, dispensando-se a realização dos artefatos da fase preparatória (ETP, TR, pesquisa de preços, entre outros) que já foram realizados pelo CINCATARINA para a contratação do objeto da ata de registro de preços.

Fica previamente autorizado o Órgão Gerenciador a realizar todas as competências que lhe são descritas na ata de registro de preços, no edital da licitação que a originou e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, inclusive para processar, autorizar e formalizar o remanejamento interno de itens entre os Órgãos Participantes, com a redução ou acréscimo do quantitativo inicialmente informado na Intenção de Registro de Preços - IRP, cooperando para atendimento das necessidades dos demais Órgãos Participantes.

Através da presente manifestação ficamos cientificados que a contratação deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br, sendo de total autonomia e responsabilidade deste Órgão Participante o momento a justificativa e vantajosidade da contratação, observadas a disponibilidade orçamentária e prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

Fica autorizado o Órgão Gerenciador a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações do Órgão Participante. A multa aplicada em decorrência da contratação decorrente desta Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, o qual é responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

E por estar compromissado, assina a presente manifestação.

..... (.....), .../...../.....

Assinatura própria ou delegada.

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.

**ANEXO X
MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº....

Presentes de um lado, ..., pessoa jurídica de direito, com sede em, inscrito no CNPJ sob o nº, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa pessoa jurídica de direito privado, situada em, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, Sr., doravante denominada **CONTRATADA ou FORNECEDOR**, ajustam e contratam a execução do objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato e na ata de registro de preços e no edital de licitação que o originaram, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e das Resoluções nº 226/2023 e 400/2025 do CINCATARINA, pelos preceitos do direito público e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado, especialmente em eventuais casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente contrato o fornecimento à CONTRATANTE pela CONTRATADA dos itens conforme tabela referida no Anexo I do presente contrato.

1.2 – O valor total do contrato é de: R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS QUE ORIGINOU O CONTRATO

2.1 – O Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, na condição de ÓRGÃO GERENCIADOR da ata de registro de preços que originou este contrato, realizará também a gestão administrativa das contratações compartilhadas, acompanhando e gerenciando a execução das contratações, podendo realizar todos os atos gerenciais necessários para garantir a plena execução do objeto contratual, na forma prevista na cláusula sexta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS À CONTRATAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS DE FISCALIZAÇÃO

3.1 – É de total autonomia e responsabilidade da CONTRATANTE o momento e a justificativa desta contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata que a originou, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do ÓRGÃO GERENCIADOR na decisão de contratação.

3.2 – Posteriormente à assinatura deste contrato, será emitida autorização de fornecimento para fins de complementação de informações e marco inicial dos prazos obrigacionais relativos à execução do objeto.

3.3 – Os recebimentos provisório e definitivo do objeto ficarão a cargo da CONTRATANTE, a qual indicará gestor e fiscal para a contratação, conforme regulamento próprio.

3.3.1 – Salvo designação prévia, especialmente na intenção de registro de preço, a vinculação do fiscal e representante da administração pública para esta contratação foi associada na emissão da solicitação de fornecimento que a originou e constará junto à autorização de fornecimento.

3.3.2 – Salvo distribuição diversas de atribuições em regulamentação da CONTRATANTE, caberá ao gestor do contrato, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, realizar a gestão da execução do contrato e, em especial, constituir relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

3.3.3 – A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por quaisquer irregularidades verificadas durante a execução deste contrato.

3.3.4 – Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, o titular da fiscalização deverá comunicar por escrito ao ÓRGÃO GERENCIADOR, que tomará as providências referentes à notificação da CONTRATADA e, se for o caso, encaminhará para aplicação das sanções previstas em lei, no edital, na ata de registro de preços ou neste contrato.

4.7.1 – O atraso na entrega constituirá a CONTRATADA em mora, nos termos previstos neste contrato, aplicando-se, acerca da vigência contratual, o disposto para as contratações por escopo na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

4.7.6 – As disposições deste item 4.7 não afastam a aplicação de multa e juros de mora em razão do atraso injustificado, quando previstos, observadas as disposições do § 4º do art. 187 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

5.5.1 – As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto.

5.5.2 – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade da CONTRATADA manter a identidade de informação no momento do cadastro, durante a execução contratual.

5.5.2.1 – O número do CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório ao qual está vinculada esta ata de registro de preços, salvo nos casos citados a seguir de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.

5.5.2.2 – Se a CONTRATADA for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ter sido ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços e manutenção de seu registro.

5.5.2.3 – Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação da licitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

5.5.3 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

5.6 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

5.7 – Caso a CONTRATANTE não efetue o pagamento no prazo previsto neste contrato e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias.

5.7.1 – A cobrança de valores inadimplidos pela CONTRATANTE deverá ser realizada diretamente pela CONTRATADA, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR o fornecimento das informações requeridas pelas partes e o eventual bloqueio da realização de novas solicitações.

5.7.2 – A CONTRATADA não estará obrigada a formalizar novas contratações ou receber novas autorizações de fornecimento de CONTRATANTE que esteja inadimplente perante a CONTRATADA na forma do § 4º do art. 218 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 – Será de responsabilidade da CONTRATADA:

I – lançar o atendimento para cada instrumento contratual, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCATARINA, disponibilizado no endereço eletrônico gescon.cincatarina.sc.gov.br, ou outro indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

II – acusar o recebimento das autorizações de fornecimento, se houver, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;

III – fornecer o objeto deste contrato, de acordo com as especificações exigidas na licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados no edital, no termo de referência, na sua proposta e na ata de registro de preços, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

IV – responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;

V – emitir nota fiscal dos produtos ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos. A nota fiscal emitida deverá conter destacado o valor de todos os tributos passível de retenção pela CONTRATANTE, nos termos da legislação em vigor, especialmente, se for o caso, o IRRF, nos termos da IN RFB 1.234/2012;

VI – enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos do CONTRATANTE;

VII – prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR através do IntegriGov ou outro sistema que venha a lhe ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR para tal durante toda a vigência deste contrato;

IX – cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

X – cumprir as demais obrigações previstas no edital de licitação, na ata de registro de preços, neste contrato, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, exigindo o seu cumprimento também pelas demais partes

6.1.1 – O descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste contrato pela CONTRATADA configurará a infração de inexecução parcial prevista nos incisos I ou II do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, salvo subsunção a tipificação infracional diversa, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 245 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

6.1.2 – A CONTRATADA signatária deste contrato declara estar ciente das suas obrigações para com a CONTRATANTE e o ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos do edital de licitação que a originou, de sua proposta vencedora, da ata de registro de preços, deste contrato, da legislação pertinente e da sua regulamentação, os quais regem as relações entre as partes, para todos os fins.

6.2 – Será de responsabilidade da CONTRATANTE:

I – nomear e indicar responsável pela fiscalização e gestão da execução da contratação e realizá-las;

II – realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado e informá-lo ao ÓRGÃO GERENCIADOR;

III – informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR todas as eventualidades que ocorrerem relacionadas à execução do objeto, inclusive atrasos e irregularidades na entrega ou na prestação e necessidade de prestação de garantia;

IV – realizar o empenho, a liquidação e o pagamento pela contratação, nos termos do edital, da ata de registro de preços e deste contrato;

V – responsabilizar-se por todos os atos decorrentes desta contratação que não sejam de competência do ÓRGÃO GERENCIADOR; e

VI – cumprir as demais obrigações previstas no edital de licitação, na ata de registro de preços, neste contrato, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, exigindo o seu cumprimento também pelas demais partes.

6.3 – Será de responsabilidade do ÓRGÃO GERENCIADOR, além da prática de todos os atos de disponibilização, operacionalização, controle e administração da ata de registro de preços que originou este contratado, também:

I – realizar a gestão administrativa das contratações compartilhadas, acompanhando e gerenciando a execução das contratações, podendo realizar todos os atos gerenciais necessários para garantir a plena execução do objeto contratual, incluindo, entre outros:

a) receber, processar e gerar os respectivos instrumentos referentes aos contratos, às autorizações de fornecimento ou ordens de prestação de serviço;

b) intermediar o contato entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, inclusive em relação a irregularidades na execução do objeto e a prestação de suporte e garantia;

c) extinguir o instrumento contratual nas hipóteses previstas em lei, em regulamento, na ata de registro de preços e neste instrumento contratual.

II – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais e da execução contratual e de outras infrações previstas na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e na Lei Federal nº 14.133/2021 relacionadas à contratação.

III – cumprir as demais obrigações previstas no edital de licitação, na ata de registro de preços, neste contrato, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, exigindo o seu cumprimento também pelas demais partes.

6.3.1 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar auxílio técnico à CONTRATANTE para execução das atividades previstas neste item 6.3.

6.4 – As obrigações previstas nesta cláusula dizem respeito especialmente à execução deste contrato e não excluem outras previstas no edital de licitação, na ata de registro de preços, neste contrato, na legislação pertinente e na sua regulamentação, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA.

6.4.1 – Todas as partes deverão respeitar as normas do Código de Conduta e Ética do CINCATARINA (Resolução nº 226/2023).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1 – O presente contrato terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.1 – O prazo de vigência deste contrato não se confunde com o da ata de registro de preços que o originou, podendo seu objeto ser executado e concluído após o término da vigência da ata, desde que previamente formalizado.

7.1.2 – O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado, nos termos do art. 111 da Lei Federal 14.133/2021, quando seu objeto não for concluído no prazo de entrega.

7.1.2.1 – O aceite de recebimento posterior dos itens não se configura como novo prazo de entrega.

7.1.2.2 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa da CONTRATADA, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas e o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

8.1 – Este contrato poderá ser alterado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA referentes ao tema.

8.1.1 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido, conforme hipóteses em regulamentação, à prévia aprovação da assessoria jurídica, salvo nos casos de:

- I – registros que não caracterizam alteração do contrato, quando poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo;
- II – justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.2 – As alterações serão conduzidas, analisadas e deferidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

8.2 – Exclusivamente caso o contrato, em razão de eventuais prorrogações, alcance vigência superior a 12 (doze) meses, os preços contratuais serão reajustados, para mais ou para menos, obedecendo-se a periodicidade determinada pela legislação vigente, com o mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com os critérios utilizados por cada CONTRATANTE, utilizando-se, na sua ausência, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo necessário pedido do interessado, sob pena de preclusão lógica, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3 – A revisão, também denominada restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito, será o instrumento utilizado para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato por acordo entre as partes frente a variações extraordinárias da economia, provocadas por fatos extracontratuais, supervenientes à apresentação da proposta e, em geral, que se mostrem imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis.

8.3.1 – A revisão observará o disposto na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts.176 a 180 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e não se confunde com os instrumentos de alteração e de atualização de preços da ata de registro de preços.

8.3.2 – A revisão poderá ser solicitada na ocorrência dos seguintes casos que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado:

- I – força maior;
- II – caso fortuito;
- III – fato do príncipe;
- IV – fatos imprevisíveis;
- V – fatos previsíveis de consequências incalculáveis.

8.3.2.1 – Os eventos previstos no item 8.3.2 decorrem de eventos imprevisíveis ou irreconhecíveis com alguma diligência que suplantam a vontade e a força humanas no sentido da possibilidade de evitá-los, aí se incluindo, entre outros, o acaso, a imprevisibilidade, o acidente, incêndio, os eventos da natureza e a revolta popular.

8.3.2.2 – A revisão deverá respeitar, em qualquer caso:

I – as eventuais repartições objetiva de risco previstas no contrato; e

II – o reajuste e a repactuação como os instrumentos aptos e adequados para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato frente a variações normais de mercado resultantes de fatos previsíveis de consequências calculáveis, não se podendo antecipar indiretamente seus efeitos.

8.3.2.3 – A revisão contratual não se sujeita aos limites previstos na legislação para as alterações contratuais.

8.3.3 – O instrumento da revisão contratual não será utilizado para isentar totalmente o contratado dos riscos de empreender e tornar a CONTRATANTE o segurador universal por evento imprevisível, sendo aceitáveis aquelas inevitáveis flutuações, da natureza dos interesses envolvidos, e um certo grau de álea, sendo mesmo decorrência quase inevitável da economia de mercado.

8.3.4 – O pedido de revisão poderá ser formulado a qualquer tempo, desde que durante a vigência do contrato.

8.3.4.1 – O período de abrangência do pedido e os seus consequentes efeitos observarão o disposto nos arts. 177 e 180 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA

8.3.4.2 – A concessão pretérita de revisão não impede a formulação e a análise de novo pedido de revisão, verificando-se as variações extraordinárias a partir das condições contratuais pactuadas no último pedido de revisão.

8.3.4.3 – O prazo para resposta à eventual formulação de pedido de revisão será de 30 (trinta) dias.

8.3.5 – Recebido o pedido de revisão do contratado, o ÓRGÃO GERENCIADOR realizará a admissibilidade do pedido, verificando a subsunção a alguma das hipóteses e o respeito ao previsto no item 8.3.2.

8.3.5.1 – O ônus da demonstração do eventual desequilíbrio e da álea extraordinária, com consequente necessidade de revisão é da parte interessada, com adequada fundamentação técnica e documental.

8.3.5.2 – A aferição da necessidade ou não de revisão contratual se dará ante o exame do caso concreto, podendo a autoridade considerar, para a verificação da variação de preços extraordinária e extracontratual:

I – apresentação de planilhas de custos e outros documentos de suporte, como pareceres, laudos, pesquisas de preços e perícias, por meio dos quais se possa aferir o motivo concreto que ensejou o pedido de revisão e calcular o montante a ser aplicado;

II – notas fiscais relativas às aquisições de insumos ou materiais para a execução do contrato, contanto que não sejam os custos avaliados isoladamente, mas o reflexo no contrato como um todo, não configurando, de maneira individualizada, prova ou demonstração inequívoca de desequilíbrio contratual;

III – tabelas referenciais, como do SINAPI, verificando-se os preços do mercado local, dos descontos concedidos na licitação, se for o caso, e da economia de escala.

8.3.5.3 – A criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais justifica a revisão do contrato desde que comprovada repercussão sobre o objeto contratado e seus preços e o desequilíbrio econômico-financeiro causado.

8.3.5.4 – Não configura, isoladamente, fundamento da revisão contratual, devendo-se comprovar o desequilíbrio extraordinário e extracontratual nos termos deste item 8.3.5:

I – variação de preços coberta pelo índice de correção monetária previsto nas cláusulas de reajuste ou de repactuação do contrato;

II – atraso no cronograma de execução do serviço ou da obra, devendo, para ensejar a revisão, decorrer de paralisações ou ocorrências independentes da vontade do contratado, que não poderiam ter sido previstas, acarretando desequilíbrio econômico-financeiro;

III – variação da taxa cambial, para mais ou para menos, devendo, para ensejar a revisão, culminar consequências incalculáveis, fugir à flutuação cambial típica do regime de câmbio flutuante e, sobretudo, acarretar onerosidade excessiva no contrato a ponto de ocasionar um rompimento na equação econômico-financeira;

IV – mero descolamento do índice de reajuste contratual dos preços efetivamente praticados no mercado por variação inflacionária, devendo, para ensejar a revisão, estar presentes a imprevisibilidade ou a previsibilidade de efeitos incalculáveis e o impacto acentuado na relação contratual, ainda que se possa

V – o aumento dos encargos trabalhistas determinado por dissídio coletivo de categoria profissional, devendo, para ensejar a revisão, estar presentes a imprevisibilidade ou a previsibilidade de efeitos incalculáveis e o impacto acentuado na relação contratual.

I – resultar de um exame global da avença e do impacto das variações na execução do contrato;

III – verificar se os preços não estão acima dos valores de mercado; e

IV – preservar proporcionalmente os descontos ofertados em licitação, podendo a variação de mercado existente entre os custos referenciais oficiais da licitação e os do período do pedido de revisão.

8.3.5.6 – A autoridade poderá solicitar apoio técnico, contábil e jurídico para a apreciação do pedido de revisão, valendo-se, inclusive, de análise técnica da conjuntura econômica do mercado e de análise jurídica e de risco para a modificação contratual.

8.3.6 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá promover o procedimento de revisão contratual de ofício quando o desequilíbrio contratual for em desfavor do interesse público, especialmente nos casos de fornecimento de produtos e prestação de serviços com preços que se tornaram superiores aos de mercado após a assinatura do contrato.

9.1 – Além das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras eventualmente previstas no edital, na ata de registro de preços e na Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, após a assinatura do contrato, a contratação poderá ser extinta a pedido de uma das partes mediante aceite da outra.

9.1.1 – A extinção consensual da contratação não exime o FORNECEDOR da aplicação das penalidades decorrentes das infrações que já houver praticado, ressalvadas aquelas relacionadas exclusivamente a atraso na execução contratual.

9.1.2 – A extinção, consensual ou não, será realizada de acordo com as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1 – A CONTRATADA será responsabilizada pela prática, na execução deste contrato, de infração administrativa prevista no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.1 – A CONTRATADA e as demais partes também serão responsabilizadas administrativamente pelos atos lesivos à administração pública previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 e por outras infrações previstas em legislações extravagantes.

10.2 – A aplicação das sanções ao responsável por infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos arts. 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos arts. 244 a 276 da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA e na eventual legislação de regência de outras infrações e atos lesivos.

10.2.1 – O processo prévio e a aplicação de penalidades relacionadas a este contrato serão realizados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, podendo-se valer de processo apartado daquele em que ocorrer eventual o cancelamento ou alteração de registro ou extinção contratual.

10.2.2 – O disposto no item 10.2.1 não impede a realização de processo administrativo pela CONTRATANTE apenas para apurar a ocorrência de quaisquer fatos, vedada a aplicação de sanções em duplicidade, as quais devem ser feitas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

10.2.3 – Na hipótese de aplicação de penalidade pecuniária, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

10.2.4 – O valor das penalidades pecuniárias, quando aplicada em razão de infração administrativa cometida contra ou relacionada à execução deste contrato, será devido à CONTRATANTE, observada as demais disposições da ata de registro de preços que o originou.

10.2.4.1 – A parte prevista no item 10.2.4 como detentora do valor das penalidades será responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do ÓRGÃO GERENCIADOR.

10.3 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste contrato, assim como das obrigações nele assumidas, poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as normas já citadas e, no caso, o disposto nos itens a seguir.

10.3.1 – Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto da contratação, a CONTRATADA ficará constituída em mora, sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela do objeto contratual em atraso, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias de cálculo de multa.

10.3.2 – Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato ou, conforme o caso, proporcional ao objeto do descumprimento.

10.3.3 – Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido para a contratação, ela poderá ser rescindida unilateralmente pela CONTRATANTE com aplicação de multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação não executada, além de, analisado junto a outros fatores, ter seu registro de preços cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

10.4 – Caso o descumprimento de sua obrigação ou a infração administrativa gere algum prejuízo ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou à CONTRATANTE, poderá ser exigido da CONTRATADA o valor de perdas e danos conforme caso, após processo administrativo de reconhecimento da responsabilidade e quantificação do dano.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0020/2026-e, Pregão, na forma eletrônica, Nº 0025/2026 para Registro de Preços, e à decorrente Ata de Registro de Preços nº, realizada a licitação e formalizada a ata pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA na condição de ÓRGÃO GERENCIADOR.

11.1.1 – A CONTRATADA também se vinculará à proposta apresentada da licitação ou, se for o caso, eventualmente alterada após convocação do cadastro reserva de fornecedores ou modificação da ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DA LEI ANTICORRUPÇÃO

12.1 – As partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o seu caráter público.

12.1.1 – As partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.1.2 – Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

12.1.3 – A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

12.1.4 – O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, a qualquer momento, realizar diligências para aferir o cumprimento da LGPD pela CONTRATADA.

12.2 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e os seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá praticar atos lesivos à administração pública previstos na legislação, entre os quais encontram-se oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro deste contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao seu objeto, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

12.3 – As partes submetem-se a outras disposições relativas ao tratamento de dados pessoais e à probidade administrativa eventualmente previstas na ata de registro de preços da qual decorreu este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da sede do CONTRATANTE para dirimir quaisquer dúvidas e questões contratuais oriundas do presente contrato, ressalvadas as competências relativas à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

14.1 – Aplicam-se à execução deste contrato, inclusive nos casos omissos, as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, as disposições da Resolução nº 400/2025 do CINCATARINA, os preceitos do direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

14.1.1 – A disposição deste contrato que fundar-se em dispositivo de norma citada nesta cláusula que vier a ser alterado observará a sua redação atualizada.

ANEXO I RELAÇÃO DE ITENS OBJETO DO PRESENTE CONTRATO

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
....						
....						
....						

ANEXO II DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de dotação orçamentária específica indicada na tabela a seguir:

Dotação	Funcional	Valor
....		



ANEXO XI

**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29033**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CÁLCIO E CARBOXIMETILCELULOSE. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. Tipo de produto: Curativo a base de alginato de Cálcio e Carboximetilcelulose.

1.2. Tamanho: 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida

1.3 Características mínimas:

1.3.1 Curativo a base de alginato de cálcio e carboximetilcelulose;

1.3.2 Com capacidade de absorção vertical;

1.3.3 Capaz reter o exsudato dentro do curativo, evitando vazamentos que podem danificar pele perilesional;

1.3.4 Com integridade estrutural que permita ser cortado, para melhor ajuste de formato ou profundidade de ferida;

1.3.5 Estéril;

1.3.6 Embalado individualmente;

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6 Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29034

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CÁLCIO E CARBOXIMETILCELULOSE. TAMANHO 15CM X 15CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo a base de alginato de Cálcio e Carboximetilcelulose.
- 1.2. Tamanho: 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3 **Características mínimas:**
- 1.3.1 Curativo a base de alginato de cálcio e carboximetilcelulose;
- 1.3.2 Com capacidade de absorção vertical;
- 1.3.3 Capaz reter o exsudato dentro do curativo, evitando vazamentos que podem danificar pele perilesional;
- 1.3.4 Com integridade estrutural que permita ser cortado, para melhor ajuste de formato ou profundidade de ferida;
- 1.3.5 Estéril;
- 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6 Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29035

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO EM PLACA COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo em placa composto por alginato de cálcio e sódio.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Composto por fibras de ácido algínico, extraídas de algas marinhas marrons incorporadas por íons cálcio e sódio;
 - 1.3.2 Com alto poder de absorção;
 - 1.3.3 Flexível e dobrável;
 - 1.3.4 Estéril;
 - 1.3.5 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29036**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO EM PLACA COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. TAMANHO 10CM X 20CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo em placa composto por alginato de cálcio e sódio.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida
- 1.3 Características mínimas:**
- 1.3.1 Composto por fibras de ácido algínico, extraídas de algas marinhas marrons incorporadas por íons cálcio e sódio;
- 1.3.2 Com alto poder de absorção;
- 1.3.3 Flexível e dobrável;
- 1.3.4 Estéril;
- 1.3.5 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.inpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29037

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ANTIMICROBIANO. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo antimicrobiano.
- 1.2. **Tamanho:** 10 cm x 10 cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3 **Características mínimas:**
- 1.3.1 Curativo constituído por uma camada de poliéster flexível, com baixa aderência, revestida com uma camada de prata nanocristalina;
- 1.3.2 Estéril;
- 1.3.3 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6 Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h
CINCATARINA SC GOV BR/DOCUMENTOS/2018/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404.
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pc86319b491d



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29038

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: MALHA ANTIMICROBIANA. TAMANHO 7CM X 9CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** malha antimicrobiana.
- 1.2. **Tamanho:** 7cm x 9cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo antimicrobiano composto de tecido acetato revestido com Cloreto de Dialquil Carbamoil (DACC) ou outra substância com mecanismo farmacológico capaz de atrair ou ligar-se a bactérias ou a outros microrganismos, promovendo a sua remoção nas feridas exsudativas contaminadas;
 - 1.3.2 Estéril;
 - 1.3.3 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33248

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ANTIMICROBIANO EM POMADA À BASE DE CADEXÔMERO IODADO. TUBO COM NO MÍNIMO 40G.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo em forma de pomada indicada para o tratamento de feridas exsudativas crônicas.

1.2. **Tamanho:** tubo com no mínimo 40g.

1.3. **Características mínimas:**

1.3.1. Curativo em forma de pomada;

1.3.2. composto por cadexômero (polímero absorvente) associado a agente antimicrobiano à base de iodo;

1.3.3. Estéril;

1.3.4. Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. **Garantia**

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. **Validade**

3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29039

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CREME DE BARREIRA. BISNAGA COM NO MÍNIMO 60G OU 60ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** Creme de barreira.

1.2. **Embalagem:** bishnaga com no mínimo 60g ou 60ml.

1.3 **Características mínimas:**

1.3.1 Creme lipofílico indicado para proteção da pele íntegra, pele periestomia e pele perilesão, e para a prevenção de dermatite associada a incontinência;

1.3.2 Deve hidratar e regular o pH da pele;

1.3.3 Embalado individualmente;

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. **Garantia**

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. **Validade**

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29206

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CREME DE BARREIRA DE LONGA DURAÇÃO. BISNAGA COM NO MÍNIMO 90G.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Creme de barreira, uso tópico, indicado para proteger a pele seca, com assaduras, vermelha ou irritada através da manutenção da hidratação da pele.
- 1.2. **Embalagem:** bisnaga com no mínimo 90g.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Creme de barreira repelente a líquidos e secreções;
 - 1.3.2 Transparente, sem álcool e sem perfume;
 - 1.3.3 Fácil de aplicar, sem deixar resíduos gordurosos ou pegajosos;
 - 1.3.4 Deve proteger a pele por no mínimo 72 horas sem reaplicação;
 - 1.3.5 Deve manter a pele permeável ao vapor de água e oxigênio;
 - 1.3.6 Não deve interferir na adesividade de coberturas adesivas;
 - 1.3.7 Não estéril;
 - 1.3.8 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29040

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: PROTETOR CUTÂNEO. FRASCO SPRAY COM NO MÍNIMO 28ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Protetor cutâneo, indicado para proteger a pele de lesões decorrentes de incontinências urinárias e/ou fecais, sucos digestivos (estomias), fricção e remoção de adesivos.
- 1.2. **Embalagem:** frasco spray com no mínimo 28ml.
- 1.3 **Características mínimas:**
- 1.3.1 Solução polimérica líquida de secagem rápida;
- 1.3.2 Incolor;
- 1.3.3 Resistente à água;
- 1.3.4 Não deve conter álcool em sua composição;
- 1.3.5 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6 Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29041

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: PROTETOR CUTÂNEO. FRASCO SPRAY COM NO MÍNIMO 50ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** Protetor cutâneo, indicado para proteger a pele de lesões decorrentes de incontinências urinárias e/ou fecais, sucos digestivos (estomias), fricção e remoção de adesivos.

1.2. **Embalagem:** frasco spray com no mínimo 50ml.

1.3 Características mínimas:

1.3.1 Fórmula à base de silicone;

1.3.2 Incolor;

1.3.3 Resistente à água;

1.3.4 Não deve conter álcool em sua composição;

1.3.5 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1.1. **Tipo de produto:** Bandagem Bota de Unna, indicada para o tratamento de úlceras venosas de perna.
- 1.1.2. Tamanho mínimo 10cm (L) x 9m (C) e tamanho máximo 11cm (L) x 9,5m (C).
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1. Bandagem impregnada com creme hidratante à base de Ácidos Graxos Essenciais (AGE) e Poliaminopropil Biguanida (PHMB);
 - 1.3.2. Maleável;
 - 1.3.3. Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
 - 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
 - 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29043

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: BANDAGEM BOTA DE UNNA. TAMANHO MÍNIMO 10CM (L) X 9M (C) E TAMANHO MÁXIMO 11CM (L) X 9,5M (C).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Bandagem Bota de Unna.
- 1.2. Tamanho mínimo 10cm (L) x 9m (C) e tamanho máximo 11cm (L) x 9,5m (C).
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Maleável;
 - 1.3.2 Bandagem impregnada com pasta a base de óxido de zinco;
 - 1.3.3 Embalada individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/assinatura/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/assinatura/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33452

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: BANDAGEM EXTENSÍVEL DE MÉDIA/ALTA COMPRESSÃO. TAMANHO MÍNIMO 10 CM (L) X 3 M (C) E MÁXIMO 12 CM (L) X 4 M (C).

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** bandagem indicada para terapia compressiva em membros inferiores, especialmente no tratamento de insuficiência venosa crônica, úlceras venosas e edemas.

1.2. **Tamanho:** mínimo 10 cm (L) x 3 m (C) e máximo 12 cm (L) x 4 m (C).

1.3. Características mínimas:

1.3.1. Bandagem extensível fabricada em poliamida, elastano e algodão;

1.3.2. Com dois níveis diferentes de compressão, média/alta, com pressão aproximada de 30mmHg a 40mmHg;

1.3.3. Guia visual impresso na bandagem para facilitar a aplicação e indicar quando é alcançada a extensão correta;

1.3.4. Reutilizável e lavável;

1.3.5. Embalada individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo de carvão ativado com prata.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo primário composto por uma camada de carvão ativado impregnado com prata 25mcg/cm², inserido em um envoltório de não-tecido;
 - 1.3.2 Não recortável;
 - 1.3.3 Estéril;
 - 1.3.4 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
 - 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
 - 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo de carvão ativado com prata.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo primário composto por uma camada de carvão ativado impregnado com prata;
 - 1.3.2 Deve ser recortável em qualquer direção, para melhor adaptação à lesão;
 - 1.3.3 Estéril;
 - 1.3.4 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
 - 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
 - 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29046

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMENTILCELOULOSE E PRATA IÔNICA. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 2,5$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo antimicrobiano adesivo de espuma de poliuretano com carboximetilcelulose e prata iônica.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida.
- 1.3 **Características mínimas:**
- 1.3.1 Cobertura de espuma de poliuretano absorvente, macia, flexível;
- 1.3.2 Com uma camada de contato com a ferida contendo carboximetilcelulose e prata iônica (acima de 1%);
- 1.3.3 Película superior permeável ao vapor, impermeável à água e bactérias e bordas adesivas de silicone;
- 1.3.4 Estéril;
- 1.3.5 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6 Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29047

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMENTILCELULOSE E PRATA IÔNICA. TAMANHO 18CM X 18CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 2,5$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo antimicrobiano adesivo de espuma de poliuretano com carboximetilcelulose e prata iônica.
- 1.2. **Tamanho:** 18cm x 18cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Cobertura de espuma de poliuretano absorvente, macia, flexível;
- 1.3.2 Com uma camada de contato com a ferida contendo carboximetilcelulose e prata iônica (acima de 1%);
- 1.3.3 Película superior permeável ao vapor, impermeável à água e bactérias e bordas adesivas de silicone;
- 1.3.4 Estéril;
- 1.3.5 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29048

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA, MODELO CALCÂNEO.
TAMANHO MÍNIMO DE 14CM X 18CM E MÁXIMO 19CM X 20CM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo adesivo de espuma de poliuretano com prata iônica.
- 1.2. **Modelo:** Calcâneo
- 1.3. Tamanho mínimo de 14cm x 18cm e máximo 19cm x 20cm.
- 1.4. **Características mínimas:**
 - 1.4.1 Cobertura de espuma de poliuretano absorvente, macia, flexível, impregnada com prata iônica;
 - 1.4.2 Com capacidade de absorção vertical;
 - 1.4.3 Capaz de reter o exsudato mesmo sob compressão;
 - 1.4.4 Com película superior permeável ao vapor, impermeável à água e bactérias e camada de contato autoadesiva perfurada de silicone e bordas adesivas de silicone;
 - 1.4.5 Estéril;
 - 1.4.6 Embalado individualmente.
- 1.5. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.6. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.7. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
 - 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
 - 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29049

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA, MODELO SACRAL.
TAMANHO MÍNIMO DE 15CM X 19CM E MÁXIMO 23CM X 23CM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo antimicrobiano adesivo de espuma de poliuretano com prata iônica.
- 1.2. **Modelo:** Sacral
- 1.3. Tamanho mínimo de 15cm x 19cm e máximo 23cm x 23cm.
- 1.4. **Características mínimas:**
 - 1.4.1 Cobertura de espuma de poliuretano absorvente, macia, flexível, impregnada com prata iônica;
 - 1.4.2 Com capacidade de absorção vertical;
 - 1.4.3 Capaz de reter o exsudato mesmo sob compressão;
 - 1.4.4 Com película superior permeável ao vapor, impermeável à água e bactérias e camada de contato autoadesiva perfurada de silicone e bordas adesivas de silicone;
 - 1.4.5 Estéril;
 - 1.4.6 Embalado individualmente;
- 1.5. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.6. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.7. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29050

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 2,5$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo antimicrobiano adesivo de espuma de poliuretano com prata iônica
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Cobertura de espuma de poliuretano absorvente, macia, flexível impregnada com prata iônica;
- 1.3.2 Com capacidade de absorção vertical;
- 1.3.3 Deve se conformar no leito da ferida, preenchendo o espaço morto;
- 1.3.4 Com película superior permeável ao vapor, impermeável à água e bactérias, camada de contato autoadesiva perfurada de silicone e bordas adesivas de silicone;
- 1.3.5 Estéril;
- 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29051

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. TAMANHO 17,5CM X 17,5CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo antimicrobiano adesivo de espuma de poliuretano com prata iônica
- 1.2. **Tamanho:** 17,5cm x 17,5cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. Características mínimas:
- 1.3.1 Cobertura de espuma de poliuretano absorvente, macia, flexível impregnada com prata iônica;
- 1.3.2 Com capacidade de absorção vertical;
- 1.3.3 Deve se conformar no leito da ferida, preenchendo o espaço morto;
- 1.3.4 Com película superior permeável ao vapor, impermeável à água e bactérias, camada de contato autoadesiva perfurada de silicone e bordas adesivas de silicone;
- 1.3.5 Estéril;
- 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29052

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA E CARBONO ATIVADO.
TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo antimicrobiano de absorção, indicado para feridas de baixa a moderada exsudação.

1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. Características mínimas:

1.3.1 Curativo composto por uma camada adesiva de silicone que fica em contato com a ferida, uma camada de espuma de poliuretano que contém sulfato de prata e carbono ativado e uma película exterior permeável ao vapor de água e impermeável a líquidos;

1.3.2 Autoaderente, atraumático, macio e flexível;

1.3.3 Recortável;

1.3.4 Estéril;

1.3.5 Embalado individualmente;

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29053

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA E CARBONO ATIVADO.
TAMANHO 15CM X 15CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo antimicrobiano de absorção, indicado para feridas de baixa a moderada exsudação.

1.2. **Tamanho:** 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. Características mínimas:

1.3.1 Curativo composto por uma camada adesiva de silicone que fica em contato com a ferida, uma camada de espuma de poliuretano que contém sulfato de prata e carbono ativado e uma película exterior permeável ao vapor de água e impermeável a líquidos;

1.3.2 Autoaderente, atraumático, macio e flexível;

1.3.3 Recortável;

1.3.4 Estéril;

1.3.5 Embalado individualmente;

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29054

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO, MODELO CALCÂNEO. TAMANHO MÍNIMO DE 18CM X 18CM E MÁXIMO 25,5 CM X 25,5CM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo adesivo de espuma de poliuretano.
- 1.2. **Modelo:** Calcâneo.
- 1.3. Tamanho mínimo de 18cm x 18cm e máximo 25,5 cm x 25,5cm.
- 1.4. **Características mínimas:**
 - 1.4.1 Curativo de espuma de poliuretano macio e adaptável;
 - 1.4.2 Não deve conter prata em sua formulação;
 - 1.4.3 Com capacidade de absorver verticalmente o exsudato e bloquear os fluidos dentro da estrutura;
 - 1.4.4 Com película superior permeável ao vapor, impermeável à água e bactérias, camada de contato autoadesiva perfurada de silicone e bordas adesivas de silicone;
 - 1.4.5 Estéril;
 - 1.4.6 Embalado individualmente;
- 1.5. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.6. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.7. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33453

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO, MODELO CALCÂNEO. TAMANHO MÍNIMO 22 CM X 23 CM E MÁXIMO 24 CM X 26 CM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo adesivo multicamada com espuma central de poliuretano.
- 1.2. **Modelo:** Calcâneo
- 1.3. Tamanho mínimo 22 cm x 23 cm e máximo 24 cm x 26 cm.
- 1.4 **Características mínimas:**
 - 1.4.1 Curativo formado por cinco camadas com tecnologia comprovada para a prevenção de lesão por pressão e tratamento de feridas com volume de exsudato moderado a alta na região de calcâneo e maléolo;
 - 1.4.2 Composto por uma camada adesiva de contato com a ferida de silicone macio, que permita remoção atraumática, sem danificar o leito da ferida ou a pele perilesional; um curativo absorvente e flexível em três camadas: uma espuma de poliuretano, uma camada de dispersão não tecido e uma camada com fibras superabsorvente; um filme exterior permeável ao vapor e à prova de água que promove uma barreira aos contaminantes externos;
 - 1.4.3 Formato anatômico específico para região de calcâneo e maléolo, com bordas aderentes de silicone, que favoreça a fixação e minimize descolamentos;
 - 1.4.4 Estéril;
 - 1.4.5 Embalado individualmente.
- 1.5. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.6. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.7. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29055

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO, MODELO SACRAL. TAMANHO MÍNIMO DE 20CM X 20CM E MÁXIMO 25CM X 25CM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo adesivo de espuma de poliuretano.
- 1.2. **Modelo:** Sacral.
- 1.3. Tamanho mínimo de 20cm x 20cm e máximo 25cm x 25cm.
- 1.4. **Características mínimas:**
 - 1.4.1 Curativo de espuma de poliuretano macio e adaptável;
 - 1.4.2 Não deve conter prata em sua formulação;
 - 1.4.3 Com capacidade de absorver verticalmente o exsudato e bloquear os fluidos dentro da estrutura;
 - 1.4.4 Com película superior permeável ao vapor, impermeável à água e bactérias, camada de contato autoadesiva perfurada de silicone e bordas adesivas de silicone;
 - 1.4.5 Estéril;
 - 1.4.6 Embalado individualmente.
- 1.5. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.6. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.7. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29056

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 2,5$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo adesivo de espuma de poliuretano.
- 1.2. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Curativo de espuma de poliuretano macio e adaptável;
- 1.3.2 Não deve conter prata em sua formulação;
- 1.3.3 Com capacidade de absorver verticalmente o exsudato e bloquear os fluidos dentro da estrutura;
- 1.3.4 Com película superior permeável ao vapor, impermeável à água e bactérias, camada de contato autoadesiva perfurada de silicone e bordas adesivas de silicone;
- 1.3.5 Estéril;
- 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29057

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO. TAMANHO 15CM X 15CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 1,0$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo adesivo de espuma de poliuretano.
- 1.2. **Tamanho:** 15cm x 15cm, permitindo uma variação de $\pm 1,0$ cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo de espuma de poliuretano macia e adaptável;
 - 1.3.2 Não deve conter prata em sua formulação;
 - 1.3.3 Com capacidade de absorver verticalmente o exsudato e bloquear os fluidos dentro da estrutura;
 - 1.3.4 Com película superior permeável ao vapor, impermeável à água e bactérias, camada de contato autoadesiva perfurada de silicone e bordas adesivas de silicone.
 - 1.3.5 Estéril;
 - 1.3.6 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
- Este documento é cópia do original, para obter o acesso h
- 
- [catalina.oliveira@sc.gov.br/documento/42237a75-3718-4ded-88fc-99bc0284f404](https://cic.ium.com.br/pcc36319b3c491fd)
- PARA CONFERIR O SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://cic.ium.com.br/pcc36319b3c491fd>

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29059

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO, MODELO SACRAL. TAMANHO MÍNIMO 21CM X 21CM E MÁXIMO 25CM X 25CM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** Curativo adesivo multicamada com espuma central de poliuretano.

1.2. **Modelo:** Sacral.

1.3. Tamanho mínimo 21cm x 21cm e máximo 25cm x 25cm.

1.4 Características mínimas:

1.4.1 Curativo formado por cinco camadas com tecnologia comprovada para a prevenção de lesão por pressão e tratamento de feridas com volume de exsudato moderado a alta na área sacral;

1.4.2 Composto por uma camada adesiva de contato com a ferida de silicone macio sobre uma película protetora; um curativo absorvente e flexível em três camadas: uma espuma, uma camada de dispersão e uma camada com fibras superabsorvente; um filme exterior permeável ao vapor e à prova de água que promove uma barreira aos contaminantes externos;

1.4.3 Com bordas adesivas de silicone;

1.4.4 Estéril;

1.4.5 Embalado individualmente;

1.5. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.6. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.7. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33240

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA ÁREAS DE ARTICULAÇÕES, COM ESTRUTURA E BORDAS FLEXÍVEIS. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 1,0$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo de absorção, indicado para feridas exsudativas.

1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. Características mínimas:

1.3.1 Curativo composto por 5 camadas sendo a primeira uma camada adesiva de silicone que fica em contato com a ferida; uma camada de absorção flexível formada por uma espuma de poliuretano, uma camada de dispersão de não tecido (poliéster e viscose) e uma camada de fibras supeabsorventes; uma camada exterior permeável e à prova de água que promove uma barreira aos contaminantes externos. Com bordas com camada adesiva de silicone;

1.3.2 Deve ser capaz absorver, distribuir e reter o exsudato mesmo sob compressão;

1.3.3 Deve apresentar flexibilidade suficiente para permitir que a cobertura se estenda em até 360 graus, acompanhando os contornos anatômicos e os movimentos do paciente. Deve possibilitar a aplicação em extremidades e articulações, mantendo-se aderida de forma segura, sem causar lesões ou danos à pele.

1.3.4 Autoaderente, atraumático, macio e flexível;

1.3.5 Deve possuir capacidade de permanência no local por até 7 (sete) dias, mantendo sua integridade estrutural, aderência e desempenho terapêutico durante todo o período de uso, conforme avaliação clínica e condições da ferida;

1.3.6 Estéril;

1.3.7 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

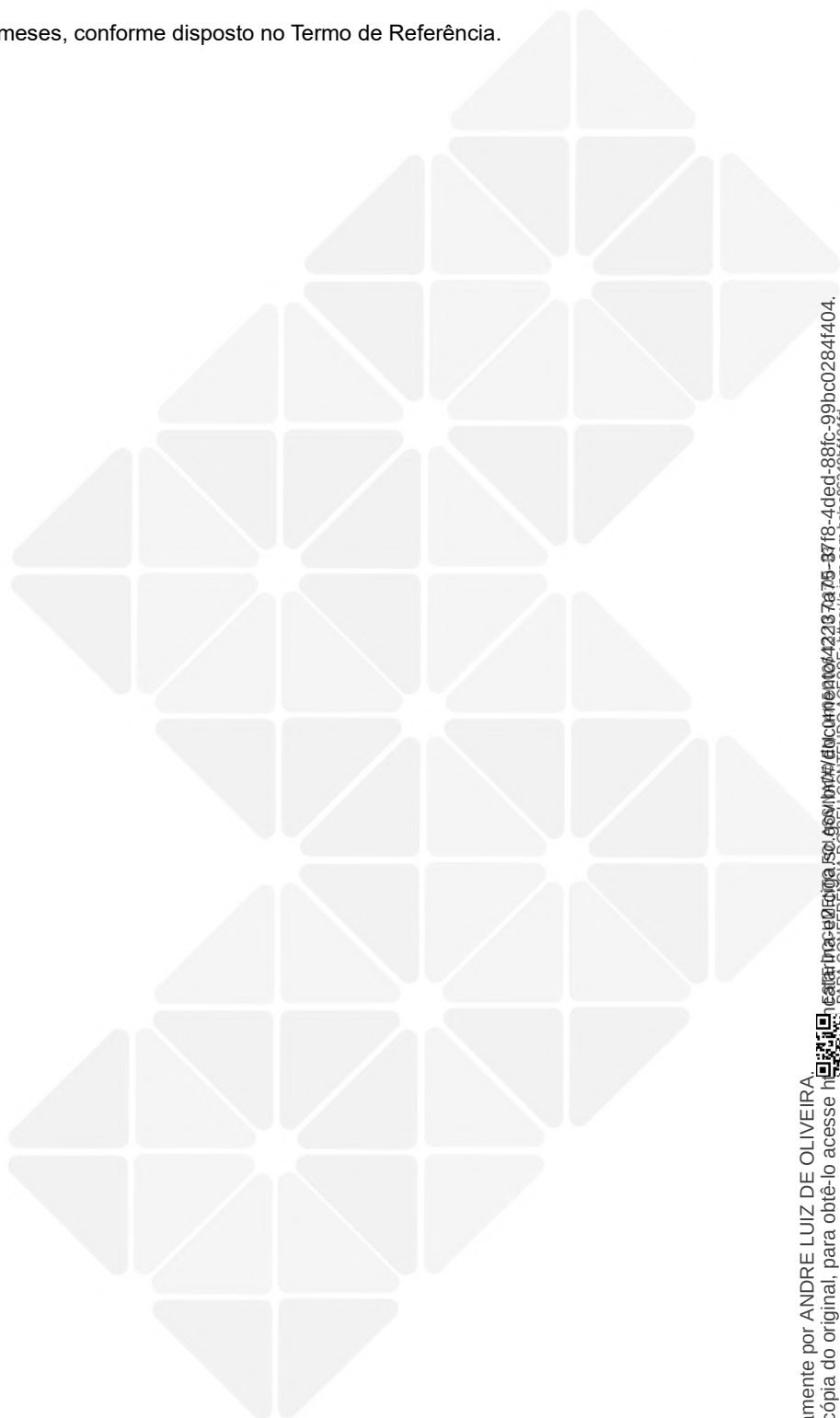
1.6 Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>
CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620
Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-005
Telefone: (48) 3380 1621



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33241

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA ÁREAS DE ARTICULAÇÕES, COM ESTRUTURA E BORDAS FLEXÍVEIS. TAMANHO 15CM X 15CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 1,0$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo de absorção, indicado para feridas exsudativas.

1.2. **Tamanho:** 15cm x 15cm, permitindo variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. Características mínimas:

1.3.1. Curativo composto por 5 camadas sendo a primeira uma camada adesiva de silicone que fica em contato com a ferida; uma camada de absorção flexível formada por uma espuma de poliuretano, uma camada de dispersão de não tecido (poliéster e viscose) e uma camada de fibras supeabsorventes; uma camada exterior permeável e à prova de água que promove uma barreira aos contaminantes externos. Com bordas com camada adesiva de silicone;

1.3.2. Deve ser capaz absorver, distribuir e reter o exsudato mesmo sob compressão;

1.3.3. Deve apresentar flexibilidade suficiente para permitir que a cobertura se estenda em até 360 graus, acompanhando os contornos anatômicos e os movimentos do paciente. Deve possibilitar a aplicação em extremidades e articulações, mantendo-se aderida de forma segura, sem causar lesões ou danos à pele.

1.3.4. Autoaderente, atraumático, macio e flexível;

1.3.5. Deve possuir capacidade de permanência no local por até 7 (sete) dias, mantendo sua integridade estrutural, aderência e desempenho terapêutico durante todo o período de uso, conforme avaliação clínica e condições da ferida;

1.3.6. Estéril;

1.3.7. Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

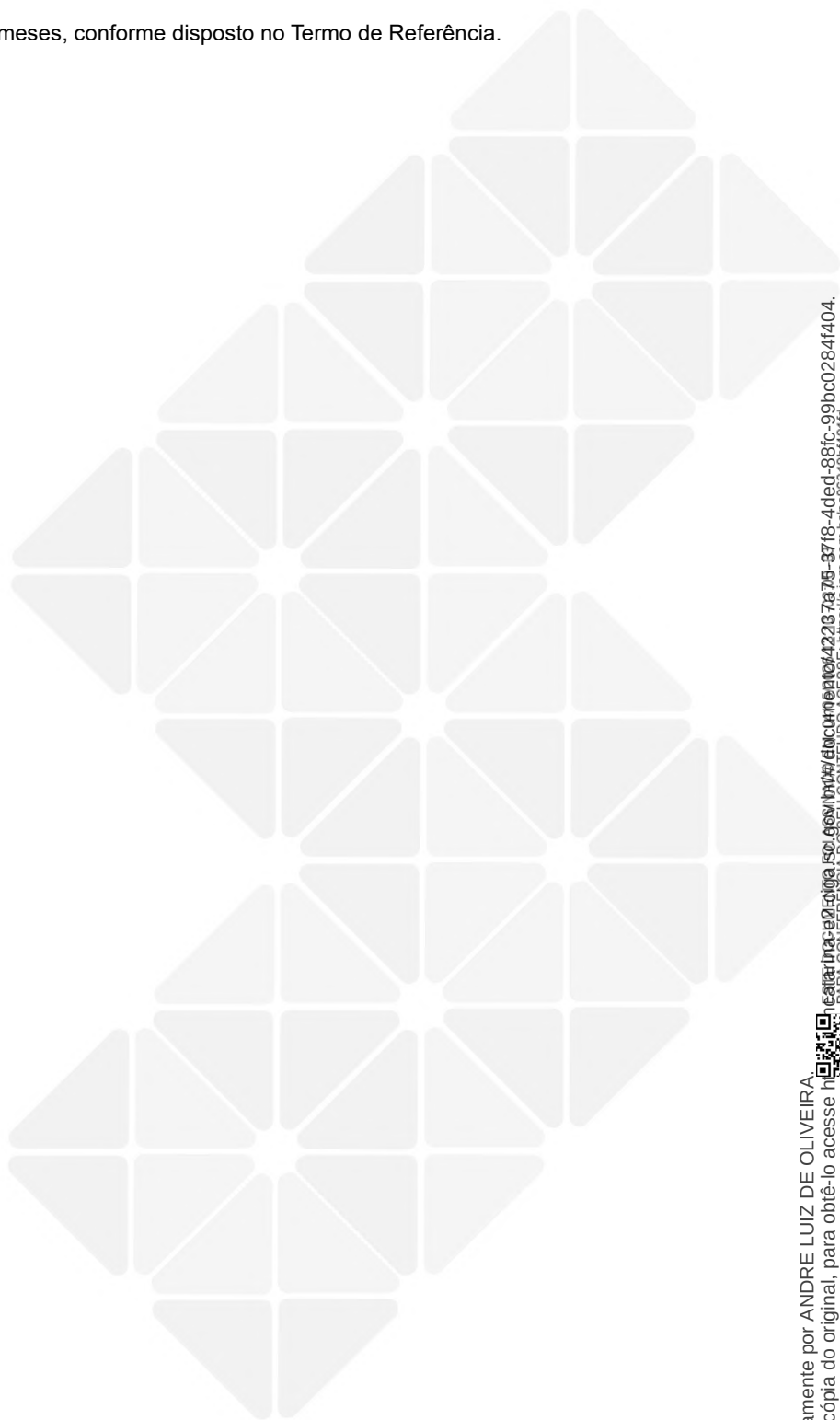
1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>
CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620
Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-005
Telefone: (48) 3380 1621



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33242

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA ÁREAS DE ARTICULAÇÕES, COM ESTRUTURA E BORDAS FLEXÍVEIS. TAMANHO 15CM X 20CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 1,0$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo de absorção, indicado para feridas exsudativas.

1.2. **Tamanho:** 15cm x 20cm, permitindo variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. Características mínimas:

1.3.1. Curativo composto por 5 camadas sendo a primeira uma camada adesiva de silicone que fica em contato com a ferida; uma camada de absorção flexível formada por uma espuma de poliuretano, uma camada de dispersão de não tecido (poliéster e viscose) e uma camada de fibras supeabsorventes; uma camada exterior permeável e à prova de água que promove uma barreira aos contaminantes externos. Com bordas com camada adesiva de silicone;

1.3.2. Deve ser capaz absorver, distribuir e reter o exsudato mesmo sob compressão;

1.3.3. Deve apresentar flexibilidade suficiente para permitir que a cobertura se estenda em até 360 graus, acompanhando os contornos anatômicos e os movimentos do paciente. Deve possibilitar a aplicação em extremidades e articulações, mantendo-se aderida de forma segura, sem causar lesões ou danos à pele.

1.3.4. Autoaderente, atraumático, macio e flexível;

1.3.5. Deve possuir capacidade de permanência no local por até 7 (sete) dias, mantendo sua integridade estrutural, aderência e desempenho terapêutico durante todo o período de uso, conforme avaliação clínica e condições da ferida;

1.3.6. Estéril;

1.3.7. Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

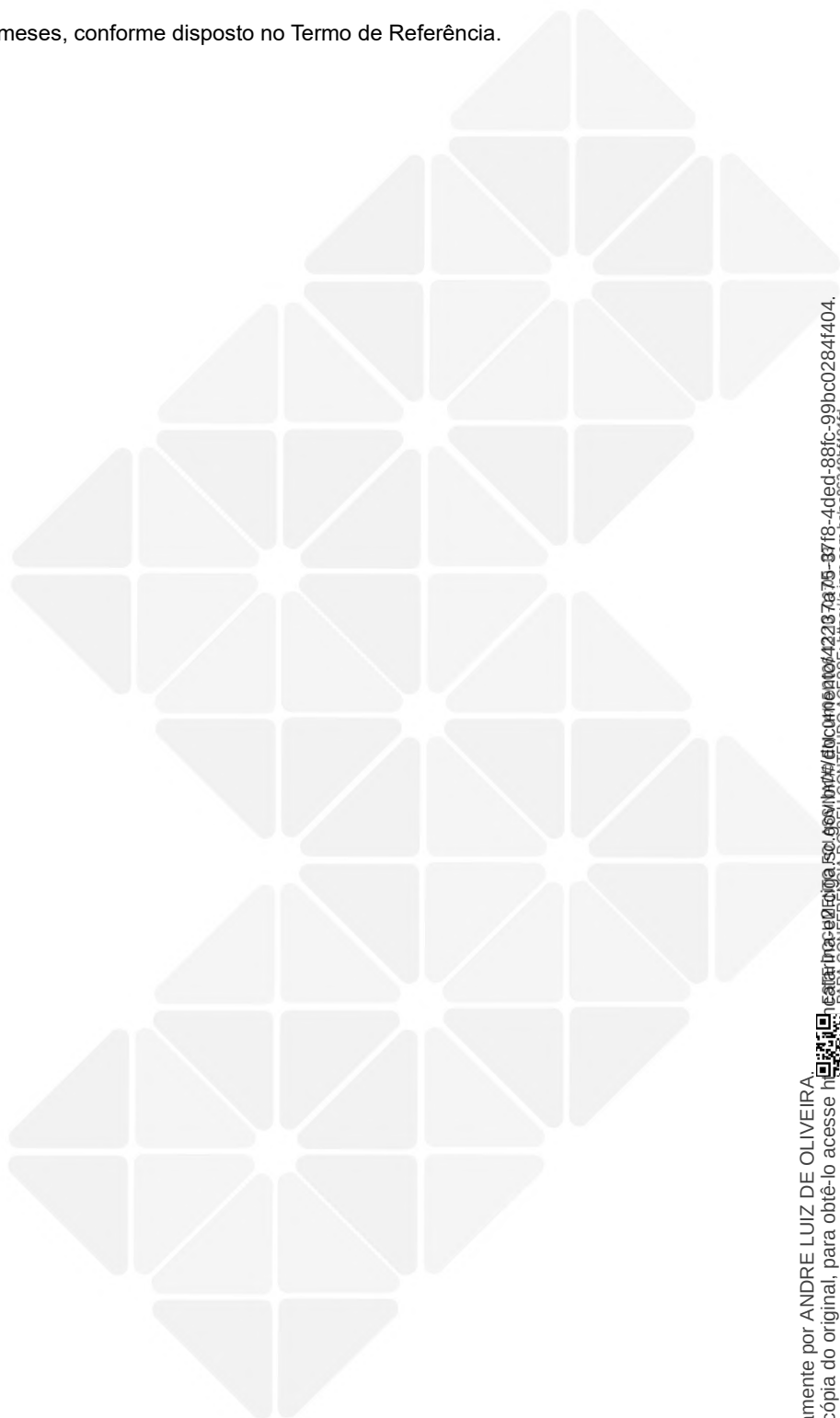
1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>
CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



Inovação e Modernização na Gestão Pública

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29062

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CLORETO DE DIALQUIL CARBAMOIL (DACC).
TAMANHO 12,5CM X 12,5CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 2,5$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo antimicrobiano, indicado para lesões contaminadas, com exsudato moderado e alto.
- 1.2. Tamanho 12,5cm x 12,5cm, permitindo uma variação de $\pm 2,5$ cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo antimicrobiano composto por uma camada de contato com a ferida de fibra de acetato revestida de Cloreto de Dialquil Carbamoil (DACC), camada de espuma de poliuretano absorvente com partículas de poliacrilato, película protetora externa impermeável à água e micro-organismos e permeável a vapores e bordas de silicone.
 - 1.3.2 Estéril;
 - 1.3.3 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.inpm.com.br/pe86319b491d>



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. TAMANHO 6,5CM X 6,5CM.

1.1 **Tipo de produto:** curativo de espuma de poliuretano indicado para proteção mecânica, em traqueostomias e locais de inserção de drenos, e na absorção de exsudato de feridas.

1.2. **Tamanho:** 6,5cm x 6,5cm.

1.3 Características mínimas:

- 1.3.1 Curativo composto por uma estrutura laminada, sendo uma camada de espuma de poliuretano hidrofílica macia, e uma camada externa de filme impermeável a água e micro-organismos e permeável a vapores;
- 1.3.2 Com capacidade de absorção de secreções e ou sangue;
- 1.3.3 Não adesivo;
- 1.3.4 Deve apresentar fenestra circular ou em Y e adaptar-se ao redor da cânula;
- 1.3.5 Estéril;
- 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29065

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. TAMANHO 6CM X 7CM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1 **Tipo de produto:** curativo de espuma de poliuretano indicado para proteção mecânica, em traqueostomias e locais de inserção de drenos, e na absorção de exsudato de feridas.
- 1.2 **Tamanho:** 6cm x 7cm.
- 1.3 **Características mínimas:**
- 1.3.1 Curativo composto por uma estrutura laminada, sendo uma camada de espuma de poliuretano hidrofílica macia, e uma camada externa de filme impermeável a água e micro-organismos e permeável a vapores;
- 1.3.2 Com capacidade de absorção de secreções e ou sangue;
- 1.3.3 Não adesivo;
- 1.3.4 Deve apresentar fenestra circular ou em Y e adaptar-se ao redor da cânula;
- 1.3.5 Estéril;
- 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. TAMANHO 8CM X 8CM.

1.1 **Tipo de produto:** curativo de espuma de poliuretano indicado para proteção mecânica, em traqueostomias e locais de inserção de drenos, e na absorção de exsudato de feridas.

1.2. **Tamanho:** 8cm x 8cm.

1.3 Características mínimas:

- 1.3.1 Curativo composto por uma estrutura laminada, sendo uma camada de espuma de poliuretano hidrofóbica macia, e uma camada externa de filme impermeável a água e micro-organismos e permeável a vapores;
- 1.3.2 Com capacidade de absorção de secreções e ou sangue;
- 1.3.3 Não adesivo;
- 1.3.4 Deve apresentar fenestra circular ou em Y e adaptar-se ao redor da cânula;
- 1.3.5 Estéril;
- 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29067

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO DE ESPUMA POLIURETANO PARA TRAQUEOSTOMIA. TAMANHO 9CM X 9CM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1 **Tipo de produto:** curativo de espuma de poliuretano indicado para proteção mecânica, em traqueostomias e locais de inserção de drenos, e na absorção de exsudato de feridas.
- 1.2 **Tamanho:** 9cm x 9cm.
- 1.3 **Características mínimas:**
- 1.3.1 Curativo composto por uma estrutura laminada, sendo uma camada de espuma de poliuretano hidrofílica macia, e uma camada externa de filme impermeável a água e micro-organismos e permeável a vapores;
- 1.3.2 Com capacidade de absorção de secreções e ou sangue;
- 1.3.3 Não adesivo;
- 1.3.4 Deve apresentar fenestra circular ou em Y e adaptar-se ao redor da cânula;
- 1.3.5 Estéril;
- 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29068

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo não adesivo de espuma de poliuretano com carboximetilcelulose e prata iônica.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Curativo de espuma de poliuretano absorvente, macia, flexível, composta por carboximetilcelulose e no mínimo 1,2% de prata iônica;
- 1.3.2 Com bordas biseladas;
- 1.3.3 Estéril;
- 1.3.4 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/cpm86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29069

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM IBUPROFENO. TAMANHO 10 CM X 10 CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo não adesivo de espuma de poliuretano com ibuprofeno.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Cobertura de espuma de poliuretano tridimensional, macia e flexível;
 - 1.3.2 Não adesivo;
 - 1.3.3 Deve conter ibuprofeno como componente ativo, disperso de forma homogênea;
 - 1.3.4 Membrana de permeabilidade seletiva;
 - 1.3.5 Alta absorção, garantindo mínimo risco de vazamento ou maceração;
 - 1.3.6 Estéril;
 - 1.3.7 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29070

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. TAMANHO 10CM X 10CM. PERMITINDO UMA VARIACÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo não adesivo de espuma de poliuretano com prata iônica.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de $\pm$ 2cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo não adesivo de espuma de poliuretano absorvente impregnado com prata iônica, macio, flexível;
 - 1.3.2 Camada externa composta por um filme de poliuretano que permite a troca gasosa;
 - 1.3.3 Com capacidade de absorção vertical;
 - 1.3.4 Estéril;
 - 1.3.5 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29071

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO NÃO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM PRATA IÔNICA. TAMANHO 15CM X 15CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo não adesivo de espuma de poliuretano com prata iônica.

1.2. **Tamanho:** 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.

1.3 Características mínimas:

1.3.1 Curativo não adesivo de espuma de poliuretano absorvente impregnado com prata iônica, macio, flexível;

1.3.2 Camada externa composta por um filme de poliuretano que permite a troca gasosa;

1.3.3 Com capacidade de absorção vertical;

1.3.4 Estéril;

1.3.5 Embalado individualmente;

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/cpm/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.cpm.com.br/cpm/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo primário antimicrobiano indicado para feridas exsudativas e queimaduras de espessura parcial.
- 1.2. **Tamanho:** 15cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. Características mínimas:

- | | |
|-------|---|
| 1.3.1 | Curativo composto por uma camada adesiva de silicone e uma fina camada de espuma de poliuretano impregnada com prata iônica e carvão ativado; |
| 1.3.2 | Autoaderente, atraumático, macio e flexível; |
| 1.3.3 | Recortável; |
| 1.3.4 | Estéril; |
| 1.3.5 | Embalado individualmente; |

- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6** Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29207

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: COBERTURA NÃO ADERENTE ANTIMICROBIANA DE HIDROALGINATO COM PRATA. TAMANHO 11CM X 11CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** cobertura indicada para tratamento de feridas com exsudação de moderada a intensa.
- 1.2. **Apresentação:** tamanho 11cm x 11cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Cobertura não aderente, antimicrobiana, de não tecido, composta por alginato com alto teor de ácido gulurônico, fibras de carboximetilcelulose e fibras revestidas por prata, com uma camada de contato com a ferida perfurada e não aderente.
 - 1.3.2 Deve moldar-se ao leito da lesão;
 - 1.3.3 Estéril;
 - 1.3.4 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29208

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: COBERTURA NÃO ADERENTE ANTIMICROBIANA DE HIDROALGINATO COM PRATA. TAMANHO 10CM X 20CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** cobertura indicada para tratamento de feridas com exsudação de moderada a intensa.
- 1.2. **Apresentação:** tamanho 10cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Cobertura não aderente antimicrobiana de não tecido composta por alginato com alto teor de ácido gulurônico, fibras de carboximetilcelulose e fibras revestidas por prata, com uma camada de contato com a ferida perfurada e não aderente.
 - 1.3.2 Deve moldar-se ao leito da lesão;
 - 1.3.3 Estéril;
 - 1.3.4 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29209

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ABSORVENTE COM CÓLAGENO E ALGINATO DE CÁLCIO. TAMANHO 5CM X 5CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 0,5$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo absorvente indicado para tratamento de feridas exsudativas.
 - 1.2. **Apresentação:** tamanho 5cm x 5cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida.
 - 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo composto de 90% de colágeno e 10% de alginato de cálcio;
 - 1.3.2 Macio, absorvente e adaptável;
 - 1.3.3 Recortável;
 - 1.3.4 Estéril;
 - 1.3.5 Embalado individualmente;
 - 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
 - 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
 - 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29210

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ABSORVENTE COM CÓLAGENO E ALGINATO DE CÁLCIO. TAMANHO 10CM X 11CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 0,5$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo absorvente indicado para tratamento de feridas exsudativas.
- 1.2. **Apresentação:** tamanho 10cm x 11cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo composto de 90% de colágeno e 10% de alginato de cálcio;
 - 1.3.2 Macio, absorvente e adaptável;
 - 1.3.3 Recortável;
 - 1.3.4 Estéril;
 - 1.3.5 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29073**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo não aderente com carboximetilcelulose e prata iônica.

1.2. Tamanho 10cm x 10cm, permitindo variação de ± 2 cm em cada medida.

1.3. Características mínimas:

1.3.1 Curativo não aderente;

1.3.2 Composto por fibras de carboximetilcelulose e prata iônica;

1.3.3 Não deve conter alginato em sua composição;

1.3.4 Estéril;

1.3.5 Embalado individualmente;

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29074

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA.
TAMANHO 15CM X 15CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo primário não aderente com carboximetilcelulose e prata iônica.
 - 1.2. **Tamanho:** 15cm x 15cm, permitindo variação de ± 2 cm em cada medida.
 - 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo não aderente;
 - 1.3.2 Composto por fibras de carboximetilcelulose e prata iônica;
 - 1.3.3 Não deve conter alginato em sua composição;
 - 1.3.4 Estéril;
 - 1.3.5 Embalado individualmente;
 - 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
 - 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
 - 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h
CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29075

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, PRATA IÔNICA E AGENTES ANTI-BIOFILME. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo primário não aderente, utilizado em feridas com grandes quantidades de exsudato.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo variação de ± 2 cm em cada medida
- 1.3. Características mínimas:**
- 1.3.1 Curativo não aderente e com capacidade de conformabilidade, permitindo que o curativo preencha os micros contornos do leito da ferida;
- 1.3.2 composto por duas camadas de hidrofibra 100% carboximetilcelulose; 1,2% de prata iônica e agentes anti-biofilme (o ácido etilenodiamino tetra-acético (EDTA) e o cloreto de benzetônio);
- 1.3.3 Não deve conter alginato em sua composição;
- 1.3.4 Estéril;
- 1.3.5 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6 Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29076

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, PRATA IÔNICA E AGENTES ANTI-BIOFILME. TAMANHO 15CM X 15CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo primário não aderente, utilizado em feridas com grandes quantidades de exsudato.
1.2. **Tamanho:** 15cm x 15cm, permitindo variação de ± 2 cm em cada medida.

1.3. Características mínimas:

- 1.3.1 Curativo não aderente e com capacidade de conformabilidade, permitindo que o curativo preencha os micros contornos do leito da ferida;
1.3.2 composto por duas camadas de hidrofibra 100% carboximetilcelulose; 1,2% de prata iônica e agentes anti-biofilme (o ácido etilenodiamino tetra-acético (EDTA) e o cloreto de benzetônio);
1.3.3 Não deve conter alginato em sua composição;
1.3.4 Estéril;
1.3.5 Embalado individualmente.
1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29077

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, ALGINATO DE CÁLCIO E PRATA IÔNICA. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo primário não aderente com carboximetilcelulose, alginato de cálcio e prata iônica.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 curativo primário em placa, não aderente, macio e flexível;
 - 1.3.2 composto por carboximetilcelulose, alginato de cálcio, impregnada com prata iônica com dispensação sustentada;
 - 1.3.3 Deve formar um gel coeso;
 - 1.3.4 Deve ser capaz de fazer absorção local e vertical;
 - 1.3.5 Estéril;
 - 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29080

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM CARBOXIMETILCELULOSE, ALGINATO DE CÁLCIO E PRATA IÔNICA. TAMANHO 15CM X 15CM. PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo primário não aderente com carboximetilcelulose, alginato de cálcio e prata iônica.
- 1.2. Tamanho 15cm x 15cm, permitindo variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3 **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo primário em placa, não aderente, macio e flexível;
 - 1.3.2 Composto por carboximetilcelulose, alginato de cálcio, impregnado com prata iônica com dispensação sustentada;
 - 1.3.3 Deve formar um gel coeso;
 - 1.3.4 Deve ser capaz de fazer absorção local e vertical;
 - 1.3.5 Estéril;
 - 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29078

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM FIBRAS DE ÁLCOOL POLIVINÍLICO E PRATA.
TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo antimicrobiano indicado para feridas com médio e alto exsudato.
 - 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo variação de ± 1 cm em cada medida
 - 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo composto por 100% de não tecido de fibras de álcool polivinílico (PVA) e hidroxipropilcelulose e revestido com Sulfato de Prata 0,2mg/cm².
 - 1.3.2 Em contato com o exsudato da ferida deve formar um gel coeso e permanecer inteiro, facilitando a sua remoção.
 - 1.3.3 Deve possuir alta capacidade de absorção e retenção de fluidos mesmo sob pressão.
 - 1.3.4 Não aderente;
 - 1.3.5 Estéril;
 - 1.3.6 Embalado individualmente;
 - 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
 - 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
 - 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29079

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO PRIMÁRIO NÃO ADERENTE COM FIBRAS DE ÁLCOOL POLIVINÍLICO E PRATA.
TAMANHO 15CM X 15CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo antimicrobiano indicado para feridas com médio e alto exsudato.
- 1.2. **Tamanho:** 15cm x 15cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Curativo composto por 100% de não tecido de fibras de álcool polivinílico (PVA) e hidroxipropilcelulose e revestido com Sulfato de Prata 0,2mg/cm².
- 1.3.2 Em contato com o exsudato da ferida deve formar um gel coeso e permanecer inteiro, facilitando a sua remoção.
- 1.3.3 Deve possuir alta capacidade de absorção e retenção de fluidos mesmo sob pressão.
- 1.3.4 Não aderente;
- 1.3.5 Estéril;
- 1.3.6 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6 Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33245

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA USO PÓS-OPERATÓRIO. TAMANHO 9CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 1,0$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo cirúrgico absorvente, indicado para feridas exsudativas e agudas tais como, feridas cirúrgicas, cortes e abrasões.

1.2. **Tamanho:** 9cm x 10cm, permitindo variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. Características mínimas:

1.3.1. Curativo composto por 4 camadas sendo a primeira uma camada adesiva de silicone que fica em contato com a ferida; um curativo absorvente flexível em duas camadas: uma camada de dispersão de não tecido e uma camada de fibras supeabsorventes; uma película exterior transparente respirável e impermeável, fornecendo uma barreira ao contaminantes externos.

1.3.2. Deve ser flexível possibilitando a aplicação em extremidades e articulações, mantendo-se aderido de forma segura, sem causar lesões ou danos à pele.

1.3.3. Deve ser capaz absorver e reter o exsudato e sangue, minimizando o risco de maceração;

1.3.4. Autoaderente, atraumático, macio e flexível;

1.3.5. Deve possuir capacidade de permanência no local por no mínimo 10 (dez) dias, mantendo sua integridade estrutural, aderência e desempenho terapêutico durante todo o período de uso, conforme avaliação clínica e condições da ferida;

1.3.6. Estéril;

1.3.7. Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33246

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA USO PÓS-OPERATÓRIO. TAMANHO 10CM X 15CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 1,0$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo cirúrgico, auto aderente, absorvente, indicado para feridas exsudativas e agudas tais como, feridas cirúrgicas, cortes e abrasões.

1.2. **Tamanho:** 10cm x 15cm, permitindo variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. Características mínimas:

1.3.1. Curativo composto por 4 camadas sendo a primeira uma camada adesiva de silicone que fica em contato com a ferida; um curativo absorvente flexível em duas camadas: uma camada de dispersão de não tecido e uma camada de fibras supeabsorventes; uma película exterior transparente respirável e impermeável, fornecendo uma barreira ao contaminantes externos. Com bordas com camada adesiva de silicone;

1.3.2. Deve ser flexível possibilitando a aplicação em extremidades e articulações, mantendo-se aderido de forma segura, sem causar lesões ou danos à pele.

1.3.3. Deve ser capaz absorver e reter o exsudato e sangue, minimizando o risco de maceração;

1.3.4. Autoaderente, atraumático, macio e flexível;

1.3.5. Deve possuir capacidade de permanência no local por no mínimo 10 (dez) dias, mantendo sua integridade estrutural, aderência e desempenho terapêutico durante todo o período de uso, conforme avaliação clínica e condições da ferida;

1.3.6. Estéril;

1.3.7. Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33247**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO ADESIVO MULTICAMADAS PARA USO PÓS-OPERATÓRIO. TAMANHO 10CM X 20CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 1,0$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo cirúrgico, auto aderente, absorvente, indicado para feridas exsudativas e agudas tais como, feridas cirúrgicas, cortes e abrasões.

1.2. **Tamanho:** 10cm x 20cm, permitindo variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. Características mínimas:

1.3.1. Curativo composto por 4 camadas sendo a primeira uma camada adesiva de silicone que fica em contato com a ferida; um curativo absorvente flexível em duas camadas: uma camada de dispersão de não tecido e uma camada de fibras supeabsorventes; uma película exterior transparente respirável e impermeável, fornecendo uma barreira ao contaminantes externos. Com bordas com camada adesiva de silicone;

1.3.2. Deve ser capaz absorver e reter o exsudato e sangue, minimizando o risco de maceração;

1.3.3. Deve ser flexível possibilitando a aplicação em extremidades e articulações, mantendo-se aderido de forma segura, sem causar lesões ou danos à pele.

1.3.4. Autoaderente, atraumático, macio e flexível;

1.3.5. Deve possuir capacidade de permanência no local por no mínimo 10 (dez) dias, mantendo sua integridade estrutural, aderência e desempenho terapêutico durante todo o período de uso, conforme avaliação clínica e condições da ferida;

1.3.6. Estéril;

1.3.7. Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33243

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO EM ROLO PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS. TAMANHO 10CM X 10M.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** adesivo transparente e impermeável para fixação de curativos, dreno, cateteres, entre outros.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10m.

1.3 Características mínimas:

- 1.3.1 Filme transparente de poliuretano, recoberto com adesivo acrílico hipoalergênico protegido por papel siliconado branco, contendo demarcações para recorte a cada 1 ou 2 cm² e película protetora superior para facilitar a aplicação;
 - 1.3.2 Permeável ao vapor d'água, contribuindo para a manutenção da integridade da pele e redução do risco de maceração.
 - 1.3.3 Com taxa de transmissão de vapor úmido (MVTR) $\geq 800\text{g/m}^2/24\text{h}$
 - 1.3.4 Radiotransparente;
 - 1.3.5 Deve ser fino e elástico adaptando-se perfeitamente a pele e aos contornos do corpo, articulações e partes arredondadas.
 - 1.3.6 Não estéril;
 - 1.3.7 Isento de látex;
 - 1.3.8 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
 - 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
 - 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29082

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: COMPRESSA DE NÃO TECIDO, COMPOSTA DE ALGODÃO E FIBRAS DE POLIÉSTER. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** compressa de não tecido, composta de algodão e fibras de poliéster.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Compressa absorvente de não tecido, contendo algodão e fibras de poliéster;
- 1.3.2 Com camada de contato com a lesão de filme de poliéster perfurado e camada de apoio composta de material de poliéster não tecido perfurado;
- 1.3.3 Estéril;
- 1.3.4 Embalada individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29083

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: COBERTURA DE NÃO TECIDO IMPREGNADA COM CLORETO DE SÓDIO. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** cobertura hipertônica destinada ao tratamento de feridas não infectadas/infectadas com exsudato moderado a elevado.

1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. **Características mínimas:**

1.3.1 Cobertura de não tecido macio de viscose e poliéster impregnado com Cloreto de Sódio;

1.3.2 Estéril;

1.3.3 Embalado individualmente;

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. **Garantia**

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. **Validade**

3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/documento/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/documento/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29085

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: GAZE NÃO ADERENTE CONFECCIONADA EM ACETATO DE CELULOSE, OU RAYON OU MALHA. TAMANHO 7CM X 7CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** Gaze não aderente confeccionada em acetato de celulose, ou Rayon ou Malha.

1.2. **Tamanho:** 7cm x 7cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida.

1.3 Características mínimas:

1.3.1 Gaze não aderente confeccionada em acetato de celulose ou Rayon ou malha, impregnada com óleo à base de Ácidos Graxos Essenciais, vitaminas A e E e óleo de girassol (ácido linoleico), T.C.M (Triglicerídeos de Cadeia Média);

1.3.2 Estéril;

1.3.3 Embalada individualmente.

1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29084

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: GAZE NÃO ADERENTE CONFECCIONADA EM ACETATO DE CELULOSE OU RAYON OU MALHA.
TAMANHO MÍNIMO 7CM X 10CM E MÁXIMO 8CM X 15CM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Gaze não aderente confeccionada em acetato de celulose ou Rayon ou malha.
- 1.2. Tamanho mínimo 7cm x 10cm e máximo 8cm x 15cm.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Gaze não aderente confeccionada em acetato de celulose ou Rayon ou malha, impregnada com óleo à base de Ácidos Graxos Essenciais, vitaminas A e E e óleo de girassol (ácido linoleico), T.C.M (Triglicerídeos de Cadeia Média);
- 1.3.2 Estéril;
- 1.3.3 Embalada individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h
CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620
Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-005
Telefone: (48) 3380 1621



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29086

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: GAZE NÃO ADERENTE, CONFECCIONADA EM RAYON. TAMANHO 7CM X 7CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Gaze não aderente confeccionada em Rayon.
- 1.2. **Tamanho:** 7cm x 7cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Gaze não aderente confeccionada em Rayon, embebida em óleo a base de A.G.E (Ácidos Graxos Essenciais), T.C.M (Triglicerídeos de Cadeia Média), Vitaminas A e E, Óleos de Copaíba e Melaleuca;
 - 1.3.2 Estéril;
 - 1.3.3 Embalada individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29087**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: GAZE NÃO ADERENTE, CONFECCIONADA EM RAYON. TAMANHO MÍNIMO 7CM X 10CM E MÁXIMO 8CM X 15CM.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Gaze não aderente confeccionada em Rayon.
- 1.2. Tamanho mínimo 7cm x 10cm e máximo 8cm x 15cm.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Gaze não aderente confeccionada em Rayon, embebida em óleo a base de A.G.E (Ácidos Graxos Essenciais), T.C.M (Triglicerídeos de Cadeia Média), Vitaminas A e E, Óleos de Copaíba e Melaleuca;
 - 1.3.2 Estéril;
 - 1.3.3 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29089

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: MALHA NÃO ADERENTE COM EMULSÃO DE PETROLATUM. TAMANHO 7CM X 7CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** malha não aderente com emulsão de petrolatum.
- 1.2. **Tamanho:** 7cm x 7cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1. Curativo não aderente, constituído por uma malha de rayon ou malha de poliéster e algodão impregnada com uma emulsão de petrolatum.
 - 1.3.2. Estéril;
 - 1.3.3. Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



Assinado eletronicamente por ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29088

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: MALHA NÃO ADERENTE COM EMULSÃO DE PETROLATUM. TAMANHO 7CM X 20CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** malha não aderente com emulsão de petrolatum.
- 1.2. **Tamanho:** 7cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1. Curativo não aderente, constituído por malha rayon ou malha de poliéster e algodão impregnada com uma emulsão de petrolatum;
- 1.3.2. Estéril;
- 1.3.3. Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h
CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620
Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-005
Telefone: (48) 3380 1621



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo primário indicado para feridas desde secas a altamente exsudativas para evitar a aderência na cobertura no leito da ferida e o acúmulo de exsudato.
- 1.2. **Tamanho:** 7,5cm x 7,5cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida.
- 1.3 **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo primário não aderente, de malha de acetato de celulose impregnada com uma emulsão de petrolato;
 - 1.3.2 Pode ser cortado sem se desfazer ou rasgar;
 - 1.3.3 Macio e suave;
 - 1.3.4 Estéril;
 - 1.3.5 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
 - 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
 - 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29212

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: MALHA NÃO ADERENTE DE ACETATO DE CELULOSE IMPREGNADA COM EMULSÃO DE PETROLATO. TAMANHO 7CM X 20CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo primário indicado para feridas desde secas a altamente exsudativas para evitar a aderência na cobertura no leito da ferida e o acúmulo de exsudato.

1.2. **Tamanho:** 7cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida.

1.3. **Características mínimas:**

1.3.1 Curativo primário não aderente, de malha de acetato de celulose impregnada com uma emulsão de petrolato;

1.3.2 Pode ser cortado sem se desfazer ou rasgar;

1.3.3 Macio e suave;

1.3.4 Estéril;

1.3.5 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. **Garantia**

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. **Validade**

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29090

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: MALHA DE ALGODÃO IMPREGNADA COM PARAFINA E SOLUÇÃO DE ACETATO DE CLOREXIDINA BP A 0,5%. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** curativo antisséptico que age como barreira entre a ferida e um curativo secundário, permitindo a passagem do exsudato.

1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo variação de ± 1 cm em cada medida

1.3. Características mínimas:

1.3.1 Curativo antisséptico composto por malha de algodão impregnada com parafina e solução de acetato de clorexidina BP a 0,5;

1.3.2 Não aderente;

1.3.3 Estéril;

1.3.4 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/2023/7a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/documentos/2023/7a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29091

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO HIDROCOLÓIDE EM PLACA, EXTRAFINO. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo hidrocoloide em placa, extrafino.
 - 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
 - 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo contendo hidrocoloide composto por Carboximetilcelulose, uma camada interna adesiva e uma camada externa de filme de poliuretano resistente à água bactérias;
 - 1.3.2 Espessura extrafina;
 - 1.3.3 Estéril;
 - 1.3.4 Embalado individualmente;
 - 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
 - 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
 - 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29092

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO HIDROCOLÓIDE EM PLACA, REGULAR. TAMANHO 10CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo hidrocoloide em placa, regular.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo contendo hidrocoloide composto por Carboximetilcelulose, uma camada interna adesiva e uma camada externa de filme de poliuretano resistente à água bactérias;
 - 1.3.2 Espessura regular;
 - 1.3.3 Estéril;
 - 1.3.4 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h
CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29093

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO HIDROCOLÓIDE EM PLACA, REGULAR. TAMANHO 20CM X 20CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo hidrocoloide em placa.
 - 1.2. **Modelo:** Regular.
 - 1.3. **Tamanho:** 20cm x 20cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
 - 1.4. **Características mínimas:**
 - 1.4.1 Curativo contendo hidrocolóide composto por Carboximetilcelulose, uma camada interna adesiva e uma camada externa de filme de poliuretano resistente à água bactérias;
 - 1.4.2 Espessura regular;
 - 1.4.3 Estéril;
 - 1.4.4 Embalado individualmente.
 - 1.5. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
 - 1.6. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
 - 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29094

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO DEBRIDADOR EM GEL. BISNAGA COM NO MÍNIMO 08G E MÁXIMO 15G.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo debridador em gel.
- 1.2. **Apresentação:** Bisnaga com no mínimo 08g e máximo 15g.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Gel transparente, amorfo, com consistência coesa, a base de alginato de cálcio, carboximetilcelulose e água purificada;
 - 1.3.2 Estéril.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29095

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO DEBRIDADOR EM GEL. BISNAGA COM NO MÍNIMO 15G.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo debridador em gel indicado para promover a hidratação do tecido seco favorecendo o desbridamento autolítico.
- 1.2. **Apresentação:** Bisnaga com no mínimo 15g.
- 1.3 **Características mínimas:**
- 1.3.1 Gel hidroativo transparente, viscoso, com consistência coesa;
- 1.3.2 Composto de hidrocoloides naturais pectina e carboximetilcelulose sódica e água.
- 1.3.3 Não deve conter Alginato de cálcio e sódio em sua formulação.
- 1.3.4 Estéril;
- 1.3.5 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29096

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO DEBRIDADOR EM GEL. BISNAGA COM NO MÍNIMO 25G E NO MÁXIMO 30G.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo debridador em gel.
 - 1.2. **Apresentação:** Bisnaga com no mínimo 25g e máximo 30g.
 - 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Gel transparente, amorfo, com consistência coesa, a base de carboximetilcelulose e água purificada;
 - 1.3.2 Estéril.
 - 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
 - 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
 - 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
2. **Garantia**
- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
3. **Validade**
- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29097

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: HIDROGEL COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. BISNAGA COM NO MÍNIMO 80G.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Hidrogel com Alginato de Cálcio e Sódio.
- 1.2. **Apresentação:** Bisnaga com no mínimo 80g.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1. Gel hidratante e absorvente para feridas, composto por alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica num excipiente aquoso.
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>
CNPJ: 12.075.748/0001-32
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620
CNPJ: 12.075.748/0001-32
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-005
Telefone: (48) 3380 1621

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29098

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: HIDROGEL COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CARBOXIMETILCELULOSE. BISNAGA COM NO MÍNIMO 80G.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Hidrogel com Alginato de Cálcio e Sódio. Gel Hidratante e absorvente para feridas;
- 1.2. **Apresentação:** Bisnaga com no mínimo 80g.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Composto por carboximetilcelulose sódica, alginato de cálcio e sódio, hidantoína DMDM, sorbato de potássio, trietanolamina, ácido bórico, carbômero 940 e água purificada;
- 1.3.2 Não estéril;
- 1.3.3 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h
CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29213**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: HIDROGEL AMORFO, NÃO CITOTÓXICO, SEM ALGINATO. BSNAGA COM NO MÍNIMO 80G.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Hidrogel indicado para reidratação e remoção do tecido necrótico seco e ajudar no debridamento autolítico;
- 1.2. **Apresentação:** Bsnaga com no mínimo 80g.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Hidrogel amorfo, não citotóxico, composto por água deionizada, glicerina, carboximetilcelulose cálcica, alantoína, álcool benzílico e conservantes (metilparabeno e propilparabeno);
- 1.3.2 Não deve conter alginato na sua composição;
- 1.3.3 Permanece na forma de gel mesmo saturado e não altera a cor cristalina;
- 1.3.4 Não irritante, não sensibilizante, suave ao tecido de granulação;
- 1.3.5 Indicando para tratamento de ferimento crônico, incluindo estágio IV.
- 1.3.6 Com durabilidade de até 3 (três) meses após aberto;
- 1.3.7 Não estéril;
- 1.3.8 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29099

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: LOÇÃO OU CREME HIDRATANTE COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAS E VITAMINAS A E E, SEM PERFUME. FRASCO COM NO MÍNIMO 200ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Loção ou creme hidratante composto por ácidos graxos essenciais e vitaminas A e E, indicada para hidratação da pele íntegra seca.
- 1.2. **Embalagem:** frasco com no mínimo 200ml.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Loção ou creme hidratante composto por Ácidos Graxos Essenciais e vitaminas A e E;
- 1.3.2 Sem perfume;
- 1.3.3 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h
CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN33244

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: LOÇÃO OU CREME HIDRATANTE COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAS E VITAMINAS A E E. FRASCO COM NO MÍNIMO 200ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Loção ou creme hidratante composto por ácidos graxos essenciais e vitaminas A e E, indicada para hidratação da pele íntegra seca.
- 1.2. **Embalagem:** frasco com no mínimo 200ml.
- 1.3 **Características mínimas:**
- 1.3.1 Loção ou creme hidratante composto por Ácidos Graxos Essenciais e vitaminas A e E;
- 1.3.2 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

Obs: Não será aceita a apresentação do produto na forma de loção oleosa, uma vez que o descritivo técnico do item exige expressamente loção ou creme hidratante. Destaca-se que a loção hidratante apresenta características específicas quanto à sua composição, finalidade e forma de absorção, distinguindo-se da loção oleosa, a qual possui maior teor de óleos e destinação diversa.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29214

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: MALHA NÃO ADERENTE DE SILICONE. TAMANHO 5CM X 7,5CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 0,5$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** camada de contato primária para uso em feridas crônicas de espessura parcial e total, secas a altamente exsudativas. Permite a transferência de fluido para um curativo secundário.
- 1.2. **Apresentação:** tamanho 5cm x 7,5cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Malha porosa não aderente de acetato de celulose revestida com silicone.
- 1.3.2 Pode ser recortado sem desfiar ou soltar as fibras;
- 1.3.3 Estéril;
- 1.3.4 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29215

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: MALHA NÃO ADERENTE DE SILICONE. TAMANHO 7,5CM X 11CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE $\pm 0,5$ CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** camada de contato primária para uso em feridas crônicas de espessura parcial e total, secas a altamente exsudativas. Permite a transferência de fluido para um curativo secundário.
- 1.2. **Apresentação:** tamanho 7,5cm x 11cm, permitindo uma variação de $\pm 0,5$ cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Malha porosa não aderente de acetato de celulose revestida com um silicone.
- 1.3.2 Pode ser recortado sem desfiar ou soltar as fibras;
- 1.3.3 Estéril;
- 1.3.4 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionada em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29101

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: CURATIVO POROSO REVESTIDO COM SILICONE. TAMANHO 10CM X 18CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 2 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Curativo poroso revestido com silicone.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 18cm, permitindo uma variação de ± 2 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Curativo de contato primário revestido com silicone com uma estrutura transparente porosa, flexível com propriedades de micro aderência seletiva;
 - 1.3.2 Não absorvente;
 - 1.3.3 Composto por uma película de poliuretano elástica revestida com silicone suave em um dos lados;
 - 1.3.4 Estéril;
 - 1.3.5 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29102

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: MEMBRANA POROSA DE CELULOSE. TAMANHO 7,5CM X 10CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE ± 1 CM EM CADA MEDIDA.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Membrana Porosa de celulose, utilizada no tratamento de feridas crônicas e queimaduras, agindo como substituto temporário da pele.
- 1.2. **Tamanho:** 7,5cm x 10cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Membrana porosa composta por fibras de celulose, com poros médios (1 a 2mm) que permitem a troca gasosa, transpondo o excesso de umidade para a gaze secundária;
- 1.3.2 Não necessita trocas diárias;
- 1.3.3 Estéril;
- 1.3.4 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29103

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: LOÇÃO OLEOSA À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E VITAMINAS A E E. FRASCO COM 100ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** Loção oleosa à base de ácidos graxos essenciais e vitamina A e E.

1.2. **Embalagem:** Frasco com 100ml.

1.3 Características mínimas:

1.3.1 Loção oleosa à base de Ácidos Graxos Essenciais (A.G.E.), Óleo de Girassol (Ácido Linoleico) e vitaminas A e E;

1.3.2 Frasco com bico dosador;

1.3.3 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29104

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: LOÇÃO OLEOSA À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E VITAMINAS A E E. FRASCO COM NO MÍNIMO 200ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Loção oleosa à base de ácidos graxos essenciais e vitamina A e E.
- 1.2. **Embalagem:** Frasco com no mínimo 200ml.
- 1.3 **Características mínimas:**
- 1.3.1 Loção oleosa à base de Ácidos Graxos Essenciais (A.G.E.), Óleo de Girassol (Ácido Linoleico) e vitaminas A e E;
- 1.3.2 Frasco com bico dosador;
- 1.3.3 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29105

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: LOÇÃO OLEOSA À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COPAÍBA, MELALEUCA E VITAMINAS A E E. FRASCO COM NO MÍNIMO 100ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Loção oleosa indicada para hidratar e manter a integridade da pele.
- 1.2. **Embalagem:** frasco com no mínimo 100ml.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Loção oleosa à base de Ácidos Graxos Essenciais, Copaíba, Melaleuca e Vitaminas A e E.
 - 1.3.2 Frasco com bico dosador;
 - 1.3.3 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29106

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: LENÇO REMOVEDOR DE ADESIVOS.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Lenço umedecido removedor de adesivos.
- 1.2. **Embalagem:** sachê com 1 unidade.
- 1.3 **Características mínimas:**
- 1.3.1 Composição à base de silicones, sem álcool;
- 1.3.2 com secagem rápida;
- 1.3.3 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29108

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: SPRAY REMOVEDOR DE ADESIVOS. FRASCO SPRAY COM NO MÍNIMO 50ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. Tipo de produto: spray removedor de adesivos.
- 1.2. Embalagem: Frasco spray com no mínimo 50ml.
- 1.3. Características mínimas:
 - 1.3.1 Composto por 100% silicone;
 - 1.3.2 Livre de conservantes e álcool;
 - 1.3.3 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/assinatura/2207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/assinatura/2207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29109

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: SOLUÇÃO DE IRRIGAÇÃO DE FERIDAS À BASE DE ÁCIDO HIPOCLOROSO. FRASCO COM 250ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Solução de irrigação de feridas agudas, crônicas e contaminadas.
- 1.2. **Embalagem:** frasco com 250ml.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Solução à base de Ácido Hipocloroso, Hipoclorito de sódio, Cloreto de sódio e água.
- 1.3.2 Ação antimicrobiana e anti-biofilme;
- 1.3.3 Biocompatível com feridas crônicas de qualquer profundidade, feridas agudas, queimaduras, fístulas, abscessos, cavidades corporais (boca, nariz e orelhas) e vários tecidos sensíveis como cartilagem, cartilagem hialina, tensões, ligamentos e ossos).
- 1.3.4 Com pH neutro;
- 1.3.5 Pronto para uso, e não necessita de enxague.
- 1.3.6 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse h
Cincatarina SC - Gov.br/Documentos/42207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p86319b491d>



**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29107**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: SOLUÇÃO PARA HIGIENIZAÇÃO DA ÁREA PERISTOMAL E PERI FÍSTULAS. FRASCO COM NO MÍNIMO 180ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** Solução para higienização da área peristomal e peri fístula, utilizado para limpeza da pele exposta à urina ou fezes, sem agredir, promovendo a sua integridade.

1.2. **Embalagem:** frasco com no mínimo 180ml.

1.3. Características mínimas:

1.3.1 Composto por surfactante e agente hidratante;

1.3.2 Com pH semelhante ao da pele íntegra;

1.3.3 Não necessita de enxágue;

1.3.4 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>
CNPJ: 12.075.748/0001-32
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620
CNPJ: 12.075.748/0001-32
Rua Nereu Ramos, 650, 1º Andar, Sala 102, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-005
Telefone: (48) 3380 1621

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29110

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: SABONETE ANTISSEPTICO COM CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA (PHMB).
FRASCO COM 500ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** sabonete antisséptico com amplo espectro de atuação no controle de bactérias, fungos e vírus, utilizado na higienização diária.

1.1.1. **Embalagem:** frasco com 500ml.

1.3 Características mínimas:

1.3.1 Sabonete antisséptico a base de Cloridrato de Polihexametileno Biguanida (PHMB);

1.3.2 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/assinatura/2207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>.
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/assinatura/2207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29111

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: GEL A BASE CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA (PHMB) 0,1%. FRASCO COM NO MÍNIMO 50g.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** Gel indicado para limpeza, desbridamento e hidratação de feridas.

1.1.1. **Embalagem:** frasco com no mínimo 50g.

1.3 **Características mínimas:**

1.3.1 Gel a base de Cloridrato de Polihexametileno Biguanida (PHMB) 0,1% e água purificada;

1.3.2 Embalado individualmente;

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. **Garantia**

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. **Validade**

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/assinatura/2207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/assinatura/2207a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29112

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: SOLUÇÃO DE IRRIGAÇÃO DE FERIDAS. FRASCO COM NO MÍNIMO 100ML.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** Solução de irrigação de feridas.
- 1.2. **Embalagem:** frasco com no mínimo 100ml.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Solução à base de Polihexanida (PHMB) 0,2% e água purificada;
 - 1.3.2 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: SOLUÇÃO DE IRRIGAÇÃO DE FERIDAS. FRASCO COM NO MÍNIMO 350ML.

1.1. Tipo de produto: Solução de irrigação de feridas.

1.2. Embalagem: frasco com no mínimo 350ml.

1.3. Características mínimas:

1.3.1 Solução à base de Polihexanida (PHMB) 0,1% e água purificada.

1.3.2 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29114

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: ADAPTIC, TAMANHO 7,6CM X 7,6CM. AÇÃO JUDICIAL

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** malha de acetato de celulose impregnada com emulsão à base de petrolato.
- 1.2. **Tamanho:** 7,6cm x 7,6cm.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Estéril;
 - 1.3.2 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: AQUACEL AG+ EXTRA, TAMANHO 10CM X 10CM. AÇÃO JUDICIAL

1.1. **Tipo de produto:** curativo hidrofibra antimicrobiano utilizado em feridas infectadas ou com risco de infecção.

1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm.

1.3. Características mínimas:

1.3.1 Estéril:

1.3.2 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29115

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: AQUACEL EXTRA, TAMANHO 10CM X 10CM. AÇÃO JUDICIAL

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo de hidrofibra indicado para o gerenciamento de feridas com moderado a alto exsudato.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 10cm.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Estéril;
 - 1.3.2 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** solução antisséptica de uso tópico.
 - 1.2. **Embalagem:** Frasco spray com 250ml.
 - 1.3. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
 - 1.4. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
 - 1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.
-
2. **Garantia**
 - 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.
-
3. **Validade**
 - 3.1. Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

**FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29116**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: DUODERM GEL HIDROATIVO, TUBO COM 15G. AÇÃO JUDICIAL

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. **Tipo de produto:** gel hidroativo.

1.2. **Embalagem:** tubo com 15g.

1.3. Características mínimas:

1.3.1 Estéril;

1.3.2 Embalado individualmente;

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/assinatura/2207a7a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cincatarina.sc.gov.br/portal/assinatura/2207a7a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29119

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: INTRASITE GEL, APLICADOR COM 25G. AÇÃO JUDICIAL

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** hidrogel indicado para remoção de tecido inviável de feridas.
- 1.2. **Embalagem:** aplicador com 25g.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Estéril;
 - 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
 - 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
 - 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Este documento é de propriedade da Cincatarina. Qualquer reprodução ou uso não autorizado é proibido. Para conferência do seu conteúdo acesse: <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>



Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://c.ipm.com.br/pe86319b491d>

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: MEMBRACEL, TAMANHO 12CM X 18CM. AÇÃO JUDICIAL

1.1. **Tipo de produto:** membrana de celulose cristalina capaz de substituir temporariamente a pele.

1.2. **Tamanho:** 12cm x 18cm.

1.3. Características mínimas:

- 1.3.1 Poros médios (1 a 2mm);
- 1.3.2 Estéril;
- 1.3.3 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: MEPILEX TRANSFER, TAMANHO 20CM X 50CM. AÇÃO JUDICIAL

1.1. **Tipo de produto:** curativo de transferência de exsudato e proteção da pele comprometida e/ou frágil.

1.2. **Tamanho:** 20cm x 50cm.

1.3. Características mínimas:

1.3.1 Estéril:

1.3.2 Embalado individualmente.

1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.

1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.

1.6. Apresentar **número de Registro/Notificação vigente na ANVISA**, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29122

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: PRONTOSAN, FRASCO COM 350ML. AÇÃO JUDICIAL

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** solução para limpeza e descontaminação de feridas.
- 1.2. **Embalagem:** frasco com 350ml.
- 1.3. **Características mínimas:**
- 1.3.1 Pronta para uso;
- 1.3.2 Estéril;
- 1.3.3 Embalado individualmente;
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Este documento é uma cópia eletrônica do original. Para obter o original, acesse o link: <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>



Assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse o link: <https://c.cpm.com.br/pe86319b491d>

FOLHA DE DADOS
(CINCATARINA)
PRODUTO CIN29123

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

PRODUTO: URGOTUL AG, TAMANHO 10CM X 12CM. AÇÃO JUDICIAL

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. **Tipo de produto:** curativo antimicrobiano.
- 1.2. **Tamanho:** 10cm x 12cm.
- 1.3. **Características mínimas:**
 - 1.3.1 Estéril;
 - 1.3.2 Embalado individualmente.
- 1.4. Deve ser acondicionado em embalagem contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.
- 1.5. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português.
- 1.6. Apresentar número de Registro/Notificação vigente na ANVISA, devendo ser comprovado através de documento emitido via internet no site da ANVISA, com data de emissão a partir da data de publicação do edital.

2. Garantia

- 2.1. Garantia de no mínimo 3 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

3. Validade

- 3.1 Validade de no mínimo 12 meses, conforme disposto no Termo de Referência.

Assinado eletronicamente por:

* ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA (**.546.959-**))

em 27/04/2026 11:36:29 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cincatarina-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/42237a75-37f8-4ded-88fc-99bc0284f404>



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/05/2026 13:10 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pe86319b1491fd>



Assinado eletronicamente por:
ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
027.546.959-07
04/05/2026 13:09:58